

ISSN 2448-3907 | e-ISSN 2448-3923

# REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

Brazilian Journal of African Studies



Revista Brasileira de Estudos Africanos	Porto Alegre	v. 5	n. 9	p. 1-254	Jan./Jun. 2020
---	--------------	------	------	----------	----------------

# SOBRE A REVISTA

A Revista Brasileira de Estudos Africanos é uma publicação semestral, em formato digital e impresso, dedicada à pesquisa, à reflexão e à difusão de estudos sobre temas africanos. A RBEA publica artigos científicos inéditos com ênfase nas análises de Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e Correntes de Pensamento. A RBEA é um veículo estritamente acadêmico, ligada ao Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A RBEA tem como público alvo pesquisadores, professores e estudantes interessados nas especificidades do continente africano e de sua inserção internacional. Combinada a esta perspectiva, a Revista pretende ampliar o debate sobre a projeção brasileira e seus esforços de cooperação (inclusive em Defesa) com os países africanos no perímetro do Atlântico Sul e a construção de uma identidade regional frente a um cenário de transformações geopolíticas.

## INDEXADORES



Este trabalho foi apoiado pelo Programa de Apoio à Edição de Periódicos (PAEP) - UFRGS



**Programa de apoio à  
Edição de Periódicos**

# **EQUIPE EDITORIAL / EDITORIAL TEAM**

## **EDITORA CHEFE / CHIEF EDITOR**

Análucia Danilevicz Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

## **EDITOR ADJUNTO /DEPUTY EDITOR**

Paulo Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

## **CONSELHO EDITORIAL / EDITORIAL BOARD**

Ajay Dubey (Jawaharlal Nehru University, Índia)

Ángel Dalmau Fernández (CIPI, Cuba)

Antônio Joaquim Calundungo (Universidade Agostinho Neto, Angola)

Beatriz Bissio (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Chris Landsberg (University of Johannesburg, África do Sul)

Cyril Obi (Social Science Research Council, EUA)

Fábio Morosini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Hilário Cau (Instituto Superior de Relações Internacionais, Moçambique)

Ian Taylor (University of St. Andrews, Escócia)

Kamilla Raquel Rizzi (Universidade Federal do Pampa, Brasil)

Karl Gerhard Seibert (UNILAB, Brasil)

Li Anshan (Peking University, China)

Luiz Dario Teixeira Ribeiro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Vladimir Shubin (Russian Academy of Sciences, Rússia)

## **ASSISTENTES DE EDIÇÃO / EDITION ASSISTANTS**

Camila Taís Ayala (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Cecília Maieron Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Igor Estima Sardo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Rafaela Serpa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

## **CONSELHO CONSULTIVO / CONSULTATIVE BOARD**

Alfa Oumar Diallo (Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil)

Andrei Tokarev (Russian Academy of Sciences, Rússia)

Aparajita Biswas (University of Mumbai, Índia)

Diego Pautasso (Escola Superior de Propaganda e Marketing – Sul, Brasil)

Eduardo Migon (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brasil)

Fantu Cheru (American University, EUA)

Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina)

Henry Kam Kah (University of Buea, Camarões)

Igor Castellano da Silva (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)

John Akokpari (University of Cape Town, África do Sul)

José Carlos dos Anjos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

José Rivair Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Leila Hernandez (Universidade de São Paulo, Brasil)

Lito Nunes Fernandes (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Guiné-Bissau)

Lotfi Kaabi (Institut Tunisien des Études Stratégiques, Tunísia)

Mamadou Alpha Diallo (UNILA, Brasil)

Mamoudou Gazibo (Université de Montréal, Canadá)

Marina de Mello Souza (Universidade de São Paulo, Brasil)

Nathaly Silva Xavier Schütz (Universidade Federal do Pampa, Brasil)

Paris Yeros (Universidade Federal do ABC, Brasil)

Tim Murithi (Free State University, África do Sul)

Renu Modi (University of Mumbai, Índia)

Wolfgang Adolf Karl Döpcke (Universidade de Brasília, Brasil)

Esta edição também contou com a avaliação dos pesquisadores Ana Simão, Anselmo Otavio, Arnaldo Massangaie, Daniel Aguiar dos Santos, Helio Farias, Leonardo Granato, Luis Gustavo Mello Grohmann, Maira Baé Baladão Vieira, Nilton Cardoso e Yoslán Silverio González.

# REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

Brazilian Journal of African Studies

© Centro Brasileiro de Estudos Africanos – UFRGS

Acompanhamento Editorial: Michele Bandeira

Capa: Janaína Horn

Projeto gráfico: Janaína Horn

Diagramação: Fernanda Chiodi

Revisão de padrão: Tayná Werlang

Arte: Tiago Oliveira Baldasso

A *Revista Brasileira de Estudos Africanos* está disponível online em português e inglês em [www.seer.ufrgs.br/rbea](http://www.seer.ufrgs.br/rbea)

## CONTATO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prédio ILEA – CEGOV

Av. Bento Gonçalves, 9500 Prédio ILEA, Sala CEGOV (115)

CEP 91501-970 – Porto Alegre/RS – Brasil

Fone: +55 51 3308.9860 / 3308.7988

E-mail: [cebrafrica@ufrgs.br](mailto:cebrafrica@ufrgs.br)

[seer.ufrgs.br/rbea](http://seer.ufrgs.br/rbea)

[ufrgs.br/cebrafrica](http://ufrgs.br/cebrafrica)

## DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral,

Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

Revista Brasileira de Estudos Africanos / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro Brasileiro de Estudos Africanos. – Ano 5, n. 9 (Jan./Jun. 2020). – Porto Alegre : UFRGS/FCE/CEBRAFRICA, 2017.

Semestral.

ISSN 2448-3907.

e-ISSN 2448-3923

1. África.
2. Relações internacionais.
3. Integração regional.
4. Segurança internacional.
5. Política de defesa.

CDU 327

# SUMÁRIO

<b>EDITORIAL</b>	7
<i>Analúcia Danilevicz Pereira</i>	
<b>AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA: DO NEXO ESCRAVISTA À CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS</b>	11
<i>Analúcia Danilevicz Pereira</i>	
<b>REGIMES MILITARES MARXISTAS AFRICANOS, ASCENSÃO E QUEDA: CONDICIONANTES INTERNOS E DIMENSÕES INTERNACIONAIS</b>	33
<i>Paulo Gilberto Fagundes Visentini</i>	
<b>PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DO TERRORISMO NA ÁFRICA RUMO A 2025</b>	55
<i>Yoslán Silverio González</i>	
<b>O DOMÍNIO DO TERRORISMO: ASPECTOS DOS DESAFIOS SOCIOPOLÍTICOS NA ÁFRICA OCIDENTAL PÓS-INDEPENDÊNCIA: NIGÉRIA, BURKINA FASO E MALI</b>	87
<i>Osiomheyalo Onotseime Idaewor</i>	
<b>A INFLUÊNCIA DA DIPLOMACIA EM CONTROVÉRSIAS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE MEDIAÇÃO DIPLOMÁTICA E CONFLITO ARMADO</b>	107
<i>Cícero Ricci Cavini</i>	
<b>CONFIANÇA NO PODER POLÍTICO E NAS INSTITUIÇÕES GOVERNATIVAS EM MOÇAMBIQUE: 2014-2018</b>	121
<i>Kátia Sara Henriques Xavier Zeca</i>	
<b>ELEIÇÕES E DÉFICITS DEMOCRÁTICOS NA QUARTA REPÚBLICA DA NIGÉRIA: UM COMENTÁRIO</b>	147
<i>Al-Chukwuma Okoli</i>	
<i>Chigozie Joseph Nebeife</i>	
<i>Markus Arum Izang</i>	
<b>UNIÃO AFRICANA: A POLÍTICA DA ÁFRICA DO SUL DE MBEKI PARA A ÁFRICA</b>	173
<i>Luiza Bizzo Affonso</i>	
<i>Vitor Ferreira Lengruber</i>	

<b>SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E ÉTNICO-RACIAL EM MEGACIDADES, GRANDES CIDADES E CIDADES GLOBAIS AFRICANAS</b>	<b>193</b>
<i>Fabio Macedo Velame</i> <i>Thiago Augusto Ferreira da Costa</i>	
<b>REPRESENTAÇÕES DE PODER EM <i>MAYOMBE</i>: “OS HOMENS SERÃO PRISIONEIROs DAS ESTRUTURAS QUE TERÃO CRIADO”</b>	<b>219</b>
<i>Carolina Bezerra Machado</i>	
<b>RESENHAS DE LIVROS</b>	
<b>“SAIR DA GRANDE NOITE: UM ENSAIO SOBRE A ÁFRICA DESCOLONIZADA” DE ACHILLE MBEMBE</b>	<b>239</b>
<i>Ermelinda Liberato</i>	
<b>“DECOLONIALIDADE E PENSAMENTO AFRODIASPÓRICO” DE JOAZE BERNARDINO-COSTA, NELSON MALDONADO-TORRES E RAMÓN GROSFUGUEL</b>	<b>243</b>
<i>Carla Pereira Silva</i>	
<b>PARCEIROS</b>	<b>247</b>
<b>NORMAS DE SUBMISSÃO</b>	<b>249</b>

The responsibility for the content of the articles is of their respective authors.  
A responsabilidade do conteúdo dos artigos é de seus respectivos autores.

Brazilian Journal of African Studies  
e-ISSN 2448-3923 | ISSN 2448-3915 | Porto Alegre | v. 5, n. 9 | Jan./Jun. 2020

## EDITORIAL

Analúcia Danilevicz Pereira

Junho/2020

A RBEA, em seu nono número, é lançada em meio à crise sanitária de proporções mundiais. Muito se fala sobre seus impactos nos grandes centros desenvolvidos, mas pouco da situação africana nesse contexto. Nos cenários regionais é pouca a articulação entre os Estados no âmbito de suas organizações. Na África, ao contrário, a atuação da União Africana na crise sanitária desencadeada pelo COVID-19 está sendo articulada pelo *African Centre for Disease Control and Prevention* (CDC), responsável pela elaboração de relatórios técnico-científicos, disponibilização de informações e recomendações para os países do continente, realização de treinamento para cientistas, comunicadores e profissionais da saúde, bem como agregação de novas descobertas científicas relativas ao vírus. Todas essas atividades estão sendo registradas em relatórios semanais, disponíveis na íntegra no site da CDC (<https://africacdc.org/>). Além dos relatórios, a organização também disponibiliza uma série de outros documentos, cujo objetivo é auxiliar os países africanos no combate à pandemia. Esses documentos incluem estratégias de identificação, testagem e acompanhamento da evolução do vírus no caso específico da África.

Ao apontar os gargalos em saneamento básico, infraestrutura urbana e de capacidade dos sistemas de saúde, a CDC chama atenção para o fato de que os países africanos terão que desenvolver medidas adequadas à sua realidade para lidar com a crise. Enquanto países como a África do Sul mostram uma ação rápida por parte do governo, que anunciou medidas de isolamento intensivo e grande número de testes implementados com auxílio do Exército, outros países africanos não possuem os mesmos recursos. Mesmo no nível doméstico, desigualdades se repetem, com regiões pobres de grande densidade populacional estando, fisicamente, impossibilitadas de pôr em prática o isolamento social intensivo. Segundo relatório do Banco Mundial, a África Subsaariana vai enfrentar sua primeira recessão em quase duas décadas, com

expectativa de encolher entre -2,1% a -5,1% e uma perda que pode chegar a 79 bilhões de dólares. No âmbito continental, a União Africana prevê um encolhimento de -0,8%, com a soma de perdas de todos os governos chegando a 270 bilhões de dólares. A título de comparação, o PIB de 2019 do Egito, uma das maiores economias do continente, foi de 250 bilhões de dólares. Esse declínio é resultante de uma série de fatores, entre eles interrupção das cadeias globais de valor, com impacto severo sobre a exportação de produtos primários, redução do fluxo de capitais, redução do turismo, redução do investimento estrangeiro direto e redução da atividade econômica doméstica em função das medidas de isolamento social.

O diagnóstico da UA enfatiza o papel central do Estado no combate à pandemia, tanto no âmbito sanitário quanto econômico. De acordo com a organização, seriam necessários cerca de 130 bilhões de dólares para aplicar em políticas públicas emergenciais com vistas a preservar a renda e o emprego dos africanos. Em países como Uganda, onde mais de 50% da população ocupada trabalha no setor informal, é imperativa a tomada de tais medidas. O Banco Africano de Desenvolvimento anunciou na primeira semana de abril um fundo no valor de 10 bilhões de dólares destinado aos governos e empresas do continente. O relatório da CDC de 11 de fevereiro de 2020, afirmava que 16 países africanos estavam com casos suspeitos, porém sem confirmação. O órgão tomou as seguintes medidas naquele momento: ativação do Centro de Operações Emergenciais; treinamento de 16 laboratórios especializados para testagem do vírus; recrutamento de profissionais de epidemiologia para monitoramento do avanço do vírus; reuniões semanais com ministros da saúde dos países membros da UA; levantamento de informações sobre as principais medidas tomadas pelos países africanos no que tange ao distanciamento social e ao fechamento de fronteiras. Foram precoces as medidas desencadeadas pela UA e o estabelecimento de comunicação e interação com os governos africanos. Esse fato, em boa medida, explica o sucesso relativo dos africanos na contenção da pandemia.

\*\*\*

No quinto ano da RBEA, evidencia-se o amadurecimento da discussão sobre problemáticas centrais para a análise da realidade africana. No artigo “As relações Brasil-África: do nexos escravista à construção de parcerias estratégicas”, Analúcia Danilevicz Pereira retoma o debate sobre a parceria secular entre o Brasil e os Estados africanos, iniciada já na formação do moderno sistema mundial, nos séculos XVI ao XVIII, perpassando pelas épocas do

imperialismo e das independências nos séculos XIX ao XX, chegando aos anos mais recentes. Justamente a partir dos anos 2000, a autora demonstra, as relações Brasil-África ficam mais intensas e trazem frutos para ambos os lados do atlântico, sobretudo, entre os países membros da comunidade lusófona (CPLP). Já Paulo Gilberto Fagundes Visentini, no artigo “Regimes militares marxistas africanos, ascensão e queda: condicionantes internos e dimensões internacionais”, discute que ao lado das Revoluções decorrentes de longas guerras anticoloniais como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Zimbábue, desenvolveu-se um elemento inovador, os Golpes Militares de novo tipo, que introduziram regimes revolucionários autodenominados marxistas-leninistas.

Terrorismo como um dos principais desafios securitários na África é discutido por Yoslán Silverio González no texto “Principais tendências do terrorismo na África rumo a 2025”, e por Osiomheyalo O. Idaewor no artigo intitulado “O domínio do terrorismo: aspectos dos desafios sociopolíticos na África Ocidental pós-independência: Nigéria, Burkina Faso e Mali”. Para os autores, a região sahel-saariana, correspondente à África Ocidental e Central, permaneceu no centro do ativismo terrorista na África Subsaariana. Com ênfase nos processos políticos, Cícero Ricci Cavini, em “A influência da diplomacia em controvérsias: um estudo comparativo entre mediação diplomática e conflito armado”, avalia que a diplomacia, a mediação e o conflito armado são escolhas do sistema político em que estamos inseridos. São ferramentas para obter poder, influência e dinheiro num espaço geopolítico onde os Estados se enfrentam ou cooperam entre si para um objetivo específico. Já no artigo de Kátia Sara Henriques Xavier Zeca, “Confiança no poder político e nas Instituições governativas em Moçambique: 2014-2018”, é analisada a confiança por parte dos eleitores nas instituições do poder político em Moçambique. E, ainda, no texto “Eleições e déficits democráticos na quarta república da Nigéria: um comentário”, Al-Chukwuma Okoli, Chigozie Joseph Nebeife e Markus Arum Izang discutem o fenômeno de déficits democráticos na Quarta República da Nigéria.

Em uma abordagem histórica recente, Luiza Bizzo Affonso e Vitor Ferreira Lengruber discutem como Thabo Mbeki, ex-presidente da África do Sul popularizou o conceito de Renascença Africana, cuja proposta ofereceu soluções, na esfera política e econômica, para enfrentar as adversidades políticas e socioeconômicas naquele momento em “União Africana: a política da África do Sul de Mbeki para a África”. No artigo “Segregação socioespacial e étnico-racial em megacidades, grandes cidades e cidades globais africanas”, Fabio Macedo Velame e Thiago Augusto Ferreira da Costa analisam os fenômenos estruturais que culminaram na segregação socioespacial e

étnico-racial, que ocorre atualmente em megacidades, grandes cidades e cidades globais na África. Por fim, Carolina Bezerra Machado, no artigo “Representações de poder em Mayombe: Os homens serão prisioneiros das estruturas que terão criado”, apresenta uma análise do romance *Mayombe* (1980), do escritor angolano Pepetela, para analisar o processo político em Angola em sua contemporaneidade. Para a autora, as estruturas de poder existentes em Angola após a independência já aparecem desenhadas nesse romance, tecido ainda na guerrilha.

A RBEA publica, nesta edição, duas resenhas. A primeira, de Ermelinda Liberato, apresenta a obra “Sair da grande noite: um ensaio sobre a África descolonizada”, de Achille Mbembe, e a segunda, de Carla Pereira Silva, apresenta a obra “Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico” de Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel. A RBEA publica versão eletrônica e impressa bilíngue (português e inglês). Assim, esperamos a contribuição de colegas do Brasil e do exterior, com os quais pretendemos estabelecer vínculos para o aprofundamento do conhecimento e a construção de uma visão do Sul sobre o continente africano e das relações com eles.

\*\*\*

O CEBRAFRICA está monitorando a situação africana frente à crise sanitária desencadeada pelo COVID-19. Agradecemos a Rafaela Serpa, doutoranda em Ciência Política/UFRGS e Eduardo Faustini, mestrando em Políticas Públicas/UFRGS, pesquisadores assistentes do Centro, pela pesquisa referente às ações da União Africana.

Agradecemos aos Assistentes de Edição Camila Ayala, Cecília Pereira, Igor Sardo e Rafaela Serpa e à equipe do CEBRAFRICA que trabalhou na tradução dos artigos. Agradecemos, ainda, a Pietra Ribeiro Studzinski pela colaboração na tradução e revisão dos textos em inglês.

# AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA: DO NEXO ESCRAVISTA À CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS<sup>1</sup>

Analúcia Danilevicz Pereira<sup>2</sup>

## Introdução

Após um longo período de afastamento, as relações do Brasil com o continente africano superaram a retórica e ganharam um novo impulso a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A atenção especial a essas relações reflete uma aspiração antiga do Brasil, mas que até então não havia sido levada adiante com determinação. Os laços históricos, a condição de país com grande população de afrodescendentes e o debate interno em torno da igualdade racial, estão presentes na visão brasileira sobre a necessidade de aproximação e cooperação. Embora a África seja um continente que apresenta índices alarmantes de pobreza, não é um continente estagnado. O dinamismo e o desenvolvimento de alternativas “africanas” para seus próprios problemas definem a postura de muitas de suas lideranças.

O discurso e a prática diplomática durante o governo Lula convergiram para a construção de alianças preferenciais com parceiros no âmbito das relações Sul-Sul. O governo Dilma Rousseff manteve o interesse nas relações com o continente, mas redefiniu esse eixo em termos de prioridade. Todavia, o continente africano representou uma das áreas de maior investimento em termos diplomáticos durante os anos 2000. O Presidente Lula e o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, no primeiro mandato, realizaram várias visitas e estabeleceram inúmeros acordos com os diferentes países africanos. Em um pouco mais de dois anos de governo, foram quatro viagens ao continente que resultaram na visita a dezessete países. A aproximação com

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Congresso *India and its Diaspora Engagement: Comparative Global Practices*, Bangalore, Índia, 2017.

<sup>2</sup> Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: ana.danilevicz@ufrgs.br

o continente africano não visa a obtenção de resultados em curto prazo, ainda que, em termos econômicos a África represente um mercado importante.

Nesse sentido, apesar de fragilizada, a política africana do Brasil se apresenta dinâmica no plano diplomático, assumindo relevância especial quando são consideradas as ações brasileiras no continente africano. Entretanto, a dinâmica política, econômica e sociocultural de ambas as regiões, em distintos momentos históricos, travou ou impulsionou essa relação. Em diferentes períodos, as ações brasileiras resultaram de uma leitura equivocada das prioridades da política externa brasileira. Essas ações, que não levaram em conta os interesses políticos e estratégicos de longo prazo, apenas os interesses econômicos e financeiros imediatos, postergaram a implementação e renovação de projetos bilaterais, bem como o estabelecimento de acordos de cooperação no plano multilateral. Assim, cabe acompanhar a trajetória das relações entre o Brasil e a África.

## **Do nexu escravista ao afastamento**

A História da África e a História do Brasil estão intimamente relacionadas, desde que os colonizadores portugueses ocuparam as duas margens do Oceano Atlântico Sul no século XVI. Com a chegada ao Brasil da primeira leva de escravos africanos, em 1533, acompanhando a construção do primeiro engenho na vila de São Vicente, inicia-se uma longa fase de íntima ligação, baseada principalmente no tráfico, que se estende até 1850, quando inicia seu declínio. Assim:

## Tráfico de Escravos

*Estimativas de Desembarque de Africanos no Brasil 1531 - 1780*

Período	Estimativa de desembarque de africanos		% sobre o total de escravos desembarcados na América em cada século (1)
	No período	Média anual	
1531-1575	10,000	222	22
1576-1600	40,000	1,600	
1601-1625	100,000	4,000	
1626-1650	100,000	4,000	43
1651-1670	185,000	7,400	
1676-1700	175,000	7,000	
1701-1710	153,700	15,370	
1711-1720	139,000	13,900	
1721-1730	146,300	14,630	
1731-1740	166,100	16,610	30
1741-1750	185,100	18,510	
1751-1760	169,400	16,940	
1761-1770	164,600	16,460	
1771-1780	161,300	16,130	
<b>Total</b>	1,895,500	-	33

(1) Essa estimativa exclui os africanos embarcados com destino à Europa ou ilhas do Atlântico, cujo movimento só adquiriu importância no século XVI.

Fonte: Linhares, 1990.

Esse relacionamento não era de menor importância no plano global, pois, se no século XVII, o Atlântico Sul foi o centro dinâmico da economia mundial, com o Brasil impulsionando o Império Atlântico Português; no século XVIII ele foi suplantado pelo Atlântico Norte, devido à projeção de potências como a França e a Inglaterra<sup>3</sup>. Apesar da percepção eurocêntrica da África como um continente esparsamente povoado e cultural e socialmente

<sup>3</sup> Ver Rodrigues, José Honório. 1964. Brasil e África: outro horizonte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2. ed.

primitivo, formada a partir dos contatos que mercadores e funcionários coloniais europeus estabeleciam (frequentemente desinteressados em aprofundar o entendimento sobre as terras que os rodeavam), importantes civilizações se desenvolveram na região, permitindo o domínio de técnicas posteriormente exportadas para o Novo Mundo.

Tais culturas já tinham na escravidão uma prática consolidada, tendo sido encontrados registros egípcios datados do segundo milênio antes de Cristo detalhando as capturas na região da Núbia. Essa instituição, contudo, torna-se rotineira apenas a partir do contato com os povos islamizados do norte do continente, que desde o século IX empreendiam expedições com tal objetivo ao sul do Saara. Diversas sociedades africanas passaram, assim, a basear-se fortemente em laços escravocratas. Os tuaregues tinham, no início do século XIX (destaca-se, antes da interferência direta europeia), 70% da população constituída por escravos; a região do Sahel, cerca de 50%; e os grandes reinos do continente, nas proximidades da floresta tropical, uma porcentagem de aproximadamente 20%.

Com a chegada dos portugueses, no século XV, a prática se intensifica, dado que a quebra do monopólio do comércio oriental de especiarias força o estabelecimento de empresas coloniais, que passam a exigir o fornecimento de um volume significativo de mão de obra para a sustentação de suas plantations. No caso lusitano, destaca-se o Brasil, com o qual a metrópole começava a estreitar os laços de dominação, vitais à manutenção do Império Português. É válido salientar que, com isso, os europeus também alteraram significativamente o perfil procurado nos escravos, abandonando a preferência por crianças e mulheres e passando a buscar homens jovens, capazes de resistir aos rigores impostos pelo latifúndio monocultor. Não obstante, as estimativas apontam que, para cada cativo desembarcado na América, outro morria na África durante o processo de captura<sup>4</sup>.

Como foi visto, durante a colônia e a maior parte do Império, milhões de africanos foram trazidos como escravos para o Brasil, fazendo com que a europeização das novas terras fosse acompanhada por sua africanização. A historiografia destaca a contribuição africana para a formação da sociedade brasileira na cultura, arte e religiosidade, além dos aspectos demográficos. Mas os africanos também trouxeram técnicas que impulsionaram a agricultura, a pecuária, a mineração e o combate a enfermidades, pois os conhecimentos portugueses eram inadequados para o desenvolvimento do mundo tropical. A fundição de metais e a produção de utensílios, bem como a intro-

---

<sup>4</sup> Ver Linhares, Maria Yedda (org.). 1990. História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 9. ed.

dução de determinados padrões de comportamento político e de organização social também foram contribuições africanas importantes.

O Rei do Benin foi o primeiro soberano a reconhecer a independência do Brasil, em 1823 e, entre 1822 e 1830, houve um forte movimento político do outro lado do Atlântico para que Angola fizesse parte do Brasil, devido aos vínculos econômicos decorrentes do tráfico de escravos e a composição majoritariamente brasileira da elite colonial angolana. Apenas a pressão da diplomacia inglesa impediu que isso acontecesse, permanecendo Angola como colônia portuguesa. Prosseguiu, paralelamente, um fenômeno da época colonial: o retorno de ex-escravos para a África, especialmente para o Golfo da Guiné, onde constituíram uma elite que, aos olhos dos nativos, era ocidentalizada.

A pressão inglesa pelo fim do tráfico era cada vez maior e a promulgação do Bill Aberdeen (1845), lei que permitia apresar qualquer navio que transportasse escravos, gerou o aumento desmedido de um tráfico clandestino. Os proprietários brasileiros, ao buscarem ampliar o estoque de escravos antes que o tráfico se extinguisse definitivamente, foram levados ao endividamento e à descapitalização. O Estado reagiu promulgando a Lei Euzébio de Queiroz, em 1850, que pôs fim ao tráfico. Porém, isso foi acompanhado da mentalidade de criação de uma sociedade “branca e ocidental”, com a ideologia do “branqueamento” através da imigração de trabalhadores europeus. Afinal, a elite brasileira considerava que o país possuía um regime político europeu, a monarquia, e uma dinastia europeia, os Bragança, devendo diferenciar-se dos vizinhos.

O fim do tráfico coincidiu com o início da expansão colonialista europeia na África, que gerou o retrocesso das relações e o afastamento entre a África e o Brasil. Na primeira metade do século XX, noventa por cento do comércio do Brasil com o continente dava-se exclusivamente com a África do Sul. Após a Segunda Guerra Mundial, a relação com Portugal era importante para os sucessivos governos brasileiros, que barganhavam o apoio eleitoral da comunidade de imigrantes lusitanos (estimulado por Salazar, através das Casas de Portugal), em troca do apoio brasileiro ao colonialismo português nos fóruns da ONU. Além disso, o Brasil evitava apoiar a descolonização, pois Dakar era um ponto estratégico de escala das comunicações aeronavais com a Europa e Portugal era membro da OTAN.

## A contraditória reaproximação com a África pós-colonial

Em 1953, Vargas assinou o Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, que Kubitschek levou ainda mais longe, com a proposta do estabelecimento de uma Comunidade Luso-Brasileira. Era a época de Gilberto Freire e de seu luso-tropicalismo, que dava a Salazar, o líder do fascismo português, uma base teórica para a manutenção do império colonial na África e fazia do Brasil um paradigma para sua política de assimilação através da ficção jurídica das “Províncias Ultramarinas”. Como compensação, chegou a ser firmado um Convênio do Café (a produção africana concorria com a brasileira), num momento em que se constituía a Comunidade Econômica Europeia (1957) e o Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores do Brasil) era reestruturado, instituindo-se um Departamento Comercial.

Além de perdurar o que José Honório Rodrigues (1964) denominou de “velha mentalidade conservadora do Sr. Raul Fernandes” (Chanceler<sup>5</sup> de 1946 a 1951 e de 1954 a 1955), típica do alinhamento na Guerra Fria, o lançamento da Operação Pan-Americana por JK, em 1958, restringia a política externa brasileira às Américas. As independências africanas, que se iniciaram justamente durante o governo Kubitschek, foram praticamente ignoradas. Em 1960, o ano africano, dezessete países ficaram independentes, com o Brasil adotando uma política meramente protocolar. Foi preciso o desencadeamento da Política Externa Independente, no governo Jânio Quadros, para que a África adquirisse importância para a diplomacia brasileira.

Com a Política Externa Independente, de 1961 a 1964, houve uma primeira aproximação, seguindo-se uma fase de distanciamento durante os dois primeiros governos militares (1964-1969). Do governo Médici até o fim do governo Sarney (1969-1990), houve um salto qualitativo nas relações Brasil-África, com uma intensa cooperação em várias áreas, mas com o advento dos governos neoliberais, de Fernando Collor de Mello a Fernando Henrique Cardoso (1990-2002), nos marcos da globalização, houve novo distanciamento. Contudo, na virada do século, especialmente a partir do início do governo Luiz Inácio “Lula” da Silva, o continente africano viria, finalmente, a se tornar uma prioridade para o Brasil.

Em 1961, com o lançamento da Política Externa Independente, por Jânio Quadros e seu chanceler Afonso Arinos, o Brasil lançou uma política africana e tomou posição em favor do direito à autodeterminação dos povos coloniais, especialmente das colônias portuguesas, que iniciavam a luta armada. Tal tomada de posição, que implicou em tensão com Lisboa,

---

5 Ministro das Relações Exteriores.

não foi isenta de certos retrocessos, devidos à ação do poderoso lobby pró-português. De qualquer forma, o Itamaraty criou uma Divisão da África, foi estabelecida uma linha de navegação e abertas cinco Embaixadas: Senegal (visitado por Afonso Arinos), Costa do Marfim, Nigéria, Etiópia e Gana. Com relação a esse último país, ocorreu um episódio prosaico, quando Quadros designou como Embaixador o escritor negro Raimundo de Souza Dantas. Kwame N’Krumah, o combativo líder de Gana, ironizou: “se o Brasil desejava demonstrar-nos que não era um país racista, deveria ter nomeado um negro para Londres, Washington ou Paris, não para a África”.

A assinatura de diversos Acordos Culturais propiciou o estabelecimento de um programa de bolsas de estudo para estudantes africanos no Brasil, que viria a dar origem ao Programa de Estudantes Convênio (PEC). O país também condenou o massacre de Sharpeville, ocorrido na África do Sul, e criticou o Apartheid, buscando manter as relações num nível mais discreto com os sul-africanos, com os quais possuía um bom nível de comércio. Apesar de João Goulart, que assumiu a presidência com a renúncia de Quadros, e de seu chanceler, San Tiago Dantas, manterem e até aprofundarem a Política Externa Independente, houve vacilações e retrocessos na relação com a África, dada a fragilidade do governo e a suspeição ideológica de que padecia.

Na verdade, Quadros e Arinos desejavam aumentar o poder de barganha do Brasil frente aos EUA (aumentando nossa inserção internacional), aproveitar novos nichos de mercado para a crescente produção industrial brasileira, projetar o país na cena internacional e servir de elo do Ocidente com a África, no contexto de recuo do colonialismo. É interessante que também preocupava o governo a “concorrência desleal” dos países africanos no tocante ao acesso privilegiado aos mercados europeus para seus produtos tropicais (café, açúcar e cacau), seja como colônias, seja pelos vínculos privilegiados estabelecidos após a independência.

## Da geopolítica da Guerra Fria às relações econômicas

Este primeiro esboço de Cooperação Sul-Sul, todavia, sofreu um revés considerável com o golpe de 1964. Castelo Branco desejava acabar com a politização da Política Externa Independente e deixou de lado o discurso terceiro-mundista. Apesar de enviar uma missão comercial à África ocidental, o novo regime tratou de recompor a relação com Portugal e, em nome da segurança do Atlântico Sul, condenar os movimentos de libertação nacional de influência marxista na África austral. Mais uma vez, graças ao enfoque da geopolítica

da Guerra Fria, o tema da segurança coletiva foi resgatado, tanto no que diz respeito às Américas (proposta de uma Força de Defesa Interamericana) como do Atlântico Sul (proposta da formação da Organização do Tratado do Atlântico Sul – OTAS). Essa última implicava na cooperação com os regimes colonialista de Portugal e racista da África do Sul. O governo Costa e Silva, apesar de condenar a hegemonia das grandes potências e esfriar o discurso sobre os mecanismos multilaterais de defesa, não promoveu iniciativas de aproximação com a África no seu curto governo (1967-1969).

As iniciativas de reaproximação ocorreram no governo Médici, o mais repressivo do regime militar. Em 1970, foram estabelecidas três novas relações diplomáticas e, em 1972, o chanceler Mário Gibson Barboza visitou nove países da África ocidental e oriental, firmando diversos acordos comerciais, culturais e de cooperação técnica. O Brasil do “milagre econômico”, com sua renda concentrada e indústria em rápida expansão, necessitava mercados e matérias-primas, especialmente petróleo. Por outro lado, a tecnologia intermediária e “tropicalizada” era útil à prestação de serviços e servia de modelo inspirador aos Estados africanos. O Brasil também necessitava da simpatia diplomática dos africanos para legitimar a expansão do Mar Territorial para 200 milhas, ao mesmo tempo em que a ideia da OTAS era enterrada. A “Diplomacia do Interesse Nacional” do governo Médici, contudo, evitou a agenda polêmica da África Austral, onde as guerras de libertação nacional montavam o assalto final contra o decrépito colonialismo português.

A crise do Petróleo, em 1973, e o início do governo Geisel (1974-1979), marcaram o aprofundamento da política africana. Seis novas embaixadas foram abertas na África, e o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de viés marxista, em novembro de 1975. A condenação firme dos regimes racistas da Rodésia e da África do Sul marcou, igualmente, a diplomacia do “Pragmatismo Responsável” de Geisel e do chanceler Azeredo da Silveira, marcada por um forte discurso terceiro-mundista. Ao mesmo tempo em que o Brasil exportava bens de consumo, alimentos, automóveis e a construção de infraestruturas, importava crescentes quantidades de petróleo. A Braspetro, subsidiária da Petrobrás, iniciou atividades de prospecção na África, a Vale do Rio Doce desenvolvia projetos de mineração e as construtoras Mendes Jr. e Odebrecht construíam rodovias, pontes, portos e barragens hidroelétricas.

As relações com Angola, Gabão, Nigéria e Argélia eram as mais intensas, enquanto o Brasil recebia muitas centenas de estudantes africanos para cursar universidade no Brasil, na base do PEC, e dezenas de estagiários em suas empresas, particularmente estatais. A diplomacia do “Universalismo”, do

presidente Figueiredo (1979-1985) e do chanceler Saraiva Guerreiro, manteve e expandiu a cooperação Brasil-África. Figueiredo foi o primeiro presidente brasileiro a visitar oficialmente a África: Nigéria, Senegal, Guiné Bissau, Cabo Verde e Argélia. Com o fim do regime racista na Rodésia, em 1980, o Brasil aproximou-se do novo Zimbabwe e continuou a criticar duramente o racismo e as agressões sul-africanas aos países recém libertados. Além do crescimento contínuo do comércio, os programas de cooperação foram intensificados nas mais diversas áreas, enquanto as representações diplomáticas africanas aumentavam rapidamente em Brasília.

O governo Sarney, apesar das crescentes dificuldades da economia e das adversidades emanadas do sistema internacional, manteve um alto perfil na relação Brasil-África. Ele visitou Cabo Verde e, posteriormente, Angola e Moçambique, que atravessavam momentos difíceis face às investidas sul-africanas e à guerra civil. Em 1986, em plena Era Reagan e no contexto de militarização do Atlântico Sul (pós-Malvinas), logrou que a ONU aprovasse o estabelecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas). Nesse contexto, em 1988, promoveu a I Conferência do Atlântico Sul, no Rio de Janeiro, com a participação de 19 países africanos. A emancipação da Namíbia, a crítica ao Apartheid e o apoio à paz em Angola (via retirada das forças sul-africanas e cubanas) eram pontos importantes dessa política, ao lado da busca do desenvolvimento.

Todavia, as dificuldades eram crescentes. O impacto da crise da dívida era forte no Brasil e fortíssimo na África, devastada pelos planos de ajuste do FMI e pelos conflitos da Guerra Fria. Assim, o primeiro governo pós-militar buscou uma inflexão em direção aos países de língua portuguesa, na esteira do espaço deixado por Portugal, que ingressara na Comunidade Europeia. Em 1989, foi realizada a I Cúpula dos Países Lusófonos, em São Luís do Maranhão, com a presença do Brasil, de Portugal e dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOPS), tendo sido criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, a ser sediado em Cabo Verde.

## A era dos ajustes econômicos transatlânticos

A ascensão de Fernando Collor de Mello à presidência e a adoção do neoliberalismo como política econômica, em 1990, abriram nova fase de distanciamento em relação à África. A visão estratégica contida no Consenso de Washington, que orientava a nova elite brasileira, enfatizava as relações verticais Norte-Sul, em lugar das relações horizontais Sul-Sul. No contexto do

fim da Guerra Fria e da criação do Mercosul, em 1991, a África foi considerada um cenário secundário, nos marcos de uma diplomacia baseada numa visão primeiro-mundista e neoliberal da globalização. O declínio comercial que se seguiu era fruto dos planos de ajuste dos dois lados do Oceano, da retirada do Estado do financiamento das exportações e de muitos ramos da economia e da necessidade de comprar petróleo da Argentina, como forma de equilibrar as relações comerciais dentro do Mercosul.

De qualquer maneira, a transição à democracia na África do Sul e a independência da Namíbia, que recebeu ajuda brasileira para estruturar sua marinha de guerra, levaram o presidente a visitar a região em 1991. Enquanto isso, o número de diplomatas brasileiros na África diminuía constantemente: em 1973 era de 25, atingindo 34 em 1989 e caindo para 24 em 1996, já na gestão FHC. Pior do que isso, o status da África na estrutura do Itamaraty, junto com o do Oriente Médio, foi reduzido em termos político-administrativos. Tudo com base numa visão de custo-benefício de curto prazo, em detrimento de políticas estratégicas empreendidas pelos governos anteriores.

Durante o governo Itamar Franco (1992-1994), com Fernando Henrique Cardoso e, depois, Celso Amorim como chanceleres, voltou a haver certa visão articulada quanto à política africana. Foram selecionados alguns países-chave como prioritários e neles concentrados os limitados esforços. A nova África do Sul, Angola e Nigéria eram os principais focos da política externa brasileira, que buscava atingir os vizinhos através deles. Em 1993, Itamar Franco reativou a Zopacas e, no ano seguinte, realizou o Encontro de Chanceleres de Países de Língua Portuguesa em Brasília. Mais importante, contudo, foi o apoio bilateral e multilateral (via ONU) ao processo de paz e reconstrução em alguns países do continente, especialmente em Angola.

No governo FHC (1995-2002), o lugar da África nas relações internacionais do Brasil continuou modesto, mas houve algumas iniciativas importantes e uma certa inflexão ao longo do segundo mandato, que viriam a ser qualitativamente aprofundadas pelo governo Lula. A partir de 1995, o exército brasileiro participou ativamente das missões de paz da ONU em Angola e em alguns outros países. Em 1996, FHC visitou Angola e África do Sul, firmando acordos em várias áreas e, em 1998, o presidente Mandela visitou o Brasil. A nova África do Sul emergia como parceira importante para o Brasil. No ano 2000 aquele país assinou um Acordo Quadro com o Mercosul.

No mesmo sentido, a cooperação no campo das políticas públicas cresceu, especialmente quando o Brasil iniciou sua luta por quebrar os direitos de patente dos medicamentos para a AIDS, epidemia que assola a África austral. Quando o presidente, no contexto da crise do Real, começou a criticar

a “globalização assimétrica”, passou também a haver uma maior convergência na diplomacia mundial e seus foros multilaterais, especialmente econômicos.

Mas vale a pena, ainda, mencionar que, desde o fim dos anos 1980, tem crescido na África a penetração da televisão brasileira (especialmente as telenovelas), das igrejas evangélicas<sup>6</sup> e, mesmo, o estabelecimento de redes de contrabando, tráfico de drogas, armas e lavagem de dinheiro (num fluxo de duplo sentido). Aspectos culturais e de segurança, assim, se tornam agendas comuns no relacionamento entre as duas margens do Atlântico Sul. O Brasil também tem recebido refugiados e imigrantes do continente africano.

## A era da cooperação multidimensional

A presidência Lula, iniciada em 2003, abriu um novo capítulo nas relações Brasil-África, combinando uma nova visão sobre a ordem internacional com a transformação social interna. Já em seu discurso de posse, o presidente nomeou a África do Sul entre os grandes em desenvolvimento (China, Índia e Rússia) e destacou que o continente africano seria um vetor fundamental da política externa, que foi autodefinida como afirmativa e propositiva. Ao mesmo tempo em que o combate à pobreza adotava programas efetivos como o Fome Zero, as “políticas afirmativas” buscavam integrar os afrodescendentes aos avanços da sociedade brasileira. Nesse panorama, uma das iniciativas, já de março de 2003, foi o fomento do ingresso do grupo nos quadros diplomáticos, através de bolsas para a preparação do concurso do Instituto Rio Branco.

Três meses depois era lançado o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS ou G-3), uma iniciativa sul-africana de cooperação Sul-Sul. Em seu primeiro mandato, o presidente Lula realizou quatro viagens à África: em novembro de 2003, visitou São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul; em julho de 2004, São Tomé e Príncipe, Gabão e Cabo Verde; em abril de 2005, Camarões, Nigéria, Gana, Guiné Bissau e Senegal; e, em fevereiro de 2006, Argélia, Benin, Botswana e África do Sul. Dez novas embaixadas foram implantadas e o número de diplomatas no continente africano foi grandemente ampliado. Além de manter o apoio concreto aos processos de pacificação e reconstrução, perdoou a dívida de vários países para com o Brasil, concedeu créditos e assistência em várias áreas.

---

6 Somente na África do Sul já existem mais de 300 templos da Igreja Universal do Reino de Deus, onde pastores brasileiros conseguem até contar anedotas em zulu, mas o fenômeno é ainda mais intenso nos países de língua portuguesa.

No campo educacional, o Programa PEC foi ampliado e estendido à área de pós-graduação, com bolsas brasileiras, e fomentada a cooperação no campo da pesquisa científica e intercâmbio de professores. Cursos estão sendo realizados na África e inúmeros seminários para conhecimento recíproco foram realizados nos dois lados do Atlântico. Dentre eles, cabe destacar a Conferência Internacional de Intelectuais Africanos e da Diáspora, realizado em Salvador, Bahia, em julho de 2006. Assim, a África tornou-se o mais importante laboratório da cooperação Sul-Sul, em meio ao incremento do comércio bilateral.

Enquanto a oposição acusava o governo de “desperdiçar dinheiro com um continente sem futuro”, as empresas brasileiras ganhavam espaço, consolidando sua presença, sobretudo a Petrobras. Se a penetração chinesa e, mais recentemente, indiana visava a objetivos econômicos, ainda que contribuindo para a construção de obras de infraestrutura, e a recente presença norte-americana se preocupou com questões geopolíticas e de segurança, a cooperação com o Brasil, ao lado de inegáveis interesses materiais, trouxe elementos novos.

Trata-se do combate à pobreza e às epidemias (especialmente do HIV-AIDS), a introdução e geração de tecnologias adaptadas aos problemas do Terceiro Mundo e a aliança ativa nos fóruns multilaterais em defesa de interesses comuns na busca do desenvolvimento e da construção de um sistema mundial multipolar e pacífico. O G-3 e o G-20 são dois exemplos que contribuíram para o fortalecimento da posição dos países africanos nas negociações da OMC. Coroando essa política, foi realizado, em Abuja, Nigéria, a I Cúpula África-América do Sul (AFRAS), em novembro de 2006, propiciando às duas regiões uma projeção internacional inédita, que muito contribuiu para o Renascimento Africano. Ao mesmo tempo, desenvolveram-se movimentos de consciência negra, foram realizados seminários, criadas legislações contra a discriminação racial e centros de pesquisa especializados em países africanos.

Quanto disso tudo é discurso político e interesse econômico ou uma associação entre duas periferias na busca do desenvolvimento socioeconômico só o tempo dirá. Os governos africanos, por seu lado, precisam superar a mentalidade assistencialista e vitimizada dependente da ajuda, criada na época da Guerra Fria e agravada na “década perdida”, e intensificar seus processos de integração, sob o impacto desafiante da globalização. Superar a herança colonial do “dividir para reinar”, contida na configuração de pequenos e inviáveis Estados, é uma necessidade urgente. Ao mesmo tempo, necessitam aprofundar seus vínculos de cooperação externa numa perspectiva autonomista, revertendo a marginalização do continente.

O desenvolvimento do capitalismo na África, por sua vez, produz novas contradições, que se expressam na emergência de formas modernas de desigualdade social, mas elas gerarão, inevitavelmente, novas agendas e atores políticos futuramente. Por outro lado, esse mesmo desenvolvimento econômico deverá gerar a infraestrutura e a modernidade necessária para que a África obtenha uma libertação mais efetiva que a contida nos discursos políticos de outras épocas. É interessante observar, a título de exemplo, que a urbanização sul-africana, que promove o convívio não somente de culturas e etnias nacionais, mas de milhares de trabalhadores de outras nações africanas, está gerando uma nova cultura. Os jovens negros urbanos estão transformando o inglês, enriquecendo-o com novos termos e estruturas, ao mesmo tempo em que o empregam como língua comum.

O Brasil, por outro lado, é um país mestiço, não uma “democracia racial” (falso conceito conservador) nem uma nação multicultural (conceito pós-moderno europeu/norte-americano). Mestiçagem não significa branqueamento, mas mistura, algo que tem a ver com uma cultura que ignora certas diferenças e sente tremenda atração por outras. Estamos construindo uma cultura própria, onde o elemento africano tem uma contribuição decisiva e que necessita ser reconhecida, e as desigualdades sociais, que penalizam especialmente os negros, têm de ser eliminadas. E, mesmo em meio a tantas injustiças, temos uma enorme tolerância, que poderia ser um modelo para um mundo de intolerância.

Muito além do aspecto comercial, o Brasil pode ser um parceiro importante para o continente africano, desde que consiga superar certos entraves políticos, sociais e econômicos internos. A África, por sua vez, também é interessante ao Brasil, não apenas em termos econômicos, mas também político-culturais. Mesmo sendo uma nação em desenvolvimento do Terceiro Mundo, sempre existe a tentação primeiro-mundista das elites brasileiras. Além de receber estudantes africanos, o Brasil deveria enviar estudantes e turistas para a África, o que contribuiria para o aperfeiçoamento de nossa identidade. Por fim, a tensão entre uma cooperação transoceânica voltada para o Atlântico Norte (decorrente da história do capitalismo) e outra voltada para o Atlântico Sul (baseada na integração sul-americana, na associação com a África e na cooperação Sul-Sul) representa uma contradição fundamental. Nesse contexto, as relações Brasil-África são decisivas para sua superação.

Após décadas de estagnação, a economia africana começa a dar sinais de melhora considerável. Na última década, o continente tem vivenciado não apenas a aceleração constante do crescimento econômico, mas também

tem acompanhado as novas oportunidades de comércio e investimentos. Os Estados africanos têm se empenhado na promoção do desenvolvimento econômico sustentado por ações políticas próprias: a União Africana (UA), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Comunidade Econômica dos Estados da África Oriental (ECOWAS) e a Nova Aliança para o Desenvolvimento da África (NEPAD) são sinais claros da vontade de superar problemas históricos. E mais, as metas são definidas pelos próprios africanos, que assumem todas as dificuldades inerentes a projetos desse porte.

Nessa perspectiva cabe observar o potencial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Poucos países receberam no Itamaraty tratamento tão diferenciado como os integrantes da CPLP, que reúne uma população de 22 milhões de pessoas, além do Brasil, em quatro dos cinco continentes. Portugal, Timor Leste, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola buscam na cooperação brasileira atingir as áreas de segurança, negócios, saúde e educação. Já no primeiro ano do governo Lula, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola receberam a visita do Presidente brasileiro<sup>7</sup>.

Nesse contexto, o Brasil desenvolveu com os países da CPLP fortes programas de cooperação bilateral. Entre os mais significativos, estão a abertura de centros de ensino técnico brasileiros no Timor e em Angola e a disposição de urnas eletrônicas para o pleito de Guiné-Bissau, que acabou adiado por conta do golpe militar ocorrido no país. E ainda, foi acordado com Moçambique a instalação de uma fábrica de medicamentos antirretrovirais, trazendo grande entusiasmo aos integrantes da Comunidade.

Importante ressaltar que o Brasil, na presidência da CPLP, desempenhou papel central nas gestões diplomáticas que contribuíram para a retomada da democracia em São Tomé e Príncipe. Foi estabelecida uma cooperação com a Agência Nacional do Petróleo para ajudar o país a desenvolver seu sistema de regulação e licitação da exploração do seu petróleo. As relações com Angola, parceiro tradicional em diversas áreas, foi ampliada. Com Moçambique, estreitaram-se laços comerciais e estabeleceu-se uma cooperação no setor agropecuário, entre outras áreas. Com todos os países da Comunidade, tratou-se de cooperação em programas na área de desenvolvimento agrário, do combate à AIDS e da luta contra a pobreza. Na passagem

---

<sup>7</sup> Na ocasião, foram discutidas as possibilidades de investimentos em diversas áreas da indústria e do comércio. Com o presidente Lula viajou uma comitiva de 128 empresários interessados na expansão de exportações. Foram negociadas fábricas de cimento e de remédio, construção de ferrovias, exploração de carvão, exportação de aparelhos celulares, montagem de ônibus e venda de máquinas de coletar lixo, entre outros. A estimativa do intercâmbio era a de mais de US\$ 1 bilhão.

pela sede da CPLP, em Lisboa, o Presidente Lula destacou a responsabilidade especial da Comunidade em reverter a situação de miséria de alguns povos e a necessidade de mobilizar a Comunidade Internacional.

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) também apresenta enorme potencial para a diplomacia brasileira na construção de acordos de âmbito multilateral, capazes de reunir grupos de nações com interesses convergentes e que possam apoiar-se mutuamente e favorecer objetivos em comum nos fóruns globais. Tanto a CPLP quanto a Zopacas podem servir como espaço de intersecção entre vários processos de integração econômica na região do Atlântico Sul, favorecendo o intercâmbio entre Mercosul, SADC e ECOWAS. O governo brasileiro tem favorecido significativamente um crescente número de empresas brasileiras, principalmente as exportadoras de serviços, que tem se dirigido ao continente africano para a realização de projetos. Como exemplo, cabe destacar o fato da Companhia do Vale do Rio Doce ter sido a vencedora da concorrência para a exploração do complexo carbonífero de Moatize, ao norte de Moçambique, estreitando as relações com o Brasil.

A aproximação com o continente africano tem se mostrado como um desdobramento importante da política externa brasileira. Em uma avaliação superficial, a estratégia atrai críticas, na medida em que pode parecer paradoxal um país em desenvolvimento como o Brasil fomentar seus esforços diplomáticos em parceiros pobres, com pouca influência no contexto geopolítico global e, em seu conjunto, peso ainda baixo na balança comercial brasileira. No entanto, é preciso avaliar os movimentos de internacionalização e de algumas tendências políticas e econômicas aceleradas pelo aprofundamento da globalização.

O Brasil começa a tornar-se um exportador de capital e tecnologia, além de um tradicional (e agora competitivo) exportador de produtos primários, serviços e manufaturas. O fenômeno que ocorre no Brasil é também observado em outras economias em desenvolvimento, a exemplo da Índia, da África do Sul e da China. A África é um dos territórios adequados aos investimentos das empresas brasileiras, ainda que o continente seja marcado por alguns regimes instáveis, conflitos armados e outras formas de violência, problemas sanitários significativos e imensa pobreza. Ao mesmo tempo é uma das poucas fronteiras naturais ainda abertas para a expansão de negócios em setores como petróleo, gás e mineração e palco de uma disputa global por acesso a matérias-primas, cada vez mais escassas e demandadas.

Iniciado o segundo mandato, Lula fez sua sétima viagem ao continente, visitando Burkina Faso, República do Congo, África do Sul e Angola<sup>8</sup>. A agenda, além de incluir a assinatura de acordos bilaterais e multilaterais, previu a participação na 2ª Cúpula do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS). A viagem à Burkina Faso, que retribuiu a visita ao Brasil do Presidente Blaise Compaoré, em 2003, resultou em acordo de cooperação técnica na área educacional e protocolo de cooperação em saúde em áreas como medicina tradicional e bancos de leite. Na República do Congo, em retribuição à visita do Presidente Denis Sassou Nguesso ao Brasil em 2005, os países assinaram acordos para a área da saúde, acertaram sobre o combate à malária e ao HIV/AIDS. Concluído este roteiro, o presidente brasileiro já passara por 19 dos 53 países africanos, alguns deles mais de uma vez.<sup>9</sup>

Ainda assim, o maior investimento se deu em termos diplomáticos. Em 2007, ao participar, na África do Sul, da 2ª Cúpula do IBAS (a 1ª Cúpula foi realizada em Brasília, em setembro de 2006), a diplomacia brasileira intensificou a cooperação e articulação política trilateral<sup>10</sup>. A reforma do Conselho de Segurança da ONU e a Rodada Doha foram alguns dos temas em pauta. A rodada de negociações na Organização Mundial do Comércio é prioritária para os três países, uma vez que os mesmos integram o G-20 e, juntos, lutam pela abertura do mercado agrícola dos países desenvolvidos para a produção das nações em desenvolvimento.

De qualquer forma, a constituição do IBAS já terá desempenhado um papel importante em chamar a atenção do Norte para a intenção dos países do Sul de terem sua voz ouvida sobre os grandes temas globais e terá, em alguma medida, influenciado o G-8 a convidá-los para seus debates internos.

---

8 Acompanhado de empresários dos setores de energia, construção, indústria aeronáutica e finanças. Nessa ocasião, também esteve prevista a assinatura de acordo em matéria de biocombustíveis com a organização sub-regional União Econômica e Monetária do Oeste da África, além de um acordo relacionado a cotonicultura, durante a passagem por Burkina Faso. Na República do Congo foi acordada cooperação relativa ao cultivo de dendê e para a modernização do setor sucro-alcooleiro.

9 Desde o início do governo Lula as exportações brasileiras mais do que triplicaram – em 2003, o Brasil exportou US\$ 3,06 bilhões, em 2006 foram US\$ 7,86 bilhões. Em 2007, os dados até setembro mostraram um crescimento de 15% em relação ao ano anterior.

10 Brasil, Índia e África do Sul também estabeleceram metas ambiciosas para o incremento do comércio trilateral. Em julho de 2007, durante a quarta reunião da Comissão Mista trilateral, em Nova Delhi, o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, propôs a cifra de US\$ 15 bilhões até 2010. Ainda em 2007, Brasil, Índia e África do Sul pretendiam alcançar US\$ 10 bilhões em trocas comerciais. Na ocasião, Celso Amorim também defendeu a intensificação dos trabalhos para a criação de uma área de livre comércio entre o Mercosul, Índia e a União Aduaneira da África Austral (SACU), grupo que reúne África do Sul, Botswana, Lesotho, Namíbia e Suazilândia.

O IBAS, nesse sentido, está realizando um papel de projetar seus membros no cenário internacional, alertando a comunidade internacional que os países estão dispostos e aptos a quebrar o invólucro de seus contextos regionais e colaborar decisivamente para os progressos de uma ordem multipolar. Por fim, o Fórum abriu um valioso espaço político para a atuação internacional da África do Sul e do Brasil.

As possibilidades de intercâmbio comercial foram, também, um dos principais assuntos da reunião bilateral do Presidente Lula com o presidente sul-africano Thabo Mbeki. Na esfera política os dois governos assinaram instrumentos na área social, energética, educacional, cultural, de saúde e de administração tributária. Na África do Sul, o presidente brasileiro ainda participou de um Conselho Empresarial, Seminário Acadêmico, Fórum Parlamentar e Fórum de Mulheres. O término dessa viagem ocorreu em Angola, onde Lula, juntamente com o presidente angolano José Eduardo dos Santos assinaram acordos nas áreas de prevenção da malária, formação e ensino. Em Luanda, o presidente brasileiro foi homenageado em sessão solene da Assembleia Nacional e abriu um encontro de negócios com representantes de mais de 30 empresas brasileiras instaladas em Angola.

Angola, o segundo maior produtor africano de petróleo, foi palco de uma intensa discussão em torno do que o Presidente Lula definiu como “revolução dos biocombustíveis”. Segundo Lula, os dois países – Angola como uma potência petrolífera e o Brasil como autossuficiente na produção de petróleo – poderiam juntos participar da próxima revolução energética, a dos biocombustíveis. A “revolução energética brasileira”, como anunciada pelo presidente Lula, tem no potencial brasileiro para a produção de etanol uma saída à substituição de energia não-renovável por energia limpa. É visível o espaço que vem sendo dado ao tema pelo governo brasileiro, o qual vem se aproximando de outros países, para o desenvolvimento e aprimoramento desta via energética.

Em novembro de 2007, o Brasil e a China anunciaram que iriam distribuir gratuitamente para todo o continente africano imagens do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS). O anúncio, feito pela delegação brasileira na Cidade do Cabo, durante a quarta reunião do Grupo de Observação da Terra (GEO), tinha como objetivo contribuir para aumentar a capacidade de governos e organizações na África na utilização de imagens de satélite para monitorar desastres naturais, desmatamento, seca e desertificação, ameaças à produção agrícola e à segurança alimentar e riscos à saúde pública. Além de prover imagens de alta qualidade, o Brasil também se comprometeu com o fornecimento de software de processamento de imagens e

outras ferramentas de interpretação, assim como o treinamento de usuários africanos interessados. O pleno funcionamento do sistema de distribuição de dados CBERS para a África está previsto para este ano.

As relações entre o Brasil e a África, no segundo governo Lula, tenderam a um aprofundamento. Em dezembro de 2007, o Brasil foi escolhido pela Comissão de Construção da Paz (CCP) das Nações Unidas para coordenar os trabalhos do órgão sobre a Guiné-Bissau. A escolha se seguiu a indicações da própria Guiné-Bissau. Na coordenação dos trabalhos da CCP para a Guiné-Bissau o Brasil intensificará sua contribuição para o país, que já está evidenciada por meio da cooperação bilateral, bem como através da CPLP e do Fundo IBAS. Em março de 2008, diante das severas enchentes e inundações que têm afetado Moçambique e Zâmbia, o Brasil deu continuidade a iniciativas de ajuda humanitária às nações africanas, doando 3 toneladas de medicamentos básicos e emergenciais para cada um dos dois países. Guiné-Bissau e Angola, também afetados pelas enchentes, receberam ajuda brasileira.

Apesar de não ser possível determinar com precisão quais sejam os impactos causados por essa conjuntura favorável à aproximação entre o Brasil e o continente africano, é fato que a África possui uma posição privilegiada na estratégia de inserção internacional desenvolvida pela política externa do governo Lula. O Brasil parece desejar ser um ator responsável e ativo no sistema internacional e, historicamente, o Itamaraty tem sido a Instituição que, por excelência, pensa o interesse nacional em longo prazo. Conferir maior peso a regiões ainda pouco exploradas e a países em desenvolvimento, sem negligenciar as relações já estabelecidas com parceiros mais tradicionais, não apenas vem ao encontro de uma definição mais ampla de interesses nacionais e da inserção do Brasil na economia mundial, mas também contribui para conferir legitimidade a diplomacia brasileira.

Se durante o governo Dilma Rousseff é possível observar um certo “recoo” na intensidade das relações com o continente, é importante observar que a importância da África para a política brasileira pode ser demonstrada também em números. De acordo com o Relatório do Banco Mundial/Ipea (2012), em 2009, 50% dos projetos brasileiros financiados pela ABC (Agência Brasileira de Cooperação) eram destinados ao continente africano. Em 2011, a quantia aumentou para quase 60%, contabilizando mais de US\$ 22 bilhões. Ainda que atraia críticas quanto à validade de envolver-se com países mais pobres com limitada participação na balança comercial brasileira, a África aparece como um ótimo destino para as exportações e investimentos brasileiros, além de servir como rota de passagem para o Oceano Índico. Ainda, conforme

o Relatório do Banco Mundial/Ipea ressalta, o conhecimento brasileiro em medicina e agricultura tropical constitui uma oportunidade ímpar para os países africanos de importar soluções efetivas para o desenvolvimento nestas duas áreas. Além disso, destaca-se a importação dos serviços brasileiros de proteção social. A situação de desigualdade social similar nas duas margens do Atlântico, e o aparente sucesso dos programas sociais como o Fome Zero, levou a implementação de adaptações destes sistemas de assistência social em países como Angola, Quênia e Senegal, iniciadas em 2003. Apesar de ser ainda cedo para se fazer um balanço dos resultados obtidos até então, as iniciativas demonstram a participação brasileira em longo prazo no continente.

Os interesses similares entre as duas margens, a busca por soluções conjuntas para problemas comuns, a importância de salvaguardar a paz de maneira a fortalecer o desenvolvimento regional e a integração, e o crescente fluxo comercial com as nações sul africanas compreendem as maiores premissas da política africana do Brasil.

## Conclusão

É importante ressaltar que, para o Brasil, a África não é apenas uma conexão para a Ásia. O Atlântico Sul tem servido como palco para descobertas de uma variedade de recursos naturais como o pré-sal brasileiro, mas, também, como as novas jazidas de petróleo no litoral angolano, nas quais o Brasil já está investindo e cooperando em termos de fornecimento de recursos técnicos para a exploração. A afirmação da soberania sobre as águas territoriais, a manutenção da segurança nos oceanos para a navegação e o bloqueio de qualquer iniciativa de militarização desses espaços por potências extrarregionais se fazem, assim, urgentes. É importante considerar, ainda, a necessidade norte-americana de controlar jazidas de petróleo mais seguras e menos custosas do que as venezuelanas e do Oriente Médio, além da próxima relação militar desse país com a África do Sul – país que poderia ser utilizado para inserção no continente africano, logo, na região do Atlântico Sul.

Apesar das críticas, o desenvolvimento das capacidades militares pelos países da região é imprescindível, ao mesmo tempo em que deve ser reforçada a ênfase na Zopacas, especialmente face às tentativas de militarização da região, demonstrada pela situação das Malvinas (Grã-Bretanha), pela recriação da IV Frota (Estados Unidos) e pelo Africom (comando norte-americano para a África), além da inserção norte-americana no continente sul-americano, através de bases no território colombiano.

O grande potencial para transformar o Atlântico Sul em uma comunidade de segurança e de fornecimento de energia como opção ao sistema euro-norte-americano do Atlântico Norte, é percebido pela política externa brasileira. O Brasil busca liderança na consolidação deste projeto, algo que parece estar sendo obtido através da política assertiva de projeção internacional do país. Neste sentido, a África do Sul possui uma posição central entre os oceanos Atlântico e Índico, o que, junto com sua forte economia, faz com que seja quase impossível para qualquer país não contabilizar o país quando buscar se engajar no continente (Kornegay 2011).

É interessante ressaltar que a resolução dos conflitos regionais na África (a exemplo de Angola e África do Sul) impulsionou uma “virada africana”, podendo o Brasil atuar na aproximação com e entre esses dois países. A expansão dessa relação é importante para aumentar as opções dentro da SADC, o que pode gerar um plano conjunto de segurança marítima que aproximará a região com o Brasil, logo, fortalecendo o IBAS. Enquanto o Atlântico Sul não possui uma organização institucionalizada, como é o caso do IOR-ARC (Organização do Oceano Índico), as relações internacionais nesta região devem conduzir a uma arquitetura de segurança marítima transatlântica (Kornegay 2011). Neste sentido deve-se levar em conta a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, liderada pelo Brasil.

O discurso e a prática diplomática durante o governo Lula convergiram para a construção de alianças preferenciais com parceiros no âmbito das relações Sul-Sul. O governo Dilma Rousseff manteve o interesse nas relações com o continente, mas redefiniu esse eixo em termos de prioridade. Todavia, o continente africano representou uma das áreas de maior investimento em termos diplomáticos durante os anos 2000. A aproximação com o continente africano não visa à obtenção de resultados em curto prazo, ainda que, em termos econômicos a África represente um mercado importante.

Nesse sentido, hoje, apesar de fragilizada pelos eventos da crise política no país, a política africana do Brasil se apresenta dinâmica no plano diplomático, assumindo relevância especial quando são consideradas as ações brasileiras no continente africano. Entretanto, a dinâmica política, econômica e sociocultural de ambas as regiões, em distintos momentos históricos, travou ou impulsionou essa relação. Em diferentes períodos, as ações brasileiras resultaram de uma leitura equivocada das prioridades da política externa brasileira. Essas ações, que não levaram em conta os interesses políticos e estratégicos de longo prazo, apenas os interesses econômicos e financeiros imediatos, postergaram a implementação e renovação de projetos bilaterais,

bem como o estabelecimento de acordos de cooperação no plano multilateral. Assim, cabe acompanhar a trajetória das relações entre o Brasil e a África.

## REFERÊNCIAS

- Costa vaz, Alcides; Flemes, Daniel. 2011. Security Policies of India, Brazil and South Africa. Regional Security Contexts as Constraints for a Common Agenda. GIGA Working Paper n. 160. Hamburgo: Instituto Alemão de Estudos Globais e de Área
- CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). 2014. 18 anos CPLP: Os desafios do futuro. Díli, Timor-Leste: CPLP
- Jaguaribe, Hélio. 1985. Reflexões sobre o Atlântico Sul: América Latina e Brasil ante a desarticulação do sistema interamericano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Coleção debates, v.3.
- Kornegay, Francis. 2009. The Geopolitics of IBSA: the South African Dimension. In: Anais da III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: o Brasil no mundo que vem aí: IBAS. Brasília: Funag
- \_\_\_\_\_. 2011. South Africa, the Indian Ocean and the IBSA-BRICS Equation: reflections on geopolitical and strategic dimension. Nova Déli: ORF Occasional Paper
- Linhares, Maria Yedda (org.). 1990. História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 9th ed.
- Relatório Ponte sobre o Atlântico. 2012. Brasil e África Subsaariana: Parceria Sul-Sul para o crescimento. Brasília: Banco Mundial/Ipea
- Rodrigues. José Honório. 1964. Brasil e África: Outro Horizonte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (2 vol.)
- Silva, Alberto da Costa e. 2012. Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira
- Visentini, Paulo Fagundes; Teixeira, Luiz Dario; Pereira, Analúcia Danilevicz. 2014. História da África e dos Africanos. Petrópolis: Vozes (3. ed.)
- Visentini, Paulo Fagundes. 2016 A Relação Brasil-África: prestígio, cooperação ou negócios? Rio de Janeiro: Alta Books

## RESUMO

As relações do Brasil com o continente africano, após um longo período de afastamento, ganharam um novo impulso a partir dos anos 2000. Os laços históricos, a consolidação de uma política africana brasileira e as importantes mudanças no continente africano estão presentes na visão brasileira sobre a necessidade de aproximação e cooperação. O discurso e a prática diplomática brasileira convergem para a construção de alianças preferenciais com parceiros no âmbito das relações Sul-Sul. Nessa perspectiva, o continente africano representa uma das áreas de maior investimento em termos diplomáticos dos últimos governos. E ainda, a construção de um espaço estratégico que ligue o Brasil à costa africana, transforma o Oceano Atlântico em uma área a ser preservada para a cooperação por ambos os lados. Nesse sentido, este estudo busca avaliar a interação entre o Brasil e o continente africano, especialmente com África lusófona, e analisar as relações Brasil-África nos marcos da Cooperação Sul-Sul.

## PALAVRAS-CHAVE

Cooperação Sul-Sul; Relações Brasil-África; Política Externa.

*Recebido em 24 de agosto de 2020*

*Aceito em 7 de setembro de 2020*

# REGIMES MILITARES MARXISTAS AFRICANOS, ASCENSÃO E QUEDA: CONDICIONANTES INTERNOS E DIMENSÕES INTERNACIONAIS

Paulo Gilberto Fagundes Visentini<sup>1</sup>

## Introdução

A dimensão histórica é utilizada de forma limitada ou seletiva na análise das relações internacionais contemporâneas, sendo necessário desenvolvê-la. Resgatar a temática e o período dos anos 1970-1980 significa, portanto, tanto uma questão histórica como teórica. As relações internacionais, como área dominada pela ciência política, tem sido um campo de estudos marcado por teorizações pouco embasadas empiricamente e de caráter instrumental. Sem a construção do Estado, de elites dirigentes e das transformações sociais promovidas por processos revolucionários, a situação de Angola, Moçambique e Etiópia, por exemplo, não teriam permitido seu atual protagonismo internacional.

Halliday (1983) observa que durante os anos 1970 ocorreram quatorze revoluções no Terceiro Mundo. Mas a elas podem ser acrescentadas as transições negociadas à independência e, paradoxalmente, *Golpes Militares* liderados pela baixa e média oficialidade, que implicaram numa *mudança radical de regime político*, dando origem aos *Regimes Militares Marxistas Africanos* (Markakis e Waller 1986; *The Journal of Communist Studies* 1992). Nesse caso, o número ultrapassa duas dezenas entre 1968 e 1983. As Revoluções e os Regimes Revolucionários então implantados tiveram expressivo impacto regional, gerando tendências e contratendências, bem como violentos conflitos internacionalizados e guerras civis.

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: paulovi@ufrgs.br

Ao longo de estudos anteriores, além das Revoluções decorrentes de longas guerras anticoloniais como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Zimbábue, identificou-se um elemento inovador, os *Golpes Militares de novo tipo*, que introduziram *regimes revolucionários autodenominados marxistas-leninistas*. É o caso da Somália (1969) e da Etiópia (1974), o caso mais emblemático, mas também de quatro países francófonos: Congo-Brazzaville (1968), Dooney/Benin (1972-74), Madagascar (1975) e Alto Volta/Burkina Faso (1983). As originais e polêmicas experiências revolucionárias aqui propostas para reflexão, os *Regimes Militares Marxistas*, são diferentes dos primeiros Estados regidos pelo chamado “Socialismo Africano” logo após a independência, na passagem dos anos 1950 aos 1960: Gana (1957), Guiné (1958), Mali (1960), Tanzânia (1961), Zâmbia (1964) e Argélia (1962).

## **Processos e Regimes Revolucionários e seu impacto internacional**

Para fins teóricos e metodológicos desse estudo, revolução significa uma mudança política brusca, geralmente violenta (mas nem sempre), com a derrubada de um regime e a luta pela construção de outro novo. Esta ruptura na ordem vigente busca efetuar alterações estruturais nos ordenamentos jurídico-político e socioeconômico. O elemento deflagrador de tal evento pode ser um levante popular, uma insurreição armada, um golpe de Estado ou até mesmo uma transição política relativamente pacífica. Mas, para estes elementos conjunturais serem eficazes, é necessário haver condições políticas objetivas favoráveis, domésticas e externas.

Além das revoluções burguesas, das revoluções democrático-burguesas (com participação ativa da população) e das revoluções socialistas propriamente ditas, durante a segunda metade do século XX, desenvolveram-se as revoluções democrático-populares, especialmente em países periféricos. Trata-se das revoluções de libertação nacional, das democráticas, das anti-imperialistas e das “antifeudais” do Terceiro Mundo, geralmente ligadas à descolonização e ao nacionalismo. Nelas, os elementos deflagradores foram revoltas populares, mobilizações reformistas, golpes de Estado (inclusive militares) e lutas de guerrilha como as teorizadas na China, Vietnã, Cuba e África lusófona com Amílcar Cabral (Silva 2004). Nelas, havia uma aliança entre segmentos da pequena burguesia e do campesinato, além de setores do operariado.

As teorias da revolução e do socialismo ainda estão fortemente centradas nos casos europeus, sendo limitados o conhecimento e a reflexão sobre as experiências do Terceiro Mundo, em geral mais recentes e menos documentadas. Comumente, insiste-se em que os países periféricos “não estariam preparados” para a Revolução e para o socialismo, segundo uma interpretação restritiva. Ocorre que, durante a fase do imperialismo europeu, as contradições sociais mais agudas se deslocaram do centro para a periferia, onde o processo de proletarização se tornou mais acentuado, com o êxodo rural e a implantação da agricultura voltada ao mercado. É importante ressaltar que a dimensão internacional, já significativa nas revoluções clássicas, se torna ainda mais decisiva no quadro da crescente internacionalização aprofundada pelo capitalismo na periferia (Davis 1985).

As Revoluções possuem duas acepções: a primeira, mais restrita, se refere à conquista do poder político, através da conquista do Estado; a segunda consiste no emprego da primeira para desencadear um processo mais demorado de transformação das estruturas sociais, políticas e econômicas. Na concepção filosófica e estratégica marxista as duas foram reunidas em uma única concepção. Para fins teóricos e metodológicos deste estudo, Revolução significa uma mudança política brusca, geralmente violenta (mas nem sempre), com a derrubada de um regime e a luta pela construção de outro novo. Esta ruptura na ordem vigente busca efetuar alterações estruturais nos ordenamentos jurídico-político e socioeconômico.

O elemento deflagrador de tal evento pode ser um levante popular, uma insurreição armada, um golpe de Estado ou até mesmo uma transição política relativamente pacífica. Mas para estes elementos conjunturais serem eficazes, é necessário haver condições políticas objetivas favoráveis. No caso que aqui nos interessa, a formação dos *Regimes Militares Marxistas Africanos*, o fato de terem sua origem em Golpes de Estado geralmente deflagrados por militares de patente média e baixa (de Capitão para baixo) não invalida, portanto, o conceito. Tampouco faz diferença que os jovens e radicais militares desconhecessem o marxismo, pois, assim como muitos grupos de esquerda se afastaram das transformações revolucionárias após chegarem ao poder, diversos grupos “conservadores” ou apenas nacionalistas enveredaram para o marxismo e mudanças revolucionárias após chegar ao poder.

As revoluções sempre estão relacionadas a fatores tanto internos quanto externos e, na sequência de sua concretização, necessariamente geram um impacto internacional na medida em que afetam regras internas nas quais a ordem (capitalista) internacional se baseia. “As Revoluções são eventos internacionais em suas causas e efeitos”, como lembra Fred Halliday

(2007, 148). Neste sentido, inspiram forças políticas de outros países, tanto simpatizantes como adversárias. Normalmente as revoluções dão origem a guerras externas, geralmente associadas a guerras civis internas ou são delas resultantes.

## O lugar dos Regimes Militares Marxistas Africanos nas Revoluções do século XX

O socialismo de orientação marxista logrou, ao longo do século XX, impulsionar um conjunto de revoluções vitoriosas em sucessivas ondas. A primeira delas teve lugar na esteira da Primeira Guerra Mundial, com o triunfo da Revolução Russa e a construção do socialismo na URSS. A segunda, decorrente dos movimentos antifascistas e dos resultados da Segunda Guerra Mundial, afetou o Leste europeu, tanto através das “revoluções pelo alto” apoiadas por Moscou, que constituiriam as Democracias Populares, quanto como por meio das revoluções autônomas da Iugoslávia e da Albânia.

A terceira, que vinha se desenvolvendo paralelamente à anterior, teve como epicentro a Revolução Chinesa, iniciada já na década de 1920, caracterizada pela questão camponesa. Após um quarto de século de guerrilhas e guerras, a nação mais populosa do planeta tornou-se um regime socialista. A Revolução Coreana e a primeira etapa da Indochinesa fazem parte dessa fase. As revoluções marxistas e regimes engendrados na primeira metade do século XX ocorreram “na periferia do centro”; as potências capitalistas industriais, o centro do sistema, entraram em conflito aberto nas Guerras Mundiais. Assim, foi possível a vitória de duas revoluções e regimes estruturantes de nova realidade mundial, a soviética e a chinesa, que se encontravam na periferia do espaço geopolítico afetado pela gigantesca confrontação e transformação.

Finalmente, na quarta e última, o movimento de descolonização e o nacionalismo do Terceiro Mundo protagonizaram o triunfo de diversas revoluções de orientação socialista, como a cubana, a vietnamita, a afegã, a sul-iemenita e as africanas dos anos 1970 (Angola, Moçambique e Etiópia). Elas ocorreram na segunda metade do século XX “no centro da periferia”, isto é, na região meridional do planeta ainda não industrializada, onde ocorria a expansão do *desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo* (Westad 2007; Davis 1985).

Diferentemente de Angola e Moçambique, casos em que o componente marxista estava associado a *Movimentos de Libertação Nacional*, os da Etiópia e Somália, bem como dos quatro Estados Francófonos, tiveram

Revoluções/Regimes Militares Marxistas após mais de uma década de independência. A Etiópia nunca chegou a ser uma colônia e a Somália reuniu dois territórios coloniais, não havendo um elemento estrutural de dependência externa. A Etiópia tinha um Estado Imperial prévio (embora arcaico), diferente dos demais que recém lutavam para edificar um, mas nenhum dos seis países formara a Nação e edificara instituições estáveis (Visentini; Ribeiro e Pereira 2012).

Os regimes neocoloniais, copiados das metrópoles, se mostraram tremendamente instáveis e logo sucedidos por golpes militares de tipo tradicional, que tampouco conseguiam manter a coesão interna e o desenvolvimento econômico. Já a tentativa temperada dos regimes populistas chamados de “Socialismo Africano” de Gana, Guiné, Mali, Tanzânia e Zâmbia, igualmente fracassaram, derrubadas por golpes de Estado ou derivando para regimes autoritários personalistas. Na esteira de seu fracasso, se abriu espaço para tendências do “Marxismo Africano”, impulsionadas por intelectuais, estudantes e sindicalistas, face ao insucesso das duas vias anteriores. Todavia, o ator por excelência nesse processo foi um segmento do Estado, as Forças Armadas, que se impuseram através de Golpes de Estado na Somália (1969), Etiópia (1974), Congo-Brazzaville (1968), Daomey/Benin (1972-74), Madagascar (1975) e Alto Volta/Burkina Faso (1983) (Markakis 1986).

Os militares, que não tinham influência marxista, admiravam a performance da União Soviética e de Cuba, bem como as ferramentas socialistas utilizadas na centralização do Estado, construção da nação, soberania via defesa militar e desenvolvimento econômico-social. Encontraram nos pequenos grupos marxistas civis (influenciados pelo PCF e CGT, no caso dos francófonos) interlocutores e aliados importantes, mas, também, desafiantes. Esses grupos foram gradualmente absorvidos ou dispersados em sua maior parte, mas seu programa foi incorporado pelos militares, que tinham organização e instrumentos de poder para implementá-los. O marxismo se fundiu com o nacionalismo nesses regimes, na tentativa de superação da fragmentação nacional, apatia política, atraso socioeconômico e subserviência internacional (Hughes 1992).

É nossa hipótese central que tais processos tiveram raízes autóctones e que a ligação com o campo soviético foi um elemento instrumental posterior (embora indispensável), sendo o interesse de Moscou limitado, exceto na Etiópia, por motivos geopolíticos. As razões são enumeradas abaixo, mas o *ethos* militar encontrou no socialismo de corte marxista-leninista elementos que lhe eram familiares (centralização, disciplina) e úteis para a realização do programa que se propunham a executar. O exército, por sua vez, era uma

das poucas instituições realmente nacionais em termos de extração regional e social. Também se observa que a fragmentação interna não dizia respeito tanto a elementos tribais ou culturais, como insiste certa historiografia, mas com a distribuição de recursos e de poder do Estado para as diferentes regiões, grupos e atividades econômicas.

Muitos êxitos foram logrados nos campos social, político, educacional, saúde, emancipação da mulher e, mais limitadamente, econômicos. As dificuldades internas, as pressões econômicas externas e a mudança no grau de comprometimento soviético dificultaram a performance de tais regimes. Em meados dos anos 1980 eles tiveram de adotar reformas econômicas liberais (recorrendo ao FMI) e, quando Gorbachov chegou ao poder na URSS, também políticas. O fim da Guerra Fria deixou-os órfãos em termos ideológicos, políticos e de apoio externo. Todavia, a ajuda cubana foi diferente da soviética e deve ser considerada separadamente. Segundo Margot Light (*The Journal* 1992), Moscou sentiu o peso do envolvimento num cenário estrategicamente secundário como a África e se ressentia das fortes limitações do que seus acadêmicos denominaram como *Estado de Orientação Socialista* ou *Via Não-Capitalista de Desenvolvimento*. Sobre o legado de tais regimes, curiosamente se pode observar que seus dirigentes e partidos seguiram no poder ou, posteriormente, a ele retornaram por via eleitoral (Ver adiante).

## **Em que medida as revoluções e regimes socialistas se apoiavam no marxismo?**

Uma questão relevante é por que os militares africanos que chegaram ao poder através de um Golpe de Estado na década de 1970 adotaram referências marxistas-leninistas. O marxismo, e, depois, a prática do marxismo-leninismo, representava uma doutrina que oferecia uma série de soluções atrativas para os grandes desafios a países que se lançaram no caminho da ruptura revolucionária e na tentativa de construção de uma sociedade pós-capitalista, segundo Clapham (1996). A Etiópia, por exemplo, era um antigo império, com estruturas feudais, dominada pela Igreja Ortodoxa, que havia passado por um período de expansão, o qual a levou a controlar um território bastante amplo e com grandes diversidades étnicas.

Nesse sentido, o primeiro atrativo que o marxismo oferecia era, obviamente, o de uma *doutrina revolucionária de conquista e manutenção do poder*. Diferentemente da maioria dos Estados coloniais ou semicoloniais – que faziam a revolução, primordialmente, através de ideologias nacionalistas

e anticolonialistas, buscando a libertação em primeiro lugar –, os revolucionários que abraçaram o marxismo (com maior ou menor sinceridade) o consideravam uma alternativa radical e progressiva ao *status quo* vigente. Isso se dava tanto no que se refere à organização de movimentos políticos e/ou armados para a conquista do poder e a mobilização de apoio popular, ou mesmo após conquistar o poder num quadro confuso de correlação de forças. No caso dos *Regimes Militares Marxistas*, que chegavam ao poder através de um *Coup d'État*, “a usurpação do poder requer legitimidade através de uma alternativa crível ao regime derrubado. (...) Os soldados radicais compartilhavam a ilusão de que o socialismo poderia ser alcançado rapidamente e por decreto” (Markakis 1986, 4). Mais que isso, era necessário ocupar o espaço da extrema-esquerda civil, aliada que desafiava os novos detentores do poder.

Em segundo lugar, o marxismo também oferecia a eles uma *doutrina de desenvolvimento*. Essa pregava a destruição do poder oligárquico que controlava o país até então, o qual era visto como uma obstrução ao bem-estar do povo, e a sua substituição por um Estado mais eficiente, combinado a um campesinato livre. Essa estratégia de desenvolvimento buscava paradigmas alternativos ao liberalismo de perfil neocolonial e à experiência puramente moralista e voluntarista e foi baseada, portanto, nas premissas de desenvolvimento marxistas, alicerçada em uma estrutura de planejamento central, distribuição socialista e, quando possível, industrialização.

Um terceiro e quarto apelo do marxismo-leninismo para o governo revolucionário era a *construção da nação*, fosse ela *unitária ou multiétnica*, e a *construção do Estado*. Como lidar com as divisões internas decorrentes do baixo nível de desenvolvimento, do legado histórico e das manipulações dos colonizadores ou agentes externos? Era necessário forjar uma nação em novas bases. Certamente, a URSS, que combinava um governo central efetivo ao respeito às identidades culturais de diversas nacionalidades e a um considerável nível de autonomia, consistia em um modelo atrativo. Numa relação dialética com este fator, os novos governos egressos do colonialismo ou do neocolonialismo contavam com aparatos administrativos limitados internamente e viciados pela dominação externa, direta ou indireta. Era necessário organizar um aparato capaz de dar conta da gigantesca transformação e conflitos que se avizinhavam, um Estado de novo tipo. Assim, o marxismo-leninismo também era uma *ideologia de controle estatal*.

Por fim, o quinto apelo do marxismo-leninismo para um governo revolucionário era a sua utilização como *fonte de apoio internacional* em um contexto de Guerra Fria. A URSS, a China e a comunidade socialista em geral representavam, portanto, a única fonte consistente de suprimentos milita-

res, legitimação, apoio político e econômico. A necessidade de conquistar suporte externo foi condição necessária para a sobrevivência de muitos dos regimes marxistas. Todavia, a ajuda soviética, além de criar certos laços de dependência, ficou geralmente restrita ao campo militar, deixando muito a desejar no campo econômico e financeiro. Com relação a esse quesito, Arnold Hughes (1992) acrescenta que ele representa, igualmente, uma *garantia de soberania nacional*.

Hughes, acrescenta, ainda, outros três elementos adicionais que têm conexão com a cultura política africana. O Marxismo era percebido como uma *ideologia superior*, como uma alternativa ao capitalismo Ocidental e ao Socialismo Africano, considerados nos anos 1970 como projetos inoperantes para o continente. Através do marxismo os grupos dirigentes se sentiam parte da modernidade socialista mundial, pois ele trazia um sentimento de segurança através de um discurso ideológico que permitia identificar os problemas e formular políticas e estratégias para solucioná-los.

Para os militares radicais africanos o marxismo, além de ser uma estratégia racional, também teria as propriedades de um “*amuleto político*”, com “um charme quase mágico para prevenir as doenças políticas como o neocolonialismo e a subdesenvolvimento” (Hughes). Segundo Zolberg (apud Hughes 1992, 13), o Planejamento não era apenas um instrumento objetivo, “mas também *símbolos* de racionalidade, controle e ordem. A ideologia política se torna um encantamento que, genuinamente, transforma a realidade, e mesmo que nada aconteça, mudando a visão dos homens sobre isso”. Para ele, o “amuleto” capacitaria as elites inteligentes a controlar o futuro.

Por fim, especialmente para as classes médias o regime marxista representava uma possibilidade de *autopromoção social*. O Estado constituía o principal provedor de empregos formais e o modelo de desenvolvimento socializante ampliava enormemente os postos de trabalho nesse setor. Mas não se tratava apenas de ganhos econômicos, pois amplos segmentos da juventude e da classe média acreditavam que a opção marxista oferecia a esperança de um futuro melhor. Ao remover grande parte das elites vinculadas ao ex-colonizador, o regime abria espaço para a ascensão social e política de novos atores.

## **Regimes Militares Marxistas Africanos: dimensões domésticas e internacionais**

A descolonização da África no início dos anos 1960 propiciou a instalação de regimes neocoloniais que copiavam as instituições das ex-metrópoles, mas deixou de fora os chamados *bastiões brancos* do sul do continente. O resultado foi a radicalização dos movimentos de libertação nacional através de guerrilhas apoiadas pelos países socialistas e, após o colapso do Império português, uma longa guerra civil e convencional regional na África Austral. Essa guerra teve ativa participação da África do Sul, de Cuba e da URSS, que se prolongou de 1975 a 1992.

Na Somália e na Etiópia golpes militares, em 1969 e em 1974, respectivamente, evoluíram para Regimes Militares Marxistas de orientação socialista, o que não impediu a eclosão de uma Guerra entre ambos Estados em 1977-78. Na Somália, o conflito complicou a estratégia de transformação socialista, mas na Etiópia ocorreu o contrário, com o aprofundamento da mesma. Paralelamente, o Congo-Brazzaville, o Benim, Madagascar e Alto Volta (Burkina Faso), quatro ex-colônias francesas, ocorreram golpes militares que enveredaram pelo mesmo caminho. E esses seis países, com suas trajetórias insólitas, constituem os estudos de caso aqui propostos.

### ***A República Socialista da Etiópia***

A Etiópia está localizada no Chifre da África (nordeste) e sua geografia sempre foi um elemento importante. Muitas regiões do país eram inacessíveis, dificultando o controle central, permitindo que centros provinciais ou locais de autoridade dominassem o campesinato local. A superfície do país era de 1.2 milhões de km<sup>2</sup> e a população de 45 milhões de habitantes em 1985. Com a separação da Eritreia, em 1993, atualmente a superfície é de 1.1 milhões de km<sup>2</sup>. A história da Etiópia tem uma continuidade de mais de três milênios, passando por grandes impérios antigos e tendo mantido o Império cristão da Abissínia. Resistiu isolado ao islã, que controlou o litoral, e aos colonizadores europeus (único país não dominado na África).

Castigado pela miséria, seca, arcaísmo sociopolítico feudal e pelas guerrilhas muçulmanas e esquerdistas na Eritreia, o regime não resistiu. O velho imperador pró-americano Haile Selassie foi derrubado em 1974 por um golpe militar, quando havia grandes protestos populares urbanos e revoltas rurais. A junta militar (DERG) exprimia um populismo pouco definido, enquanto as oposições, o caos e as tendências centrífugas ameaçavam

a existência do novo regime. Este, enquanto crescia a luta de facções dentro do grupo dirigente, ligava-se cada vez mais ao programa das correntes de esquerda civil (que o apoiavam criticamente) e implementava uma ampla reforma agrária, mobilizava a população nos *Kebeles* (Comitês de Defesa da Revolução), rompia com os Estados Unidos e enfrentava os movimentos de oposição (Schwab 1985).

Em 1977, ascendeu à direção do DERG o coronel Mengistu Haile Marian. Enquanto definia-se pelo socialismo, as rebeliões da extrema-esquerda (PRPE e Meison), dos separatistas ou autonomistas e dos contrarrevolucionários conservadores agitavam quase todas as províncias e a Somália atacou a Etiópia, em apoio à guerrilha somali em Ogaden. O país estava às bordas da desintegração e o *Terror Branco* foi combatido pelo *Terror Vermelho*. A própria hierarquia superior do exército, moldada pela monarquia, foi duramente expurgada. Milícias camponesas foram incorporadas ao novo *Exército Vermelho*.

A invasão somali fora encorajada pela Arábia Saudita, Egito e Estados Unidos, enquanto URSS e Cuba acolhiam o pedido de auxílio de Mengistu. Fidel Castro visitou os dois países em litígio, tentando mediar o conflito através da proposta de formação de uma confederação, mas esbarrou com a negativa somali, que expulsou todos assessores soviéticos do país (LeoGrande 1980). Nesse momento, Moscou montou uma ponte aérea, enviando armas, assessores soviéticos e alemães orientais, além de dez mil soldados cubanos. A guerra de 1977-78 encerrou-se com a vitória da Etiópia, que consolidou seus laços com o campo socialista, enquanto a Somália aliava-se aos Estados Unidos e às petromonarquias árabes.

Mas as guerras contra os eritreus (também marxistas), os somalis e os separatistas/autonomistas (alguns conservadores e outros marxistas) continuaram consumindo os escassos recursos do país. Apesar dos conselhos soviéticos de implantação de um partido de massas (protelado até a consolidação do regime) e da adoção de uma estrutura federal, Mengistu manteve sua recusa e autonomia. Não foram “peões” da Guerra Fria. Em 1984-5 uma nova seca produziu fome generalizada, com refugiados que o governo retirava das áreas de conflito no Norte e instalava em cooperativas no Sul. Ainda assim, a reforma agrária e a reforma urbana mudaram radicalmente o perfil socioeconômico da nação e a saúde pública teve um significativo desenvolvimento. Mas o mais importante foi a campanha educacional, que alfabetizou a grande maioria da população, recebendo um prêmio da UNESCO (Clapham 1996).

As dificuldades aumentaram com a chegada de Gorbachov ao poder e à gradual redução da ajuda soviética. Em 1988-89 o debilitado Exército

Vermelho sofreu derrotas na Eritreia e na província do Tigre frente aos insurgentes marxistas (os do Tigre se declaravam “de linha albanesa”). Os dois grupos se associaram numa frente e, com o beneplácito norte-americano, foram autorizados a conquistar o poder, após uma conversão formal ao liberalismo político e econômico. Em 1991 avançaram para a capital e o regime caiu, com a fuga de Mengistu para o Zimbábue (Hughes 1992). Em 1993 a Eritreia se tornou independente e, apesar de uma guerra de fronteira entre os dois ex-aliados, as estruturas de poder de ambos pouco mudaram. A Etiópia se tornou uma potência regional e, com apoio chinês, desenvolveu sua economia, deixando de ser o país da fome.

### ***República Democrática da Somália***

A Somália é um país desértico de 637 mil km<sup>2</sup>, localizado em posição estratégica no Chifre da África, frente à península arábica. A zona oriental do seu território foi colônia italiana, enquanto a setentrional foi possessão inglesa, mas grande parte do povo somali vive na Etiópia (região de Ogaden), no Quênia e em Djibuti, em uma extensão quase equivalente à superfície do país independente (que em 1983 tinha 6,3 milhões de habitantes). Independente em 1960 com a reunião das ex-Somálias britânica e italiana, o novo Estado possuía um regime instável e incompetente.

Em 21 de outubro de 1969 o Major-General Mohamed Siad Bare liderou um Golpe de Estado Militar quase sem derramamento de sangue e implantou o Conselho Revolucionário Supremo. A composição do órgão dirigente era de 25 militares acima da patente de capitão e 6 chefes da polícia, que onde estavam representados os clãs e regiões, e se tratavam por *Jaalle* (Camarada). O Gabinete incluía vários civis da *intelligentsia*, graduados na Itália e na URSS. Formalmente o regime buscava legitimação no combate à corrupção, ao nepotismo, ao suborno, ao roubo, e, também, criticava o sistema de clãs. Muitos oficiais tinham formação no exterior, especialmente no Egito de Nasser, e vários deles foram colocados na administração para vigiar os civis (Ottaway 1982).

Em maio de 1970 o regime nacionalizou os bancos, distribuidoras de petróleo, produtoras de energia e de açúcar (quase todas estrangeiras) e, em outubro, proclamou a adesão ao “socialismo científico”, e “não árabe, africano ou islâmico”. Ele precisava produzir uma alternativa crível ao regime deposto e, de fato, a maioria de seus membros acreditava que esse era o caminho para o desenvolvimento e a soberania. Em 1976 foi criado o Partido Socialista Revolucionário, e em 1979 o país passou a se chamar República Democrática da Somália. Todavia, numa sociedade caracterizada pelo predomínio do

analfabetismo e do nomadismo, os intelectuais tenham tido que buscar um conceito equivalente, *Handiwadaag* (“compartilhar a riqueza”).

Em meio a um clima de excitação popular, canções e poemas socialistas eram difundidos aos iletrados. Foi adotado o alfabeto latino, uma língua nacional somali (que era ágrafa) e enviadas brigadas de alfabetização a todo o país. Comitês políticos locais vigiavam a burocracia tradicional e foram desencadeadas campanhas contra o tribalismo, a corrupção, a preguiça e a boataria e em favor da higiene, do socialismo científico e da igualdade de sexo (Markakis 1992). A grande seca de 1972-74 provocou 20 mil mortes, a perda de um terço dos rebanhos e 250 mil refugiados. Metade deles foi sedentarizada ou tornada pescadores através de programas governamentais.

Entre 1970 e 1978 a Somália se aproximou do campo soviético e de Cuba, recebendo assistência técnica, ajuda militar e apoio diplomático. A Somália encontrava um apoio e um modelo, enquanto a URSS encontrava um aliado geopolítico frente à Etiópia pró-EUA, quando estava perdendo a influência no Egito. Como consequência, Washington se opôs ao regime e o *Peace Corps* foi expulso do país, mas Barre nunca chegou a confrontar as petromonarquias, da qual também recebia certo apoio financeiro ao seu miserável país. A implantação de instituições e práticas políticas e sociais socialistas marxistas-leninistas foi intensa, juntamente com a montagem de um exército moderno. Todavia, a história preparava mais uma de suas ironias (Coker 1985).

Em 1974 a monarquia etíope foi derrubada por militares, como visto acima, seguindo-se um período confuso de lutas internas e guerrilhas separatistas. Uma delas era a Frente de Libertação da Somália Ocidental, da região de Ogaden, que contava com o apoio da Somália, e em abril de 1976 atacou o exército etíope. Tanto os soviéticos como o próprio Fidel Castro visitaram a Somália, a Etiópia e a Eritréia buscando impedir o conflito entre três nações de regime marxista e propondo uma federação socialista. Mas o nacionalismo falou mais alto e todos rejeitaram a mediação e a proposta. Seguiu-se a invasão somali em apoio aos guerrilheiros e a guerra de 1977-78, na qual os etíopes foram salvos pela ponte aérea de armamentos soviéticos e o envio de 10 mil combatentes cubanos.

Barre rompeu com Cuba e denunciou o acordo militar com a URSS, que formara seu exército, mas quase não obteve ajuda americana ou das petromonarquias árabes como compensação. Os efeitos da guerra (mais de meio milhão de refugiados, com seus rebanhos), de uma nova seca, crescente oposição e tentativas de golpe, bem como aumento do petróleo e alimentos no mercado mundial, geraram uma séria crise. Curiosamente, apesar de ter que recorrer ao FMI nos anos 1980 e ser pressionado pelo Ocidente e

pelos árabes para renunciar à sua “via socialista”, o regime não cedeu. Mas frente às dificuldades internas e às mudanças mundiais do final da década, Barre deixou o poder em janeiro de 1991. A tentação nacionalista de criar uma “Grande Somália” destruiu regime e deixou o país dividido entre 14 “Senhores da Guerra”, mergulhado no terrorismo e sofrendo intervenções internacionais há quase três décadas. Nenhum regime sucedeu ao socialismo somali (Harper 2012).

### ***República Popular do Congo***

A República do Congo (Congo Brazzaville) é um dos países africanos mais urbanizados (61%) e uma população de 1,8 milhões em 1986. Obteve a independência em agosto de 1960. As disputas entre grupos rivais eclodiram no governo do primeiro presidente, Fulbert Youlou, de características neo-coloniais. Revoltas populares justificaram a tomada do poder por parte dos militares, que estabeleceram um governo provisório liderado por Alphonse Massamba-Débat. Após ser eleito, em 1963, estabeleceu um regime chamado de “socialismo-científico” (marxista-leninista), com a adoção de planos quinquenais e aproximação da URSS, da China, da Coreia do Norte e do Vietnã do Norte. O Congo se tornou a primeira república popular e socialista da África. Entretanto, com a incapacidade de conciliar diferentes facções políticas internas, e com atrito crescente entre governo e exército, em 1968 o Major Marien Ngouabi realiza um novo golpe de Estado e assume o poder, sem, contudo, desviar do caminho socialista – proclamando o Congo como primeira república popular da África, baseada no Partido Congolês do Trabalho. O nome do país foi mudado para República Popular do Congo (Radu 1989).

A política congoleza continuou instável. Houve o assassinato de Marien Ngouabi, em 1977, e novo golpe levou ao poder Denis Sassou Nguesso em 1979 (até 1992). Mantendo a linha socialista que havia sido adotada desde a independência, Sassou Nguesso se alinhou com o bloco Soviético até o fim da Guerra Fria. Com a queda do bloco socialista, Nguesso começou um processo de abertura, com o Partido Congolês do Trabalho flexibilizando o perfil socialista e adotando o multipartidarismo no país em 1990. Nguesso voltou ao poder numa guerra civil em 1997 e foi eleito presidente em 2002.

Durante a Guerra Fria, o Congo adotava uma postura de caráter socialista, mantendo extensas relações com o bloco socialista e a União Soviética. A presença cubana foi importante no país e, a partir dele, foi prestado importante apoio aos revolucionários do MPLA de Angola. Cercado por dois Estados neocoloniais e pró-franceses, o Gabão e o Zaire, o pequeno país viveu sob a intensa pressão.

## ***República Popular do Benin***

O pequeno Benin possuía uma população de 4 milhões de habitantes em 1986, 40% urbanos, e se tornou independente da França em agosto de 1960. O primeiro presidente do então Daomé, Hubert Maga, foi deposto três anos mais tarde, iniciando uma época de instabilidade, com a sucessão de seis golpes militares. Em 1972, um novo golpe levou jovens militares ao poder e em 1974 o país adotou a ideologia marxista-leninista, sob a liderança de Mathieu Kérékou. Seu governo durou até 1990. Nesse período, empresas privadas foram estatizadas e programas populares foram implementados. O regime instituiu como partido único o Partido Revolucionário do Povo do Benin (PRPB). Em 1975, o país foi rebatizado como República Popular do Benin, permanecendo sob essa denominação até 1990 (Allen 1989).

A adoção do marxismo-leninismo foi acompanhada pela construção do Estado, da nação e de organizações de massa, apoiado pelo nacionalismo de esquerda de segmentos da população urbana. Esforços foram feitos na área da educação e da saúde, com alguns avanços, bem como tentativas de introduzir novas formas de propriedade rural cooperativa e modernização para exportação e autossuficiência alimentar. Mas a política clientelista prosseguiu e a gestão político-econômica deixou a desejar, enquanto o apoio dos países socialistas também não era substancial. As relações com a Nigéria eram importantes, mas sujeitas às constantes trocas de governo no poderoso vizinho.

A implantação do socialismo produziu vários conflitos: uma invasão de mercenários em 1977, financiados pela França, Marrocos e Gabão, que foi vencida pelo exército e pelas milícias do PRPB, além de várias tentativas de golpe de Estado com apoio externo. Em 1980, foi instituído o voto direto para a Assembleia Popular e adotada uma diplomacia mais pragmática, sendo restabelecidos os contatos com a França. Mas, apesar da descoberta de petróleo, gerando autossuficiência, a queda dos preços dos produtos agrícolas e a desertificação geraram uma grave crise de abastecimento e o pedido de ajuda internacional em 1984. Para piorar a situação, a Nigéria expulsou milhares de trabalhadores estrangeiros, devido à queda do preço do petróleo, o que afetou as remessas, aumentou o desemprego e reduziu as atividades do porto de Cotonou.

Face à situação econômica, o regime entrou em crise na década de 1980, quando o Benin recorreu a empréstimos estrangeiros. Em 1989, uma revolta obrigou Kérékou a realizar uma abertura política e econômica. Na conferência Nacional de Cotonou, em 1990, a ideologia marxista foi abolida e voltou-se a utilizar a antiga bandeira e retornou-se ao sistema multipartidário.

Com a instituição do pluripartidarismo, em 1991 ocorreram eleições, mas o ex-presidente Kérékou retornou à presidência nas eleições de 1996 e 2001.

### ***República Democrática Malgaxe***

Madagascar tinha uma população de 10 milhões em 1986, durante a fase marxista. A ilha está dividida etnicamente, com o Oeste povoado por africanos e o Leste por malaio-indonésios e a população urbana era de apenas 21% da população. Em 1883 a França invadiu Madagascar, convertendo-a em colônia. Em 1942, durante a II Guerra Mundial, os anglo-americanos ocuparam-na e recebeu o status de autogoverno em 1946, mas a França não reconheceu o nacionalista Movimento Democrático da Renovação Malgaxe (MDRM). Houve um levante geral em 1947 e a repressão massiva dos franceses causou 80 mil mortes, mas em 1960 ficou independente sob a presidência de Philibert Tsiranana, que manteve um regime parlamentarista e neocolonial.

Ocorreram distúrbios em 1972, os quais conduziram à destituição do governo e à implantação de um regime militar (liderado pelo Gen. Ramanantsoa) e a retirada das tropas francesas no ano seguinte. A instabilidade perdurou até 1975, quando o Capitão de Fragata Didier Ratsiraka assumiu o poder e implantou um regime de orientação socialista, apoiado por uma coalizão de partidos, a Frente Nacional da Revolução. Ratsiraka redigiu e submeteu a plebiscito o *Livro Vermelho*, uma espécie de Carta da Revolução Socialista, que deu origem à nova Constituição em dezembro e a nação passou a ser denominada República Democrática Malgaxe. As bases francesas foram fechadas, bem como uma estação da NASA. Os partidos que apoiaram a Revolução formaram a Frente Nacional da Revolução (com grupos que iam do marxismo-leninismo à democracia cristã), onde a Vanguarda da Revolução Malgaxe, de Ratsiraka, era dominante, com 11 dos 19 assentos no Conselho Supremo da Revolução (Covell 1987).

Na política externa, praticou um não alinhamento ativo, condenando o *Apartheid* e defendendo a desmilitarização do Oceano Índico. Em 1982, fez uma grande aquisição de armamentos soviéticos, especialmente caças MIG-21, pois temia por ações de desestabilização, como as que a África do Sul desencadeou contra Comores e Seychelles. O país, aliás, é cercado por ilhas em que se encontram bases francesas: Reunião e Mayotte. A cooperação com os países socialistas foi importante, especialmente em áreas técnicas, políticas e militares, mas menores no plano econômico, o que obrigou a nação a manter contatos com o Ocidente.

Houve avanços na indústria e foi implantada uma ampla reforma agrária, criando-se as *focolononas*, semelhantes às vilas *Ujamaa* da Tanzânia, e importantes investimentos em saúde e educação. Mas a crise econômica dos anos 1980, com a queda dos preços das *commodities*, obrigou o país a recorrer ao FMI e a retomar os laços comerciais com a França, bem como a adoção de políticas de austeridade, gerando distúrbios. Grupos de extrema-esquerda, não participantes da FNR, bem como o conservador Conselho das Igrejas Cristãs entraram em choque com a polícia, que decretou toque de recolher. Com apoio da FNR e dos militares a crise política foi superada e o presidente venceu as eleições de 1983 com 80% dos votos, em 1989 ele foi reeleito, com 67% dos votos.

Mas, desde meados dos anos 1980, Ratsiraka teve de adotar reformas econômicas que se afastavam da orientação socialista e, no final da década, medidas de liberalização política. Em 1991, frente a movimentos de protesto, ele renunciou. A vitória eleitoral da oposição, em 1992, consolidou a adoção de uma economia de mercado no empobrecido e isolado país, mas em 1997 Ratsiraka voltaria ao poder por via eleitoral.

### ***República Popular Democrática de Burkina Faso***

O Alto Volta, ex-colônia francesa, foi um instável e impopular regime neocolonial desde a independência em 1960, que tinha de fazer frente à pobreza, agravada pela grande seca do Sahel no início dos anos 1980. Sua população era de 6,7 milhões de habitantes em 1986. País pobre, sem saída para o mar e vítima da seca, viveu uma sucessão de golpes militares desde que o primeiro presidente (neocolonial) foi derrubado em 1966. Os governos militares golpistas foram marcados por uma clivagem entre os altos escalões, ligados às elites econômicas, e os jovens oficiais, que criticavam a corrupção e a incompetência. Em janeiro de 1983, o capitão Thomas Sankara foi nomeado primeiro ministro e, baseado em sua experiência como ex-comandante de uma guarnição no interior, criou brigadas em que militares auxiliavam os camponeses (Baxter 1989).

Isso lhe valeu a demissão em maio, mas em agosto, à frente de um grupo de jovens oficiais, conquistou o poder através de um golpe militar. O popular Sankara proclamou um regime socialista de perfil marxista-leninista, que realizou uma reforma agrária e estabeleceu Comitês de Defesa da Revolução por todo o país, seguindo o modelo cubano. Em 1984, alterou o nome do país para Burkina Faso, uma composição de termos que, nas línguas locais, significa “Pátria de homens dignos”. O que chama atenção

é a adoção explícita do modelo cubano como referência explícita (Otayek e Sankara in Markakis 1986).

No plano diplomático, aproximou-se da Líbia, da URSS, de Cuba, de Benin, da R. P. do Congo e de Gana, então governada pelo militar nacionalista de esquerda Jerry Rawlings. A mobilização popular e o entusiasmo eram intensos, mas em outubro 1987, Sankara (que retornava da Líbia com apoio financeiro) foi derrubado e fuzilado pelo Capitão Blaise Campaoré, o número dois do regime. As rivalidades entre os militares, o radicalismo e apoio popular à revolução e a política francesa, certamente, estavam por trás do golpe. Campaoré, de início, deu certa continuidade a políticas de seu antecessor. Mais tarde, num contexto de dificuldades econômicas, ele buscou a ajuda dos organismos financeiros internacionais e derivou para o liberalismo econômico, mantendo um regime autoritário e um discurso populista. Apesar da curta duração do governo, a mobilização social e as realizações foram intensas.

## Conclusões

A análise das experiências acima permite enumerar breves conclusões. Em primeiro lugar, as originais Revoluções Africanas constituem eventos da África pós-colonial, resultantes da implantação de Regimes Militares Marxistas podem ser consideradas *Revoluções*, apesar de terem sido implantadas por via de Golpes de Estado por militares sem iniciação no marxismo. Em segundo, a motivação para a adoção de tais regimes se baseia, primordialmente, no âmbito doméstico e africano e não em alianças da Guerra Fria e fatores geopolíticos. Em terceiro lugar, esses originais e insólitos processos revolucionários não foram hiatos na história dos respectivos países, mas um momento importante da construção do Estado e da nação, que deixaram um legado importante. Por fim, representam uma tentativa de superar as limitações e insucessos da fase anterior do chamado *Socialismo Africano* (não marxista).

## REFERÊNCIAS

- Allen, Chris. 1989. *Benin: politics, economics and society*. Londres: Francis Pinter. (Marxist Regimes).
- Azicri, Max. 1988. *Cuba: politics, economics and society*. Londres/Nova York: Pinter Publishers. (Marxist Regimes).
- Baxter, Jean. 1989. *Burkina Faso: politics, economics and society*. Londres: Francis Pinter. (Marxist Regimes).
- Brown, Archie (Ed.). 2004. *The demise of marxism-leninism in Russia*. Londres: Palgrave/McMillan.
- Cabral, Amílcar. 1980. *A arma da teoria*. Rio de Janeiro: Codecri.
- Covell, Maureen. 1987. *Madagascar: politics, economics and society*. Londres: Francis Pinter. (Marxist Regimes).
- Chaliand, Gerard. 1982. *A luta pela África. estratégia das potências*. São Paulo: Brasiliense.
- Chazan, Naomi; Mortimer, Robert; Ravenhill, John; e Rotchild, Donald. 1992. *Politics and society in contemporary Africa*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Clapham, Christopher. 1996. *Africa and the international system: the politics of state survival*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Coker, Christopher. 1985. *NATO, The Warsaw Pact and Africa*. New York: St. Martin's Press.
- Copson, Raymond. 2007. *The United States and Africa*. Londres: Zed Books.
- Davidson, Basil. 1979. *A política da luta armada: libertação nacional nas colônias africanas de Portugal*. Lisboa: Caminho.
- Dunbabin, J. P. D. 1994. *The post-imperial age: the great powers and the wider world*. London and New York: Longman.
- Fearon, James D. 2007. *Economic Development, Insurgency and War*. Boston: Harvard University Press.
- Fontaine, André. 1967. *Histoire de la Guerre Froide (1917-1962)*. Paris: Fayard, (2 vols).
- \_\_\_\_\_. 1982. *Histoire de la "détente" (1962-1981)*. Paris: Fayard.
- \_\_\_\_\_. 1995. *Après eux, le Déluge: De Kaboul à Sarajevo 1979-1995*. Paris: Fayard.

- Glaser, Daryl; Walker, David (Ed.). 2007. *Twentieth-Century Marxism*. Londres/Nova York: McMillan.
- Gleijeses, Piero. 2003. *Conflicting Missions: Havana, Washington, Pretoria. África do Sul: Galago Books*.
- Gorbachev, Mikhail. 1987. *Perestroika*. São Paulo: Best Seller
- Gilss, Barry, e QADIR, Shahid (Ed.). 1995. *Regimes in crisis. The post-soviet era and the implications for development*. Londres: Zed Books.
- Gromiko, Anatoli. (Ed.). 1983. *African countries' foreign policy*. Moscou: Progress Publishers.
- Halliday, Fred. 2007. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS.
- \_\_\_\_\_. 1990. *Revolutions and Foreign Policy. The case of South Yemen 1967-1987*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. 1982. *L'URSS et le Monde Árabe*. Paris: Le Sycomore.
- Halliday, Fred, e Molyneux, Maxine. 1981. *The Ethiopian Revolution*. Londres: Verso/ NLB.
- Harper, Mary. 2012. *Getting Somalia wrong?* Londres/Nova York: Zed Books.
- Hodder-Williams, Richard. 1984. *An introduction to the politics of Tropical Africa*. Londres: George Allen & Unwin.
- Hughes, Arnold (Ed.). 1992. "Marxism's retreat from Africa." *The Journal of Communism Studies*, Londres: Frank Cass.
- Higham, Robin; Kagan, Frederic (Ed.). 2010. *The military history of the Soviet Union*. Nova York: Palgrave McMillan.
- Hill, Ronald. 1988. *Soviet Union: politics, economics and society*. Londres/ Nova York: Pinter Publishers, (Marxist Regimes).
- Hobsbawm, Eric. 1983/1989. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 12 v.
- Kpacia, Antoni. 2008. *Cuba in revolution: a history since the fifties*. Londres: Reaktion Books.
- Keeran, Roger; Kenny, Thomas. 2004. *Socialism Betrayed: Behind the collapse of the Soviet Union*. Nova York: International Publishers.
- Kohn, H. e Sokolski, W. 1968. *El nacionalismo africano en el siglo XX*. Buenos Aires: Paidós.

- Lawson, George. 2011. Halliday's Revenge: Revolutions and International Relations. LSE (London School of Economics and Political Science) Research Online, julho.
- Legum, Colin, e Lee, Bill. 1979. The Horn of Africa in continuing crisis. Nova York/Londres: Africana Publishing Company.
- LeoGrande, William. 1980. Cuba's Policy in Africa, 1959-1980. Berkley: Institute of International Studies, University of California.
- Lévesque, Jacques. 1987. L'URSS et sa politique internationale de Lénine à Gorbatchev.. Paris: Armand Colin.
- Markakis, John (Ed.) 1986. Military marxists regimes in Africa. Londres: Frank Cass.
- McLellan, David. 2007. Marxism after Marx. Basingstoke/Nova York: Palgrave MacMillan.
- N'Krumah, Kwame. 1967. Neocolonialismo, último estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. 1970. Class struggle in Africa. London: Panaf.
- Ottaway, Marina. 1982. Soviet and American influence in the Horn of Africa. Nova York: Praeger.
- Patnam, Robert. 1990. The Soviet Union in the Horn of Africa. Cambridge: Cambridge University Press.
- Radu, M; Sommerville, K. 1989. The Congo: politics, economics and society. Londres: Francis Pinter, (Marxist Regimes).
- Reno, William. Warfare in independent Africa. 2011. Cambridge: Cambridge University Press
- Schwab, Peter. 1985. Ethiopia: politics, economics and society. Londres: Francis Pinter, (Marxist Regimes).
- Schmidt, Elizabeth. 2013. From the Cold War to War on Terror. Cambridge: Cambridge University Press.
- Taylor, Ian, e Williams, Paul (ed.). 2004. Africa in international politics. External involvement on the continent. Londres/Nova York: Routledge.
- Thompson, Willie. 1998. The communist movement since 1945. Oxford: Blackwell
- Torp, Jens. 1989. Mozambique: politics, economics and society. Londres/ Nova York: Pinter Publishers, (Marxist Regimes).
- Taylor, Ian. 2010. The International relations of Sub-Saharan África. 2010. Nova York/ Londres: Continuum.

- Turner, John W. 1998. *Continent Ablaze. The insurgency wars in Africa, 1960 to the present*. Johannesburg: Jonathan Ball Publishers.
- Visentini, Paulo F. 2012. *Os países Africanos*. Porto Alegre: Leitura XXI/CEBRAFRICA-UFRGS.
- \_\_\_\_\_. 2018. *Guia da Política Externa dos Estados Africanos*. Porto Alegre: Palmarinca/NERINT-UFRGS.
- \_\_\_\_\_. 2013. *A África e as potências emergentes: Nova partilha ou Cooperação Sul-Sul? A presença do Brasil, da China e da Índia*. Porto Alegre: Leitura XXI/CEBRAFRICA-UFRGS.
- \_\_\_\_\_. 2012. *Revoluções Africanas: Angola, Etiópia e Moçambique*. São Paulo: Ed. UNESP.
- Visentini, Paulo; Pereira, Analúcia D.; Martins, José M.; Ribeiro, Luis D. e Gröhhmann, Luis G. 2013. *Revoluções e Regimes Marxistas: Rupturas, experiências e impacto internacional*. Porto Alegre: Leitura XXI/NERINT-UFRGS.
- Visentini, P. G. F.; Ribeiro, Luís Dario; Pereira, Analucia D. 2014. *História da África e dos Africanos*. Petrópolis: Vozes.

## RESUMO

Ao lado das Revoluções decorrentes de longas guerras anticoloniais como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Zimbábue, desenvolveu-se um elemento inovador, os *Golpes Militares de novo tipo*, que introduziram *regimes revolucionários autodenominados marxistas-leninistas*. É o caso da Somália (1969) e da Etiópia (1974), o caso mais emblemático, mas também de quatro países francófonos: Congo-Brazzaville (1968), Daomey/Benin (1972-74), Madagascar (1975) e Alto Volta/Burkina Faso (1983), que estabeleceram Regimes ao longo das décadas de 1970 e 1980. As originais e polêmicas experiências revolucionárias aqui apresentadas, os *Regimes Militares Marxistas*, são diferentes dos primeiros Estados regidos pelo chamado “Socialismo Africano” logo após a independência, na passagem dos anos 1950 aos 1960: Gana (1957), Guiné (1958), Mali (1960), Tanzânia (1961), Zâmbia (1964) e Argélia (1962).

## PALAVRAS-CHAVE

Golpes de Estado africanos; Regimes Militares africanos; Marxismo africano.

Recebido em 30 de setembro de 2019

Aceito em 19 de janeiro de 2020



# PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DO TERRORISMO NA ÁFRICA RUMO A 2025

Yoslán Silverio González<sup>1</sup>

## Introdução

Nas últimas duas décadas, as relações internacionais foram alteradas pelos impactos do terrorismo, que afetaram diferentes áreas e chamaram a atenção de políticos e estudiosos de todo o mundo. As regiões do Oriente Médio e do Norte da África, bem como da África Subsaariana (AS), também estão imersas nessas dinâmicas, contrastadas por diferentes interesses e objetivos geopolíticos, que variam de uma região para outra. O fenômeno do terrorismo também tem sido objeto de manipulações políticas por parte de diferentes atores – potências ocidentais e regionais como os Estados Unidos da América (EUA) ou países europeus – a fim de promover os seus próprios interesses e agendas, por exemplo, no Oriente Médio. Esta ideia baseia-se no que fizeram no Afeganistão, supostamente lutando contra a Al-Qaeda e Osama Bin Laden e, depois disso, promovendo a emergência do Estado Islâmico (ISIS) com o objetivo de derrubar o governo de Bashar al-Assad e também na região do Sahel, após a guerra no norte do Mali. Esta problemática, o Islã político, o interesse das potências ocidentais na África e no Médio Oriente foram amplamente analisados por Samir Amin (Amin. Samir, *Mali*. 4 de Fevereiro de 2013).

Neste sentido, não há consenso entre os especialistas, sobre a responsabilidade global na emergência e manipulação deste problema. Os mecanismos de segurança dos EUA e dos seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) “empenhados” na “busca” e “captura” dos possíveis suspeitos de cometerem atos terroristas, fomentaram, por um lado, a islamofobia e, por outro, a ascensão do fanatismo em setores muito pequenos da população islâmica. É por isso que eles associam diretamente

---

<sup>1</sup> Centro de Pesquisa de Política Internacional, Instituto Superior de Relaciones Internacionales Raúl Roa García. Havana, Cuba. E-mail: yosilglez@yahoo.es

o terrorismo ao Islã, e esta é uma percepção errada. O desenvolvimento de eventos de natureza econômica, sociopolítica e militar, revelou a intenção dos governos dos EUA de manipular o terrorismo a seu favor.

O estudo do terrorismo requer não só uma análise profunda das razões históricas que levaram à formação, ao desenvolvimento e à sustentabilidade do mesmo por meio da exacerbação e exploração do fundamentalismo, mas também a projeção do comportamento político deste fenômeno a curto e médio prazo. O objetivo deste documento é projetar as principais variáveis que determinarão as tendências do terrorismo no caso da África. Com base em um diagnóstico primário da história destes grupos e do seu posterior desenvolvimento, procuramos construir o cenário possível do terrorismo na África Subsaariana, tendo como horizonte o ano 2025: uma análise a curto prazo. Existe um conjunto de variáveis econômicas, sociopolíticas, ideológicas, psicológicas, religiosas, culturais e ambientais internas e externas, relacionadas com interesses nacionais e internacionais, que poderiam explicar as tendências que este problema apresenta na região subsaariana.

O artigo está dividido em: uma estrutura metodológica e teórica para explicar o método prospectivo utilizado e algumas ideias sobre a discussão do terrorismo e como entendê-lo. A segunda parte do artigo foca nos cenários, levando em conta o desenvolvimento de organizações como: Al-Qaeda do Magrebe Islâmico (AQIM) e seus grupos relacionados, Boko Haram (BH) na área em torno do Lago Chade, bem como Al-Shabaab (ALS) no sul da Somália e na fronteira com o Quênia. Concluímos com uma generalização do terrorismo na África – conclusões – e a possível recomendação para resolver este problema.

## **Estrutura metodológica: análise baseada em cenários**

Este estudo foi realizado utilizando o método prospectivo, uma ferramenta metodológica da Matriz de Multiplicação Aplicada a uma Classificação (MICMAC), criada por Michel Godet. Tal ferramenta permite determinar as influências diretas e indiretas entre as variáveis identificadas. Também permite identificar um maior número de relações entre as variáveis e quais destas seriam as determinantes. É também importante ressaltar que este trabalho fez parte de uma ampla pesquisa que implementou uma combinação de metodologias, não apenas aquelas provenientes do processo de construção de cenários, mas também da história, das relações internacionais e da ciência política.

Com esta proposta, a definição das variáveis, sua nomenclatura e conceitualização foram realizadas em uma primeira fase. Em uma segunda fase: a avaliação quantitativa das variáveis foi definida mediante matriz de influências potenciais diretas. Foram determinadas um total de sete variáveis, que contêm outras dimensões de cada variável. A seleção das variáveis não corresponde a uma conceitualização teórica, mas aos elementos levados em conta para sua análise: o que deve ser entendido por cada uma delas. Neste processo de identificação-seleção-definição, foi feito um diagnóstico prévio da situação do terrorismo na África subsaariana. Estas variáveis são apenas uma proposta para fazer a análise e qualquer uma delas poderia ser entendida de diferentes formas.

### *Lista de variáveis (nomenclatura) e descrição*

- 1) **Dinâmica do sistema internacional** (*International System*): Essas dinâmicas são entendidas como o ambiente geopolítico e geoeconômico que impactam no desenvolvimento do terrorismo, bem como as situações econômicas e sociais regionais que influenciam a evolução do terrorismo.
- 2) **Nível de institucionalização** (*Institutionalization*): É concebido mediante funcionamento das estruturas internas, da capacidade de espalhá-las a outras regiões e da estabilidade organizacional alcançada pelos grupos e organizações terroristas.
- 3) **Nível de financiamento** (*Financing*): Refere-se à capacidade de autofinanciamento do grupo (cobrança de impostos, subornos ou pagamentos de resgate por sequestros) e a outras receitas resultantes da sua conexão e/ou controle de redes transnacionais de crime organizado (uso de redes de tráfico de drogas, rotas de migrantes e armas). Também são referidos os recursos provenientes de atores políticos e privados, assim como para o comércio ilegal de mercadorias.
- 4) **Capacidade de Recrutamento** (*Recruitment capacity*): Nível de manipulação de fatores ideológicos, incluindo a religião, para atrair adeptos à sua causa, utilizando as Tecnologias de Informação e Comunicação (influência da mídia) e/ou outros meios para promover o fanatismo. Esta capacidade de recrutamento é expressa por meio do apoio de determinados setores da população – troca de informação – que se identificam com os seus objetivos e veem

as suas filiações como um meio de subsistência. Por estas razões, eles estão integrados no grupo.

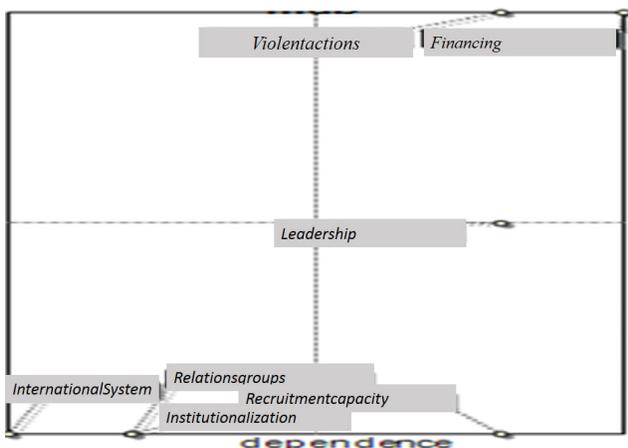
- 5) **Liderança** (*Leadership*): Capacidade de influência de seus líderes individuais e/ou incidência do grupo/organização em níveis local, regional ou internacional.
- 6) **Relações entre grupos/organizações** (*Grupos de Relações*): Dinâmica de conexão entre eles ou nível de autonomia e dependência por intermédio da troca de informações, apoio logístico e capacidade de treinar seus próprios membros ou de treinar terroristas de outras células.
- 7) **Ações violentas** (*Violent actions*): Disponibilidade de armamentos, meios de combate e tecnologia militar para a execução de suas ações terroristas e/ou o confronto contra forças regulares ou contra populações civis.

Durante a investigação foram apresentadas várias dificuldades metodológicas relacionadas com a natureza do fenômeno estudado, o número de organizações, a variedade geográfica onde operam e também as possibilidades oferecidas pela própria técnica prospectiva. Houve várias possibilidades para abordar a questão: realizar a análise das variáveis e da matriz para cada organização terrorista, fazê-lo no nível das sub-regiões, ou da terceira variante, relacionada com a análise geral do fenômeno. Dessas três possibilidades, a terceira opção foi escolhida para enfatizar os elementos comuns do terrorismo em cada região e depois indicar a tendência geral a curto prazo.

Desta forma, com os resultados oferecidos pelo MICMAC, a análise desses dados foi feita considerando as particularidades de cada grupo/organização terrorista em seus cenários específicos. Decidiu-se aplicar o método do geral ao particular para ver como cada uma das tendências gerais oferecidas pelo método se adaptava ou não ao caso específico. Isto implicava que os resultados obtidos após a aplicação desta ferramenta de previsão – em relação a uma determinada variável – nem sempre estavam de acordo com a evolução específica do caso. Este é um dos limites que esta ferramenta poderia ter. Apesar disso, os resultados oferecidos pelo MICMAC permitiram uma melhor validação das principais tendências do terrorismo na África.

**Quadro 1: Matriz de influências diretas (MID)**

Variables	<i>InternationalSystem</i>	<i>Institutionalization</i>	<i>Financing</i>	<i>RECRUITMENTCAPACITY</i>	<i>Leadership</i>	<i>Relationsgroups</i>	<i>Violentactions</i>
1. <i>INTERNATIONALSYSTEM</i>	0	2	3	2	2	3	3
2. <i>INSTITUTIONALIZATION</i>	1	0	3	3	3	2	3
3. <i>FINANCING</i>	2	3	0	3	3	3	3
4. <i>RECRUITMENTCAPACITY</i>	2	2	3	0	3	2	3
5. <i>LEADERSHIP</i>	2	3	3	3	0	2	3
6. <i>RELATIONSGROUPS</i>	3	1	3	3	3	0	2
7. <i>VIOLENTACTIONS</i>	3	3	3	3	3	2	0

**Imagem 1: Influência direta potencial/mapa de dependência**

Depois de selecionar as variáveis, o próximo passo é completar a Matriz de Influência Direta (MDI). Ela descreve as relações de influências diretas entre as variáveis definidas no sistema. As influências variam de 0 a 3, com a possibilidade de identificar potenciais influências, neste caso: 0 significa nenhuma influência; 1: fraca; 2: moderada e 3: forte influência.

Estes valores foram adotados após várias reuniões com um grupo de especialistas. Para isso, o estudioso tem que se questionar sobre como a variável 1 influencia a variável 2, e assim por diante para o resto das variáveis.

veis. Naturalmente, o nível de influência de uma variável sobre si mesma é zero, por isso você só pode ver uma linha diagonal com números zero. Cada especialista deve preencher a sua própria tabela e depois tem de selecionar o número que está mais representado. Este processo não permite que uma opinião prevaleça sobre as outras.

O programa MICMAC mostrou gráfico acima (Imagem 1) no qual as variáveis estão localizadas em um plano de influência/dependência, o que permite que a análise seja realizada com base nas relações entre as variáveis e sua importância dentro do objeto de estudo. Segundo este gráfico as variáveis de ações violentas, financiamento e liderança são as de maior influência (por isso estão localizadas no topo do gráfico), enquanto o restante das variáveis estão localizadas no final, isto significa que esta variável não tem influência sobre o sistema, e, portanto, as demais variáveis são altamente dependentes.

Levando em conta estes resultados, propõe-se uma análise de cada uma das inter-relações destas variáveis, de acordo com as tendências que as três organizações terroristas mais ativas na região apresentarão até 2025: AQIM, BH e ALS. Neste trabalho é apresentada apenas uma das múltiplas variantes que o MICMAC pode oferecer. É importante notar que este resultado não pode ser tomado literalmente, porque cada grupo se comporta de maneiras distintas. Este gráfico é apenas uma proposta geral de acordo com os valores que os especialistas adotaram e pode ser modificado de acordo com o contexto.

## Quadro 2: Principais três organizações terroristas africanas e a correlação com as variáveis

Grupos variáveis	Al-Qaeda do Magreb Islâmico (AQMI)	Boko Haram (BH)	Al-Shabaab (ALS)
<b>Dinâmicas do Sistema Internacional</b>	Não teve impacto direto na ascensão da AQMI, exceto em contextos conjunturais, dos quais beneficiou, como os que ocorreram após a intervenção da OTAN na Líbia em 2011. As situações políticas da sub-região, têm muita influência sobre o desenvolvimento da organização.	As dinâmicas do sistema internacional também não têm uma influência direta no desenvolvimento do terrorismo.	A geopolítica sub regional do Chifre da África tem uma influência marcante na evolução do terrorismo, por conta das ações dos governos da região.
<b>Nível de Institucionalização</b>	Tem baixo nível de institucionalização.	Enfrenta uma maior fragmentação e desinstitucionalização, mas este processo não pode ser associado ao seu desaparecimento.	ALS apresenta sérias dificuldades no funcionamento das suas estruturas. Não está em condições de externalizar estas estruturas fora das fronteiras da Somália. O grupo não tem uma estabilidade organizacional.
<b>Nível de financiamento</b>	Vem do controle de redes criminosas transnacionais, sequestros de cidadãos ocidentais e resgates.	Depende do controle das redes de tráfico internacional - armas, drogas e recursos humanos e outros, provedores de atores políticos e privados.	Auto-financia-se a partir da cobrança de impostos e subornos e também recebe outras receitas da diáspora somali e do controle de outras atividades criminosas transnacionais.
<b>Capacidade de recrutamento</b>	Baseia-se em fatores econômicos e não tanto na convicção ideológica dos seus novos membros.	O seu apoio social é consideravelmente reduzido, o que se traduz na necessidade deste grupo realizar recrutamentos forçados da população civil, por via de rapto, casamento obrigatório e uso de mulheres e crianças em "ataques suicidas".	Caracteriza-se pela combinação de fatores voluntários e obrigatórios. Para muitas pessoas a ALS é uma alternativa para a sua subsistência econômica: receber um salário, um estatuto social e até uma esposa.

Grupos variáveis	Al-Qaeda do Magreb Islâmico (AQMI)	Boko Haram (BH)	Al-Shabaab (ALS)
<b>Liderança</b>	<p>É exercida fundamentalmente pela sua componente de origem árabe, embora haja um aumento no aparecimento de líderes de origem negro-africana, especialmente nas células menores.</p>	<p>A eliminação física dos líderes terroristas não significa um enfraquecimento do grupo, uma vez que a tendência indica que eles são substituídos imediatamente.</p>	<p>A capacidade de influência dos seus novos líderes é muito fraca, assim como a incidência do grupo em níveis local e sub-regional.</p>
<b>Relações entre grupos/ organizações</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Al-Qaeda</li> <li>- Estado Islâmico no Grande Saara (ISGS)</li> <li>- Movimento Islâmico Ansaroul pela Unidade e Jihad na África Ocidental (MUJAO)</li> <li>- Frente de Libertação de Macina (MLF)</li> <li>- Ansar al Dine</li> <li>- Al-Mourabitum</li> <li>- Frente de Apoio ao Islã e aos Muçulmanos (Jama'at Nusrat al Islam Wal Muslimin, JNIM)</li> <li>- Boko Haram</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estado Islâmico (ISIS)</li> <li>- Estados Islâmicos na África Ocidental (EIAO)</li> <li>- Ansaru - Vanguardas para a Projeção dos Muçulmanos na África Negra - quando foi separado de Boko Haram em 2012.</li> </ul>	<p>Há uma redução na dependência da ALS em relação à Al Qaeda</p> <p>As relações com a Al Qaeda da Península Arábica (AQAP) estão estagnadas.</p> <p>O Estado Islâmico (ISIS) criou fissuras dentro do grupo, mas a ALS executa o acusado de ser pró-Estado Islâmico.</p>
<b>Ações violentas:</b>	<p>Eles operam na região Trans-Sahariana: Mali, Níger, e Burkina Faso. Houve um aumento das ações de algumas das suas células nas zonas limítrofes do Mali e Burkina Faso. Eles usam carros-bomba, explosivos improvisados, emboscadas, colocação de minas e ataques contra postos de controle nas estradas.</p>	<p>Realiza-se nos arredores do Lago Chade: norte da Nigéria - estado de Borno - e países limítrofes. Há uma redução de seu teatro de operações militares e a perda do controle efetivo de territórios e cidades.</p>	<p>Atua no sul da Somália e na fronteira com o Quênia contra a AMISOM e as forças quenianas nas regiões de Gedo e Alto Jubba. Eles usam carros-bomba, e dispositivos explosivos improvisados.</p>

## Enquadramento teórico: compreensão do terrorismo

Por meio de um poderoso e bem concebido equipamento de comunicação, a chamada guerra contra o terrorismo é apresentada, pelos países ocidentais, como um método de “proteção e salvação” contra as suas ações. Esta propaganda omite as verdadeiras causas por detrás do aumento de fenômenos como a pobreza, insegurança e desigualdades sociais causadas pela aplicação de programas de ajustamento estrutural na África. Este fenômeno começou a afetar os países africanos nas últimas duas décadas. Regiões como o Chifre da África e o Sahel, que inclui territórios da África Ocidental e Central, tornaram-se áreas de atenção e eixos centrais da chamada luta contra o terrorismo no continente, devido à manutenção das ações de grupos extremistas como a ALS (desde 2006), a AQMI (desde 2007) e o Movimento para a Unidade da Jihad na África Ocidental (MUYAO desde 2012) no Sahel Ocidental e BK no Norte da Nigéria (desde 2009).

As ações destas organizações estão concentradas contra as instituições governamentais dos países da região, contra as populações nacionais – vítimas civis –, e da mesma forma, contra os interesses estrangeiros, principalmente europeus: atividades de sabotagem de propriedades de empresas transnacionais e sequestros de turistas europeus. Devido à forte manipulação a que estão sujeitos, todo movimento político-militar que surge na região é quase automaticamente classificado como terrorista se não responder aos interesses de potências extra-regionais ou regionais.

Este problema levou à adoção de iniciativas institucionais no quadro da ONU, no qual foi criado o Comitê Antiterrorismo, com base nas disposições das resoluções 1373 (2001) e 1624 (2005) do Conselho de Segurança. Seu objetivo era fortalecer as capacidades dos Estados membros para combater as atividades terroristas dentro de suas fronteiras e em todas as regiões. O Comitê de Combate ao Terrorismo e sua Direção Executiva tiveram a responsabilidade de acompanhar a implementação das resoluções do Conselho de Segurança. Posteriormente, o Secretário-Geral da ONU criou em 2005 a Equipe Especial de Combate ao Terrorismo e, em 8 de setembro de 2006, a Assembleia Geral aprovou a Estratégia Global contra o Terrorismo. Foi a primeira vez que os Estados chegaram a um acordo sobre um quadro global para enfrentar este flagelo.

Sob os auspícios das Nações Unidas e outras organizações intergovernamentais, foram desenvolvidos e aprovados 16 instrumentos jurídicos universais, nomeadamente 11 convenções, 4 protocolos e uma emenda. A maioria destes instrumentos está em vigor e constitui o quadro legal para

a adoção de medidas multilaterais de combate ao terrorismo, bem como a criminalização de atos específicos de terrorismo, incluindo o desvio de aviões, a tomada de reféns e os atentados cometidos, com bombas e seu financiamento<sup>2</sup>.

Neste contexto, as potências ocidentais começaram a classificar certos países como “patrocinadores” do terrorismo para justificar ações de pressão internacional e intervir nos assuntos internos daqueles governos que não tinham capacidade para lidar com esses grupos e assim alcançar certos objetivos, tais como mudanças de governo, por exemplo, no Iraque, Afeganistão e Líbia. Da mesma forma, desenvolveram listas de organizações classificadas por eles como terroristas, que suscitam um forte debate entre acadêmicos e políticos sobre como definir o que é terrorismo.

Para a professora cubana Elsie Plain Rad Cliff (2011), o terrorismo é a aplicação da violência indiscriminada que pode ser estendida a toda a população e, na maioria dos casos, leva os civis como alvo dos seus ataques. Suas ações são imprevisíveis devido à surpresa com que sempre agem, o que contribui para: inculcar terror; produzir sofrimento desnecessário ao atingir as áreas mais vulneráveis da sociedade; utilizar-se de reféns e escudos humanos para alcançar o que propõem. Entre os métodos mais utilizados estão o uso de violência física indiscriminada contra civis, por vias de tortura, sequestro, execução extrajudicial ou desaparecimento. Na ordem tática eles podem adotar um esquema baseado na realização de ataques com explosivos ou outros meios incendiários para a destruição de bens privados e públicos (Cliff 2011, 101-115). Um terrorista é um indivíduo que age contra civis usando métodos ilegais para atingir um objetivo político.

Tudo isto tem sido evidentemente complicado com as 19 convenções contra o terrorismo e resoluções adotadas pelo Conselho de Segurança, com exceção das resoluções 1269 (1999) e 1566 (2004), onde se indica que, independentemente da sua motivação, nenhum ato terrorista é justificável. Desta situação decorre a complexidade de estabelecer uma definição de terrorismo, devido à falta de consenso por parte da comunidade internacional e dependendo de quem o está avaliando. Este problema também tem servido para aumentar o nível de conflito nas relações internacionais e, ao mesmo tempo, a militarização das mesmas, devido ao aumento dos orçamentos militares para

---

2 Estes instrumentos são complementados pelas seguintes resoluções da Assembleia Geral: (A / RES / 49/60, A / RES / 51/210 e A / RES / 60/288) e o Conselho de Segurança: S / RES / 1267 (1999), S / RES / 1373 (2001), S / RES / 1540 (2004), S / RES / 1566 (2004) e S / RES / 1624 (2005). Veja: Ações das Nações Unidas contra o terrorismo. Disponível em: <http://www.un.org/spanish/terrorism/strategy-implementation.shtml>.

“confrontar” as ações de grupos hostis aos interesses dos países capitalistas desenvolvidos e seus aliados regionais.

Por sua vez, a União Africana (UA) e suas organizações sub-regionais não ficaram para trás, mas foram pioneiras na implementação de mecanismos legais para combater o terrorismo. Um ano após os ataques às embaixadas dos EUA em Nairóbi (Quênia) e Dar es Salaam (Tanzânia) na África Oriental, em 1998, a Organização para a Unidade Africana (OUA) tinha adotado, na sua 35ª Cimeira, realizada em Argel (Argélia), em Julho de 1999, a Convenção sobre a Prevenção e a Luta contra o Terrorismo. Este documento constituiu um marco, pois foi o primeiro instrumento legislativo feito para o seu confronto.

Esta convenção de 1999 foi seguida pelo Protocolo da OUA para a prevenção e combate ao terrorismo (Protocolo da Convenção da OUA sobre a prevenção e combate ao terrorismo 2004, 2). Os passos seguintes que evidenciaram o compromisso africano na luta contra o terrorismo foram expressos na Cúpula de Dacar (Senegal), em outubro de 2001, onde foi adotada a Declaração de Dacar contra o terrorismo. Depois foi aprovado o Plano de Ação para a Prevenção e Combate ao Terrorismo, numa Cúpula Intergovernamental de alto nível desenvolvida na Argélia, em setembro de 2002. Em 2002, a recém-criada UA tinha adotado o Plano de Ação para a Prevenção e Combate ao Terrorismo e, subsequentemente, com a implementação do Conselho de Paz e Segurança, como órgão dirigente para as questões de conflito, o aparelho institucional foi reforçado na luta contra o terrorismo. Um passo importante foi a criação do Centro Africano de Estudos e Pesquisa sobre Terrorismo (CAEPT), cuja sede se situa em Argel, na Argélia.

Para efeitos deste artigo, vamos adotar o conceito de terrorismo aprovado pela OUA em 1999, em Argel, que constitui o primeiro instrumento de compreensão do terrorismo na região. Este princípio também foi abraçado pela UA após a sua criação em 2002. A principal contribuição desse conceito foi uma definição ampla de terrorismo sem a qualificação de islâmico e a diferenciação entre atos terroristas e as ações desenvolvidas por grupos em sua luta pela autodeterminação. De acordo com a Convenção da OUA sobre a Prevenção e Combate ao Terrorismo, um *ato terrorista* é:

“qualquer ato que constitua uma violação da legislação penal de um Estado-membro e que possa colocar em perigo a vida, a integridade física ou a liberdade de qualquer pessoa, número ou grupo de pessoas ou causar danos à propriedade pública ou privada, aos recursos naturais, ao patrimônio ambiental ou cultural, e que seja calculado ou destinado a causar: intimidar, impor medo, forçar, coagir ou induzir

qualquer governo, órgão, instituição, o público em geral ou qualquer segmento dele, a fazer ou abster-se de fazer qualquer ato, ou adotar ou abandonar um ponto de vista particular, ou agir de acordo com certos princípios; ou interromper qualquer serviço público, a prestação de qualquer serviço essencial ao público ou criar uma emergência pública; ou criar uma insurreição geral num Estado” (Convenção da OUA sobre a Prevenção e Combate ao Terrorismo 1999, 2-3).

Uma definição exata que caracteriza as ações dos grupos que operam na África é a oferecida pelo professor espanhol Fernando Reinares (2005) em seu conceito de *terrorismo transnacional*. Reinares afirma que o terrorismo transnacional:

“é aquele que de uma forma ou de outra atravessa as fronteiras estatais, basicamente porque quem o executa mantém estruturas organizacionais ou desenvolve atividades violentas em mais de um país, geralmente incluindo territórios sobre os quais não têm jurisdição as autoridades (...) Isto significa que os atos de violência envolvem mais de um país e muitas vezes indivíduos de duas ou mais nacionalidades, tanto em termos de terroristas como de suas vítimas” (Reinares 2005, 48).

## Terrorismo na África: tendências futuras

O terrorismo na África subsaariana apresenta características diferentes daqueles que ocorrem na região do Oriente Médio. Neste sentido, as variantes mais extremas, que mais tarde se tornaram terroristas, têm sido percebidas como elementos externos, exógenos às realidades africanas e, portanto, têm tido uma rejeição quase generalizada por parte da população e não têm sido capazes de se espalhar para outras regiões, exceto pelo uso da força. Por estas razões, não é possível que certas células terroristas na República Democrática do Congo e no norte de Moçambique possam intensificar as suas ações militares. Deve-se notar que um elemento distintivo entre os grupos radicais que atuam no Oriente Médio e os que operam na África Subsaariana é o fato de, nas suas origens, o segundo, não ter usado métodos terroristas.

Isto significa que grupos como BH e ALS começaram, no seu início, como grupos que fizeram exigências políticas e socioeconômicas aos governos locais e mais tarde se radicalizaram. No caso da AQIM, os seus ramos saarianos que eram controlados por árabes argelinos e negros-africanos foram excluídos das funções de liderança, embora anos após a situação começar

a mudar (Filiu & Jean Pierre 2012; Furuhashi & Yoshie 2012). Assim, esta organização foi apresentada como uma organização não genuína da região subsaariana e isto causou contradições iniciais entre as diferentes facções, ou *katibas*. Entre outras diferenças pode ser mencionado o fato de não terem sido financiadas por potências ocidentais ou governos regionais, como fizeram no Oriente Médio. O seu proeminente caráter inter-étnico tem sido um fator que tem limitado a maior propagação das suas redes para outras áreas.

## **Al-Qaeda do Magreb islâmico e a sua ação transaariana**

A permanência do ativismo terrorista em 2025 continua a ser uma particularidade da zona do Sahel-Saara. Embora as tentativas de estabilização de governos como Argélia, Mali e Níger possam ganhar reconhecimento e eficácia na área, a relativa autonomia desta organização sugere que a insegurança e a instabilidade continuarão a ser uma condição desejada pelos grupos que mantêm o seu controle sobre as principais zonas vulneráveis.

Embora não seja possível negar o impacto tradicional das dinâmicas do sistema internacional, mesmo na África Subsaariana, estas não tiveram um impacto direto na ascensão da AQIM, exceto em contextos conjunturais, dos quais se beneficiou, como os que ocorreram após a intervenção da OTAN na Líbia em 2011 (Amin. Samir., Mali. 4 de Fevereiro de 2013). Neste sentido, as situações políticas da sub-região têm muita influência no desenvolvimento da organização, porque a maior ou menor coordenação dos governos da área permitirá o seu enfraquecimento ou fortalecimento. Se as políticas forem mantidas pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), o cenário possível levará a uma redução deste grupo. A tendência aponta para uma maior articulação das políticas antiterroristas dos governos da região para enfrentar este grupo transnacional. Por outro lado, as relações entre os diferentes grupos terroristas que operam sob a égide da AQIM permanecerão difusas. Entretanto, a grande fragmentação experimentada pela organização nos últimos anos corresponde mais a uma estratégia adotada por eles do que a um maior enfraquecimento, já que a constante recomposição de suas forças internas dificulta sua efetiva erradicação.

Portanto, a organização continuará liderando um grupo amplo e cada vez mais volátil de células e grupos terroristas que operam na região transaariana mais ampla. Por sua vez, manterá a linha estabelecida pela Al-Qaeda, enquanto as divisões dos líderes ligados aos remanescentes do Estado Islâmico (ISIS) não têm um desenvolvimento positivo na área. Somente neste

sentido se pode entender que o nível de institucionalização e liderança da organização funcionam como variáveis muito influentes no desenvolvimento do terrorismo no Sahel.

A liderança dentro deste grupo está dispersa, o que responde aos níveis de fragmentação da organização. Isto continua a ser exercido fundamentalmente pela sua componente de origem árabe, embora haja um aumento da emergência de líderes de origem negra-africana, especialmente nas células menores. Esta fragmentação não pode ser confundida com um baixo nível de institucionalização, já que cada uma das células continuará a responder ao comando central da AQIM que ainda está localizada nas montanhas argelinas da região de Kabylia (Oumar, Jemal e Bakari Gueye 2013).

Da mesma forma, a capacidade de recrutamento da organização é produzida como uma dimensão altamente dependente e com pouca influência. As unidades que compõem a AQIM parecem subordinar o recrutamento às necessidades de expansão de seus membros, como resultado das ofensivas militares lançadas pelos governos da região, que sem dúvida afetaram seu ativismo. No recrutamento deste grupo continuarão a ter um peso fundamental os fatores econômicos e não tanto a convicção ideológica dos seus novos membros. Isso significa que o Islã, ao contrário da crença popular, não será o principal fator para o recrutamento. A crise socioeconômica nas regiões onde opera continua a ser a principal razão pela qual os potenciais novos recrutas estão ligados às redes AQIM, como forma de “trabalho” e obtenção de “rendimentos” devido à sua ligação com outras redes criminosas transnacionais.

## **Terrorismo em torno do Lago Chade: Boko Haram**

O panorama da segurança na zona do Sahel permanece muito instável em 2025 devido à manutenção das ações dos grupos terroristas – a maioria deles reconfigurados – pelo que este fenômeno persistirá dentro das agendas dos governos direta ou indiretamente afetados por suas ações. Um dos pontos nevrálgicos deste terrorismo continuará localizado em torno da área do Lago Chade com um epicentro localizado no norte da Nigéria e com ramificações específicas para os países limítrofes.

No caso da região do Sahel, a dinâmica do sistema internacional também não tem influência direta no desenvolvimento do terrorismo, porque sua solução não está dentro das prioridades das potências ocidentais, apesar da retórica que é usada pela França e pelos Estados Unidos em relação à “luta contra o terrorismo”.

Apesar da situação socioeconômica adversa nessas regiões, essa variável não terá influência direta no desenvolvimento dessa questão, devido à rejeição que geram nas populações locais, como resultado das consequências negativas que suas ações têm provocado nos últimos anos. Este contexto econômico também não lhes permite estender-se a outras regiões para “legitimar” seu discurso político “antissistêmico”. Seu apoio social é consideravelmente reduzido e não podem “satisfazer” as demandas das populações em termos econômicos. O discurso dos líderes de BH não consegue acrescentar novos seguidores. Eles só podem fazer isso mediante coerção.

Neste sentido, o programa MICMAC mostrou que a capacidade de recrutamento é uma variável altamente dependente, o que se traduz na necessidade de este grupo realizar recrutamentos forçados da população civil mediante sequestros<sup>3</sup>, casamentos compulsórios e o uso de mulheres<sup>4</sup> e crianças<sup>5</sup> como “homens-bomba”. A sua incapacidade de recrutar está também relacionada com a perda do apoio social, como já foi mencionado anteriormente. No entanto, o grupo manterá essa tática de recrutamento forçado, que terá um impacto indireto sobre a evolução futura do terrorismo. O mercenarismo, alimentado por outros atores, como outra forma de entrar em suas células terroristas, não é representativo no caso de BH, nem o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para fomentar o fanatismo religioso ou fortalecer o “apoio” de outros setores da população. As amplas bases sociais formadas em torno deste grupo são ainda mais desmanteladas e não têm as mesmas características que nos anos iniciais da sua criação.

3 Segundo a *Human Rights Watch*, Boko Haram raptou 2.000 meninas e mulheres desde 2009, que foram sujeitas a estupro, trabalho e casamento forçados. No entanto, estes números são apenas aproximados porque não se pode determinar quantas foram sequestradas. Segundo a Fundação para a Defesa das Democracias (FDD), desde 2014 já houve pelo menos 123 mulheres “suicidas” ligadas a BH, a maioria delas forçadas. Veja: As mulheres de Boko Haram: impelidas ao extremismo. Disponível em: <http://www.dw.com/en/the-women-of-boko-haram-driven-to-extremism/04>

4 Um relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) indica que o número de crianças que são usadas por Boko Haram como bombistas suicidas aumentou entre 2014 e 2015. Até fevereiro de 2016, um dos cinco atentados à bomba foi perpetrado por uma criança, por 19%, enquanto 18% foi levado a cabo por mulheres. O relatório também dá conta dos problemas relacionados com o acolhimento de mulheres que foram violadas, raptadas e forçadas a se casar com um membro do grupo. Estas mulheres são rejeitadas nas comunidades quando tentam voltar a participar das suas atividades diárias (Duvillier 2016, 2-4).

5 De acordo com o relatório da UNICEF, BH emprega cada vez mais crianças como bombistas suicidas. No primeiro trimestre de 2017, o número triplicou em relação ao mesmo período do ano anterior, chegando a 27, segundo Marie-Pierre Poirier, diretora regional da UNICEF para a África Ocidental e Central. Durante os últimos três anos, 117 crianças foram empregadas para realizar atentados bombistas na bacia do Lago Chade. Cerca de 80% dos ataques foram perpetrados por meninas (Cubadebate 2017, 1).

O MICMAC ofereceu como resultado o fato de que as relações entre os grupos e o nível de institucionalização são variáveis autônomas que têm uma influência indireta no desenvolvimento do terrorismo, especialmente no caso da institucionalização. Isso se explica pelo fato de que, na maioria dos casos, se o grupo for mais fragmentado e supostamente “desarticulado”, será mais difícil ser capaz de implementar políticas precisas para sua erradicação total. Esta fragmentação dentro do grupo – da qual BH também se apropriou – corresponde mais a uma estratégia para operar com maior capacidade do que a um sinal de enfraquecimento.

As ligações entre as organizações (Boko Haram-ISIS, Boko Haram-AQIM) em termos de troca de informações, apoio logístico e capacidade de treinar terroristas a partir de suas células não foram eficazes e, portanto, não foram uma garantia para o sucesso de suas ações. Este fato reafirma a tendência de que, diante de uma maior fragmentação e desinstitucionalização do grupo, estas ligações serão cada vez mais reduzidas e estarão mais no nível de retórica discursiva. As diferentes células que compõem BH atingem um maior nível de autonomia na medida em que o grupo tende à sua desintegração<sup>6</sup>, mas este processo não pode ser associado ao seu desaparecimento.

A dispersão das células terroristas e a pequena ligação social da “insurgência” com seus líderes dificulta o controle sobre o grupo. Segundo o professor nigeriano Mohammed Kyari, do estado de Adamawa, BH é um grupo de células que operam sob uma única bandeira e que as fraturas dentro do grupo correspondem à forma como operam (Matfess 2016, 1). Esta tendência, provavelmente, continuará. Portanto, a “faccionalização” do grupo tem um impacto negativo sobre a possibilidade de erradicá-las completamente. Isto se deve ao fato de que a emergência de facções rivais também provoca confrontos entre estas e as forças regulares. Além do desafio da dispersão, a luta das facções é um problema adicional, especialmente se for feita uma tentativa de produzir um processo de negociação. Hilary Matfess (2016), pesquisadora americana sobre questões de governança e segurança na África Subsaariana, apresenta três cenários relacionados com o processo de divisão dentro de Boko Haram:

1) Desenvolvimento da violência entre as facções (Shekau vs Barnawi). Ao contrário do que se imagina, essas contradições não significarão o fim da “insurgência”, mas serão mais confrontos mortais para a população civil.

---

<sup>6</sup> Boko Haram tinha-se autodenominado Província da África Ocidental do Estado Islâmico (ISWAP) em 2015, como prova das suas ligações com o Estado Islâmico. No início de agosto de 2016, o Estado islâmico havia nomeado Abu Musab al-Barnawi como o novo “wali” do grupo, “substituindo” Abubakar Shekau. Isso provocou uma forte polêmica dentro do grupo em matéria de liderança e o surgimento de duas facções antagônicas

2) Uma maior divisão antes da sua completa eliminação: este cenário é mantido no destino de Ansaru – Vanguardas para a Proteção dos Muçulmanos na África Negra – quando foi separado de Boko Haram em 2012. Em abril de 2016, o governo nigeriano anunciou a captura de Khalid al-Barnawi (Watkinson. W. 2016, 1), depois de vários anos sem grandes operações terroristas, por isso foi assumido o fim de suas atividades.

3) Coexistência e dualidade na insurgência terrorista: neste cenário, a facção ligada ao Estado Islâmico se consolida como um grupo e desenvolve suas capacidades para realizar ações militares e terroristas (Matfess 2016, 1).

Nos três cenários, está presente a ideia de fragmentação e reconfiguração do próprio grupo BH, bem como das células ou facções ligadas ao grupo. Nenhum desses três cenários sugere o fim das ações terroristas em torno do Lago Chade. Portanto, continuará a ser um problema de segurança para a área. O nível de institucionalização – entendido como o funcionamento correto das estruturas internas e a estabilidade organizacional – é uma variável que tem uma forte relação com o financiamento do grupo, pois permite a criação de novas estruturas e o fortalecimento das já existentes. Embora seus líderes consigam reverter esse processo de regressão grupal, em questões organizacionais, essa variável não terá forte influência na evolução do terrorismo, pois a institucionalização, por si só, não é garantia de sucesso. Da mesma forma, BH não tem capacidade de exportar suas estruturas organizacionais, ou seja, de expandir sua rede para outras regiões além de suas áreas tradicionais de atuação.

A tendência em termos de financiamento do terrorismo na zona do Sahel aponta para a continuidade de sua dependência do controle das redes de tráfico internacional – armas, drogas e pessoas. No caso de BH, seus recursos foram reduzidos para manter suas capacidades militares e logísticas, mas isso não significa que eles ainda não tenham capacidade de “autogestão”<sup>7</sup>. Os recursos provenientes de atores políticos e privados – relacionados com as suas táticas – não atingem os números mostrados nos anos iniciais do grupo. Esta situação deve também ter repercussões na diminuição das suas

---

7 Segundo um relatório apresentado ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, as duas principais facções de BH apresentam sérias dificuldades financeiras e não estão em condições de “pagar” aos seus combatentes os seus “salários” mensais. A maioria dos ataques recentes é motivada pela necessidade de comprar suprimentos, incluindo alimentos. O relatório conclui que o grupo como um todo está enfrentando uma grave crise financeira. Veja: Gaffey. C. (2017). Boko Haram Factions ‘Cannot Pay Fighters’ Salaries: ONU

capacidades de recrutamento ou no aumento das deserções, que já se verificaram. Eles também foram promovidos pelas autoridades<sup>8</sup>.

A *liderança*, entendida como a capacidade de influência dos seus líderes, é outra das variáveis motrizes e depende do carisma das pessoas que estão à frente das células que compõem o grupo. Se este componente for mantido, os líderes de BH continuarão a ter uma forte influência no desenvolvimento do grupo, apesar das lutas internas de interesse que apontam para posições pessoais. Desta forma, a liderança é exercida em diferentes níveis. Por exemplo, em nível local, é muito pequena, enquanto em níveis regional e internacional é praticamente inexistente, mesmo com a “divulgação” dos vídeos mostrando suas ações e os postulados de seu programa político. Ao mesmo tempo, ainda existem fortes contradições entre os líderes das diferentes facções de BH. A eliminação física dos líderes terroristas não significa um enfraquecimento do grupo, pois a tendência indica que eles são substituídos imediatamente.

As *ações violentas* têm uma forte dependência das capacidades militares do grupo e têm uma influência considerável no seu posicionamento – controle de aldeias e áreas – por via de ações militares. Com respeito a Boko Haram, a redução do teatro de operações militares e a perda do controle efetivo de territórios e cidades continuará ocorrendo. O grupo manterá a sua tendência para a retirada e dispersão. Num futuro próximo, eles perderão capacidade de confronto contra as forças regulares da Nigéria<sup>9</sup> e outros exércitos locais vindos dos países vizinhos, como o Níger<sup>10</sup> ou Camarões. Também perderão sua capacidade de realizar operações de grande escala nas áreas recuperadas pelas forças armadas nacionais.

Esta situação levou-os a reforçar os ataques contra alvos mais fáceis – como a população civil – mediante ataques suicidas, evitando confrontos diretos contra as forças regulares. Portanto, pode-se argumentar que as ofensivas militares dos governos locais reduziram sua capacidade de realizar ações

---

8 O Exército Nigeriano lançou a Operação Corredor Seguro com o objetivo de permitir que militantes arrependidos de BH entrem nos campos de reabilitação como parte de um programa para reintegrá-los à sociedade. Veja: Gaffey C. (2016). Boko Haram: 2.000 prisioneiros libertados pela Força Regional enquanto a Nigéria lança o Programa de Reabilitação.

9 As Forças Armadas Nigerianas aumentaram sua presença na área da Floresta Sambisa no estado de Borno e dominam a área desde dezembro de 2016.

10 Os sucessos militares dos exércitos nacionais continuam a ocorrer. Um dos exemplos foi a derrota de BH em abril de 2017 pelo Exército Nigeriano na região sul de Diffa, na fronteira com a Nigéria, onde, como resultado da contra-ofensiva do Exército, 57 membros de BH foram eliminados e um grande parque militar foi apreendido. O Ministro da Defesa felicitou as Forças de Segurança. Veja: Sridharan. V (2017). As forças do Níger matam dezenas de muçulmanos de Boko Haram na contra-ofensiva.

armadas convencionais contra as forças de segurança, a transnacionalização de suas ações é cada vez menor e esporádica, um exemplo de seu recuo na ordem militar. Apesar disto e do inevitável processo de fragmentação interna, eles mantêm o seu poder militar.

## **O Chifre da África e o terrorismo da Al-Shabaab**

A região do Chifre da África até 2025 continua sob a ameaça de ações terroristas da organização somali Al-Shabaab (ALS). Os países mais afetados serão a Somália, onde a maior parte da organização está concentrada, e o Quênia, um de seus principais objetivos. A situação na Etiópia, Djibuti e Eritreia é substancialmente diferente, mas no caso da Etiópia, embora não tenham realizado ataques no seu território, continua a ser um desafio para a sua segurança nacional. Esta situação explica que o ambiente geopolítico da sub-região continuará a ser diferenciado pela questão da luta contra o terrorismo e pela instabilidade que este provoca.

Da mesma forma, a geopolítica sub-regional terá uma influência notável na evolução do terrorismo, porque as ações dos governos da região contribuem, por um lado, para a sua erradicação, mas, por outro, legitimam o discurso de combate às interferências externas na área, como afirma o grupo. Um dos pontos dentro do programa político da ALS é a “luta” contra as tropas estrangeiras, entre as quais se encontram as da Etiópia e do Quênia como parte da AMISOM (Missão da União Africana para a Somália). Logo, ao contrário do resultado oferecido pelo MICMAC em relação à variável relacionada com a situação internacional, a dinâmica política sub-regional aqui tem uma importância primordial na evolução do terrorismo.

Um elemento que tem sido característico deste tipo de grupos tem sido o fato de “jurar” fidelidade a organizações maiores, como a Al-Qaeda e ao ISIS. Neste sentido, as relações da ALS com a Al-Qaeda central até 2025 não são suficientemente fortes para “impulsionar” a organização e aumentar a sua projeção sub-regional. A própria Al-Qaeda está passando por um período de crise institucional e perda de liderança dentro das organizações terroristas, portanto isso terá um impacto negativo sobre sua capacidade de unir outros grupos, como a ALS. Há uma redução na dependência da ALS em relação à Al-Qaeda, assim como a capacidade de realizar trocas de informação, apoiar logisticamente e treinar membros de suas células. As relações com a Al-Qaeda da Península Arábica (AQAP) estão estagnadas, especialmente em termos de apoio mútuo na formação dos seus membros, tal como existia antes.

Por outro lado, as relações com outros grupos ou organizações são igualmente fracas, precisamente por causa do processo de declínio que está ocorrendo dentro do terrorismo na região. O ISIS não consegue incorporar a ALS ao seu eixo de influência, mas tem criado fissuras dentro do grupo<sup>11</sup>. Neste sentido, a ALS é obrigada a alcançar um maior grau de autonomia em termos de sua “estratégia” de luta como única forma de “fortalecer” seu programa político e não mostrar uma imagem de exclusão ou marginalização dentro das redes do terrorismo internacional.

Há uma evidência de que pode haver mais apoiadores do ISIS no sul da Somália, mas o controle exercido pela ALS não permitiu que eles se articulassem. Isto indica a incapacidade da ALS de neutralizar os apoiantes do ISIS dentro da organização. Para este fim, os “serviços secretos” da ALS - Amniyat - têm feito “prisões” de membros do grupo por suspeita de terem uma inclinação para o ISIS. A Amniyat continua com sua capacidade de realizar trabalho de inteligência, por meio de uma ampla rede de apoiadores, informantes e espiões que estão espalhados por todo o país. Eles também têm a possibilidade de se infiltrar nas estruturas governamentais, bem como no Exército Nacional da Somália (SNA) (Serviço de Imigração Dinamarquês 2017, 10).

As contradições levaram a ALS a executar o acusado de ser pró-Estado Islâmico<sup>12</sup>. Não há clareza quanto às possibilidades de que esta facção continue a evoluir, nem quanto ao número de membros que possam estar disponíveis. Como muitas vezes acontece, as ligações com o ISIS no Oriente Médio não são diretas, mas fazem parte da retórica para atrair a atenção internacional. Esta fraqueza na sua “projeção” internacional é também um reflexo dos problemas dentro do grupo. ALS continua a apresentar sérias dificuldades no funcionamento das suas estruturas de gestão devido às lutas entre os seus líderes relativas às estratégias, métodos e objetivos a serem seguidos pelo grupo. Também não está em condições de externalizar estas estruturas fora das fronteiras da Somália, precisamente por causa das políticas adotadas pelos principais atores regionais na sua luta contra o terrorismo:

---

<sup>11</sup> A 25 de Outubro de 2015, Abdiqadir Mumin, que era um dos “líderes espirituais” da ALS, deixou o grupo para prestar uma homenagem ao ISIS. Esta nova franquia liderada pela Mumin tem seu centro de operações nas montanhas Galgala, na região de Puntland, no nordeste da Somália, fora da zona tradicional de influência da ALS. Em abril de 2016 eles se tornaram oficiais como *Jahba East Africa* e em outubro do mesmo ano eles realizaram seu primeiro grande ataque contra Qandala, uma cidade portuária em Puntland. Veja: Reid. G. (2017). Militantes em ascensão: Ambições do Estado Islâmico na África Oriental.

<sup>12</sup> Sheikh Hussein Abdi Gedi era um comandante veterano da ALS e “governador” da região do Baixo Jubba que foi morto depois de tentar recrutar militantes da ALS e formar uma milícia pró-IS na área de Kismayo. Veja: Platt. S. (2017). Al-Shabaab update: fevereiro de 2017.

a Etiópia e o Quênia. Na fronteira queniana e devido à forte presença de refugiados somalis, eles conseguem transplantar algumas das suas células e redes de apoio, mas também não são significativos. Como consequência, o grupo não tem uma estabilidade organizacional, o que é evidente na contínua transformação dos seus comandos e líderes, como resultado também da sua eliminação, pelos ataques seletivos de drones levados a cabo pelos Estados Unidos e pelas ações da AMISOM<sup>13</sup>.

Um dos problemas que a ALS continua a enfrentar é o das deserções. As principais estão ocorrendo entre os militantes mais jovens como parte de um crescente descontentamento na liderança, especialmente dos militantes não somalis, os chamados combatentes estrangeiros. O grupo precisa desses membros para dar maior legitimidade à sua luta “jihadista” (Kriel. R. e Duggan. B. 2017, 1). Aqueles que deixam o grupo também o fazem por razões de políticas de anistia que têm sido implementadas pelo governo somali como outra forma de desmantelá-los<sup>14</sup>. Esta variante não terá um efeito generalizador devido à retaliação da ALS contra todos aqueles que se resignam do grupo<sup>15</sup>. O processo de institucionalização experimentado pelo país após as eleições de 2012 e 2016 também facilitou a redução da ALS<sup>16</sup>. Isto também irá contribuir para a consolidação das autoridades locais e regionais.

As relações de alianças são muito difusas devido à complexidade do quadro de clã e “sub-clã”. Como parte das redes de apoio da ALS, existem também relações com os chefes dos clãs minoritários e suas respectivas milícias, principalmente na parte sul do país. Estas ligações permitem o avanço do grupo, o acesso aos abastecimentos e o recrutamento. Ao mesmo tempo, existem milícias que se opõem à presença militar da ALS; por conseguinte, este elemento deve ser visto região por região e é modificado com o passar

<sup>13</sup> De acordo com relatórios da AMISOM, vários líderes da ALS foram eliminados. Veja: Reuters. (2016). Missão da UA diz que vários comandantes da Al-Shabaab foram mortos na Somália.

<sup>14</sup> Um dos líderes da ALS, Hussein Mukhtar rendeu-se ao Exército Nacional da Somália em Baidoa, em março de 2017. Veja: Agutu. N. (2017). Hussein Mukhtar, líder da Al Shabaab, rende-se ao Exército da Somália.

<sup>15</sup> Os desertores são um dos principais alvos do grupo porque podem ter informações que os afetam. A ALS usa todas as suas redes de informantes para localizar e eliminar aqueles que deixam o grupo, mesmo que se mudem para áreas controladas pela AMISOM e pelo governo.

<sup>16</sup> As últimas eleições presidenciais ocorreram entre Novembro de 2016 e Fevereiro de 2017, quando o Parlamento de 328 membros elegeu o ex-Primeiro-Ministro Mohamed Abdullahi Farmajo como Presidente da Somália. Farmajo ganhou a presidência com 184 votos contra 97 a favor de Hassan Sheikh Mohamud, na presidência desde 2012: Nem. O., Sevenzo, F., & Masters, J. (2017). Mohamed Abdullahi Farmajo elegeu o presidente da Somália.

do tempo. O exposto acima indica que as contradições entre estes atores não serão eliminadas a curto prazo e estes também atuam como um elemento para impedir o progresso da ALS em certas regiões, embora a sua força militar se mantenha, sendo superior a estas milícias que têm um caráter local e um âmbito “nacional” menor.

O MICMAC indicou que a liderança é uma variável motriz devido aos seus níveis de influência. No caso específico da situação da ALS, seria necessário dizer que a capacidade de influência dos seus novos líderes é muito fraca, assim como a incidência do grupo em níveis local e sub-regional. Isto traduz-se na sua incapacidade de servir de “referência” a outras organizações mais pequenas. Em nível internacional não têm qualquer impacto, uma vez que o seu potencial militar não lhes permite realizar ações transfronteiriças para além da sub-região em que tradicionalmente operam. Desta forma, a redução da liderança tem um efeito positivo no declínio do grupo a curto e médio prazo, mas mesmo assim, recebe o apoio de setores importantes da população.

A sua base social não é reduzida e muitas pessoas veem a ALS como uma alternativa para a sua subsistência. Uma grande parte da população das áreas rurais sob seu controle, “prefere” a “segurança” que é oferecida pela ALS, já que eles conseguem “organizar” estruturas sociais de acordo com suas concepções e não o vácuo legal oferecido pelas autoridades regionais e “federais”. Os níveis de coerção que o grupo exerce nas áreas por ele controladas também continuarão a desempenhar um papel fundamental. Esta situação está relacionada com o processo de recrutamento, que é caracterizado pela combinação de fatores voluntários e obrigatórios. A redução da sua liderança não implica necessariamente uma diminuição das suas capacidades de recrutamento. O contexto socioeconômico interno adverso na Somália – 64% dos jovens entre 14 e 29 anos estão desempregados –, também exacerbado pelas mesmas ações da ALS, favorece a atração de novos adeptos à sua causa<sup>17</sup>.

A manipulação de fatores ideológicos, incluindo a religião, tendo por intermediário o uso de uma rede bem estruturada de propaganda e divulgação: rádio, redes sociais, internet e meios de comunicação<sup>18</sup>, são eficazes para conseguir a incorporação de novos combatentes. Um dos incentivos ao recrutamento continua sendo a possibilidade de receber um salário, status social e até mesmo uma esposa nos territórios por eles controlados. Outra forma

---

17 50% das desistências da ALS declararam juntar-se ao grupo por razões econômicas. Veja: *South and Central Somalia Security Situation, al-Shabaab Presence, and Target Groups*. 2017, 20

18 Shahada News Agency é o nome dado à agência de notícias pertencente à ALS, da qual eles transmitem as suas declarações aos meios de comunicação social

de recrutamento também ocorre em mesquitas e via rivalidades inter-clãs. A ALS usa essas rivalidades para integrar membros de clãs minoritários com a promessa de maior status (South and Central Somalia Security Situation, al-Shabaab Presence, and Target Groups 2017, 20).

O recrutamento forçado continuará a ser característico de áreas que estão completamente sob seu controle. Se uma pessoa se recusar a ser recrutada, deverá pagar alguma compensação. A recusa frequentemente tem consequências negativas. O fenômeno do uso de crianças como combatentes também está ocorrendo na ALS. Em 2014, foram reportadas 437 crianças-soldados e 555 em 2015, e em 2016 houve cerca de 1.560 casos reportados (South and Central Somalia Security Situation, al-Shabaab Presence, and Target Groups. 2017, 21). A idade média de recrutamento está entre 14 e 25 anos. A ALS também continua a recrutar mulheres para trabalhos de logística, servir como esposas, atrair outras mulheres, recolher informações e usá-las como mulheres-bomba devido às suas facilidades para se deslocarem de um local para outro (South and Central Somalia Security Situation, al-Shabaab Presence, and Target Groups. 2017, 22).

O financiamento do terrorismo continua a ser a variável mais influente dentro do sistema para a continuidade dos grupos e seus programas. Neste sentido, a ALS mantém a capacidade de autofinanciamento mediante cobrança de impostos e subornos. Da mesma forma, continua a receber outras receitas devido às “doações” dos seus apoiadores somalis na diáspora e daqueles que se tornaram delinquentes devido às suas atividades criminosas transnacionais (uso do tráfico de drogas e redes de armamento). As fontes de autofinanciamento do grupo são dadas pelo sistema tributário e pelo trabalho dos tribunais da Xaria. O sistema de cobrança de impostos faz parte da ordem administrativa nas regiões que controlam e é considerado mais “justo” do que o governo. Ao mesmo tempo, eles administram um sistema judicial baseado na Xaria e devido ao mau funcionamento do sistema legal no país, muitas pessoas recorrem às Cortes da ALS quando não estão satisfeitas com uma decisão de um tribunal governamental e secular (South and Central Somalia Security Situation, al-Shabaab Presence, and Target Groups. 2017, 11).

Apesar dos problemas organizacionais, o grupo ainda possui armas, meios de combate e tecnologia militar para a execução de suas ações terroristas e o confronto contra a força regular, as tropas da AMISOM ou as milícias de segurança locais e o SNA. Suas ações militares continuarão focadas nos ataques às instalações, bases e comboios da AMISOM, das forças quenianas nas regiões de Gedo e do Alto Jubba (BBC 2017). Seus objetivos civis estão

concentrados no assassinato de figuras políticas, líderes locais e líderes de clã (anciãos ou anciãs de clã) que apoiam o governo federal. Parte dos ataques contra a população civil tem sido devido a represálias por parte da ALS por “colaboração” com forças militares estrangeiras. Neste sentido, também houve ações de retaliação por parte das tropas da AMISOM, do SNA ou da ENDF (Força de Defesa Nacional Etíope) quando retomaram uma aldeia ou área (South and Central Somalia Security Situation, al-Shabaab Presence, and Target Groups. 2017, 20). Este é um fator que influencia ainda mais o apoio que a ALS tem em certas áreas como “garantidores” de “segurança”.

Seu modus operandi será mantido por meio do uso de carros-bomba, dispositivos explosivos improvisados, emboscadas, colocação de minas e ataques contra postos de controle em estradas<sup>19</sup>, instalações hoteleiras e edifícios governamentais. Em geral, continuarão a evitar o confronto direto contra as forças militares e, em vez disso, privilegiarão a guerra assimétrica. Em particular, as regiões do Quênia, ao longo da fronteira com a Somália, serão as mais afetadas<sup>20</sup>.

Após um período de clara retirada do grupo, a tendência sugere que a ALS continua a ganhar terreno nas áreas do centro-sul do país<sup>21</sup> numa guerra de posições constantes contra as forças da AMISOM e do SNA. Assim, a presença da ALS no centro-sul da Somália consolida-se, apesar das ações das tropas de manutenção da paz da UA, que apenas controlam determinadas áreas durante o dia, enquanto que à noite, a ALS pode ser facilmente deslocada. A situação militar é imprecisa devido aos avanços e recuos que ocorrem: capturas de cidades e aldeias em várias ocasiões, confrontos entre

---

19 No decorrer de 2017 – até abril – cerca de 337 pessoas foram mortas ou feridas como resultado de 87 incidentes explosivos. As vítimas civis deste conceito aumentaram em 50% desde 2015. Veja: Somália: 337 civis mortos e feridos nos ataques do Al Shabaab em 2017 (2017).

20 Em abril de 2017 o governo queniano foi obrigado a decretar o toque de recolher até 28 de junho na região fronteiriça de Mandera e num raio de até 20 km da fronteira com a Somália, isto inclui a cidade de Mandera, Omar Jillo, Arábia, Fino, Lafey Kotulo e Elwak. Veja: Somália: Quênia estende o toque de recolher na fronteira sobre o Al Shabaab ataca (2017).

21 A ALS vem realizando uma forte ofensiva na região centro-sul do país desde meados de 2016. Um dos fatores desse avanço foi a retirada de parte das forças etíopes de várias cidades. Não há uma demarcação clara de quais áreas estão sob o controle da ALS e das milícias do clã, enquanto há outras áreas em que há uma dualidade nos atores que as controlam. Nas regiões desta parte do país, a ALS controla as principais rotas de abastecimento por estrada através de postos de controle, nos quais são cobrados impostos aos que se encontram em trânsito. Veja: *South and Central Somalia Security Situation, al-Shabaab Presence, and Target Groups*. 2017, 6.

milícias e clãs rivais da ALS para controle das regiões, por exemplo em *Lover Shabelle* e *Jubaland*.

A situação de segurança na capital continua a deteriorar-se. Embora o grupo não consiga recuperar o controle de Mogadíscio e estabelecer bases militares, a cidade permanece sob constante ameaça para as ações da ALS. A maioria dos ataques ainda está centrada na capital. Apesar de terem sido “expulsos”, ainda têm a capacidade de continuar a cobrar impostos e a participar em disputas legais. Por sua vez, na região do Baixo Jubba, a ALS está no controle das áreas rurais, enquanto a administração de *Jubaland* é “eficaz” nos centros urbanos. O porto de Kismayo ainda é controlado pelas forças da AMISOM e SNA. No Médio Jubba, a ALS controla todo o território.

Na região de Hiraan, o grupo é menos ativo – aqui prevalecem os confrontos sub-clânicos. Na região da Baía, os principais centros urbanos – Baidoa – estão sob o controle da AMISOM/SNA. Na região de Galguduud, a situação é mais difusa, devido ao número de atores envolvidos: Forças Regionais de Galmudug, Al-Shabaab e a milícia Ahlu Sunna Wal Jama (ASWJ). Na área de Mudug há confrontos entre a ALS e as forças locais (South and Central Somalia Security Situation, al-Shabaab Presence, and Target Groups. 2017, 11-16). A situação de segurança em geral não melhora, mas esta insegurança não pode ser atribuída apenas às ações da ALS, porque outras milícias que lutam pelo controle da terra ou pelo poder político também estão agindo.

## Conclusão

Apesar de um certo aumento das ações terroristas nas zonas limítrofes de Burkina Faso, Mali e Níger, a resolução territorial do terrorismo tende a enfraquecer a curto prazo, bem como o seu domínio e mobilidade na África subsariana. Pode prever-se que, em 2025, haverá uma redução drástica da capacidade operacional e das áreas destes grupos, se as atuais políticas adotadas pela UA continuarem a ser implementadas. Tudo parece indicar que a ofensiva internacional conjunta que tem lugar no âmbito da luta contra o terrorismo está forçando-os a levar a cabo ações mais dissimuladas e pontuais. Logo, assistir-se-á a um despejo sistemático dos territórios que normalmente ocupam. Isto obriga-os a mudar a sua estratégia e as suas táticas, tendo de passar para diferentes formas de organização por meio de grupos menores, não concentrados no mesmo território, o que reduz significativamente a sua força militar, fazendo-os passar para uma situação de maior ocultação, bem como a reagruparem-se em células mais leves.

Em termos de liderança, a eliminação sistemática de “emires” em diferentes níveis afeta a articulação interna dos grupos devido ao surgimento de novas figuras de nível inferior e que alienariam a maioria dos recrutados dos líderes superiores, o que poderia causar antagonismos dentro das células/grupos/organizações. A ausência ou mudanças frequentes de líderes convincentes para níveis superiores, treinados para exercer o poder, mas com pouco carisma, controle religioso, psíquico e político, também exerce uma influência marcante na erosão e perda de legitimidade diante de outros.

A relação grupo-organização e os níveis de institucionalização não são variáveis determinantes na evolução do terrorismo, porque no primeiro caso o que aconteceu é mais uma declaração de princípios entre ambas as estruturas do que uma verdadeira colaboração em termos práticos. Isto é influenciado pela separação geográfica que existe entre as áreas onde operam. No segundo caso, o enfraquecimento institucional pode contribuir para uma maior dispersão do grupo/organização e aumentar a dificuldade para a sua erradicação. Organizações terroristas internacionais como o Estado Islâmico e a Al-Qaeda continuam a rivalizar na África para alcançar a supremacia dentro dos diferentes grupos ligados ou não a eles.

Estes antagonismos serão expressos no domínio ideológico, propagandístico e territorial. Isto provocará uma reconfiguração constante das alianças entre estas organizações e os grupos, assim como o fracionamento interno dos grupos menores. No entanto, as relações entre eles tendem a rachar, embora não vão além da retórica. As distâncias geográficas e as ações antiterroristas impedem maiores contatos entre estas organizações e grupos, assim como a elaboração de estratégias para realizar operações táticas conjuntas de maior impacto. Ambas as organizações enfrentam também problemas financeiros que dificultam a extensão do seu “apoio” logístico à vasta rede de células que operam na África, com algumas das quais perderam o contato. Neste sentido, a influência do Estado islâmico na região enfraqueceu e não articula adequadamente um forte movimento a seu favor, mas algumas células ligadas ao ISIS prosseguirão suas ações no Sahel.

O fato de prestar homenagem a organizações como a Al-Qaeda e o ISIS, torna-se uma estratégia para aqueles líderes com menos influência e que buscam romper as relações com seus líderes imediatos e assim conseguir maior legitimidade internacional usando os meios de comunicação e atraindo a atenção para construir sua própria liderança. De acordo com o comportamento dos diferentes grupos/organizações terroristas, pode-se observar que as relações estabelecidas entre eles não se encontram numa

fase positiva, razão pela qual existem níveis mais baixos de cooperação entre os diferentes grupos.

Estes grupos estão caminhando para uma recomposição de alianças e influências interterroristas, devido ao retrocesso que têm sofrido nos campos militar e de propaganda. Apesar das poucas ligações que existem entre eles, eles mantêm um aparente grau de autonomia e capacidade militar para poder continuar com suas agendas políticas por meio do uso da força e resistir às ações antiterroristas adotadas pela comunidade internacional. A manutenção de uma política internacional de dois pesos e duas medidas por parte de alguns poderes no tratamento deste problema, assim como suas posições antagônicas sobre como eliminar o terrorismo, ainda tendem a favorecer a atividade e a resistência destes grupos.

A variável mais influente e, por sua vez, a mais dependente, é o nível de financiamento do terrorismo. A sua dependência obedece à capacidade de cada grupo de atrair novos recursos financeiros. Uma vez adquiridos, estes são necessários para comprar armamentos, meios de combate e tecnologia militar para a execução das suas ações terroristas, tornando-se um fator determinante para o impulso do grupo.

Conclui-se que o nível de autofinanciamento e os recursos a serem obtidos por estas organizações serão afetados como consequência de um processo de coordenação entre os países e os mecanismos de segurança para enfrentar o terrorismo em nível internacional. No entanto, as suas capacidades para obter recursos por meio do crime organizado permanecem e continuarão a ser um dos principais aliados no fornecimento de recursos ao terrorismo. Em particular, os grupos que operam no corredor trans-saariano estão entre os que mais dependem das múltiplas redes de contrabando, sobrepondo-se entre si. Estas ligações não tendem a desaparecer, ajudando a sua existência num futuro próximo. Por essa razão, uma das ações mais importantes deve ser o corte de todas as fontes de financiamento que poderiam incentivá-las a continuar.

Quanto ao fracasso progressivo do desempenho da Al-Qaeda, a situação tem sido algo diferente devido ao seu atrito há mais de uma década, devido ao confronto com as forças argelinas, que lideram a luta contra o terrorismo na sub-região, e cujas tropas especiais e agências de segurança têm vindo a eliminá-las sistematicamente. Apesar disso, a AQIM continua sendo a organização com maior dispersão territorial devido à perseguição a que são sujeitos por todas as forças nacionais, regionais e internacionais. A organização tende cada vez mais para a descentralização, ao integrar dife-

rentes grupos dispersos. Eles também carecem de um quartel-general fixo e têm que se mover constantemente por causa da resposta militar.

No resto da região, BH continua a ser o principal ator terrorista em comparação com outros grupos que atuam quase autonomamente no norte do Mali e do Níger, e que não têm estruturalmente o nível de institucionalização atingido por BH. Na África Oriental e na região do Chifre, a organização somali ALS representará a mais potente ameaça à segurança e o principal expoente do terrorismo nesta parte do continente. Na Somália, a ALS tem o seu maior domínio e controle nos territórios do centro-sul do país e prosseguirá com as suas ações contra os atores regionais presentes militarmente no país. Em particular, a região queniana de Garissa no nordeste e especialmente os condados de Dabaab, Wajir e Mandera são os alvos mais diretos das suas ações transfronteiriças (Cummings R. 2017, 1).

As tendências apontam para uma diminuição das ações violentas dos grupos terroristas na África Subsaariana, o que se verifica após a redução do número de vítimas civis<sup>22</sup>, bem como a baixa intensidade e a natureza sistemática dos ataques terroristas. Contudo, BH e ALS continuam a ser os mais letais nas suas respectivas sub-regiões. Outra característica aponta para uma maior concentração geográfica das suas. O fenómeno do terrorismo continuará a afetar o continente africano, direta ou indiretamente, mediante violência indiscriminada, da geração de migrações forçadas e do aumento e utilização do crime organizado transnacional.

## Recomendações

Os governos da região devem identificar os territórios mais conflituosos para poderem concentrar nessas áreas todos os recursos necessários para combater o processo de recrutamento destes grupos;

Os programas de desenvolvimento local devem continuar a ser implementados para contrabalançar a capacidade de recrutamento;

Incentivar uma maior integração dos setores jovens em atividades econômicas lícitas para desestimular o processo de radicalização e recrutamento;

---

22 As vítimas civis causadas por BH foram reduzidas de 11.519 em 2015 para 3.455 em 2016. Nos primeiros seis meses de 2017, estes dois grupos sofreram uma redução de 29% no número de vítimas. A ALS causou 1.831 vítimas no primeiro semestre de 2017. Veja: Centro Africano de Estudos Estratégicos (2017). Contratempos e Realinhamentos: A Evolução Contínua dos Grupos Militantes Islâmicos na África.

Redobrar os esforços de inteligência a fim de neutralizar a possibilidade de atos terroristas;

Aumentar os níveis de coordenação entre as agências de segurança nacionais, seguindo as experiências da Força Tarefa Multinacional Conjunta nas áreas em torno do Lago Chade para reforçar as ações militares e antiterroristas transfronteiriças de comum acordo;

Incorporar as organizações da sociedade civil na luta contra o terrorismo;

Fortalecer os mecanismos de financiamento que permitem o controle da lavagem de dinheiro, das transações ilegais e do crime organizado, dos quais as redes terroristas são financiadas;

Continuar com o estudo e divulgação do fenômeno do terrorismo para sensibilizar o público sobre suas consequências negativas.

## REFERÊNCIAS

- Africa Center for Strategic Studies. 2017. Setbacks and Realignments: The Continuing Evolution of Militant Islamist Groups in Africa. Disponível em: <http://africacenter.org/6184F541A6/FinalDownload/DownloadId-1A6/wp-content/uploads/2017/07/Africas-militant-islamic-groups-as-of-jun2017.pdf>
- Agutu, N. 2017. Al Shabaab top leader Hussein Mukhtar surrenders to Somali army. Disponível em: <http://www.the-star.co.ke/2017/al-shabaab-leader-hussein-mukhtar-surrenders-to-somali-army>
- All Africa. 2017. Somalia: 337 civilians killed and injured in Al Shabaab attacks in 2017. Disponível em: <http://allafrica.com/stories/201704130254.html>
- All Africa. 2017. Somalia: Kenya Extends Curfew in Border Over Al Shabaab Attacks. Disponível em: <http://allafrica.com/stories/201703290493.html>
- BBC. 2017. Al-Shabab fighters attack Kenya military base in Somalia. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-africa-38768453>
- Cubadebate. 2017. UNICEF informa que grupo Boko Haram utiliza cada vez más niños como atacantes suicidas. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/noticias/2017/04/12/unicef-informa-que-grupo-boko-haram-utiliza-cada-vez-mas-ninos-como-atacantes-suicidas/#.WO5PYm6HlIt>

- Cummings, R. 2017. Africa's 2017 Terrorism Outlook. Disponível em: <http://www.religionandgeopolitics.org/sub-saharan-africa/african-cas-2017-terrorism-outlook>
- Danish Immigration Service. 2017. South and Central Somalia Security Situation, al-Shabaab Presence, and Target Groups. Disponível em: [https://www.nyidanmark.dk/NR/ronlyres//o/South\\_and\\_Central\\_Somalia\\_Report\\_March\\_2017.pdf](https://www.nyidanmark.dk/NR/ronlyres//o/South_and_Central_Somalia_Report_March_2017.pdf)
- Duvillier, L. 2016. Beyond Chibok: Over 1.3 million children uprooted by Boko Haram violence. Disponível em: [https://www.unicef.org/infobycountry/files/Beyond\\_Chibok.pdf](https://www.unicef.org/infobycountry/files/Beyond_Chibok.pdf)
- Gaffey, C. 2016. Boko Haram: 2,000 Captives Freed by Regional Force as Nigeria Launches Rehabilitation Program. Disponível em: <http://www.newsweek.com/boko-haram-2000-captives-freed-regional-force-nigeria-launches-rehabilitation-57>
- Gaffey, C. 2017. Boko Haram Factions 'Cannot Pay Fighters' Salaries: U.N. Report. Disponível em: <http://www.newsweek.com/boko-haram-isis-nigeria-554112>
- Gulf of Aden Security Review. 2017. Disponível em: <https://www.critical-threats.org/gulf-of-aden-security-review/gulf-aden-security-review-february-27-2017>
- Kriel, R., e Briana D. 2017. Al-Shabaab faction pledges allegiance to ISIS. Disponível em: <http://www.brproud.com/news/alshabaab-faction-pledges-allegiance-to-isis/254577765>
- Matfess, H. 2016. Boko Haram's internal rift probably isn't good news. Here's why. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2016/08/24/boko-harams-internal-rift-probably-isnt-good-news-heres-1#comments>
- Nor, O., Farai S., & James M. 2017. Mohamed Abdullahi Farmajo elected Somalia's president. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2017/02/08/africa/mohamed-abdullahi-farmajo-somalia-election/>
- EAU Convention on the Prevention and Combating of Terrorism. 1999. Algiers Summit, July. Disponível em: [https://au.int/sites/files/treaties/treaty\\_-\\_oau\\_convention\\_on\\_the\\_prevention\\_and\\_combating\\_of\\_terrorism\\_e.pdf](https://au.int/sites/files/treaties/treaty_-_oau_convention_on_the_prevention_and_combating_of_terrorism_e.pdf)
- Platt, S. 2017. Al-Shabaab update: February 2017. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/al-shabaab-update-february-2017-steven-platt>

- Reid, G. 2017. Militants Rising: Islamic State's East African Ambitions. Disponível em: <https://www.dailymaverick.co.za/article/2017-01-10-militants-rising-islamic-states-east-african-ambitions/>
- Reinares, Fernando. 2005. "El terrorismo internacional". In: Panorama Estratégico 2004-2005. Ministerio de Defensa, Instituto de Estudios Estratégicos Real Instituto El Cano, p. 48.
- Reuters. 2016. AU mission says several al Shabaab commanders killed in Somalia. Available in: <http://af.reuters.com/article/topNews/idAFKCN0X21JX>
- Sridharan, V. 2017. Niger forces kill dozens of Boko Haram Islamists in counteroffensive. Available in: <https://www.yahoo.com/news/niger-forces-kill-dozens-boko-0438723.html>
- Watkinson, W. 2016. Khalid al-Barnawi leader of jihadist Boko Haram splinter group Ansaru arrested in Nigeria. Available in: [http://www.ibtimes.co.uk/khalid-al-barnawi-leader-jihadist-boko-haram-splinter-group-ansar-arrested-nigeria-1552931?utm\\_campaign=rss&Frss%2Fyahoous](http://www.ibtimes.co.uk/khalid-al-barnawi-leader-jihadist-boko-haram-splinter-group-ansar-arrested-nigeria-1552931?utm_campaign=rss&Frss%2Fyahoous)

## RESUMO

A região sahel-saariana, correspondente à África Ocidental e Central, permaneceu no centro do ativismo terrorista na África Subsaariana. Os países mais afetados continuam sendo Mali, Níger, Burkina Faso e Nigéria. No entanto, houve mudanças nas ações de vários grupos. Por um lado, Boko Haram diminuiu seu nível de violência, o que se manifesta na redução do número de vítimas civis, enquanto novas células foram reativadas na fronteira do Mali com Burkina Faso. Nesta área em particular, houve um aumento substancial de grupos como o Estado Islâmico no Grande Saara e o Estado Islâmico da África Ocidental, entre outros grupos de menor grau de organização. Por esse motivo, problemas de segurança e presença militar estrangeira foram mantidos em todos esses países. Uma situação semelhante é apresentada no Chifre da África, onde Al-Shabaab (ALS) é o grupo principal, afetando não apenas a Somália, mas também o Quênia com suas ações transfronteiriças. O papel do governo federal e as tropas da AMISOM foram insuficientes para reduzir ou finalmente eliminar a ALS. Por essas razões, o terrorismo continua sendo o maior desafio de segurança da região subsaariana e não será mitigado a longo prazo.

## PALAVRAS-CHAVE

Terrorismo na África; Segurança na África; Presença militar estrangeira; União Africana.

*Recebido em 25 de janeiro de 2020*

*Aceito em 27 de fevereiro de 2020*

*Traduzido por Pietra Ribeiro Studzinski*

# O DOMÍNIO DO TERRORISMO: ASPECTOS DOS DESAFIOS SOCIOPOLÍTICOS NA ÁFRICA OCIDENTAL PÓS-INDEPENDÊNCIA: NIGÉRIA, BURKINA FASO E MALI

Osiomheyalo O. Idaewor<sup>1</sup>

## Introdução

Os países da África Ocidental, a saber, Nigéria, Burkina Faso e Mali, todos conquistaram a independência em 1960. Desde a conquista da independência, esses países continuaram a testemunhar desafios sociopolíticos e econômicos peculiares. Estes incluem a ameaça contemporânea de grupos terroristas, como o *Boko Haram*, ISWAP (Província do Estado Islâmico na África Ocidental, na sigla em inglês), e seus afiliados locais e internacionais. Estes desafios haviam sido antecipados pelas dinâmicas sociopolítica e econômica local e externa da sub-região. Aparentemente, o desafio do terrorismo intensificou-se de uma forma que ofuscou e agravou os desafios existentes na África Ocidental no período contemporâneo.

O terrorismo é definido neste artigo como a realização deliberada de um ato de violência por atores não estatais, sejam indivíduos ou grupos, a fim de criar medo público e distúrbios psicológicos mediante o sofrimento das vítimas, na promoção de uma agenda política, econômica, religiosa ou social de uma região geográfica específica.

Esses terroristas, que de outra forma poderiam ser considerados fundamentalistas islâmicos, parecem determinados a estabelecer um califado islâmico ou quase-islâmico em formato de Estado em toda a sub-região. Os grupos terroristas afiliados na sub-região incluem o Estado Islâmico (ISIS),

---

<sup>1</sup> Departamento de História e Estudos Estratégicos, University of Lagos. Lagos, Nigéria.  
E-mail: osiomheyalo@gmail.com

a *Al-Qaeda* no Magrebe Islâmico (AQIM), o Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (MNLA), os jihadistas tuaregues, entre outros grupos jihadistas emergentes. Aparentemente, os esforços de iniciativas intervencionistas, como o G5-Sahel, a Força-Tarefa Multinacional Conjunta (MNJTF), a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização do Mali (MINUSMA), a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS, na sigla em inglês) e outros, não conseguiram erradicar os ataques fatais dos terroristas na África Ocidental.

É imperativo notar que existem preocupações tanto nacionais como internacionais sobre se as milícias, gangues e seitas, ou aqueles que se metamorfosearam para uma orientação violenta, são terroristas. Estes incluem, entre outros, as seitas Maitatsine e Xiita na Nigéria, os jihadistas tuaregues no Mali, e os violentos pastores Fulani em toda a sub-região. Além da extinta seita violenta Maitatsine em Kano, no norte da Nigéria, que invariavelmente ceifou milhares de vidas e propriedades durante a década de 1980, e que se caracterizou por pilhagem em massa, ataques a mulheres e assassinatos de cidadãos (Adegun 2017), acredita-se atualmente que os outros grupos tenham ligações com o *Boko Haram*, a ISWAP e o Estado Islâmico (ISIS). Por este motivo, este artigo está centrado no terrorismo, no que diz respeito aos conhecidos *Boko Haram* e ISWAP, incluindo os seus afiliados. A escolha dos países mencionados acima, que, em certa medida, atravessam a região ampla do Sahel na África Ocidental, é reflexo das atividades terroristas atuais (Chergui 2019; Pujol-Mazzini 2018).

As atividades terroristas foram intensificadas na região do Sahel após o caos que envolveu a Líbia como resultado da derrubada do longo ditador, Muammar Gaddafi, em 2011. As atividades de grupos terroristas incluem, entre outras, atentados suicidas, assassinatos em massa, estupros, mutilações, incêndios e sequestros. Estas atividades mortíferas e o sentimento geral de insegurança psicológica, sociopolítica e econômica de vidas e propriedades não se limitam, contudo, apenas a partes do Sahel, mas a toda a extensão e amplitude dos países em questão. De fato, os crimes hediondos cometidos pelo *Boko Haram*, ISWAP e seus afiliados transcendem as fronteiras nacionais dos estados da África Ocidental supracitados. Isto tomou um lugar central no atual discurso estratégico e de segurança global (Chergui 2019; Gberie 2016).

As atividades terroristas mortais do *Boko Haram* desde 2009 (especialmente na parte nordeste da Nigéria e na bacia do Chade), da ISWAP e de seus afiliados, conseguiram intensificar e agravar os desafios sociopolíticos e econômicos da Nigéria contemporânea, (colonizada pela Grã-Bretanha), Mali

e Burkina Faso (ambos colonizados pela França). Sucintamente, estes desafios incluem má governança, conflitos étnicos, fragilidade política, sequestros e economia débil, para mencionar alguns (Blake 2019; Pujol-Mazzini 2018; Arieff 2018).

Em termos qualitativos, a sub-região da África Ocidental abriga atualmente alguns dos países mais pobres do mundo, como Mali, Guiné-Bissau e Burkina Faso, entre outros. Isto acontece apesar do fenômeno contemporâneo da globalização, da integração regional e das “conexões hegemônicas coloniais”. Indiscutivelmente, diferentes fatores influenciaram o desempenho sociopolítico e econômico dos respectivos países da África Ocidental ao longo das décadas. Estes incluíam, entre outros, recursos humanos e materiais, estratégias de desenvolvimento, condições políticas e fontes de financiamento. Portanto, não é um empreendimento fácil fazer generalizações sobre o desenvolvimento socioeconômico da África Ocidental durante o período pós-colonial. É pertinente, portanto, enfatizar que não é intenção deste artigo enumerar, em termos quantitativos e estatísticos, os índices socioeconômicos dos respectivos estados da África Ocidental.

É importante notar que alguns trabalhos sobre a economia sociopolítica da África Ocidental já definiram um cenário para a análise dos desenvolvimentos contemporâneos. Estas obras (Ake 1983; Rodney 1972; Lawal 1997; Onyekpe 1997), discutem, entre outros tópicos, as dinâmicas das relações sociopolíticas e econômicas das nações desenvolvidas e subdesenvolvidas antes do século XX. Estes estudos identificaram algumas das causas fundamentais do subdesenvolvimento pós-colonial contínuo da África. Contudo, a questão da insurreição ou do terrorismo, e o seu agravamento dos desafios sociopolíticos e econômicos existentes na África Ocidental, não foi enfatizada nos trabalhos acima mencionados.

O trabalho de Kuerschner (2013) fornece uma análise da dinâmica dos conflitos na África Ocidental, focando nas Guerras Civis na Libéria e Serra Leoa durante o final do século XX. Ele observou que os fatores econômicos e sociopolíticos foram cruciais nos conflitos. Contudo, a restrição do estudo a esses dois países capta apenas um pequeno aspecto dos desafios sociopolíticos e econômicos inerentes à África Ocidental. O presente estudo pretende expandir o escopo, enfatizando como o surto e a intensificação do terrorismo no período contemporâneo teve fortes ligações com os contextos sociopolíticos e econômicos da sub-região desde o final do século XX.

Igualmente pertinentes são os trabalhos do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), intitulado *West Africa Economic Outlook* (2018), e o editado por Ogunremi e Faluyi (1996). Estes trabalhos fornecem uma análise bastante

abrangente da dinâmica econômica da sub-região. As obras sublinham até que ponto a economia em declínio da África Ocidental influenciou os índices de subdesenvolvimento, entre outros aspectos. No entanto, a sua incapacidade de enfatizar alguns dos fatores sociopolíticos cruciais que obstruíram diretamente a economia da sub-região, junto à dinâmica do terrorismo, cria uma lacuna em nossa compreensão do desenvolvimento histórico da sub-região. No entanto, o presente estudo pretende preencher esta grande lacuna.

Colocado em perspectiva, este artigo dá uma visão geral da ligação entre os períodos pós-colonial e pós-independência, sublinhando assim a intensificação contemporânea do terrorismo. Examina ainda as contribuições da ONU, ECOWAS, MINUSMA, G5-Sahel e outras iniciativas dos intervencionistas para o desenvolvimento da sub-região. Conclui-se oferecendo algumas perspectivas de desenvolvimento.

## **Desafios desde a independência: uma visão geral**

As autoridades coloniais, no final do século XIX e o início do século XX, afirmaram sua hegemonia política e socioeconômica na sub-região. Alguns estudiosos consideram que, no processo, os mestres coloniais descobriram, expropriaram e exploraram os potenciais recursos humanos, minerais e naturais dos vários territórios em África. Daí o subdesenvolvimento da África (Onyekpe 1997; Claude Ake; 1983; Rodney 1972). Entretanto, outros estudiosos afirmam que embora o colonialismo tivesse os seus próprios deméritos, teve mais impactos positivos do que negativos na África (Gann e Duignan 1967). Para a presente análise, é imperativo notar que Fieldhouse (1999) e Ferguson (2003) expressaram as suas ressalvas sobre o impacto direto do colonialismo na África. Estes autores sustentam que, embora o aparente impacto negativo do colonialismo tenha sido o subdesenvolvimento, sua contribuição foi, no entanto, mínima e não deliberada.

Muitos dos Estados africanos continuaram a manter laços com suas antigas metrópoles coloniais, como os britânicos e os franceses, especialmente por meio de laços diplomáticos e interação econômica. As atividades de algumas empresas multinacionais estrangeiras, como a *United African Company* (UAC) e John Holts, podem ser relacionadas a esta característica. Aparentemente, estas empresas eram tecnicamente agentes europeus, notáveis pela sua exploração econômica massiva dos recursos africanos. No entanto, os equipamentos sociais, como escolas, transportes rodoviários, ferroviários e telégrafos, entre outras infraestruturas, foram ostensivamente

postos em prática pelos europeus em cada território colonial, mesmo que em graus variáveis. Na área da prestação de serviços de saúde convencionais, as autoridades coloniais estabeleceram clínicas, hospitais e dispensários na sub-região, como em Lagos (Nigéria), Acra (Gana) e Freetown (Serra Leoa). No entanto, até que ponto esses serviços foram utilizados desde a obtenção da independência ainda não foi determinado, pois a sub-região ainda carece de um sistema básico de saúde significativo e eficiente.

O século XX foi um marco na história e historiografia sociopolítica, cultural, diplomática e econômica da África Ocidental. Em particular, muitos países da sub-região, exceto a Libéria, conseguiram a sua independência das antigas metrópoles coloniais (europeias), como a Grã-Bretanha, França, Bélgica e Portugal. Curiosamente, algumas partes da sub-região, incluindo a Nigéria, Mali e Senegal, entre outras, já tinham sido influenciadas pela civilização islâmica séculos antes do advento dos europeus. Contudo, a hegemonia destes últimos foi suficientemente forte para transformar significativamente o arranjo, até então pré-colonial, para o estatuto convencional. Alguns estudiosos como Rodney (1972) e Onyekpe (1997), entre outros, opinaram que foi devido às contradições exibidas pela administração colonial em relação aos africanos que se abriu o caminho para alguns dos desafios sociopolíticos e econômicos testemunhados no período contemporâneo.

Desde que a independência política dos países em foco foi conquistada coletivamente, os desafios econômicos e sociopolíticos foram gradualmente ganhando terreno. Esta situação, entre outros fatores, poderia ser atribuída, em parte, às divisões que as potências ocidentais, deliberadamente ou não, impuseram ao continente, de tal forma que foram criadas demarcações artificiais de Estados sem o consentimento dos africanos locais (Watson 1980, 307). Em termos claros, a sub-região testemunhou conseqüentemente uma série de convulsões e intrigas políticas durante os anos pós-1960. Obviamente, estes desafios frustraram as verdadeiras ligações cooperativas regionais (Olagbaju e Falola, 226-227), entre outros contextos socioeconômicos e estrangeiros na África Ocidental.

Além disso, desde a obtenção da independência, os países da sub-região continuaram a sofrer de um déficit incessante no balanço de pagamentos (Lawal 1997, 210). A importação de capitais e bens de consumo, de forma massiva, para financiar projetos de desenvolvimento interno, foi em grande parte responsável por este desafio. Assim, os respectivos países tiveram de adotar políticas monetárias, fiscais e cambiais para manter o equilíbrio externo e conservar as reservas de divisas.

A incapacidade ou falta de acesso aos mercados financeiros externos é outro problema enfrentado pelos países em desenvolvimento (incluindo os da África Ocidental). Todos os empréstimos que os países em desenvolvimento conseguiram obter acabaram por acumular enormes dívidas e encargos com juros. Assim, o capital externo foi utilizado para cobrir o pagamento de juros em vez de investimentos ao longo dos anos. As últimas estimativas econômicas mostram que a África Ocidental luta contra um elevado nível de pobreza, com os trabalhadores informais (estimado em cerca de 80% em geral na África) recebendo salários abaixo da linha de pobreza. As estimativas mostram, portanto, que cerca de 43% da população coletiva da sub-região vive abaixo da linha de pobreza internacional de US\$ 1,90 por dia (BAD 2018, 4).

Com base na experiência colonial, os países da África Ocidental ainda mantêm laços comerciais e monetários com seus antigos administradores coloniais, especialmente na Europa, e com outros países industriais, como os EUA, Japão e Canadá. Estas potências estrangeiras, porém, têm diferentes orientações ideológicas. Aparentemente, o desequilíbrio comercial entre os países da África Ocidental constitui um importante obstáculo à integração e desenvolvimento econômico “real” (Olagbaju e Falola, 234-235; Lawal 1997, 210). Isto se dá apesar da criação da ECOWAS em 1975. A ECOWAS tinha como objetivo promover a integração econômica, bem como manter a segurança coletiva da sub-região. No entanto, com os seus 16 países membros, a ECOWAS ainda se depara com miríades de desafios sociopolíticos e econômicos. Em essência, a sub-região ainda carece de integração econômica “real”, entre outros desafios como alta mortalidade, desemprego, sistemas de saúde inadequados, fronteiras porosas, degradação ambiental, corrupção, má governança, intolerância religiosa e étnica e, mais recentemente, o terrorismo. Todos estes desafios encorajam, sem dúvida, o subdesenvolvimento sociopolítico e econômico.

Mais importante ainda, as referidas potências coloniais e estrangeiras estão, desde então, conscientes dos perigos que lhes poderiam advir se a ECOWAS se unisse na sua busca da grandeza sociopolítica e econômica. Além disso, a formação de mais uma união no seio da ECOWAS, a CEAO (a Comunidade Econômica da África Ocidental francófona) poderá provavelmente constituir um obstáculo à finalidade e objetivo global da ECOWAS (Olagbaju e Falola, 226-227).

Lamentavelmente, com a elevada disponibilidade de recursos humanos, minerais e naturais, tais como petróleo bruto, gás, energia, chumbo/zinco, reservas de minério, vida selvagem, terra, cursos de água, borracha, cacau e ouro, entre outros, a sub-região, no entanto, continua a ser uma das mais

subdesenvolvidas do mundo. A Nigéria, por exemplo, é a nação mais populosa da África Ocidental, com mais de 200 milhões de pessoas (Aworinde 2019). É também um dos maiores produtores de petróleo bruto do mundo e uma economia muito grande na África. No entanto, os desafios sociopolíticos e econômicos continuam a se agravar. Apesar dos esforços do Governo Federal da Nigéria para melhorar estas condições, existe, por exemplo, um subfinanciamento dos setores da economia, incluindo a educação e a saúde.

Geralmente, existe uma elevada taxa de mortalidade, apesar da disponibilidade de hospitais, médicos e equipamentos na África Ocidental. Neste sentido, os esforços para remediar as insuficiências nos cuidados de saúde, especialmente durante o final do século XX, incluíram a Iniciativa Bamako. Concisamente, não se alcançou muito com esta Iniciativa, uma vez que os respectivos países da sub-região continuaram a experimentar insuficiências na prestação de serviços de saúde aos seus cidadãos (McPake et al 1993, 1383-95; Odejide e Morakinyo 2003, 164-65). Pode-se então comparar a operacionalidade e acessibilidade destes serviços na África Ocidental pós-independência com o que se obtém nas Sociedades Desenvolvidas, como a Europa ou os EUA? Além destes, a percepção dos cidadãos em relação aos seus vários governos no que diz respeito à transparência administrativa, sinceridade de propósito e políticas de desenvolvimento comprometidas, representam outro grande desafio para o desenvolvimento da África Ocidental.

A negligência deliberada ou o abandono dos deveres públicos e privados, a aquisição ilegal de recursos públicos, o nepotismo, junto à insinceridade de objetivos, entre outros, são responsáveis pela corrupção endêmica que prevalece na África Ocidental contemporânea. Do mesmo modo, o nível de corrupção financeira e a irresponsabilidade administrativa demonstrada por muitos funcionários governamentais na África Ocidental, e a incapacidade de reforçar as instituições anticorrupção, tais como a Comissão Independente de Práticas Corruptas (ICPC) e a Comissão de Crimes Econômicos e Financeiros (EFCC), ambas na Nigéria, contribuem para os desafios contemporâneos. Além disso, a incapacidade da Polícia de processar alguns dos “alegados” funcionários corruptos com sucesso, complica ainda mais os desafios inerentes à África Ocidental. É importante notar também que enquanto alguns dos fundos pilhados por esses funcionários supostamente corruptos são escondidos localmente, a maioria é depositada em instituições financeiras estrangeiras.

Ironicamente, a mera disponibilidade de infraestruturas socioeconômicas modernas como a Internet, aeroportos, meios eletrônicos, agricultura mecanizada, sistema de transportes modernizado, escolas, entre outros serviços convencionais, não se traduz, de forma alguma, em um verdadeiro

desenvolvimento nacional. A operacionalidade destes serviços, e a sua acessibilidade à maioria das pessoas, bem como servir a essência do propósito, produtiva, positiva e propositadamente, continuam deixando a desejar. Estes, entre outros fatores, dificultam o crescimento e desenvolvimento holístico da África Ocidental moderna.

## Terrorismo: o desafio contemporâneo

Uma avaliação dos desafios sociopolíticos e econômicos discutidos anteriormente contribuiu imensamente para a fecundidade, disseminação e intensificação das atividades terroristas nas áreas de estudo (Pujol-Mazzini 2018; Blake 2019). Sem estereótipos, estes desafios, que incluem fronteiras porosas ao longo da região do Sahel, má governança, infraestrutura inadequada, instabilidade política, rivalidade étnica, falta de vontade política para combater a insurreição, sabotagem, formação e financiamento inadequado dos agentes de segurança (Chergui 2019), desconfiança étnico-religiosa e desemprego juvenil, entre outros, têm ajudado significativamente à rápida propagação do terrorismo pela sub-região.

Um exemplo típico é a postulação de Blake (2019) de que o elevado nível de instabilidade política e pobreza tem sido largamente responsável pela intensificação do terrorismo na sub-região, citando o exemplo da Guiné-Bissau contemporânea. Isso é semelhante ao que se obtém em outras partes da África Ocidental, tais como Burkina Faso, Mali e Nigéria. Em alguns casos, os jovens desempregados ou pobres desses países são facilmente atraídos com dinheiro para serem recrutados em organizações terroristas como, por exemplo, o *Boko Haram* e suas afiliadas. Assim, o fracasso da liderança, as instituições fracas de procuradoria e de aplicação da lei, entre outros contextos sociopolíticos e econômicos, não podem ser eximidos da atual propagação do terrorismo na sub-região.

Respectivos países da África Ocidental haviam experimentado uma série de turbulências sociopolíticas desde a conquista da independência. Estas compreenderam desde os vários golpes militares, pouco depois da independência, até as Guerras Civis, incluindo as rivalidades regionais e étnico-religiosas, entre outras. Aparentemente, grupos terroristas islâmicos, como o *Boko Haram* e a ISWAP, ambos ligados ao ISIS, à *al-Qaeda* e outros, começaram a voltar a sua atenção para os países da África Ocidental, notadamente a Nigéria, Mali, Burkina Faso e mesmo o Senegal, uma das nações

mais estáveis da África Ocidental, especialmente depois do período colonial (Pujol-Mazzini 2018).

Estes terroristas são jihadistas, com orientação extremista islâmica ou quase-islâmica. Pelo menos na África, estes grupos terroristas estão determinados a estabelecer um enorme califado islâmico com aspirações estatais (Gberie 2016), tendo ligações diretas com o Oriente Médio, o Magrebe, o Chifre da África, até o território subsaariano, invariavelmente aterrorizando os habitantes dentro destas regiões. Os terroristas também podem afirmar estar insatisfeitos com a ordem sociopolítica existente. Por exemplo, a designação *Boko Haram* significa simplesmente “educação ocidental ou não islâmica é um pecado” (Kelly 2019). Assim, na prossecução desta ideologia antiocidental e não convencional, este grupo, tal como outros, recorre ao ataque a qualquer entidade ou arranjo convencional encontrado dentro da sua região alvo. O grupo recorre, portanto, à guerra não convencional, a sequestros, a atentados suicidas e ao assassinato em massa de cidadãos insuspeitos em locais de culto, mercados, quartéis militares e escolas, entre outros locais públicos e privados.

A pobreza é um fator crucial para a propagação do terrorismo. Burkina Faso, por exemplo, está entre os países mais pobres da África, com cerca de metade da população vivendo abaixo da linha da pobreza aprovada internacionalmente de 1,90 dólares por dia (ADB 4, Blake 2019). Isso é agravado pela instabilidade política, sequestros e assassinatos. Estas condições contribuíram sem dúvida para a infiltração e propagação de grupos terroristas internacionais, como a ISWAP e seus afiliados dentro e fora do país. Desde que o regime do ex-presidente Blaise Campaore foi derrubado em 2014 por uma revolução popular, Burkina Faso já sofreu mais de 200 ataques de grupos terroristas com ligações internacionais com a *Al-Qaeda* e o Estado Islâmico. O aumento do número de ataques tem sido atribuído ao declínio do aparelho de segurança e à instabilidade política generalizada no país. Invariavelmente, a instabilidade política interna serviu como catalisador para o rápido influxo de insurgentes. Assim, a consequência disto tem sido a perpetração de talvez alguns dos ataques mais perversos da história do Burkina Faso. Um exemplo típico neste aspecto é o ataque de janeiro de 2016 ao Hotel Splendid em Ouagadougou, que matou cerca de 30 pessoas (Blake 2019; Gberie 2016).

No Mali, a violência étnica e a instabilidade política desde a década de 1960 contribuíram em grande medida para as atividades bastante desimpedidas das afiliadas AQIM, *al-Qaeda*, MNLA, ISWAP e *Boko Haram* até o período contemporâneo. Evidentemente, há um agravamento da violência

em grande parte entre os jihadistas muçulmanos e os malianos. Isso levou ainda mais à violência intercomunal ou inter-étnica. Para além dos ataques violentos dos extremistas, o Mali também sofre atualmente com o desafio dos separatistas, uma vez que a etnia tuaregue no Norte está tentando obter autonomia política. Embora o regime do ex-presidente Moussa Traore tenha reprimido a rebelião tuaregue, os confrontos armados e os ataques dos jihadistas continuaram, apesar do acordo de paz de janeiro de 1991 (Nossiter 2012). Um notável ataque mortal de terroristas no Mali ocorreu em novembro de 2015, quando alguns grupos terroristas afiliados, que afirmavam ser AQIM, atacaram o Hotel Radisson Blu em Bamako, matando 22 pessoas, incluindo dois agressores (Gberie 2016). Estes desafios, assim como as más condições ambientais, tais como a seca recorrente, o elevado crescimento demográfico, infraestrutura decrépita, entre outros, continuam a minar o processo de desenvolvimento do Mali contemporâneo (Arieff 2018).

Além disso, a insurgência do *Boko Haram* em partes da Nigéria e da Bacia do Chade está entre os desafios enfrentados pela África Ocidental contemporânea. Com os violentos ataques terroristas a cidadãos inocentes, propriedades públicas e privadas, entre outros, o panorama sociopolítico e econômico dos países afetados é seriamente distorcido, sem qualquer desenvolvimento socioeconômico significativo. A isto se junta o trauma psicológico vivido tanto por jovens como por idosos que são apanhados na teia dessas guerrilhas violentas ou dos ataques surpresa dos terroristas. Enquanto isso, a violência injustificada, como é evidente no nordeste da Nigéria e na Bacia do Chade, resultou na morte de mais de 27.000 pessoas. Também afetou cerca de 2 milhões de outras pessoas deslocadas e com grande necessidade de serviços humanitários (OMS 2019; Kelly 2019).

Um desenvolvimento mais recente indica que a ISWAP está entrenchando-se fortemente na Nigéria e em partes da bacia do Chade. Este grupo terrorista tem sido capaz de influenciar algumas das populações locais que aceitaram cumprir a sua regra e ideologia. A este respeito, os habitantes locais que tenham aderido ao estilo de governança bastante favorável da ISWAP podem levar a cabo atividades socioeconômicas sem entraves. Assim, a ISWAP tem conseguido ganhar o apoio dos residentes locais, de tal forma que mais terroristas são facilmente recrutados a partir da população jovem (ISSAT 2019).

Aparentemente, os grupos terroristas *Boko Haram* e ISWAP são patrocinados por estrangeiros e outros afiliados. Assertivamente, há também outros colaboradores internos “não identificados” que estão determinados a sabotar os esforços do governo na guerra contra o terrorismo (Umeh 2019). Há também indícios de que existam motivações socioeconômicas por detrás

dos ataques terroristas. Na parte norte da Nigéria, mais precisamente no estado de Zamfara, estão em curso atividades violentas de “bandidos”, conhecidos por aterrorizar e matar cidadãos inocentes, utilizando-se de armas, tais como AK-47, catanas e dinamite, entre outras, para saquear, expropriar, assassinar, estuprar e mutilar. Aparentemente, os desafios socioeconômicos e de segurança aumentaram consideravelmente, deixando milhares de habitantes deslocados carentes de assistência humanitária (Sahara Reporters 2019).

Imperativamente, estas crises sociopolíticas têm uma consequência negativa direta sobre as vidas e propriedades dos territórios afetados. Isso levanta, invariavelmente, a questão da prestação e aplicação de serviços de saúde adequados às vítimas de ataques terroristas e outras formas de violência. Embora a Convenção de Genebra proíba ataques a instalações de serviços de saúde durante guerras, tais incidências continuam ocorrendo na África Ocidental, como consequência do terrorismo e da violência étnica. Na região norte da Nigéria e na Bacia do Chade, no Mali e em Burkina Faso, a prestação de serviços de saúde é criticamente dificultada pela insegurança gerada pelos terroristas do *Boko Haram* e da ISWAP. Em 2016, dois terços dos 743 estabelecimentos de saúde na Nigéria, por exemplo, foram completamente danificados ou destruídos por ataques terroristas, deixando assim um grande número de pessoas incapazes de obter acesso aos serviços humanitários (OMS 2017).

## Intervenções e contribuições estrangeiras

A comunidade internacional tem contribuído imensamente para a luta contra o terrorismo e outras formas de violência política na sub-região. A contribuição das Nações Unidas a este respeito não pode ser subestimada. Em setembro de 2006, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Estratégia Global Antiterrorista das Nações Unidas. O objetivo era aperfeiçoar os esforços nacionais, regionais e internacionais para combater o terrorismo mediante uma abordagem estratégica e operacional comum. Por extensão, a estratégia visa tomar medidas práticas, individual e coletivamente, para prevenir e combater o terrorismo em nível global (ONU 2006). Antes de 2006, as atividades do ECOMOG (Grupo de Monitoramento da ECOWAS, na sigla em inglês) e das missões de manutenção da paz da ONU na Libéria e na Serra Leoa durante as guerras civis em ambos os países também são dignas de nota (Kuerschner 2013). Outros esforços na guerra contra o terrorismo e no reforço da paz e segurança regional na África Ocidental têm sido realizados pelos EUA e outras iniciativas antiterrorismo.

Nos esforços para reduzir e combater o terrorismo na sub-região, os EUA prometeram recentemente a soma de 60 milhões de dólares para construir uma nova força antiterrorista africana. Isto além da presença de uma força regional das Nações Unidas na África Ocidental. Esta Força é constituída por tropas americanas e europeias (Pujol-Mazzini 2018). A ONU também tem continuado a sensibilizar para a necessidade de apoiar os esforços humanitários na sub-região. Em um estudo recente, por exemplo, o escritório da ONU para a Coordenação de Assuntos Humanitários estima que cerca de 1,2 milhão de pessoas precisem atualmente de assistência humanitária especial, devido a conflitos étnico-políticos e ataques terroristas em Burkina Faso (Blake 2019).

Outro esforço intervencionista em curso do governo dos EUA na África Ocidental é a PSI (Iniciativa Pan Sahel, na sigla em inglês), que funcionou entre 2002 e 2004. Posteriormente, abriu o caminho para a TSCTI (Iniciativa Transaariana de Luta Contra o Terrorismo, na sigla em inglês) em 2005. Foi incorporada ao Comando Africano dos Estados Unidos em 2008. A TSCTI foi uma versão expandida da PSI, com objetivos e metas semelhantes. Enquanto a PSI era composta por países parceiros incluindo o Chade, Mali, Níger e Mauritânia, os países parceiros da TSCTI incluem atualmente Nigéria, Burkina Faso, Mali, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Chade e Senegal. Em primeiro lugar, a TSCTI visa combater o terrorismo na sub-região e a ajudar os respectivos governos a controlar e proteger os seus territórios contra a incursão de terroristas (Miles 2005).

Do mesmo modo, os EUA continuam, desde 2015, a apoiar a questão da segurança alimentar e do desenvolvimento agrícola na região nordeste da Nigéria, propensa a conflitos (FAO 2106). De acordo com relatórios recentes, os EUA gastaram, na forma de intervenção, cerca de 165 milhões de dólares para apoiar os agricultores e deslocados no país para restaurar a segurança alimentar, combater a fome severa e a subnutrição, bem como desenvolver o setor agrícola em geral. Esta intervenção, por meio de uma iniciativa conhecida como *Feed the Future Global Food Security Strategy* (Plano Nacional da Nigéria), também se concentra na melhoria das condições no nordeste da Nigéria, onde o terrorismo tem prejudicado muito a agricultura, entre outras consequências socioeconômicas (Base Agrícola 2019).

No Mali, por exemplo, as tropas estrangeiras da Europa (particularmente da antiga metrópole colonial - os franceses) contribuíram para a obtenção da paz mediante a luta contra o terrorismo. Da mesma forma, a MINUSMA foi encarregada da tarefa de proteger os civis e apoiar o processo de paz. Igualmente importante é o programa plurianual da União Europeia (UE) para treinar e reestruturar os militares malianos. Em 2017, uma força

regional, chamada G5-Sahel, composta por cinco países vizinhos, incluindo Mali, Mauritânia, Níger, Burkina Faso e Chade, lançou uma força conjunta para combater as ameaças à segurança nas regiões fronteiriças. Até agora, a iniciativa tem recebido o apoio de doadores, mas conduziu poucas operações até a presente data. No entanto, o G5-Sahel, com a sua sede operacional no centro do Mali, enfrenta atualmente alguns desafios, uma vez que os ataques terroristas continuam a prolongar-se (Arieff 2018). O financiamento inadequado da força G5-Sahel, bem como de outras, é largamente responsável por alguns dos desafios na sub-região.

Na prestação de cuidados de saúde e serviços humanitários às vítimas de ataques terroristas, incluindo outras formas de conflitos na África Ocidental contemporânea, a Organização Mundial de Saúde (OMS) tem continuado a desempenhar um papel importante. Deve-se notar que a OMS é responsável pela coordenação geral dos serviços de saúde, junto à interface de mecanismos de segurança nas zonas de conflito em todo o mundo. É também responsável por apoiar as autoridades nacionais de saúde dos respectivos países no sistema internacional para fortalecer suas principais responsabilidades. Assim, no nordeste da Nigéria, por exemplo, a OMS tem sido capaz de apoiar o governo do estado de Borno a estabelecer um Centro de Operações de Emergência de todos os tipos. No entanto, em 2017, apenas um terço do financiamento solicitado foi recebido pela OMS e seus parceiros de saúde, tornando assim inadequada a prestação de serviços humanitários e outros serviços de saúde às vítimas e sobreviventes de ataques terroristas, entre outras formas de conflitos na sub-região. Em geral, uma vez que o objetivo da OMS é enfrentar as ameaças globais à saúde, esta tem sido capaz, até agora, de apoiar mais de seis milhões de refugiados e pessoas deslocadas internamente na África contemporânea (OMS 2017).

## Conclusão

Aparentemente, o terrorismo foi o mais proeminente dos desafios na região do estudo. Do ponto de vista histórico qualitativo, as contradições inerentes às dinâmicas internas e externas da administração colonial foram invariavelmente responsáveis pelos desafios sociopolíticos e econômicos pós-independência enfrentados na sub-região. Além dos desafios desde os anos 1960, os anos 2000 foram marcados por incessantes ataques terroristas nas áreas estudadas (Chergui 2019). O estabelecimento da Estratégia Global Antiterrorista da ONU em 2006 certamente desempenhou um papel crucial na cruzada contra o terrorismo na sub-região e em outras partes de

África (Miles 2005). No entanto, continua em discussão até que medida esta estratégia foi adotada e domesticada nos países em consideração, uma vez que continuam a repetir-se atos terroristas mortais.

Conforme o discurso acadêmico acerca do fenômeno global do terrorismo, é pertinente notar que estes desafios não se limitam apenas à África Ocidental. Nas regiões Leste, Central e do Norte da África contemporânea, países como Quênia, Somália, Sudão, República Democrática do Congo e Tunísia, entre outros, enfrentam sérios desafios locais, nacionais, regionais e sociopolíticos. Estes desafios, que atravessam os meios sociopolíticos e econômicos, são ainda agravados pelas atividades mortíferas do terrorismo, como *al-Shabaab* no Leste, *al-Qaeda* e os jihadistas extremistas no Norte e as Forças Aliadas na África Central e Oriental.

Reconhecendo os papéis desempenhados pela ONU, EUA, UE, ECOWAS, G5-Sahel, MINUSMA e TSCTI, entre outros, os já mencionados países da África Ocidental ainda estão entre as nações mais pobres. Não é de se admirar que a ISWAP esteja atualmente ganhando apoio de civis em partes de seus territórios conquistados no nordeste da Nigéria e na Bacia do Chade. A estrutura de governança aparentemente favorável da ISWAP nestes territórios encorajou ainda mais o fácil recrutamento de jovens para o grupo terrorista (ISSAT 2019).

É, por isso, instrutivo defender a necessidade de enfrentar os desafios sociopolíticos e econômicos internos inerentes a estes Estados da África Ocidental, para que o terrorismo não tenha mais “um terreno fértil para crescer”. Portanto, os respectivos governos da sub-região devem demonstrar a necessária sinceridade, vontade política e compromisso para, com urgência, colocar o ambiente sociopolítico e econômico no caminho do crescimento e do desenvolvimento. A este respeito, devem ser proporcionadas oportunidades de emprego e de educação adequadas para a população jovem na área do estudo. A boa governança e os princípios “reais” da democracia devem ser aprendidos, encorajados e praticados. Os líderes políticos desses países devem procurar evitar a corrupção, o nepotismo, a intolerância religiosa, a rivalidade étnica e o partidatismo etc., e concentrar-se no desenvolvimento geral dos seus países sem preconceitos ou vieses étnico-religiosos.

A economia deve ser gerida por profissionais experientes, com ideologias nacionais claramente definidas para a construção positiva de uma nação, de modo a atrair tanto investidores locais como estrangeiros. A arquitetura global da segurança deve ser bem financiada pelas autoridades competentes. As respectivas fronteiras internas na sub-região devem ser bem equipadas por agentes de segurança patrióticos. A proliferação de armas de fogo através das

fronteiras também deve ser verificada. Neste contexto, os militares e outros agentes de segurança devem ser bem treinados, equipados e remunerados no decurso do seu serviço, para proteger vidas e propriedades dentro dos respectivos países. Ao fazê-lo, as atividades terroristas contemporâneas e seu crescimento desenfreado na sub-região seriam reduzidos.

Na área da cooperação sub-regional, integração e desenvolvimento, o presente artigo recomenda que:

1. A resolução da Estratégia Global Antiterrorista da ONU de 2006 deve ser estritamente cumprida e adotada, individual e coletivamente, pelos respectivos países da sub-região. Esta resolução bastante abrangente prevê, geralmente, ações colaborativas, combativas, preventivas e de proteção contra o terrorismo na sub-região, bem como em nível global.
2. A declaração de missão, as finalidades e os objetivos da ECOWAS devem ser estritamente cumpridos e aplicados ativamente, sem preconceitos étnicos, sociopolíticos ou diplomáticos. Os países membros e as instituições da ECOWAS, sem ter em conta as suas antigas filiações coloniais, devem esforçar-se para incentivar o comércio e a liberdade mútua entre Estados, a gestão eficiente dos recursos, o fornecimento de infraestrutura de transporte adequada, a oferta de educação de qualidade e de oportunidades de emprego para os numerosos jovens. Devem também fazer cumprir a segurança coletiva dos Estados membros, utilizando-se dos órgãos e instituições governamentais necessários. Ao fazê-lo, desafios socioeconômicos como a pobreza, o desemprego e as restrições comerciais etc., seriam problemas do passado. Os governos da ECOWAS devem assumir um papel central e ativo a este respeito.
3. Tendo em conta que a ECOWAS permite atualmente aos cidadãos dos Estados membros viajar pela sub-região sem vistos, bem como os desafios assustadores de um controle fronteiriço deficiente, como o tráfico de pessoas e de armas, os serviços militares de inteligência deveriam, com urgência, ser utilizados de modo que indivíduos ou grupos suspeitos de terrorismo sejam monitorados e seguidos assim que entram nos respectivos países em toda a África Ocidental. Do mesmo modo, há necessidade de reforçar os laços diplomáticos cordiais entre os estados da sub-região. Ao fazê-lo, poderia se impedir que o terrorismo se espalhasse pelas fronteiras.

4. Talvez, por meio da instituição da ECOWAS ou de qualquer das iniciativas sub-regionais de combate ao terrorismo, os funcionários governamentais e os terroristas em Mali, Nigéria e Burkina Faso deveriam empenhar-se mais em programas de diálogo e de anistia viáveis. Neste contexto, as agências nacionais de aplicação da lei devem restringir também a movimentação dos terroristas locais, para evitar que cruzem as fronteiras. Um exemplo típico é a insurgência do *Boko Haram*. Este grupo foi inicialmente considerado como meros militantes na parte nordeste da Nigéria e, portanto, não recebeu a atenção militar necessária antes de se transformar em um grupo terrorista internacional completo, que se espalhou para outros países da África Ocidental.
5. A OMS, bem como os seus parceiros nos respectivos países da África Ocidental, deve esforçar-se para estabelecer um sistema viável de coleta de dados sobre ataques terroristas contra profissionais de saúde, instalações de saúde e pacientes, pois isso ajudará na avaliação global, controle e prevenção de ameaças à saúde, bem como na prestação de cuidados de saúde e de segurança para todos. A este respeito, os crimes de guerra cometidos por terroristas devem ser judicialmente e adequadamente tratados, com um sentido de propósito, pelos respectivos sistemas judiciais nacionais em toda a África Ocidental, pelo Tribunal da ECOWAS e/ou, pelo Tribunal Penal Internacional.
6. Sem preconceitos às filiações coloniais ou diplomáticas estrangeiras, os Estados membros da ECOWAS devem fazer da segurança regional a sua palavra de ordem. Esses países não devem financiar ou conspirar com grupos terroristas, pois a repercussão desse ato detestável poderia significar a ruína não só para o conspirador, mas também para a sub-região como um todo. Isso porque os grupos terroristas, às vezes, agem de forma irracional e se desviam de seus objetivos específicos para infligir calamidade indescritível a qualquer alvo mediante atentados suicidas, sequestros e ataques a alvos brandos, tais como entidades públicas e privadas.
7. As iniciativas de combate ao terrorismo na sub-região, como o G5-Sahel, MNJTF, TSCTI e outros, devem exercer a sinceridade de propósito necessária nos seus esforços antiterroristas. Devem ser igualmente bem financiadas pelos países doadores, sem quaisquer segundas intenções ou tendências conspiratórias com terroristas.

## REFERÊNCIAS

- Adegun, Aanu. 2017. "Maitatsine: Story of Nigeria's Bloody religious Terror of the 80s- Grandfather of Boko Haram." Legit. <https://www.legit.ng/amp/1101391-maitatsine-story-nigerias-bloody-religious-terror-80s-grandmother-boko-haram.html>.
- Africa Development Bank. 2018. *West Africa Economic Outlook*.
- Agric Base. 2019. "US invests \$165m on Nigeria's agriculture in four years." Agric Base. Aug. 19, 2019. [https://agricbase.com/newsdetails/U\\_S\\_invests\\_165m\\_on\\_Nigeria\\_s\\_agriculture\\_in\\_four\\_years](https://agricbase.com/newsdetails/U_S_invests_165m_on_Nigeria_s_agriculture_in_four_years).
- Ake, Claude. 1983. *A Political Economy of Africa*. London: Longman.
- Arieff, Alexis. 2018. "Conflicts in Mali." Congressional Research Service, 19 Sept. 2018. <http://www.fas.org/spg/crs/row/IF10116.pdf>.
- Aworinde, Tobi. 2019. "Nigeria's Population Hits 190 Million- Population Commission." The Punch, July 9, 2019. <http://www.google.com/amp/s/punchng.com/nigerias-population-hits-190-million-population-commission/amp>.
- Blake, James. 2019. "Terrorism Threatens a Former Oasis of Stability in West Africa." Foreign Policy, Feb. 1, 2019. <http://www.foreignpolicy.com/2019/02/01/terrorism-threatens-a-former-oasis-of-stability-in-west-africa-burkina-faso-mali-campaore>.
- Chergui, Smail. 2019. "Terrorism Expanding in Sahel, AU Security Chief warns," The Sun, Feb. 12, 2019. <https://www.sunnewsonline.com/terrorism-expanding-in-sahel-au-security-chief-warns>.
- Ellis, Stephen. 1999. *The Mask of Anarchy, The Destruction of Liberia and the Religious Dimension of an African Civil War*. London; G. Murst.
- Ferguson, Niall. 2003. *Empire: How Britain made the Modern World*. USA: Penguin.
- Fieldhouse, D.K. 1999. *The West and the Third World*. Oxford and Malden: Blackwell.
- Food and Agriculture Organization (FAO) of the United Nations. 2016. *FAO*. Aug. 19, 2016. <http://www.fao.org/emergencies/fao-in-action/stories-detail/en/c/429816/>.
- Gann, Lewis H. and Duignan, Peter. 1967. *The Burden of Empire: A Reappraisal of Western Colonialism South of the Sahara*. Hoover Institution Archives.

- Gberie, Lansana. 2016. "Terrorism Overshadows Internal Conflicts." *Africa Renewal*, Apr. 2016, <http://www.un.org/africarenewal/magazine/april-2016/terrorism-overshadows-internal-conflicts>.
- International Security Sector Advisory Team (ISSAT). 2019. "Facing the Challenge of the Islamic State in West Africa Province." ISSAT. Aug. 12, 2019. <https://issat.dcaf.ch/fre/Apprendre/La-bibliotheque-des-resources/Recherches-et-documents-strategiques/Facing-the-Challenge-of-the-Islamic-State-in-West-Africa-province>.
- Kelly, Fergus. 2019. "ISWAP Killed 'dozens' of Nigeria and Chad troops near Baga in July 29 Clashes." *The Defense Post*, Aug. 1, 2019. <http://the-defensepost.com/2019/08/01/nigeria-baga-iswap-borno>.
- Kuerschner, Mareike. 2013. "Conflicts in African States". 15 Apr. 2013. <http://www.e-ir.info/2013/03/15/conflicts-in-west-african-states/>.
- Lawal, A.A. 1997. "The Economy and the State from the Precolonial Times to the Present." In *Nigerian Peoples and Cultures*, edited by Akinjide Osuntokun & Ayodeji Olukaju, 210-74. Ibadan: Davidson Press.
- McPake, B., Hanson K., & Mills, A. 1993. "Community Financing of Health Care in Africa: An Evaluation of the Bamako Initiative." *Social Science and Medicine* 36, no. 11: 1383-95.
- Miles, Donna. 2005. "New Counter terrorism Initiative to Focus on Saharan Africa." US Department of Defense News Article, May 16, 2005. [https://web.archive.org/web/20070115212856/http://www.defenselink.mil/news/May2005/20050516\\_1126.html](https://web.archive.org/web/20070115212856/http://www.defenselink.mil/news/May2005/20050516_1126.html).
- Nossiter, Adam. 2012. "Jihadists' Fierce Justice Drives Thousands to Flee Mali." *The New York Times*, July 18, 2012.
- Odejide, Olabisi & Morakinyo, Jide. 2003. "Mental Health and Primary Care in Nigeria." *World Psychiatry* 2, no. 3 (Oct): 164-65.
- Ogunremi, G.O. and Faluyi, E.K. 1996. *An Economic History of West Africa since 1750*, Ibadan: Rex Charles.
- Olagbaju, J. and Falola, Toyin. 1996. "Economic Cooperation: The ECOWAS Example." In *An Economic History of West Africa since 1750*, edited by G.O. Ogunremi and E.K. Faluyi, 225-27, Ibadan: Rex Charles.
- Olagbaju, J. and Falola, Toyin. 1996. "Post-independence Economic Challenges and Development." In *An Economic History of West Africa since 1750*, edited by G.O. Ogunremi and E.K. Faluyi, 234-35, Ibadan: Rex Charles.

- Onyekpe, J.G.N. 1997. "Western Influence on Nigeria in the Era of 'New Imperialism.'" In *Nigerian Peoples and Cultures*, edited by Akinjide Osuntokun & Ayodeji Olukoju, 220-45. Ibadan: Davidson Press.
- Pujol-Mazzini, Anna. 2018. "Islamist Terrorist Groups are Turning their Attention to West Africa." *Washington Post*, 3 July 2018, [www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2018/07/03/islamist-terrorist-groups-are-turning-their-attention-to-west-africa/?noredirect=on&utm\\_term=.7c5ac71bdae3](http://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2018/07/03/islamist-terrorist-groups-are-turning-their-attention-to-west-africa/?noredirect=on&utm_term=.7c5ac71bdae3).
- Rodney, Walter. 1972. *How Europe Underdeveloped Africa*. London: Bogle-L'Ouverture Publications.
- Sahara Reporters. 2019. "Bandit Commanders Agree To Suspend Attacks in Zamfara." Sahara Reporters. July 20, 2019. <http://sharareporters.com/2019/07/20/bandit-commanders-agree-suspend-attacks-zamfara>.
- Umeh, Kanayo, and Alabi. 2019. Abdulganiyu. "Foreign Powers Sponsoring Terrorism-Army Alleges." *The Guardian*, May 5, 2019. <http://m.guardian.ng/news/foreign-powers-sponsoring-terrorism-army-alleges/>.
- United Nations. 2006. "UN Global Counter-Terrorism Strategy." United Nations. Sept. 8, 2006. <https://www.un.org/counterterrorism/ctitf/en/un-global-counter-terrorism-strategy>.
- Watson, Jack. 1984. *Success in Twentieth Century World Affairs from 1919 to the 1980s*. London: John Murray Publishers Ltd.
- WHO Regional Office for Africa. 2017. "Panel Discussion on the Health Impact of War and Terror: Coordinating Aid: Talking Points of the WHO Regional Director in Africa." World Health Organization. <http://www.afro.who.int/regional-director/speeches-messages/health-impact-war-terror-aid-dr-matshidiso-moeti-talking-points>.

## RESUMO

Este artigo tenta uma análise histórica qualitativa da ligação entre aspectos de desafios sociopolíticos e a intensificação do terrorismo na pós-independência da Nigéria, de Burkina Faso e do Mali. A análise é especialmente restrita a grupos terroristas como o Boko Haram e a Província do Estado Islâmico na África Ocidental (ISWAP). Pequenas referências, no entanto, são feitas a outros países africanos e grupos terroristas como a Al-Qaeda, o ISIS e suas afiliadas. Este artigo enfatiza a importância dos países mencionados, observando por que eles são atualmente reconhecidos no discurso global contemporâneo como refugiados de terroristas na África Ocidental. Examina os papéis intervencionistas e colaborativos desempenhados por entidades e iniciativas internacionais e regionais, como as Nações Unidas (ONU), G5-Sahel, Força-Tarefa Conjunta Multinacional (MNJTF), Iniciativa de combate ao terrorismo transaariano (TSCTI), Missão Multidimensional de Estabilização Integrada em Mali (MINUSMA) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), entre outros. Utilizando o método histórico, que envolve a avaliação e análise de fontes secundárias, além de outras evidências qualitativas relevantes, o artigo argumenta que os desafios sociopolíticos enfrentados nesses países, durante o final do século XX, não serviram apenas como catalisadores para as emanações do século XXI e disseminação do terrorismo, mas também as agravou ou piorou. Conclui-se demonstrando as estratégias e perspectivas para o desenvolvimento qualitativo da sub-região, observando que, se as variáveis sociopolíticas e econômicas forem efetivamente abordadas, o terrorismo, junto a suas consequências devastadoras, poderá ser reduzido.

## PALAVRAS-CHAVE

Terrorismo; África Ocidental; Contemporaneidade; Desenvolvimento; Sociopolítico; África.

*Recebido em 3 de setembro de 2019*

*Aceito em 19 de janeiro de 2020*

*Traduzido por Mariana Vitola*

# A INFLUÊNCIA DA DIPLOMACIA EM CONTROVÉRSIAS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE MEDIAÇÃO DIPLOMÁTICA E CONFLITO ARMADO

Cícero Ricci Cavini<sup>1</sup>

## Introdução

A Segurança Internacional desenvolveu-se após a segunda Grande Guerra sob o aspecto da proteção dos Estados. As correntes tradicionais de Segurança desenvolveram suas teorias num ambiente de Guerra Fria, havendo, assim, elementos epistemológicos do Racionalismo e do Positivismo (Barrinha 2013; Lasmar 2017). O objetivo deste estudo é observar a influência da diplomacia nas controvérsias internacionais, analisar situações reais em que a diplomacia influenciou a escolha da mediação e a escolha do conflito armado e, por fim, aprofundar o conhecimento das consequências da mediação e da guerra.

O artigo tem seu enquadramento teórico no Pós-estruturalismo, caracterizado por Lasmar (2017) pelo condicionamento do ser humano como significador e atribuidor dos fatos (construção social). Na área da Segurança Internacional, o Pós-estruturalismo, deve nomear a ameaça ou a proteção bom como os meios. Assim, consegue expor as intenções ocultas no ato da construção política (inclusive do discurso político). Os autores e pesquisadores Christer Jönsson e Karin Aggestam questionam a preferência dos Estados pela mediação ou pela guerra, e, com isso, pretendemos contribuir com análises sob o prisma diplomático. Dessa maneira, podemos alinhar a teoria revisitada às ações diplomáticas, colaborando com o sistema internacional de segurança.

---

<sup>1</sup> Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal. E-mail: cicerocavini@gmail.com

A Segurança Internacional desenvolveu outras teorias, que neste estudo tem apenas a função de contextualização, primeiramente o Realismo (Neorealismo), caracterizado por entender que o Estado é o principal ator nas Relações Internacionais e, também, é tido como unitário, racional e detentor do poder num ambiente anárquico. Devido à ausência de poder regulador no ambiente internacional, há excessiva desconfiança, rivalidade, hostilidade e busca pelo poder. Dessa forma, o Realismo, entende que um Estado é a principal ameaça a outro Estado (Santos e Ferreira 2012; Lasmar 2017). Continuando na visão de Lasmar (2017), o Liberalismo nos estudos internacionais tem sua base na razão humana, ou seja, há instituições, diálogos, normas, valores, desenvolvimento e, por fim, a paz (Teoria da Paz Democrática). Nesse ambiente, caracterizado pelo progresso, comércio e democracia (bondade dos indivíduos), há menos espaço para conflitos entre Estados.

Os Estudos Críticos sobre Segurança Internacional iniciam a partir de 1960, quando há uma busca por um entendimento mais amplo da Segurança Internacional. Nesse contexto, três escolas destacam-se nesses estudos: a Escola Galesa, por meio dos pesquisadores Ken Booth e Richard Wyn Jones, que criticam a segurança num ambiente anárquico difundido pela Teoria Realista; a Escola de Copenhague, por meio dos autores Barry Buzan e Ole Waever, que desenvolvem a Teoria da Securitização; e, por fim, a Escola de Paris, por meio de Didier Bigo e Jef Huysman, que analisam políticas de Segurança Internacional pelo domínio do Estado (Gomes 2017).

Finalmente, os Construtivistas, interpretam as ações, práticas e instituições sociais a partir do coletivo e dos seus significados, ou seja, a prática social constrói normas e instituições. Assim, não é possível que conflitos tenham apenas o viés material, sendo necessário atentar aos valores, normas, alianças, instituições e percepções para significar uma ameaça (Lasmar 2017).

Nesse ambiente de Segurança Internacional a diplomacia forma-se sobre três bases que são entrelaçadas: (1) a Diplomacia Pública, que representa uma nação e cria a imagem desse país no estrangeiro; (2) a Informação, agrupamento de dados para os serviços de inteligência; e (3) a Negociação, diálogos que possibilitem um resultado *win-win* e assegurem a defesa (Jesus 2014). Esforços diplomáticos para resolver conflitos constituem partes integrantes da governança dos Estados; esses esforços podem ser traduzidos por negociações. O termo diplomático está intrinsecamente ligado aos representantes oficiais, profissionais que precisam confiar em suas habilidades (Jönsson e Aggestam 2009).

A convenção de Viena de 1961 sobre as Relações Diplomáticas (artigo 3), descreve as funções da diplomacia como: (1) Representação, o Estado é

representado no estrangeiro pelos diplomatas; (2) Proteção, o Estado defende seus cidadãos no exterior; (3) Informação, mensagens entre governos caracterizadas pelas mais diversas frentes; (4) Promoção, projeção tanto da imagem quanto das boas relações econômicas, culturais e científicas; (5) Negociação, busca por acordos ou compromissos comuns com outros Estados; (6) Especialização técnica, habilitação do diplomata em um assunto específico como imprensa, comércio ou cultura; (7) Mediação, quando ações hostis entre Estados necessitam de um terceiro imparcial para estabelecer contato (Mendes 2017).

Segundo Marshall (1990), há seis significados designados à diplomacia que influenciam a resolução de conflitos:

1. A diplomacia torna-se sinônimo de Política Externa;
2. A diplomacia conduz a política externa, sinônimo de Governança;
3. A diplomacia faz a gestão das Relações Internacionais por meio de negociações;
4. A diplomacia é organizada, vinculada a um Estado ou a uma equipe de profissionais;
5. A diplomacia conduz as relações pela inteligência e percepção do ambiente;
6. A diplomacia inclui normas, linguagem e cortesia.

Assim, a diplomacia caracteriza-se, *a priori*, como as atividades exercidas nas relações entre os Estados, cujo objetivo central é a paz e prevenção de conflitos; e, *a posteriori*, a negociação e o poder, ilustram a oscilação entre estratégias de ameaça e recompensa. Essas estratégias influenciam a estrutura de incentivos para a resolução de conflitos e, pode chegar a vias de guerra (Jönsson and Aggestam 2009).

Permanecendo na visão dos autores, nos últimos anos, o grande desafio para a diplomacia tem sido o gerenciamento desses grupos de conflitos e a supervisão e implementação de acordos negociados. Considera-se que as mudanças nos quadros normativos evoluíram e facilitaram a resolução de conflitos. Dessa forma, a diplomacia é, com certa frequência, contrastada com a guerra, mas a chamada diplomacia coercitiva faz uso de força limitada e ameaças para persuadir seus oponentes.

O Oriente Médio é um exemplo dos extremos entre mediação e conflito, ao mesmo tempo em que a região constrói a paz, realiza a guerra. Os diplomatas estão sempre nesse ambiente, realizando negociações e coerções,

e, quando ocorrem hostilidades há a quebra de diplomacia e uma guerra exige novos esforços diplomáticos (Jönsson e Aggestam 2009).

A pesquisadora Sales (2016) escreve que a mediação de conflitos é um caminho que busca a solução por meio do diálogo consensual, inclusivo e colaborativo, entre as partes envolvidas e um terceiro participante imparcial. Segundo as Nações Unidas (2012), a mediação é considerada uma das formas mais eficazes de prevenção, gerenciamento e resolução de controvérsias. Assim, para que o objetivo final seja satisfatório, é essencial que os envolvidos saibam da nobreza e do mérito da mediação, sempre com apoio técnico e político.

Uma mediação com preponderância para resolução pacífica faz a conexão entre o ouvir e o dialogar. Se necessário, realiza a introdução de outros interessados à negociação de paz. Um acordo de paz que expresse qualidade e ofereça justiça, segurança e reconciliação deve abranger, obrigatoriamente, “o tratamento dos erros do passado e criar uma visão de futuro para toda a sociedade” (ONU 2012, 25).

Falar de mediação diplomática pressupõe conflitos, tendo as guerras<sup>2</sup> um largo histórico na humanidade. Zahreddine (2017, 133) nos conta que após a Primeira Guerra Mundial, o Idealismo ganha força por meio da Cátedra Woodrow Wilson com os quatorze pontos necessários para criar condições de encerramento da Grande Guerra. Permanecendo nas contribuições do autor, em 1929 a crise no sistema internacional e a mudança de visão dos Estados fez com que o Liberalismo não conseguisse responder aos problemas de desenvolvimento (2017, 134). Consequentemente, essa Escola não conseguiu impedir a II Grande Guerra, e, após esse acontecimento, a Teoria Realista entende como causa de guerras os estrangimentos sistêmicos do ambiente anárquico.

Para Lara (2011; 2017), diversos fatores se tornam agentes da guerra: os meios, os objetivos que serão alcançados, a duração do conflito e sua extensão. Os conflitos são distintos em três grupos: (1) Guerra Total, quando um Estado deseja a destruição total do outro Estado e utiliza qualquer meio para isso; (2) Guerra Geral, quando se busca a destruição do oponente, mas sem efeito à totalidade dos recursos disponíveis; e (3) Guerra Limitada, quando o conflito tem uma finalidade restrita, com uso parcial dos recursos disponíveis. Ao revisitar os fatos históricos, observam-se aproximadamente 824 mediações realizadas pela Organização das Nações Unidas entre 1947 e 2017

---

2 Os termos “guerras” e “conflitos armados” possuem significados semânticos, sendo a única distinção a carga emocional das palavras devido aos históricos negativos do primeiro termo.

(ONU 2019) e, por outro lado, há a realização de aproximadamente 37 conflitos armados de 1932 a 2009, considerando-se, nesse número, guerras/invasões que envolveram/envolvem dois ou mais Estados (Sohistoria 2019).

## Nota metodológica da pesquisa

Há dois motivos que levam ao estudo deste conteúdo e sua observação. O primeiro deles refere-se à declaração do Secretário-Geral da ONU, em 23/05/2019, em que tornou público a informação que no último ano houve 22.800 mortes de civis em seis países onde há conflito, são eles: Afeganistão, Iraque, Mali, Somália, Sudão do Sul e Iêmen<sup>3</sup>. O segundo motivo foi a divulgação da *UN Peacekeeping*, em 21/05/2019, que informou que, diariamente, 44.000 pessoas são forçadas a deixarem suas casas e seus meios de sobrevivência devido a conflitos e, conseqüentemente, entram para um mundo de pobreza<sup>4</sup>. Assim, sob o argumento da influência diplomática, propomos a pergunta de partida: como a diplomacia pode influenciar as controvérsias no cenário internacional?

### *Caracterização da pesquisa realizada*

A presente pesquisa está enquadrada no paradigma qualitativo, em que utilizaremos estudos de caso para explorar e descrever fenômenos e características de uma determinada região ou população. Dessa forma, a investigação científica é a busca pela solução de problemas ligados ao conhecimento pragmático no qual vivemos (Fortin 2009).

### *Amostra e coleta de dados da pesquisa*

Nesse artigo utilizamos dois estudos de caso para analisar o fenômeno da influência diplomática nas mediações e nos conflitos armados. Os casos foram escolhidos por espaço geográfico, seguido de proximidade de datas, com controvérsias semelhantes e, por fim, pelas escolhas realizadas pelos seus líderes: mediação ou guerra.

O primeiro estudo de caso está localizado no continente africano, e ocorreu em 1999 para solução de controvérsias nas fronteiras entre o Sudão e a Uganda; os países optaram pela mediação diplomática. O segundo estudo de

3 Informação extraída do tuíte do Secretário-geral da ONU, senhor António Guterres, em 23 de maio de 2019 às 17h09.

4 Informação extraída do tuíte da UN Peacekeeping em 21 de maio de 2019 às 14h00.

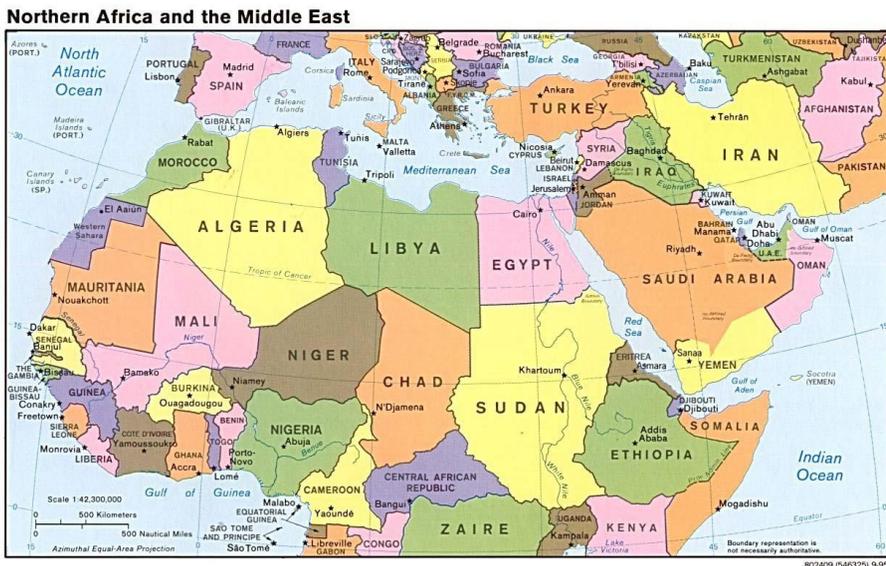
caso, também localizado na África, ocorreu entre 1998 e 2000, para solução de controvérsias nas fronteiras entre a Eritreia e a Etiópia; os países optaram pelo conflito armado.

Os dados sobre as duas situações de estudos de casos deste artigo foram retirados da Organização das Nações Unidas (ONU), Central Intelligence Agency (CIA), livros acadêmicos e artigos científicos sobre os temas. Os países, nestes estudos de caso, estão localizados na África Oriental, região que tem a sua importância relatada nos estudos de Samuel Cohen como parte integrante do *Shatterbelt* do Oriente Médio. As controvérsias desses quatro países foram considerados uns dos principais conflitos da década de 1990 no continente africano (Batalha 2015).

## Desenvolvimento: análise e descrição dos resultados

Posteriormente à leitura e identificação dos elementos-chave dos estudos de caso, seguem as análises de cada um deles. Observem o mapa do continente africano, datado de 1995 (Figura 1), última atualização da CIA antes de iniciarem os conflitos aqui estudados, datados de 1998 a 2000:

**Figura 1: Norte da África e Oriente Médio**



Fonte: University of Texas Libraries by Central Intelligence Agency, 1995.

### ***Caso 1: a mediação diplomática entre Sudão e Uganda***

Sudão e Uganda estão localizados no Norte da África e estão separados, atualmente, pelo Sudão do Sul. No ano de 1995, os dois países romperam relações diplomáticas sob o argumento de violação de fronteiras e de apoio a rebeldes (Neu 2002). Em princípio, o Sudão, apoiou o Exército de Resistência do Senhor na Uganda como ferramenta de retaliação pela participação do Governo de Uganda na guerra do Sudão contra o Exército de Libertação Popular do Sudão (Neu 2002).

No ano de 1999, esses dois países, realizaram um passo importante para manutenção da paz entre si. O acordo, denominado Acordo de Nairóbi foi assinado em dezembro de 1999 com o objetivo de garantir o respeito às soberanias e à integridade territorial, baseada nas Cartas das Nações Unidas e, também, na Organização para a Unidade Africana. Assim, ambos países renunciaram o uso da força ou ações hostis para resolverem suas diferenças por meio da mediação diplomática.

Para a efetiva paz entre os países, a ONU foi responsável pela mediação entre as partes e o programa de solução de controvérsias foi pautado em dez pontos essenciais, conforme ONU (2019, traduzido pelo autor), sendo:

1. Cada país, a saber, Sudão e Uganda, deve respeitar a soberania e integridade territorial um do outro, de acordo com as cartas das Nações Unidas e da Organização para a Unidade Africana;
2. Renunciar o uso da força para resolver as diferenças, e realizar ações para evitar quaisquer atos hostis entre si;
3. Haverá esforços para dismantelar e desarmar grupos terroristas, prevenir quaisquer atos de terrorismo ou ações hostis que possam originar nos territórios gerando perigo e insegurança nas outras nações;
4. Não haverá abrigo, patrocínio, informação militar ou apoio a quaisquer grupos rebeldes, grupos de oposição ou elementos hostis nos territórios um do outro;
5. Haverá um esforço comum para promover a paz regional, à própria iniciativa, com total apoio da IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento), e de modo algum prejudicando ou interferindo em sem papel, em acabar com a guerra civil no Sudão;
6. Não haverá campanhas de propagandas hostis e negativas entre os dois países;

7. Os prisioneiros de guerra serão restituídos aos seus países;
8. Não ocorrerá qualquer abuso ou injúria de cidadãos inocentes, e haverá um esforço especial para localizar qualquer desaparecido, especialmente crianças que foram sequestradas, e devolvê-las para suas famílias;
9. Serão respeitadas: as leis internacionais que regem os refugiados, as atividades de ONGs e os transportes nas fronteiras. Haverá facilitação para o regresso e o reassentamento de refugiados;
10. Haverá anistia e reintegração a todos os ex-combatentes.

Esses termos assinados entre os países permitiram em fevereiro de 2000 que as duas capitais envolvidas pudessem designar equipes diplomáticas para a continuidade dos serviços. Houve envio de embaixadores e as relações diplomáticas foram restauradas.

### ***Caso 2: o conflito armado entre Eritreia e Etiópia***

Observar a situação entre Eritreia e Etiópia é demasiadamente complexo com “embaraçosas contradições diplomáticas” (Prunier 2015, 233). Para a compreensão do conflito ocorrido no período de 1998-2000, relembramos que a origem do Estado da Eritreia é fruto de trinta anos de conflito armado na região. Quando, enfim, a Eritreia conseguiu sua independência em 1993, a comunidade internacional pensava que a situação estava resolvida. No entanto, novo conflito armado reafirma o problema geopolítico da região. Para Gérard Prunier a questão Eritreia-Etiópia compara-se à questão Israel-Palestina, caracterizado por divergências culturais e história ofensiva.

A solução para esse conflito foi considerada complexa, porque se baseia em “sentimentos” (Prunier 2015, 235). Segundo o autor, o histórico dessa região resume-se em ocupações e explorações agrícolas (ou industrial-agrícola no século XX), começando em 1314 pelo Imperador Amda Syon, passando pelo Império Otomano, posteriormente o Egito (1821), a influência da Grã-Bretanha e, finalmente, a Itália (1907).

O que reacendeu a guerra entre as duas regiões em 1998, a princípio, foi o fator econômico, porém há outras causas nesse contexto. Devemos nos atentar que a Eritreia teve ao longo de sua história uma projeção para ser uma nação industrial agrícola; porém, com o pequeno avanço e crescimento da Etiópia a região voltou a ter problemas.

De um lado, a Eritreia dizia que a nova capacidade de produção da Etiópia minava suas exportações e, por outro lado, a Etiópia dizia que a Eritreia

explorava seu subdesenvolvimento. Os caminhos escolhidos pelas nações após a separação em 1993 mostram que as conquistas da Etiópia estavam baseadas numa escolha federal, enquanto a Eritreia trilhava um caminho com uma escolha centralizada, baseada no autoritarismo de guerrilheiros (Prunier 2015).

Permanecendo no olhar de Prunier, os problemas econômicos não foram as causas da retomada da guerra e, sim, desconexões políticas e culturais (atentar que, além dos fatos já expostos no texto, há o agravante de uma população ser cristã e a outra muçulmana, incorrendo numa divisão étnica-política). A Eritreia se orgulhava de ter sido influenciada pelo Império Otomano, enquanto a Etiópia não; fato da Eritreia estar em desvantagem econômica da Etiópia incomodava (e muito) a superioridade eritreia.

O autoritarismo de guerrilheiros no poder da Eritreia e a falta de diplomacia do país foi o real motivo que reiniciou a guerra. Esse autoritarismo por guerrilheiros no poder também pode ser visto em países como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Uganda, Ruanda, Burundi e Sudão do Sul. O que fomentou o novo conflito de 1998 a 2000, na opinião de Prunier (2015), foi o “preconceito e a política irracional justificada por territórios de fronteiras sem valor econômico” (Prunier 2015, 251).

Essa guerra se arrastou pelas trincheiras, ao estilo da Primeira Grande Guerra, com o custo de US\$ 4,5 bilhões e aproximadamente 80 mil mortos. A diplomacia foi “obscura e confusa”, como o conflito armado em si, e resultou num estado de não paz, posteriormente de não guerra (Prunier 2015, 252). Após o término da guerra em 2000, a Eritreia mergulhou numa ditadura, ocorrendo o fechamento de organizações independentes e de igrejas cristãs. No início do século XXI, a Eritreia, foi a segunda maior fonte de refugiados da África e a quarta do mundo (Prunier 2015, 253).

## Conclusão

O presente trabalho abordou o tema diplomacia e sua influência nas controvérsias, especificamente sobre as mediações e os conflitos armados. O objetivo deste artigo constituiu-se em observar a influência da diplomacia em controvérsias, analisar casos reais e aprofundar-se no conhecimento e nas características teóricas do assunto.

Após a pesquisa proposta na metodologia de estudo de caso, percebemos que na região do Chifre da África houve a realização tanto da mediação diplomática quanto do conflito armado, e tais eventos respeitavam os parâ-

metros propostos de (1) proximidade de espaço geográfico, (2) proximidade de datas, (3) com controvérsias semelhantes e (4) escolhas distintas realizadas pelos seus líderes: mediação (Sudão e Uganda) e guerra (Eritreia e Etiópia). Podemos assim, responder à pergunta de partida refletindo sobre como a diplomacia pode influenciar as controvérsias no cenário internacional; sendo essa sua principal missão ou, até mesmo, seu papel fundamental.

Primeiramente, temos de consolidar que a diplomacia, a mediação e o conflito armado são escolhas do sistema político em que estamos inseridos. São ferramentas para obter poder, influência e dinheiro num espaço geopolítico em que os Estados se enfrentam ou cooperam entre si para um objetivo específico.

A diplomacia, conforme revisão teórica, se movimenta entre os dois extremos (mediação e coerção), sendo a resposta direta dos países nas controvérsias. Pelas suas características, a diplomacia influencia e é vital para os dois caminhos observados neste artigo. A exemplo, lembramos que o embaixador pode solicitar formalmente à ONU, via carta diplomática, intervenção em controvérsias de forma a buscar a solução pacífica do problema. Quando essa atitude não ocorre, demonstra um horizonte que pode chegar ao conflito armado.

Da mesma forma, a diplomacia, por meio da inteligência, pode escolher um caminho de coerção e apontar para um nível mais agressivo que não contemplará a mediação diplomática. Ainda que a nova geopolítica se expresse pelo espaço e poder, devem-se atentar para as consequências dos conflitos armados (Batalha 2015), como: migração, refugiados, governos autoritários ou capitalismo neoliberal, violência sexual, degradação das estruturas sociais e familiares, desemprego, pobreza, inacessibilidade às unidades de serviços básicos, entraves à exportação, desvalorização de *commodities*, aumento no consumo de álcool e drogas, aumento da prostituição, queda do saneamento básico e acesso à água potável (Piepole 2001; Batalha 2015).

Para Prunier (2015), mesmo que um conflito armado seja benigno para a economia e a política (e, ainda, geopolítica), devido aos interesses envolvidos, ele tem um efeito cultural que pode se caracterizar de maneira negativa para a sociedade e, até mesmo, para o próprio governo. A mediação busca caminhos alternativos para que controvérsias não cheguem à extremidade de uma guerra. Porém, recordamos que a diplomacia tem legalidade para apontar qualquer um dos dois caminhos analisados nessas páginas, sendo que, para a mediação, o próprio corpo diplomático pode iniciar o pedido e o processo, já para a guerra o corpo diplomático rompe as relações com o outro país e aguarda o chefe do Estado autorizar o confronto.

Este estudo tem algumas limitações sendo: (1) não houve aprofundamento do viés econômico sobre as duas possibilidades (mediação ou guerra); (2) não houve discussão sobre lucros de guerra, ganho de mercado e aumento do espaço geográfico; (3) utilizou-se apenas de dois estudos de casos em uma única região; e (4) não se utilizou de comparação com outras regiões do globo para mensurar e descobrir novas interpretações tanto das mediações quanto dos conflitos.

No seguimento deste estudo, sugerimos pesquisas que preenchem as lacunas das limitações acima citadas, incluindo: (1) o ganho econômico da guerra diante das perdas humanas; (2) a influência política da decisão de mediar ou guerrear frente às consequências sociais; (3) averiguar outras soluções de controvérsias que não configurem mediação ou guerra; (4) pesquisar as novas formas de finalizar uma controvérsia para o século XXI; e (5) mensurar a maturidade política, diplomática e religiosa das regiões de conflitos armados históricos. Este estudo possibilitou observar a diplomacia, proporcionar conhecimento e dar continuidade aos estudos sobre mediações e conflitos com intuito de reflexão e compreensão desses dois fenômenos internacionais.

## REFERÊNCIAS

- Barrinha, André. 2013. “Olhar o passado para pensar o presente: o Realismo Clássico e os Estudos Críticos de Segurança.” *Revista Nação e Defesa*, n. 135, 5 série. p. 201-213, 2013.
- Batalha, Alexandrina Pereira. 2015. *Geopolítica das grandes pandemias e endemias na África subsaariana*. Lisboa: edição Cosmos, 2015.
- Convenção de Viena. 1961. Decreto-Lei nº 48295. *Convenção sobre Relações Diplomáticas de 18 de Abril de 1961*. Disponível em: [https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/images/pdf/Protocolo-estado/viena\\_diplom%C3%A1ticas.pdf](https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/images/pdf/Protocolo-estado/viena_diplom%C3%A1ticas.pdf)
- Fortin, Marie Fabienne. 2009. *O Processo de Investigação: da concepção à realização*. 5. ed. Lisboa: Lusociência, 2009.
- Gomes, Áureo de Toledo. 2017. “A Escola Galesa de Estudos Críticos em Segurança Internacional: 25 anos depois.” *Revista Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 173-197, 2017. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/609>.
- Jesus, José Duarte. 2014. *Diplomacia. Enciclopédia das Relações Internacionais*. Org. Nuno Canas Mendes e Francisco Pereira Coutinho. Institu-

to Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa. Publicações Dom Quixote, 2014.

- Jönsson, Christer, and Karin Aggestam. 2009. *Diplomacy and Conflict Resolution*. *The SAGE Handbook of Conflict Resolution*, Edited by Jacob Bercovitch, Victor Kremenyuk and I William Zartman, Sage Publications, 2009.
- Lara, António Sousa. 2011. *Subversão e Guerra Fria*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa: Coleção Manuais Pedagógicos, 2011.
- Lara, António Sousa. 2017. *Ciência Política: estudo da Ordem e da Subversão*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa. 9 ed. Lisboa: Coleção Manuais Pedagógicos, 2017.
- Lasmar, Jorge Mascarenhas. 2017. *Segurança e Estudos Estratégicos. Paz e Guerra: Contributo para o diálogo entre Direito Internacional e Relações Internacionais*. Org. António de Sousa Lara, Roberto Correia da Silva Gomes Caldas e Jamile Bergamaschine Mata Diz. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa. Guide artes gráficas, 2017.
- Mendes, Nuno Canas. 2017. *História e Conjuntura nas Relações Internacionais*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa. 2 ed. Lisboa: Coleção Manuais Pedagógicos, 2017.
- Marshall, Peter. 1990. *The Dynamics of Diplomacy*. London: The Diplomatic Academy of London, 1990.
- Neu, Joyce. 2002. *Restoring Relations between Uganda and Sudan: The Carter Center process. Conciliation Resources Accord an International review of Peace initiatives*. Issue editor: Okello Lucima, 11, London, 2002. Disponível em: <http://www.c-r.org/accord/northern-uganda/restoring-relations-between-uganda-and-sudan-carter-center-process-2002> .
- Organização das Nações Unidas. 1945. *Charter of the United Nations*. Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/un-charter/chapter-vi/index.html>.
- Organização das Nações Unidas. 2012. *Guidance for Effective Mediation*, September. Disponível em: [https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/GuidanceEffectiveMediation\\_UNDPA2012%28english%29\\_0.pdf](https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/GuidanceEffectiveMediation_UNDPA2012%28english%29_0.pdf).
- Organização das Nações Unidas. 2018. *Prevention and Mediation*. Disponível em: <https://dpa.un.org/en/prevention-and-mediation>.

- Organização das Nações Unidas. 2019. *Digital Toolkit*. Disponível em: <https://peacemaker.un.org/digitaltoolkit>.
- Organização das Nações Unidas. 2019. *Peace Agreements*. Disponível em: <https://peacemaker.un.org/document-search>.
- Piepoli, Sónia Infante Girão Frias. 2001. *Impactos Sociais da Guerra: apontamento sobre a mudança vivida em quatro localidades do interior de Moçambique. Populações, Ambiente e Desenvolvimento em África*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Coordenação de Oscar Soares Barata e Sónia Infante Girão Frias Piepoli. Universidade de Lisboa. Lisboa: ACMA, 2001.
- Prunier, Gérard. 2015. The Eritrean question. In *Understanding contemporary Ethiopia: monarchy, revolution and legacy of meles zenawi*. Editors Gérard Prunier and Éloi Ficquet. Hurts Company, London, 2015.
- Santos, Victor Marques, e Maria João Militão Ferreira. 2012. *Teoria das Relações Internacionais*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa. Lisboa: Coleção Manuais Pedagógicos, 2012.
- Santos, Victor Marques. 2012. *Elementos de Análise de Política Externa*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa. Lisboa: Coleção Manuais Pedagógicos, 2012.
- Sales, Lilia Maia de Moraes. 2016. “Técnicas de mediação de conflitos e técnica da reformulação – novo paradigma e nova formulação para os profissionais do direito.” *Revista Novos Estudos Jurídicos – Eletrônica*, v. 21, n.3, set/dez, 2016.
- So História. 2019. *Lista cronológica de guerras e conflitos mundiais*. Virtuous Tecnologia da Informação, 2009-2019. Retirado de <http://www.sohistoria.com.br/ef2/cronologiaguerras/>.
- University of Texas. 1995. *Map of Africa*. Retirado de [https://legacy.lib.utexas.edu/maps/middle\\_east\\_and\\_asia/n\\_africa\\_mid\\_east\\_pol\\_95.jpg](https://legacy.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/n_africa_mid_east_pol_95.jpg).
- Zahreddine, Danny. 2017. *Estado Nacional e os novos conflitos armados. Paz e Guerra: Contributo para o diálogo entre Direito Internacional e Relações Internacionais*. Org. António de Sousa Lara, Roberto Correia da Silva Gomes Caldas e Jamile Bergamaschine Mata Diz. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa. Guide artes gráficas, 2017.

## **RESUMO**

O artigo busca compreender as influências da diplomacia em controvérsias. Observamos casos no continente Africano, os quais detecta-se num mesmo espaço geográfico, seguido de proximidade de datas e, por fim, controvérsias semelhantes, nos quais houve escolhas diplomáticas distintas entre a mediação e confronto. Conclui-se que a diplomacia, a mediação e o conflito armado são escolhas do sistema político em que estamos inseridos. São ferramentas para obter poder, influência e dinheiro num espaço geopolítico onde os Estados se enfrentam ou cooperam entre si para um objetivo específico.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Diplomacia; África; Mediação; Confronto.

*Recebido em 16 de dezembro de 2020*

*Aceito em 25 de janeiro de 2020*

# CONFIANÇA NO PODER POLÍTICO E NAS INSTITUIÇÕES GOVERNATIVAS EM MOÇAMBIQUE: 2014-2018

Kátia Sara Henriques Xavier Zeca<sup>1</sup>

## Introdução

Pensar o Estado no contexto africano é um desafio, tendo em conta que este emerge sob influência de conflitos, avanços e retrocessos, além da construção identitária. O debate na África é muito influenciado pelos movimentos nacionalistas e pelas lutas pela autodeterminação. As colônias imbuídas e ligadas ao governo colonial estavam desprovidas de autonomia e capacidade autônoma de construção e desenvolvimento dos seus ideais. Os processos de formação do Estado estão intimamente ligados aos processos de autodeterminação. A política na África normalmente é vista do topo para a base. Os cientistas políticos centram a sua análise no indivíduo, neste caso, nos presidentes ou membros do governo (Ministros e Primeiro-ministro, no caso de Moçambique). O desenvolvimento político pode ser resumido como a distinção das instituições nacionais e o sistema de partido único dominante ou intervenção armada (Bratton 2013).

Bratton (2013) defende que o interesse por questões sociais e direitos políticos surge entre analistas científicos quase 30 anos após as independências, por volta da primeira década do século XXI. Aspectos como associações cívicas, economia informal, protestos nas ruas, e emergência de oposição política começam a ganhar alguma força e relevo em algumas sociedades. Em Moçambique, muitas são as pesquisas desenvolvidas pelo Instituto de Estudos Econômicos e de Desenvolvimento (IESE) (Brito 2007, 2011; Forquilha 2017) no qual são pesquisados diversos temas relacionados ao comportamento político, participação política, abstenção, descentralização

---

<sup>1</sup> Departamento de Ciências Sociais e Línguas, Universidade Joaquim Chissano. Moçambique, Maputo. E-mail: ksarahxavier@gmail.com

ou ainda as instituições do poder político, assuntos de extrema importância para pensar o Estado em Moçambique.

Na obra *Voto e Democracia em África*, de Bratton (2013), o autor traz um debate sobre o que está acontecer na África em termos de votação. Quais as motivações que levam o eleitor às urnas? Uma série de questões são levantadas e discutidas nesta obra. Com vistas a legitimar as suas ações políticas diante da população, os líderes africanos viram-se obrigados a implementar as regras multipartidárias para o exercício do poder. Contudo, a literatura aponta para manipulação dos processos eleitorais, patronato, violência e dominação partidária no âmbito institucional.

Falando em construção do Estado, na África este fenômeno está também associado às eleições, que tendem a ser contestadas por conta da corrupção e da existência de uma elite clientelista. Os partidos políticos são muitas vezes personalistas, dominados por uma elite, e internamente não democráticos, formando desta forma assembleias nacionais pouco ou nada representativas e longe das demandas populares (Bratton 2013).

Outros autores, como Shaapera (2012) discutem algumas concepções do Estado, a emergência deste, seu propósito e funções, usando como exemplo o caso da Nigéria. Um aspecto a reforçar é que o autor defende a necessidade de pensar o Estado, tendo em conta a satisfação das necessidades básicas, tal como se encontra em Sen (2000) e Inglehart e Welzel (2009). Esta perspectiva torna-se relevante, pois, em alguns desses Estados, os processos de democratização emergem num período em que se encontra no cerne do debate sobre o desenvolvimento e as capacidades do indivíduo.

Shaapera (2012) defende ainda que o Estado no Terceiro Mundo deve ser pensado tendo em conta as necessidades básicas do homem. Neste caso, o principal objetivo é o acesso a infraestruturas, à água potável, a bens e serviços, a redes de transporte e comunicações, à energia regular, a casas seguras e de qualidade, à saúde e à educação de qualidade. Estas são preocupações de um Estado específico, mas com alguma similaridade com outros Estados africanos, como Moçambique ou Angola. Não há consenso na definição das origens do Estado, existem sim várias perspectivas teóricas, teorias divinas (São Tomás de Aquino), social, teoria do estado natural ou Teoria do Contrato Social (Hobbes, Locke e Rousseau) ou ainda o Estado como o resultado de uma evolução natural.

O Estado pós-colonial surge de uma situação de conflito e opera como uma forma de instrumento de dominação, no qual o poder político é mantido gerando um Estado fraco e subdesenvolvido com um relativo grau de desenvolvimento. Observando os últimos dados sobre o Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH), pode-se verificar que os países com baixo IDH são na sua maioria africanos, como Quênia, Nigéria, Ruanda, Senegal, Costa do Marfim, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, entre outros (PNUD 2015)<sup>2</sup>.

Moçambique é um Estado que resultou de uma negociação e transferência de mando do poder colonial para o movimento libertador reconhecido, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), e que se encontra em consolidação dos seus processos de democratização. Importa ainda realçar que os debates em torno do Estado por teóricos têm algumas lacunas, mas não se quer com isto afirmar que não existam. Os pesquisadores preocupam-se em analisar a sociedade, as instituições, os processos de participação e o comportamento eleitoral que atualmente regem a sociedade. A elite dominante, ao mesmo tempo em que pensava o Estado, construía o Estado de Direito e estes dois processos acontecem em simultâneo.

Pensar o Estado em Moçambique é, ao mesmo tempo, refletir sobre seu processo de construção, muito marcado pelas forças externas e turbulências internas (período colonial e guerra civil). Com pouco mais de 40 anos, tem ainda muitos desafios por enfrentar, em aspectos social, econômico, político e cultural. Contudo, as experiências vivenciadas por outros países se constituem numa ferramenta essencial para analisar o jovem Estado, e daí tirar lições que permitam perceber e analisar o mesmo (Xavier-Zeca 2019).

O presente artigo tem como finalidade compreender a confiança por parte dos eleitores nas instituições do poder político em Moçambique. A questão que se coloca é qual o nível de confiança dos eleitores nas instituições do poder político? Para efeitos desta pesquisa foram consideradas as seguintes instituições políticas: Assembleia da República, Comissão Nacional de Eleições (CNE), Polícia, Exército e Tribunais Judiciais. Ao longo do texto, dá-se ênfase à CNE por ser a instituição responsável por gerir todo o processo eleitoral. E porque o artigo é embasado em torno das questões da confiança e da democratização, serão aqui discutidos alguns conceitos que permitirão fundamentar as conclusões apresentadas: instituições, democratização, democracia consolidada.

Em termos metodológicos, o artigo privilegiou o uso da revisão documental, complementando-a com uma análise descritiva dos dados do *Afroba-*

---

2 PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2015: O Trabalho como Motor do Desenvolvimento Humano. New York. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-200014/>. Acesso em: 14 out. 2018.

rometer<sup>3</sup> ronda 6 (R6) 2014-2016 para analisar a confiança do eleitorado em relação às instituições do poder político. Igualmente, utiliza-se tal método para analisar a confiança do eleitorado em relação às instituições do poder político com enfoque nos seus líderes e nos pilares de entendimento sobre a democracia e ainda o grau de satisfação em relação à democracia por parte dos eleitores.

O artigo apresenta algumas limitações no que concerne à dificuldade ao acesso à informação e material bibliográfico na *web* que tenham como enfoque África, o que em certa medida dificulta a pesquisa não estando no local de estudo. Pretendia-se embasar o artigo tendo em conta a perspectiva de teóricos africanos que possam dar o seu ponto de vista sobre uma realidade que lhes é familiar.

## **Abordagens teóricas em torno dos conceitos instituições, opinião pública, democratização e consolidação democrática**

As *instituições* têm papel integrador na sociedade, uma vez que são estas que viabilizam a convivência coletiva (North 1991). O papel das instituições na sociedade é essencial e crucial para proteger o cidadão. A insatisfação com as instituições democráticas pode ser um problema para a estabilidade política. De acordo com Easton (1965), nem sempre a percepção do funcionamento das instituições se equipara às expectativas que os cidadãos têm a respeito delas, o que pode levar um regime democrático a altos níveis de descontentamento com as instituições políticas e até aos questionamentos sobre a democracia como regime. É neste sentido que abordar o papel das instituições políticas torna-se relevante no sentido que cabe a estas o papel de manter a estabilidade política.

---

3 O *Afrobarometer* é um projeto que foi fundado por três pesquisadores independentes de pesquisa *survey*, sem filiação ou cor partidária, Michael Bratton, Robert Mattes, e Gyimah-Boadi, da Universidade do Estado de Michigan, Instituto para Democracia da África do Sul (Idasa) e do Centro para o Desenvolvimento da Democracia do Gana. A primeira ronda ocorreu em 2000, com apenas 12 países (Botsuana, Gana, Lesoto, Malauí, Mali, Namíbia, Nigéria, África do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue), contando atualmente com 36 países (Botsuana, Gana, Lesoto, Malauí, Mali, Namíbia, Nigéria, África do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue, Cabo Verde, Quênia, Moçambique, Senegal, Benin, Madagascar, Burkina Faso, Libéria, Argélia, Burundi, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Etiópia, Guiné, Maurício, Marrocos, Nigéria, Serra Leoa, Sudão, Suazilândia, Togo e Tunísia).

Outro dos conceitos fundamentais do artigo é o de *opinião pública*. Esse conceito começou por ser abordado nos estudos de Arendt (2007), na sua obra *A condição humana*. Apesar de não abordar o conceito em si, inicia o debate sobre as esferas pública e privada, em que estas surgem num contexto da *polis* grega, não havendo espaço para opinião pública.

O conceito de opinião pública tem evoluído em termos históricos ao longo dos tempos. É importante referir que não se trata de algo novo ou uma banalização do conceito, associado apenas à pesquisa de opinião (Ferreira 2015; Figueiredo & Cervellini 1995), mas suas abordagens remontam a Locke, Kant, Burke ou Bentham, sendo um dos conceitos próprios da Ciência Política. Ben Hermet, Badie, Bienebaum e Braud (2014), partindo da definição de Bourdieu, apresentam um conceito de opinião pública associado a uma construção social, que pretende representar o que uma dada população pensa sobre um determinado assunto. Considerando esses autores como sendo algo fabricado para justificar a ação do político, essa é apenas uma das controvérsias que os autores reforçam. Contudo, reconhecem a atualidade desse termo e a evolução que tem sofrido, deixando cair por terra o descrédito associado à conceitualização da opinião pública, reconhecendo que essa evolução tem contribuído bastante para a sua cientificidade.

Apesar da dificuldade e dos debates em torno do conceito, este está presente nas pesquisas de opinião em Ciência Política, que tem a sua validade por fazer uso de metodologia que permite analisar e sistematizar os resultados obtidos. Neste sentido, os resultados da pesquisa do *Afrobarometer* resultam de pesquisas de opinião e têm a sua relevância científica e acadêmica para entender os fenômenos políticos.

No caso de Moçambique, país que faz parte da 3ª onda de democratização e que iniciou o seu processo nos anos 90, torna-se pertinente entender o que será então a *democratização*. Segundo Huntington, a democratização envolve: “[...] o fim de um regime autoritário; instalação de um regime democrático e a consolidação do regime democrático” (1994, 44). Sendo assim, a democracia surge de um processo evolutivo que passa por fases diversas, cujo cerne está na transição que irá ocorrer e o fim último a consolidação do mesmo. Aqui neste pilar encontra-se o grande desafio, de consolidar regimes que por vezes se tornam frágeis no processo de coesão da ordem interna.

Em suma, a democratização envolve a mudança de um regime não democrático para outro. O autor alerta que nem sempre a democratização será total, em algum momento poderá ser parcial. Não é certo que as transições conduzam a regimes democráticos, apesar de ser o desejável (Dahl 2001; Huntington 1994; Mainwaring 1989). Muitas vezes, acabar com um

regime não democrático poderá levar a outro regime não democrático, pois não existe uma fórmula que indique que a transição levará a uma democracia.

Pode-se concluir que nem sempre as transições conduzem a regimes democráticos, sobretudo porque cada país, no momento que iniciou esse processo, encontrava-se em estágios diversos de evolução e organização política e econômica. Huntington, na sua definição, faz menção à questão da consolidação como sendo um dos fins do processo de democratização. Linz e Stepan apresentam o conceito de transição democrática completa e democracia consolidada, que considera-se serem importantes para uma breve discussão.

De acordo com Linz e Stepan (1996, 3) a *democracia consolidada* pode ser definida tendo em conta os seguintes preceitos:

Uma transição democrática está completa quando se chega a um acordo satisfatório sobre procedimentos políticos para produzir um governo eleito, quando um governo chega ao poder como resultado direto de um voto livre e popular, quando este governo tem *de fato* a autoridade para gerar novas políticas, e quando Executivo, Legislativo e Judiciário gerados pela nova democracia não têm que compartilhar o poder com outros corpos *de jure*<sup>4</sup>.

Nesta definição, há que realçar três pontos essenciais que caracterizam uma transição democrática completa: governos eleitos democraticamente pelo voto, autoridade *de fato* dos governantes e um corpo legislativo, executivo e judicial com poder *de jure*. Esta definição permite também perceber a distinção que deve ser feita entre liberalização e democratização. Pois mesmo em Estados não democráticos pode haver certa liberalização dos mercados sem que necessariamente estes sejam democráticos ou estejam em algum processo de democratização. Esta requer mais contestação em torno dos direitos de controle político e um dos pontos cruciais é a existência de eleições livres e competitivas, sendo que o seu resultado irá ditar quem governa. Conclui-se que pode haver liberalização sem democratização (Linz & Stepan 1996).

Em muitos casos, depois da transição democrática estar completa, existem algumas questões que precisam ser complementadas, condições que

---

4 O texto em inglês na versão original: A democratic transition is complete when sufficient agreement has been reached about political procedures to produce an elected government, when a government comes to power that is the direct results of a free and popular vote, when this government *de facto* has the authority to generate new policies, and when executive, legislative and judicial generated by the new democracy does not have to share power with other bodies *de jure*.

devem ser estabelecidas, atitudes e hábitos que devem ser cultivados antes da democracia ser considerada consolidada (Linz & Stepan 1996). Não basta passar por um processo de transição e serem implementadas novas regras de organização do Estado. Outro aspecto a ter em mente é que o fato de um regime estar consolidado não quer dizer que não poderá voltar ao estágio anterior. A consolidação não é um dado adquirido e eterno. Essas quebras podem também estar associadas às fragilidades do próprio processo de transição. Não existe um único formato de consolidação democrática. Existem estudos que analisam a variação das democracias consolidadas.

À democracia consolidada, pressupõe-se que exista um Estado pré-estabelecido. E caso esse Estado funcione, existem outras cinco condições necessárias e interligadas para que a democracia seja consolidada: sociedade civil livre; sociedade política autônoma e valorizada; Estado de Direito que assegure as garantias legais dos cidadãos em termos de liberdade e independência de associação; aparato estatal que será utilizado pelo novo governo democrático e uma sociedade econômica (Linz & Stepan 1996).

Por *sociedade civil* entendem-se grupos auto-organizados, movimentos e indivíduos relativamente autônomos do Estado, que sobrevivem numa tentativa de articular valores, criar associações e solidariedade em seu próprio interesse (a sociedade civil engloba vários tipos de organizações, minorias, grupos de mulheres, intelectuais, entre outros). Fala-se em *sociedade política* quando a política em si existe para contestar a legitimidade do exercício e controle do poder público e do aparato estatal. As composições e consolidações de uma política democrática devem implicar pensamento e ação sérios sobre o desenvolvimento de uma apreciação normativamente positiva das instâncias fundamentais de uma sociedade política democrática (partidos políticos, eleições, sistema eleitoral, liderança política, alianças interpartidárias e a legislatura).

Os partidos políticos são parte deste processo de consolidação democrática e existe necessidade de um diálogo saudável entre Estado e sociedade civil, devendo haver uma independência entre os dois. É neste contexto que entra o papel importante do *Estado de Direito*, no qual deve haver cometimento de aceitação das regras instituídas. Linz e Stepan (1996) consideram a sociedade civil, a sociedade política e o Estado de Direito os pré-requisitos para a consolidação democrática.

*Aparato estatal*: as democracias modernas necessitam de um Estado capaz de responder às demandas dos indivíduos e de torná-lo funcional. Nesta perspectiva, o cidadão tem direitos e deveres e cabe ao Estado garantir

a sua execução. Para isso, o Estado precisa de capacidade para exercer as suas atividades de forma legítima no interior do território.

A *sociedade econômica* engloba as características socioeconômicas e não se trata de uma economia de mercado pura. Os autores acreditam numa dualidade do conceito, daí usarem o termo “sociedade econômica”. Necessita-se de uma regulação social e política, daí que se intitule sociedade econômica.

A democracia é mais que um regime, mais uma interação de necessidades econômicas, políticas, sociais, individuais e de regras que necessitam estar interconectadas entre si, e para que o sistema funcione necessita de suporte. É neste sentido que os conceitos de instituições, opinião pública, democratização e consolidação democrática têm em comum o fato de permitirem pensar o Estado democrático à luz dos seus pressupostos. O Estado é composto por instituições. O eleitor por meio de vários mecanismos de *survey* ou não emite as suas opiniões e por fim os Estados passaram por processos de democratização que em certa medida os terão conduzido ou não a sociedades consolidadas democraticamente.

## **Percepção dos eleitores em relação à confiança nas instituições do poder político e o nível de participação política dos eleitores**

### ***A construção do Estado na África***

Pensar o Estado na África é sempre um desafio, sempre na tentativa de se construir um pensamento que se distancie das ex-elites governantes, marcadas pelo pensamento do período colonial de retração e inexistência de Estado na perspectiva moderna. Após a declaração da Independência, em 25 de Junho de 1975, a Frelimo triunfou como sendo a força política legítima e passou a exercer o poder no território nacional. Com Samora Machel como presidente da República Popular de Moçambique, este passou adotar uma linha política marxista-leninista.

De acordo com o art. 1º da Constituição da República Popular de Moçambique de 1975, o Estado é então fruto da luta de libertação, e este é “soberano, independente e democrático” (Moçambique 1975). Até o fim do período colonial, de acordo com a definição de Estado Moderno, Moçambique não existia. Se entendermos que um dos elementos desse conceito pressupõe o estabelecimento de relações com outros Estados ou até mesmo a capaci-

dade de firmar acordos internacionais com outros Estados, Moçambique não possuía tal prerrogativa. Pertencia ao governo colonial toda e qualquer possibilidade de representar Moçambique, que até então (1975) era uma província ultramarina.

A nova constituição traçava o novo quadro legal de organização e estruturação da máquina governativa, organização essa de cariz socialista. O período pós-colonial foi marcado pela implementação de uma série de programas com vistas a estabilizar a economia do país, que se encontrava debilitada. Esta mudança de paradigma não foi pensada a olhar para o Estado em si, mas para as questões econômicas. Não se teve em conta as questões e implicações sociais desta perspectiva. Não se questionou que Estado se pretende e qual seria a melhor forma de organização da sociedade moçambicana. Todo pensamento sobre o Estado, que se começa a desenvolver nesse período, tem características de um Estado socialista adaptado à realidade prevalecente e baseando-se no pensamento marxista-leninista. Acima de qualquer ideologia, existia a necessidade de se construir um Estado-Nação unificado.

Machel (1974) defendia que o poder pertencia às massas populares. Este tinha um discurso muito influenciado pelo Leste Europeu. A nova liderança considerava que as estruturas eram democráticas na medida em que o povo é que escolhia os seus representantes. O socialismo na África era visto como uma forma de progresso econômico, deste modo tornou-se fácil a entrada da ideologia que provinha do Bloco Soviético. Por este motivo, após o 25 de Junho de 1975 o país se enveredou por uma linha de partido único. Esta era considerada a única forma possível de alcançar a unidade nacional. Durante esse período, o país beneficiou-se muito da ajuda do Leste Europeu, face às insuficiências de infraestrutura e de quadros, causadas pelo fim do colonialismo e retorno da mão de obra qualificada a Portugal. Foi neste contexto que a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), como uma forma de se impor contra o rumo que o país tinha seguido, iniciou um conflito armado contra a Frelimo. Este conflito devastou o país e, como sempre, estava marcado pela luta pelo poder e uma forte contestação ao regime estabelecido.

Alden e Simpson (1993) defendem que um dos motivos que dificultava a resolução do conflito em Moçambique era a posição dos atores externos, os EUA, a África do Sul e a antiga URSS. A dimensão do conflito começou a alterar-se a partir do momento em que tanto a Frelimo como a Renamo mostraram-se dispostas a negociar. Em 1984/5 foi assinado o pacto de não agressão entre Moçambique e África do Sul, o célebre pacto de Nkomáti.

Após a morte de Samora Machel em 1986, sucede-lhe Joaquim Chissano, e com este gradualmente Moçambique foi-se afastando da ideologia

dos países do Leste Europeu, a fim de obter ajuda econômica do Ocidente. No V Congresso da Frelimo, em 1989, liderado por Joaquim Chissano, o marxismo-leninismo foi abandonado (Hall & Young 1991; Alden & Simpson 1993). Assume-se o compromisso de se criar uma nova Constituição e serem preparadas as primeiras eleições multipartidárias. Até finais dos anos 80, o conflito com a Renamo já havia destruído e enfraquecido o país, criando um contexto em que as conversações eram essenciais entre a Renamo e a Frelimo. As conversações com este movimento começaram paulatinamente a seguir outro rumo, como que se tratasse de uma luz no fim do túnel. A paz começou a ser uma verdade alcançável, e não uma utopia.

Em julho de 1990, reuniram-se os dois movimentos em Roma, tendo a comunidade de Santo Egídio e o Arcebispo da Beira como observadores do processo do Acordo Geral de Paz. Assume-se nesse encontro o compromisso de se introduzir um sistema multipartidário, com eleições regulares com base no sufrágio universal, garantindo ainda a liberdade de expressão, de culto e de imprensa, bem como a Independência do sistema judicial. As negociações decorreram em outubro de 1990 em Roma, e fatores internos tiveram uma grande contribuição (dimensão que o conflito tomava só estava levando o país à ruína, sem contar que tanto a Renamo como a Frelimo estavam perdendo os apoios que provinham das grandes potências). Por outro lado, a economia estava numa situação caótica, o que levou o país a pôr em prática as políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI), preconizadas pelos programas de ajuste estrutural (Alden & Simpson 1993).

O longo período de negociações culminou com a assinatura dos Acordos de Paz, em 4 de outubro de 1992, pondo fim a 16 anos de guerra civil. Iniciava-se assim o caminho rumo à democratização. Após a assinatura dos Acordos de Paz, assume-se o compromisso de serem realizadas eleições multipartidárias, sob supervisão da Organização das Nações Unidas (ONU). A oposição armada (Renamo) aceitou o acordo e consentiu em organizar-se como um partido político. Após esse período, o país saiu de uma lógica de partido único para uma rede democrática renovada. Foram então criados novos partidos políticos e marcadas eleições para 1994, eleições essas que foram realizadas sob o controle dos observadores internacionais da ONU. É importante ainda realçar que muitos desses novos partidos eram pequenos movimentos nacionalistas que não tinham tido grande peso ou relevância na luta de libertação contra Portugal. Desde 1994 a 2019, ano das últimas eleições gerais, a Frelimo permanece no poder tanto no âmbito da Presidência da República, bem como na maioria da Assembleia da República.

O processo de descolonização em Moçambique permitiu que fosse criado o Estado de Direito. A construção do Estado é influenciada por fatores endógenos e exógenos. Por um lado, um crescente nacionalismo, muito influenciado pelas lutas de autoafirmação de Eduardo Mondlane, que o levaram a empenhar-se juntamente com os diversos movimentos existentes na luta contra o domínio colonial. Por outro lado, as pressões que Portugal sofria por parte da comunidade internacional e no momento em que se preconizava a libertação dos povos oprimidos, foram fatores que deram origem formação do Estado em Moçambique, no contexto pós-colonial.

O processo de democratização em Moçambique foi marcado pela intervenção de forças externas. Isto é, por intermédio da comunidade internacional, Moçambique se beneficiou de apoios de modo a permitir a construção do processo democrático. Foi nesse período que os doadores começaram a prestar o seu apoio para o orçamento do Estado, cujo grande objetivo era financiar os projetos que iriam permitir o melhor desempenho por partes das novas instituições democráticas. É importante realçar que, apesar de existir a preocupação com a democratização, outros setores transversais foram incluídos no pacote de ajuda externa (entre eles, apoio jurídico, político e os meios de comunicação social). Moçambique iniciou o processo de democratização a partir dos anos 1990. Essa transição democrática foi muito influenciada pela conjuntura internacional e por pressões internacionais (fim da Guerra Fria, hegemonia crescente dos EUA e a crescente necessidade de democratizar os Estados) (Lalá & Ostheimer 2003).

O processo de transição política na África e os seus processos eleitorais têm sido caracterizados por índices de violência política antes, durante ou posteriormente às campanhas eleitorais, na altura da publicação dos resultados eleitorais. A experiência de eleições democráticas em Moçambique tem sido marcada pelo duplo desafio que é o de estabelecer a paz, depois de um longo período de conflito armado, e criar políticas de desenvolvimento econômico, que satisfaçam as necessidades mínimas da população. Apesar de haver muitos partidos políticos na corrida, na realidade são dois os grupos que se defrontam nas eleições: Frelimo, partido atualmente dominante no poder, e a Renamo.

### ***O papel das instituições políticas nos processos eleitorais: a Comissão Nacional de Eleições (1994-2015)***

As discussões e as incertezas sobre a Comissão Nacional de Eleições (CNE) remontam à primeira lei eleitoral e ao protocolo III do Acordo Geral

de Paz (AGP). Após estas discussões, chegou-se à definição da primeira composição da CNE, conforme Mazula (1995, 40):

O governo deveria apresentar 10 membros, a Renamo sete membros, e os partidos políticos, excluindo a Frelimo e a Renamo, três membros. O Presidente deveria ser uma personalidade nomeada pelo presidente da República, sob indicação dos membros da CNE [...] e o Vice Presidente deveria ser coadjuvado por dois vice-presidentes.

De acordo com esta primeira formação da CNE, já fica demonstrada a partidarização que viria iniciar-se e da qual hoje se caminha e luta-se para uma CNE menos partidarizada. No contexto de confiança e desconfiança que se vivia nesse período, percebia-se a necessidade de um órgão cada vez mais vigilante. Deste modo, pode ter sido este espírito que caracterizou a primeira formação deste órgão de supervisão eleitoral.

Foi ainda na formação inicial da CNE que foi designado o Secretariado Técnico da Administração Estatal (STAE) como sendo o órgão operativo. Este seria composto por um diretor geral coadjuvado por dois diretores gerais adjuntos (Mazula 1995). A CNE neste período, para além de ser partidarizada, tinha uma representação da operação das Nações Unidas que podia observar todos os processos, sem direito a voto nas suas sessões.

Nesse período foi ainda criado o tribunal eleitoral, entidade responsável por dirimir o contencioso eleitoral. Este tribunal era constituído por juizes estrangeiros que deveriam demonstrar idoneidade e experiência no posto (Mazula 1995). Inicialmente, as suas atividades eram de caráter provisório, funcionava *ad hoc*, somente nos momentos que antecedessem um momento eleitoral. Após tomada de posse e apresentação dos relatórios, o órgão era extinto (Moçambique 1993; 1997; 1999). O seu grande papel é como órgão que supervisiona o recenseamento e os atos eleitorais, de forma independente e parcial. Às decisões tomadas por este órgão, cabe recurso para o Conselho Constitucional (CC) (Moçambique, Assembleia da República 2002). Apesar da CNE ser um órgão autónomo na sua gestão, tem uma clara ligação ao CC, não existindo uma autonomia plena como instituição que organiza e dirige os processos eleitorais.

De acordo com a lei 20/2002, a CNE tornou-se um órgão permanente com cinco anos de mandato. Porém, com a lei 6/2013 o número de mandatos mudou de cinco para seis anos. Em termos de composição, a CNE iniciou com 21 membros, sofrendo depois uma redução drástica para nove membros. Lembrar que nestes dois momentos da sua criação, eram órgãos que

funcionavam somente nos períodos eleitorais<sup>5</sup>, sendo a posterior extintos. A legislação sobre a CNE de 1993 até 2014 sofreu mudanças significativas em termos de conteúdo e explicação das normas. De 1993 a 2002, o texto legal fazia menção à criação da CNE, levando a crer que estaria sempre em criação, contudo, resultava de alterações que ia sofrendo a cada legislatura. Deste modo, a legislação de 2007 a 2017 aborda de forma clara e mais descritiva seu conteúdo e funcionamento. Importa reforçar que desde a lei 3/97 a 9/2014 verifica-se um salto satisfatório em termos de redação do texto, tendo em conta a forma explicativa dos seus conteúdos. A atual legislação encontra-se mais detalhada e explicativa sobre o que versa a lei e o seu conteúdo e cada um dos artigos. Sobretudo nos aspectos referentes à composição, organização, competência e funcionamento da CNE. Estas questões poderão, em certa medida, contribuir para uma análise negativa sobre a prestação da CNE como um órgão que tem um papel determinante quando se fala do processo eleitoral e criar desconfiança nos eleitores em torno do mesmo.

Num contexto em que as instituições responsáveis pela supervisão e coordenação dos atos eleitorais mostra-se frágil, torna-se um desafio fortalecer essas instituições, de modo que inspirem confiança para dirimir os conflitos eleitorais. Persiste sempre desconfiança sobre as decisões tomadas por este órgão. Nas eleições legislativas de 1999 e 2004, a CNE continuava com um número excessivo de membros e sobretudo provenientes dos partidos políticos. Durante esse período, debatia-se em torno da redução dos partidos políticos como membros da CNE no sentido de torná-la mais profissional. A CNE tem sido composta na maior parte pelos partidos políticos com representação parlamentar, tal como está plasmado no artigo 5 das leis 4/99, 20/2002 e 8/2007 respectivamente. O excesso de partidos políticos na composição da CNE tem sido uma das críticas efetuadas a este órgão. Outro aspecto a ter em conta é o fato da legislação não clarificar qual o número de membros por partido com representação da Assembleia da República (AR). As leis 6/2013 de 22 de fevereiro e 9/2014 de 12 de março, são mais específicas no que concerne à composição da CNE, indicando com clareza quantos membros por partido, Organizações da Sociedade Civil (OSC) e outras entidades nomeadas pelo governo.

A CNE tem trilhado um caminho que por vezes parece estar no rumo da profissionalização, menos representada por partidos políticos. De um órgão com um excessivo número de membros provenientes dos partidos políticos, caminha-se para uma CNE com menor representação partidária,

---

5 15 dias antes do início do recenseamento eleitoral e encerrava 15 dias após a divulgação dos resultados eleitorais.

em que grande parte dos membros começa por emergir de organizações da sociedade civil (OSC), não obstante esse caminho ser marcado por avanços e retrocessos (Quadro 1). A lei 8/2007 “visou tornar a CNE num órgão menos partidariado, por meio da integração no seu seio de membros provenientes da sociedade civil, e reforçar a sua profissionalização de harmonia com o princípio da imparcialidade” (Moçambique, Conselho Constitucional 2009, 4). A partir deste momento, inicia-se uma nova etapa no que concerne à estruturação da CNE.

### Quadro 1: Composição da CNE de 1994 a 2014

Quadro legal	Composição Partidária	Outros órgãos	Organizações da Sociedade Civil (OSC)
4/99 de 2 de Fevereiro	15 membros designados pelos partidos com assento na Assembleia da República (AR)	2 membros designados pelo governo	-
20/2002	18 membros designados pelos partidos com assento na AR	-	1 Presidente sugerido por OSC
8/2007 de 26 de Fevereiro	5 membros indicados pelos partidos com assento na AR	-	8 Membros propostos pelas OSC
6/2013 de 22 de Fevereiro	5 membros da Frelimo 2 membros da Renamo 1 membro do MDM <sup>6</sup>	1 Juiz indicado pelo CSMJ <sup>7</sup> 1 Procurador indicado pelo CSMMP <sup>8</sup>	3 Membros das OSC
9/2014 de 12 de Março	5 membros da Frelimo 4 membros da RENAMO 1 membro do MDM	-	7 Membros provenientes das OSC

Fonte: Elaborado pela autora.

<sup>6</sup> Movimento Democrático de Moçambique.

<sup>7</sup> Conselho Superior da Magistratura Judicial.

<sup>8</sup> Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público.

Desta forma, um dos desafios que se pode colocar é uma CNE mais próxima da realidade e uma maior atenção ao exercício deste órgão. Pois, pela importância que a mesma tem, não se justifica a falta de clareza sobre a sua atuação e alto nível de desconfiança por parte do eleitorado. Apesar de ser um órgão previsto pela Constituição da República de Moçambique (CRM) de 1990, desde a sua criação até a atualidade ele tem se mostrado pouco consolidado.

## **Análise e interpretação dos dados do Afrobarometer**

Passados mais de 25 anos de democracia em Moçambique, importa perceber a relação do eleitorado com as instituições do poder político, bem como o seu entendimento sobre a democracia. É neste contexto que, com base nas pesquisas de opinião feitas pelo *Afrobarometer* na Ronda 6 (R6) 2014-2015, observando alguns indicadores, foi possível obter algumas das percepções que os inquiridos têm em relação à democracia. Para tanto, foi analisada a percepção dos eleitores em relação à confiança nas instituições do poder político, o entendimento que os inquiridos têm sobre a democracia, bem como o seu grau de satisfação em relação à democracia em Moçambique.

A amostra é composta por 2.400 casos, dos quais 56,4% do sexo feminino e 43,6% do sexo masculino. Da população da amostra, 35% residem na zona urbana e 65% na zona rural (*Afrobarometer* data 2018). Importante fazer esta ressalva, pois, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE), a população moçambicana é majoritariamente rural. Para analisar a confiança que o eleitor tem em determinada instituição do poder político, foram selecionadas as seguintes variáveis: Assembleia da República, Comissão Nacional de Eleições, Polícia, Exército e Tribunais Judiciais. As respostas estão agrupadas de acordo com a seguinte escala: não confia nada; confia só um pouco; confia razoavelmente; confia muito; ou não sabe/não ouviu o suficiente.

Ao serem questionados sobre qual o seu entendimento sobre democracia, os dados mostram-nos que, apesar de cerca de 55,9% dos inquiridos entenderem o seu significado, existe um número ainda elevado de pessoas que não entende a palavra ou a questão (36,4%) (Tabela 1). Contudo, importa referir que muitas vezes as campanhas de sensibilização são feitas nas línguas locais, mas poderá não ser suficiente para criar algum entendimento nos eleitores.

**Tabela 1: Percepção do eleitorado sobre a Democracia**

		Frequência	Porcentagem válida
<b>Válido</b>	Não respondeu	19	0,008
	Compreendeu Democracia	1342	55,9
	Precisou de Tradução para língua local	165	6,9
	Não entendeu a palavra ou questão	874	36,4
	<b>Total</b>	2.400	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Quando analisado o grau de democracia em Moçambique, a maior parte dos inquiridos (cerca de 55%) concorda em que existem alguns problemas em relação à mesma. Apenas 11,5% tem certeza de que o país é uma democracia (Tabela 2). Esta percepção pode ser fundamental para entender os resultados<sup>9</sup> do *Freedom House*<sup>10</sup>, quando referem que Moçambique não é uma democracia e é parcialmente livre. Apesar de os fundamentos estarem baseados nos direitos políticos e na questão das liberdades civis, existem aspectos que fazem com que o país seja enquadrado em tal categoria. Estas perspectivas servem para que seja feita uma reflexão tendo em conta a questão do entendimento que o eleitor tem sobre os processos políticos em detrimento das questões institucionais.

<sup>9</sup> Faz-se menção ao *Freedom House* por ser uma instituição que tem apresentado dados sobre democracia em todo o mundo e no qual faz menção ao fato de o país não ser uma democracia. Desta forma, serve para fundamentar e sustentar os dados também apresentados pelo *Afrobarometer*.

<sup>10</sup> A *Freedom House* é uma organização não governamental, com sede nos EUA, que realiza pesquisas e advocacia sobre democracia, liberdade política e direitos humanos. Esta instituição trabalha para defender os direitos humanos e promover a mudança democrática, com foco nos direitos políticos e nas liberdades civis. A *Freedom House* tem como catalisadores da liberdade uma combinação de análise, advocacia e ação. As suas análises baseiam-se em em 12 questões centrais: autoritarismo, democracia em declínio, integridade eleitoral, igualdade e direitos humanos, liberdade de expressão, liberdade de assembleia, responsabilidade e transparência de governo, liberdade de imprensa, promoção de liderança, fortalecimento do sociedade civil, liberdade religiosa e tecnologia e democracia. Disponível em: <https://freedomhouse.org/issues>.

**Tabela 2: Grau de Democracia em Moçambique**

		Frequência	Porcentagem válida
<b>Válido</b>	Não é uma Democracia	225	9,4
	Democracia com grandes problemas	621	25,9
	Democracia com pequenos problemas	736	30,7
	Uma democracia completa	277	11,5
	Não compreende a democracia/ não compreende o que é democracia	150	6,3
	Não sabe	391	16,3
	<b>Total</b>	2.400	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Quando se pretende perceber o nível de satisfação em relação à democracia, verifica-se que cerca de 58% não estão satisfeitos e apenas cerca de 22% estão satisfeitos (Tabela 3). Esta satisfação pode estar associada a vários fatores e um deles associado às desconfianças que existem em relação às instituições de gestão dos processos eleitorais.

**Tabela 3: Nível de satisfação em relação à Democracia**

		Frequência	Porcentagem válida
<b>Válido</b>	Moçambique não é uma democracia	66	2,8
	Nada satisfeito	432	18,0
	Pouco satisfeito	968	40,3
	Bastante satisfeito	289	12,0
	Muito satisfeito	249	10,4
	Não sabe	396	16,5
	<b>Total</b>	2400	100,0

Fonte: Elaborado pela autora.

Contudo, nota-se que, para uma mesma questão, “Moçambique não é uma democracia” (Tabelas 2 e 3), os inquiridos apresentam respostas dife-

rentes. É importante ter em mente que as questões são realizadas de forma independente e em algum momento, devido à língua ou exaustão dos inquiridos, as suas respostas não coincidem em 100% em questões similares. Outro aspecto a ter em conta é que na Tabela 2 questionava-se sobre o grau de democracia e na Tabela 3 sobre o nível de satisfação. Tratando-se de uma pesquisa de *survey*, em muitos casos as respostas não serão taxativamente iguais, mas irão depender do contexto em que a mesma é questionada.

Verifica-se ainda que, em relação às eleições gerais de 2014, 76,9% dos inquiridos considera que foram livres (Tabela 4). Os processos eleitorais muitas vezes são caracterizados por vários incidentes, alguns dos quais podem levar à violência ou à desconfiança por parte dos eleitores.

**Tabela 4: Como considera que foram as eleições de 2014**

		Frequência	Porcentagem válida
<b>Válido</b>	Nem livres nem justas ou com algum problema	555	23,1
	Completamente livres e justas	1845	76,9
<b>Total</b>		2400	100,0

Fonte: Elaborada pela autora.

Em relação à confiança nas instituições do poder político, as opiniões dividem-se entre o não confiar nada, pouco, razoavelmente ou confiar muito. Em termos gerais, pode-se concluir que, em relação à Assembleia da República (AR), as opiniões dividem-se e, apesar de haver alguma confiança neste órgão, existe uma percentagem não desprezível de desconfiança ou baixa confiança, pois os inquiridos afirmam que confiam pouco (20%) ou confiam razoavelmente (23%), e apenas 28% confia muito neste órgão. Em relação à CNE, o cenário de confiança não difere muito do que acontece em relação à AR. Mas, no caso deste órgão, o nível de desconfiança é de cerca de 19,5% e aqueles que confiam muito situam-se nos 25,6% (Tabela 5).

**Tabela 5: Confiança nas instituições do poder político**

	Confiança na AR		Confiança na CNE	
	Frequência	% válida	Frequência	% válida
Não confia nada	354	14,8	469	19,5
Confia só um pouco	482	20,1	492	20,5
Confia razoavelmente	541	22,5	518	21,6
Confia muito	676	28,2	615	25,6
Não sabe/Não ouviu o suficiente	347	14,5	306	12,8
<b>Total</b>	<b>2400</b>	<b>100</b>	<b>2400</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Quando se pensa na confiança na Polícia, Exército e nos Tribunais Judiciais, as opiniões não diferem muito dos órgãos anteriormente analisados (CNE e AR). Existe um equilíbrio quando questionado aos inquiridos sobre a sua confiança nos diversos órgãos do poder político. Em média, para os três órgãos acima citados, os inquiridos confiam muito (23%), e não confiam nada (22%) (Tabela 6).

**Tabela 6: Confiança nas instituições do poder político**

	Confiança na Polícia		Confiança no Exército		Confiança nos Tribunais Judiciais	
	Freq.	% válida	Freq.	% válida	Freq.	% válida
Não confia nada	621	25,9	497	20,7	435	18,1
Confia só um pouco	584	24,3	593	24,7	575	24
Confia razoavelmente	461	19,2	515	21,5	486	20,3
Confia muito	534	22,3	552	23	579	24,1
Não sabe/Não ouviu o suficiente	200	8,3	243	10,1	325	13,5
<b>Total</b>	<b>2400</b>	<b>100</b>	<b>2400</b>	<b>100</b>	<b>2400</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Tendo em conta o papel das instituições (AR, órgãos judiciais, CNE) e, sendo que os detentores do poder ascendem por diversas formas (em alguns casos, da delegação de poderes, eleição ou nomeação aos cargos), a falta de confiança ou o baixo nível de confiança nestes órgãos podem constituir um problema para a estabilidade política, bem como para o processo de consolidação democrática. Lembrando que a democratização não conduz necessariamente a estados democráticos estáveis.

## Conclusão

Importa reforçar que os debates em torno do estado e sua construção são novos na África, e estão associados ao processo das independências e ao período da democratização. O próprio Estado moderno em Moçambique tem pouco mais de 40 anos e a criação de instituições democráticas que remetem aos processos de democratização remontam ao início dos anos 1990.

Três principais conceitos foram debatidos neste artigo: instituições, democratização, consolidação democrática e opinião pública. As *instituições* têm um papel fulcral em manter a estabilidade política de um Estado. A *democratização* pressupõe a transição de um regime e o fim último é a consolidação de um novo. A democratização nem sempre é fácil ou poderá culminar num Estado em constante processo de consolidação das instituições democráticas. O grande desafio é consolidar regimes que por vezes se tornam frágeis no processo de coesão da ordem interna. E porque parte do artigo remete-nos a dados que resultam da *opinião pública*, trouxe este conceito para elucidar.

O mesmo está associado à construção social e pretende expressar o que determinada população pensa por via de *surveys* em torno de um determinado assunto. E por fim, a *democracia consolidada*, que pressupõe-se que exista um Estado pré-estabelecido e, caso esse Estado funcione, existem outras cinco condições necessárias e interligadas para que a democracia seja consolidada: sociedade civil livre; sociedade política autônoma e valorizada; Estado de Direito que assegure as garantias legais dos cidadãos em termos de liberdade e independência de associação e aparato estatal. Estes elementos em algum momento são complementados entre si sem que os cinco sejam alcançados simultaneamente.

Com base na análise descritiva dos dados do *Afrobarometer* na Ronda 6 (R6) 2014-2015, pode-se tirar algumas ilações: mais de 50% entende o que é a democracia, contudo existe ainda um número preocupante que não sabe

nem o significado da palavra (36,4%), embora em alguns momentos as pesquisas sejam conduzidas em língua local bem como as campanhas eleitorais.

Apesar de algumas discrepâncias no questionamento sobre a democracia, quando se trata da opção de resposta “Moçambique não é uma democracia”, em que numa das questões inquiriu-se sobre o grau de democracia e noutra sobre o nível de satisfação, os inquiridos apresentam respostas diferentes. Neste sentido, é importante ter em mente que as questões são realizadas de forma independente e em algum momento, devido às questões da língua ou exaustão dos inquiridos, é possível que as suas respostas não coincidam. É unânime que existem alguns problemas na democracia em Moçambique e existe um número elevado de inquiridos que não está satisfeito com a democracia. Dos inquiridos, 76,9% considera que as últimas eleições foram livres.

Em relação às instituições analisadas, Assembleia da República, CNE, Polícia, Exército e Tribunais, as opiniões dividem-se entre o não confiar nada, pouco, razoavelmente ou confiar muito. Os níveis de confiança tanto para AR e para CNE, em termos gerais, situam-se entre os 25% e 28%. Quando se pensa na confiança na Polícia, Exército e nos Tribunais Judiciais, as opiniões não diferem muito das dos órgãos anteriormente analisados (CNE e AR). Existe um equilíbrio quando questionado aos inquiridos sobre a sua confiança nos diversos órgãos do poder político. Em média, para os três órgãos, os inquiridos confiam muito (23%), e não confiam nada (22%). E, se queremos falar de sociedades completamente consolidadas, é importante que exista algum nível de coesão social bem como de confiança nas instituições.

Apesar do país ter passado por seis processos eleitorais (1994 a 2019), Moçambique ainda encontra um longo caminho a percorrer sobre o entendimento deste processo. Denota-se um esforço feito pelas instituições nacionais e internacionais em fazer com que os eleitores percebam e participem das eleições. Contudo, existe ainda algum desconhecimento e desconfiança por parte dos eleitores, quando se fala na confiança nas instituições ou ainda no próprio processo democrático. O fato de a experiência e as instituições democráticas serem recentes cria, dessa forma, caminho para constantes mudanças em assuntos que ainda não estão consolidados.

Mesmo as eleições sendo consideradas livres e justas, existe certo entendimento por parte do eleitorado em como estas não são justas. Em termos gerais, os níveis de confiança em relação às instituições do poder político situam-se numa média de satisfação não superior a 50%. Para que se possa alcançar um estado consolidado, umas das premissas é que as instituições políticas funcionem. Desta forma, importa analisar o contexto das

novas sociedades para perceber a dinâmica das mesmas. Vários desafios se impõem às instituições do poder político com o fim de se alcançar a transição democrática plena.

Retomando a questão que norteia o artigo: qual o nível de confiança dos eleitores nas instituições do poder político? Pode-se claramente concluir que o nível é bastante baixo, não atingindo os 50%. O ideal seria que houvesse uma maior confiança em torno dos órgãos do poder político, pois desta forma pode comprometer o processo de consolidação democrática do Estado.

## Recomendações

Para pesquisas futuras recomenda-se que se dê ênfase ao estudo das instituições em separado;

É importante que haja um olhar analítico em torno do parlamento;

Importa analisar de forma independente a CNE e o STAE, que são as instituições de gestão do processo eleitoral e operacionalização técnica.

## REFERÊNCIAS

- Afrobarometer. 2018. Our history. <http://afrobarometer.org/about/our-history>.
- Afrobarometer data. 2018. Moçambique, Ronda 6, 2014-2015.
- Alden, Chris and Mark Simpson. 1993. “Mozambique: A Delicate Peace”. *Journal of Modern African Studies*, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 109–130.
- Arendt, Hannah. 2007. *A condição Humana*. 10. ed. Tradução de Renato Raposo. Rio de Janeiro: Forense editora. [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1130009/mod\\_resource/content/1/A\\_condição\\_humana-Hannah\\_Arendt.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1130009/mod_resource/content/1/A_condição_humana-Hannah_Arendt.pdf).
- Beaton, Michael (Ed.). 2013. “Voting and Democratic Citizenship in Africa: an Overview.” In: *Voting and Democratic Citizenship in Africa*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Brito, Luis De. 2007. *A Democracia à Prova das Urnas: Elementos para um Programa de Pesquisa Sobre a Abstenção Eleitoral em Moçambique*. In: *Conferência Inaugural Do Iese: Desafios para a Investigação Social e Económica em Moçambique*, Maputo. Anais... Maputo

- Brito, Luis. 2011. Revisão da Legislação Eleitoral, algumas propostas para o Debate. Disponível em: <[http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2011/IESE\\_Des2011\\_4.RevLes.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2011/IESE_Des2011_4.RevLes.pdf)>. Acesso em: 3 jun. 2018
- Cabaço, José Luis. 1995. “Capítulo 2. A longa estrada da democracia moçambicana.” In: Mazula, Brazão, Carlos Machili, e Juarez da Maia (coordenação) (Eds.) Eleições, Democracia e Desenvolvimento. Maputo. p. 79–114.
- Dahl, Robert A. 2001. Sobre a democracia. Tradução Beatriz Sidou. Brasília: Editora UnB. <http://revistaseug.ugr.es/index.php/acfs/article/viewFile/1080/1278>.
- Easton, David. 1965. The system analysis of political life. Nova York: Wiley.
- Ferreira, Fernanda Vasques. 2015. “Raízes históricas do conceito de opinião pública em comunicação.” Em Debate, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 50–68. <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/7-Janeiro-15-OPINIAO-Fernanda-Vasques-Ferreira-H-A.pdf>.
- Figueiredo, Rubens e Silvia Cervellini. 1995. “Contribuições para o conceito de opinião pública.” Opinião pública, [s. l.], v. III, n. Opinião Pública, p. 171–185. [http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50629/mod\\_resource/content/1/figueredo\\_cevellini.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50629/mod_resource/content/1/figueredo_cevellini.pdf).
- Hall, M. e Young, T. 1991. “Recent Constitutional Development in Mozambique.” Journal of African Law. [s. l.], v. 35, n. 1/2, p. 102–115
- Hermet, Guy et al. 2014. Dicionário de Ciência Política e das Instituições Políticas. Tradução Emanuel Pestana. Lisboa: Escolar Editora.
- Huntington, Samuel P. 1994. A Terceira Onda: A democratização no final do século XX. São Paulo: editora ática,
- Inglehart, Ronald; Welzel, Christian. 2009. Modernização. Mudança Cultural e Democracia: a sequência do desenvolvimento humano. Tradução Hilda Maria Lemos Pantoja Coelho. São Paulo: Editora Francis e Editora Verbena.
- Lalá, Anícia, e Andrea E. Ostheimer. 2003. Como limpar as nódoas do processo democrático? Os desafios da transição e democratização em Moçambique (1990–2003). [s.l: s.n.]. [http://nuevaweb.iepala.es/IMG/pdf/kas\\_4372-544-1-30.pdf](http://nuevaweb.iepala.es/IMG/pdf/kas_4372-544-1-30.pdf).
- Linz, Juan L., e Alfred Stepan., 1996. Problems of Democratic transitions and consolidations. London: The John Hopkins University Press.

- Machel, Samora. 1974. Estabelecer um poder popular para servir as massas. Lisboa: Publicações Nova Aurora.
- Mainwaring, Scott. 1989. Transitions to Democracy and Democratic Consolidation: theoretical and comparative issues. [s.l.].
- Mazula, Brazão. 1995. “Capítulo I. As eleições moçambicanas: Uma trajectória da Paz e da Democracia,” In: Mazula, Brazão, Carlos Machili e Juarez da Maia (coordenação) (Eds.). Eleições, Democracia e Desenvolvimento. Maputo. p. 25-78.
- Moçambique. Assembleia da República. 2002. Lei 20/2002. Havendo necessidade de introduzir alterações legislativas para garantir um aperfeiçoamento da legislação eleitoral-. Boletim da República, 10 out. Seção I Série-número 41, p. 76-90.
- Moçambique. Conselho Constitucional. 2009. Acórdão 30/CC/2009. Validação e Proclamação dos resultados das eleições Presidenciais, Legislativas e das Assembleias Provinciais de 2009, Maputo, 27 dez. p. 1-44.
- Moçambique. 1993. Lei 4/93. Estabelece o quadro jurídico para a realização das primeiras eleições gerais multipartidárias. no. 4/93, de 28 de dezembro : estabelece o quadro jurídico para a realização das primeiras eleições gerais multipartidárias. Maputo.
- Moçambique. 1997. Lei 4/97 cria a Comissão Nacional de Eleições, Maputo.
- Moçambique. 1999. Lei 4/99. Cria a Comissão Nacional de Eleições, Maputo.
- North, Douglas C. 1991. “Institutions.” Journal of Economic Perspectives, 5(1), 97-112.
- PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2015: O Trabalho como Motor do Desenvolvimento Humano. New York. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-200014/>>. Acesso em: 14 out. 2018.
- Sen, Amartya. 2000. “Introdução: Desenvolvimento como Liberdade.” In: Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Editora Schwarcz, 2000. p. 135-187.
- Shaapera, Simon Aondohemba. 2012. “Theories of the State : Perspectives on the Nigerian Variant.” European Scientific Journal, [s. l.], v. 8, n. 20, p. 11-27.

Xavier-Zeca, Kátia Sara Henriques. 2019. “Debate em Torno da construção do Estado em África, os Movimentos Sociais na Construção da Identidade moçambicana.” *Revista África (s)*, [s. l.], v. 6, n. 11, p. 44–67.

## RESUMO

Tendo sido realizadas seis eleições gerais (1994, 1999, 2004, 2009, 2014 e 2019), desafios são enfrentados no processo democrático moçambicano, entre eles entender a confiança do eleitorado nas instituições governativas. O objetivo deste artigo é compreender a confiança por parte dos eleitores nas instituições do poder político em Moçambique. Recorrendo a uma revisão documental, mediante uma abordagem teórica que permitirá entender as questões da democratização num sentido mais amplo, com enfoque para Moçambique no período de 2014 a 2018, pretende-se utilizar os dados do *Afrobarometer*, da ronda 6 (R6) 2014-2015 para analisar a confiança do eleitorado em relação às instituições do poder político, bem como dos seus líderes, o entendimento sobre a democracia e o grau de satisfação em relação à mesma. Destaca-se que mais de 50% dos inquiridos concordam que existem alguns problemas em relação à democracia em Moçambique e que existe uma necessidade de melhorar os processos em torno de alguns órgãos de gestão eleitoral.

## PALAVRAS-CHAVE

Confiança; Opinião Pública; Democratização; Instituições.

*Recebido em 23 de janeiro de 2020*

*Aceito em 21 de março de 2020*



# ELEIÇÕES E DÉFICITS DEMOCRÁTICOS NA QUARTA REPÚBLICA DA NIGÉRIA: UM COMENTÁRIO

Al-Chukwuma Okoli<sup>1</sup>  
Chigozie Joseph Nebeife<sup>2</sup>  
Markus Arum Izang<sup>3</sup>

## Introdução

A apreciação do mundo moderno da participação das pessoas na determinação de quem governa os assuntos do Estado no interesse geral é notavelmente o fator subjacente à celebração global da democracia como um sistema de governo (Igbokwe-Ibeto, Osakede, Nkomah & Kinge 2016). O ponto norteador de todas as democracias é a participação do público, pelo menos no nível de seleção da liderança pelo instrumento da eleição. Isso ocorre, essencialmente, porque a democracia é um governo projetado para servir os interesses do público. Cientistas políticos associam eleições à governança democrática, argumentando que a eleição é o mecanismo que fornece a via para o surgimento de um governo constituído. Além disso, as eleições se tornaram um modo aceitável de sucessão política legítima.

Separar a eleição da democracia é quase impossível devido ao seu relacionamento funcional orgânico. Vários estudiosos reconhecem esse vínculo afirmando que é por meio das eleições que a transferência formal de poder ocorre em todas as democracias. Além disso, é também por meio da eleição que a legitimidade é conferida ao governo. A eleição descreve o contrato social entre representantes e representados. Isso ocorre no sentido em que

---

1 Departamento de Ciência Política, Federal University Lafia. Lafia, Nigéria. E-mail: okochuo07@yahoo.com

2 Departamento de Ciência Política, Federal University Lafia. Lafia, Nigéria. E-mail: arummarkus@gmail.com

3 Departamento de Ciência Política, Federal University Wukari. Wukari, Nigéria. E-mail: cjnebeife@gmail.com

o eleitorado se reserva o direito de votar ou retirar um governo em qualquer instância da eleição (David, Manu & Musa 2014).

Com efeito, a eleição permaneceu indispensável à prática da democracia. Constitui também um parâmetro para determinar e medir a consolidação e o progresso democráticos (Powell 2000; Berouk 2008). Aliás, enquanto a eleição é universalmente aclamada como a quintessência da democracia, a experiência da Nigéria com a eleição tem sido bastante desanimadora. De fato, as eleições na Nigéria foram aprovadas por um verdadeiro fator de *desdemocratização* em sua experiência democrática. Primeiro, em vez de fornecer uma via para uma transferência de poder suave e legítima, as eleições foram associadas a ocorrências desagradáveis que frequentemente viciam a perspectiva de uma transição sem problemas. Segundo, em vez de preencher a lacuna entre o eleitorado e seus representantes eleitos, as eleições na Nigéria perderam em grande parte sua essência e ingredientes democráticos essenciais: (i) são freqüentemente comprometidos na medida em que o resultado não reflete a vontade ou os desejos do eleitorado; (ii) mesmo quando são críveis, os representantes eleitos não sentem que detêm seu mandato na instância do eleitorado; (iii) dificilmente existe sinergia significativa entre o eleitorado e seus representantes após as eleições; (iv) representantes eleitos se comportam no governo com pouca ou nenhuma consideração pelos anseios e aspirações da população eleitoral.

É à luz disso que este estudo examina eleições e déficit democrático na Quarta República da Nigéria. A essência do artigo é interrogar as inversões aparentemente irônicas dos princípios democráticos nos processos de política e governança, assim como o processo de democratização do país. O documento sustenta que a experiência da Nigéria com a democracia equivale em grande parte à civilização nominal, tendo em vista que o processo que está em andamento não cumpriu os requisitos mínimos da ordem democrática.

## **Conceituando democracia, déficit democrático e eleição**

O termo democracia deriva da palavra grega “*demokratia*”, designando basicamente “um arranjo político no qual o poder político é investido na maioria dos cidadãos” (Adejumobi 2004, 5). É uma forma de governo em que as pessoas escolhem voluntariamente e livremente seus líderes mediante um processo eleitoral livre e justo, direto ou indireto (Osabiya 2014). Nesse sistema de governo, o povo desfruta das liberdades fundamentais de expressão, associação, assembleia, consciência etc. Nele também existem institui-

ções como um judiciário independente, imprensa livre, sistema partidário competitivo e uma sociedade civil ativa.

A democracia poderia ser usada para descrever um governo que se baseia nas ideias do regime majoritário e na representação popular dos verdadeiros interesses do público. Este tem sua essência em uma sociedade livre e aberta, na qual os indivíduos são livres para se desenvolver e na qual os que estão no poder são controlados por uma combinação de instituições e procedimentos civis. Alguns dos atributos fundamentais da democracia incluem o Estado de Direito, eleições periódicas e cultura política cívica. Uma expectativa popular é que a democracia seja um pré-requisito para a boa governança: deve fornecer as condições materiais para a melhoria da sociedade em termos de alfabetização, segurança de vida e propriedade, melhor saúde, emprego, segurança alimentar, água potável e desenvolvimento rural, bem como garantir a estabilidade política. A incapacidade de um sistema democrático em garantir o exposto acima é concebida como déficit democrático.

Certamente, o déficit democrático tem a ver com as inadequações da prática democrática comparadas aos ideais da democracia. Déficit significa falta de algo. A falta de instituições democráticas em termos de existência e a fraca capacidade das instituições presentes de desempenharem de maneira ideal responsabilidades legítimas se traduzem em falhas e dificultam a eficiência democrática. O déficit democrático implica que os valores da democracia estão ausentes em uma sociedade democrático (Dahl 1999). O déficit democrático acarreta disparidades entre o desempenho democrático percebido e as aspirações públicas (Russell 2004). Roller (2005) afirma que o déficit democrático pode ser a consequência de um regime cujas regras, procedimentos e instituições são incapazes de fornecer o que os cidadãos procuram e aspiram.

Além disso, Norris (2011) observa que o déficit democrático representa uma situação em que o sistema eleitoral falha em canalizar satisfatoriamente as preferências dos eleitores. Tem a ver com os casos em que as instituições democráticas estão aquém dos princípios de capacidade de resposta e responsabilidade em suas operações. É essa falta de resposta às preferências populares e à supervisão democrática que é conhecida como déficit democrático (Dahl 1999). O déficit democrático pode estar ligado à falta de legitimidade democrática ou à irresponsabilidade ocasionada pelo fluxo distorcido de influência dos cidadãos para o governo mediante mandato popular mediado por eleições periódicas.

O conceito de eleição se refere ao processo pelo qual cidadãos qualificados podem participar na determinação de quem conduz os assuntos de

um Estado ou organização em particular, votando ou permanecendo como candidatos. É um processo que começa na campanha política e termina no surgimento de um indivíduo ou grupo para representar o público no governo. Ibeanu (2007) afirma que a eleição envolve o processo pelo qual os cidadãos escolhem candidatos preferidos para administrar seu governo em todos os níveis em uma estrutura episódica para um mandato específico. Isso implica o processo de selecionar as pessoas que receberiam a responsabilidade de determinar quem recebe o quê, quando e como em uma política por meio da votação, o que implica a escolha entre alternativas (Lasswell, 1936). Isso significa, portanto, que a eleição é um processo formal de tomada de decisão em grupo, pelo qual a população escolhe um indivíduo ou grupo para ocupar cargos públicos em seus interesses coletivos. A eleição é um ingrediente importante das democracias modernas no mundo.

## **Premissa teórica: do controle da elite à captura da elite**

Este estudo deriva seu embasamento teórico da teoria da captura da elite. As versões anteriores da teoria enfatizavam os atributos pessoais dos líderes, que ajudavam a manter ou dominar as posições de poder, enquanto as novas versões se concentravam mais na estrutura institucional da sociedade. As elites políticas geralmente estão localizadas nas principais estruturas de poder de qualquer Estado-nação e são responsáveis por gerenciar os assuntos políticos e administrativos (Platteau 2004). A teoria da captura de elite está ancorada no pressuposto de que a maioria das sociedades é dominada por elites que são livres do controle popular e buscam seu interesse peculiar definido em termos de poder e auto-engrandecimento. Isso implica uma situação em que uma fração da sociedade tem o poder de tomar decisões que a afetam, e essas decisões geralmente refletem o interesse das elites e não os desejos da maioria. A teoria geral da elite argumenta que a elite possui algumas qualidades necessárias para sua adesão ao poder político, como consciência, coerência, conjuração e organização. Portanto, seus membros da elite não apenas estão cientes de seu status, mas trabalham com determinação para protegê-lo com o uso de fatores de exclusão na liderança.

Platteau (2004) observa que as elites perpetuam seu domínio mediante práticas de posse da terra, redes familiares, status de emprego, riqueza, filiação política e religiosa, bem como história pessoal e personalidade. Isso sugere que o que torna a captura de elite tão poderosa e dominante é que as elites exercem sua influência com menos frequência por coerção e mais por reivindicações morais e poder simbólico (Dasgupta e Beard 2007).

A dinâmica da dominação e manipulação da elite é sustentada e reproduzida mediante o processo de circulação da mesma. Esse mecanismo garante a continuidade, transformação e substituição das elites, por meios dos quais elas cooperam, competem e reconciliam suas diferenças de tempos em tempos (Higley & Burton 2006).

As elites, na Quarta República da Nigéria, tendem a manter virtualmente todo o aparato estatal como refém mediante um processo eleitoral distorcido e de uma governança não democrática. Instituições democráticas na Nigéria, como a legislatura, o executivo, o judiciário e as agências reguladoras, foram capturadas pelas elites, enfraquecendo a capacidade do Estado de garantir o Estado de Direito. Isso resultou em falta de prestação de contas, abuso de poder sem precedentes por busca egoísta e engrandecimento pessoal, além de má conduta grosseira. As elites se concentram no controle do poder político e estatal para proteger e promover os interesses dos membros à custa das massas. A consequência é antitética à democracia, pois nega os principais atributos dela, como responsabilidade, capacidade de resposta e transparência. Esta é uma ameaça à consolidação democrática na Nigéria.

## **Eleição e representação/consolidação democrática na Nigéria: uma visão geral**

A eleição descreve um contrato social entre representantes e representados e também oferece oportunidade para a transição de conjuntos específicos de representantes e titulares de cargos para outro (David, Manu & Musa 2014). Ayoade (2006) descreve a eleição como o processo de atualização da democracia representativa. É um método de selecionar algumas pessoas de um grande grupo, de modo que elas se tornem representantes deste. Nnadozie (2004) postula que a eleição é um meio através do qual indivíduos ou grupos são escolhidos para representar seus eleitores no contexto da governança.

Estudiosos como Schumpeter (1942), Linz e Stepan (1996), Przeworski (1997) e Omotola (2014) observaram separadamente que as eleições são o primeiro e mais básico indicador da democracia por causa de sua suposta capacidade de garantir participação política, competição e legitimidade que, por sua vez, é essencial para a consolidação democrática. Isso implica que eleições competitivas fornecem uma estrutura por excelência para organizar a incerteza democrática, a fim de produzir mudança legítima, renascimento, renovação e alternância de poder (Przeworski 1997).

Desde a transição democrática que anuncia a Quarta República da Nigéria em 1999, as eleições têm sido agressivamente contestadas. Isto é devido ao seu lugar estratégico, um meio de obter acesso ao controle do poder estatal, considerado a principal fonte e/ou sustentadora da riqueza material e da segurança dos meios de subsistência (Fadakinte 2013). Ao longo dos anos, esse pensamento informou um padrão de politicagem que envolve uma competição desesperada pelo poder, tornando a busca pelo poder estatal uma questão de “um caso de fazer ou morrer”, em que o vencedor leva tudo e o perdedor perde tudo.

Essa situação é complicada pelo caráter da classe política da Nigéria, que não está em sintonia com a ideologia da democracia liberal. Certamente, a classe política dominante não possui o ethos democrático necessário, como tolerância, disciplina e temperamento democrático para se envolver em eleições com credibilidade (Fadakinte 2013). Devido ao desejo desesperado dos políticos de vencer as eleições a todo custo, a fim de usufruir dos privilégios do poder, as eleições na Nigéria costumam ser caracterizadas por confrontos violentos, trazendo resultados que negam a consolidação e a sustentabilidade democráticas. Nesse processo, o país a cada turno da eleição se torna dominado pela crise e propenso à instabilidade.

A crise da democracia eleitoral na Nigéria é endêmica. Ao longo dos anos, manifestou-se nas formas de manipulação excessiva, monetização e enfraquecimento estrutural dos processos eleitorais, com irregularidades e violência generalizadas (Ademola & Adenuga 2015). Essa tendência persistiu em todas as eleições na Quarta República e assumiu a forma de uso ilegítimo generalizado do poder do Estado (vantagem abusiva no poder), bem como do dinheiro (compra/venda de votos) para influenciar um resultado preferido em uma eleição. Isso encontrou expressão na monetização pesada e na militarização do processo eleitoral, segundo o qual a experiência de liderança eleitoral assume a aparência de um cenário de mercado e de guerra.

Além disso, a eleição na Nigéria parece ter sido caracterizada por má administração, muitas vezes definida por um árbitro eleitoral aparentemente ineficiente e fraco. A Constituição nigeriana de 1999, conforme alterada, e a Lei Eleitoral de 2010, conforme alterada, conferiram à Comissão Eleitoral Nacional Independente (INEC, na sigla em inglês) o árbitro eleitoral para organizar e conduzir eleições em vários escritórios políticos do país. No entanto, cada eleição conduzida pelo INEC sempre foi falha pela organização precária da Comissão, falta de responsabilização e transparência (Edet 2015). A fraqueza de instituições mediadoras de eleições, como polícia, INEC, tribunais etc. reduziu efetivamente as eleições da Nigéria a meros rituais

periódicos, produzindo pouco ou nenhum resultado democrático significativo. Isso corrobora a posição de Dudley (1982) no sentido de que a Nigéria apresenta instituições políticas fracamente institucionalizadas, incapazes de lidar com as pressões do sistema político. Portanto, sucessivas eleições na Nigéria têm sido geralmente ruins, pois o árbitro eleitoral (INEC) parece ter sido fortemente influenciado e manipulado pelos interesses dos poderes que são (as forças de posse). Isso prejudicou a perspectiva de cumprir a tarefa de realizar eleições livres, justas e críveis na Nigéria.

Pelos índices acima, pode-se dizer que a eleição na Nigéria equivale a uma contradição das postulações teóricas tradicionais de que a eleição é o ponto de apoio da democracia que carrega um prêmio de representação política, além de legitimar um governo por meio de mandato popular. Essa negação grosseira dos princípios democráticos cardeais em relação à liderança eleitoral na Nigéria possui implicações críticas para a representação e consolidação democrática do país. Assim, alcançar a essência da representação e consolidação democráticas parece ter permanecido utópico. Como observado por Nwanegbo (2015), que a natureza manipuladora da eleição eleitoral instanciada por aparelhamento maciço, politicagem diabólica, eleição violenta, venda/compra de votos entre muitas irregularidades, explica por que as eleições parecem não ter resultado em verdadeira representação democrática e consequente consolidação na Nigéria.

As eleições em uma democracia não são uma simples transferência de poderes de decisão para os representantes políticos. Isso ocorre porque uma mera posse de autonomia política e subjetividade por parte de um eleitor nem sempre determina sua participação credível nas eleições. Por esse motivo, a representação democrática implica o governo do povo ou o governo popular. O regime popular envolve um processo governamental de definição, coleta, harmonização, promoção e proteção dos interesses gerais do povo para a melhoria da vida em toda a sociedade. Aqui, é uma preocupação e responsabilidade geral de todos gerenciar os assuntos de sua sociedade para melhorar a qualidade de vida, aumentando o acesso geral às necessidades básicas vitais. Mas como as pessoas não podem fazer isso juntas de uma só vez, elas fazem isso mediante alguns poucos livre e democraticamente eleitos, chamados de representantes. A representação democrática pode ser considerada como um sistema de governo sustentado pela percepção de que as pessoas em qualquer sociedade devem ser livres para determinar seus próprios sistemas políticos, econômicos, sociais e culturais. Portanto, a representação democrática simplesmente se refere a um sistema político em que a governança está enraizada nos princípios básicos da democracia e realizada por indivíduos que são escolhidos voluntária e livremente pelo povo.

O sistema de governo em uma democracia é aquele em que o povo exerce o poder governante diretamente ou por meio de representantes eleitos periodicamente por eles (Appadorai 2004). Assim, a representação é amplamente vista como o pilar da liderança democrática contemporânea. A implicação é que o único governo que pode satisfazer plenamente todas as exigências da vida cívica coletiva é aquele em que a maioria dos cidadãos participa ativamente. No entanto, a participação direta inclusiva só é possível em uma pequena comunidade povoada e não em uma sociedade moderna altamente populosa e complexa, portanto, a necessidade de representação no governo. Simplificando, desta forma, a representação implica a presença indireta de pessoas na administração de seus assuntos públicos ou estatais.

O exposto acima corrobora a afirmação de Fairlie (1940), de que a representação democrática constitui o sistema de governo em que os poderes são delegados aos representantes eleitos, que os exercem em benefício de toda a nação. Sugestivamente, a representação democrática é a atividade de tornar presentes as vozes, opiniões e perspectivas dos cidadãos nos processos de formulação de políticas públicas. Ocorre quando atores políticos falam, advogam, simbolizam e agem em nome de seus eleitores na arena política. Estabelecendo a base filosófica de governos representativos, renomados filósofos políticos e teóricos como Hobbes em seu *Leviatã*, Platão na *República* e Maquiavel no *Príncipe* perceberam notavelmente que a tomada de decisão pública deveria ser deixada como responsabilidade de alguns membros da comunidade.

De acordo com a famosa perspectiva de Lincoln de que a democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo, o regime democrático fornece uma plataforma para indivíduos selecionados representarem seu povo, porque é somente por cortesia de um arranjo que o governo pode esperar alcançar o objetivo de status de domínio das pessoas. Deve-se observar que a essência da representação democrática é permitir que o povo não tenha apenas uma palavra a dizer na gestão de sua sociedade, mas que também possa controlar efetivamente como o Estado é administrado e qual política é implementada para seu bem geral. Aliás, há indícios de que os eleitores não foram capazes de determinar a qualidade de suas vidas, bem como o destino de seu estado por meio da representação democrática na Quarta República da Nigéria.

A ideia de consolidação democrática significa uma fase identificável no processo de transição de sistemas autoritários para sistemas democráticos, críticos para o estabelecimento de uma democracia estável, institucional e duradoura. A consolidação democrática implica fortalecer, consolidar e institucionalizar ideais, valores e virtudes democráticos em um sistema político.

Tem a ver com evitar a regressão autoritária; particularmente, mediante institucionalização de um processo de administração eleitoral de credibilidade. Isso está de acordo com a afirmação de Linz e Stepan (1996, 10), na qual “a democracia se consolida quando sob condições políticas e econômicas, um sistema democrático expresso em eleições periódicas e regulares se torna o único jogo na cidade; quando ninguém pode imaginar agir fora das normas e valores democráticos”. A consolidação democrática, portanto, envolve o fortalecimento de certas instituições, como o sistema eleitoral, partidos revitalizados ou recém-criados, independência judicial e respeito aos direitos humanos, que foram criados ou recriados durante o curso da transição (Carothers 2007). Assim, a consolidação democrática gira em torno de tornar novas democracias seguras e estendendo sua expectativa de vida além do curto prazo, criando imunidade à ameaça de regressão autoritária e construindo represas contra eventual reversão ao autoritarismo (Carothers 2007; Fawole 2005; Przeworski 1997; Zakaria 1997). A implicação disso é que a eleição serve como uma estrutura crítica para a consolidação democrática, com o máximo respeito pelo Estado de Direito (Frempong 2006; Sha 2005).

Segundo Diamond (1999), criar uma política estável, democrática e efetivamente governada é um enorme desafio para qualquer país em desenvolvimento que tenha experimentado predominantemente instabilidade política, falhas democráticas e decadência institucional desde a independência. Implica uma série de ações e mudanças contínuas voltadas para a substituição de um sistema existente de regras autoritárias e não democráticas (Yagboyaju 2007). Alguns outros estudiosos veem a consolidação democrática como o processo pelo qual uma nova democracia amadurece de uma maneira que significa que é improvável que volte ao autoritarismo sem um choque externo ou um processo de democratização que resista às tendências de reverter ou retroceder aos dias sombrios da época de um regime militar autoritário (Linz & Stepan 1996; Asiwaju 2000; Mortier 2002; Jega 2007; Yagboyaju 2007). Mais especificamente, a consolidação democrática “implica a internalização da cultura democrática e a institucionalização do melhor processo democrático” por uma organização que iniciou com êxito uma transição democrática (Asiwaju 2000, 4). Assim, consolidar a democracia significa reduzir a probabilidade de romper a um ponto em que possam sentir-se razoavelmente confiantes de que a democracia persistirá no futuro próximo (Schedler, em Egbegbulem 2011). Assim, Schedler, citado em Egbegbulem (2011, 67), afirma que:

[...] consolidar a democracia pode envolver as tarefas positivas de aprofundar uma democracia totalmente liberal ou concluir uma

semidemocracia ou responder aos desafios “negativos” de impedir a erosão de uma democracia liberal ou evitar o colapso de qualquer tipo mínimo de democracia que tenhamos, [...] (Egbebum 2011, 67).

Linz e Stepan (1996) postulam que os principais indicadores da consolidação democrática incluem eleições credíveis e Estado de Direito, sociedade civil livre e ativa, sociedade política relativamente autônoma e valorizada, burocracia funcional e economia institucionalizada. A consolidação democrática prevalece em sociedades que muitos dos princípios democráticos proeminentes constituem amplamente uma cultura política positiva. Segundo Przeworski, citado em Mortier (2002), a democracia se consolida quando, sob determinadas condições políticas e econômicas, um determinado sistema de instituições se torna o único jogo político. É quando ninguém consegue imaginar agir fora das instituições democráticas, quando todos os perdedores querem é tentar novamente dentro das mesmas instituições sob as quais perderam (Mottier 2002).

Em suas palavras, Jega (2007, 297) argumenta que a consolidação democrática é um termo que descreve “uma meta política vital para novas democracias”. Diamond citado em Jega (2006, 6) afirmou que “a consolidação democrática tem a ver com as dimensões comportamentais, atitudinais e constitucionais sobrepostas, mediante as quais a democracia se torna rotinizada e profundamente interiorizada na vida social, institucional e até psicológica, bem como em cálculos políticos para alcançar o sucesso” (Jega 2007, 6). Linz e Stepan (1996) forneceram explicações adicionais sobre aspectos comportamentais, atitudinais e constitucionais da consolidação democrática. Eles explicaram que, comportamentalmente, uma democracia é consolidada quando nenhum ator nacional, social, econômico, político ou institucional gasta recursos significativos na tentativa de alcançar seus objetivos, criando um regime não democrático ou se separando do Estado.

A consolidação democrática também pode ser vista do ponto de vista da estabilidade dos processos democráticos, com ênfase em eleições regulares e credíveis (Igbuzor 2005; Akinsanya 2006). Portanto, é importante afirmar que as eleições são a base para qualquer democracia bem-sucedida e, de fato, sua consolidação. No entanto, a ênfase nas eleições como um trampolim para a consolidação da democracia parece ser questionável, especialmente quando levada em consideração a experiência da Nigéria, caracterizada principalmente até agora por improbidade eleitoral e infrações estruturais que prejudicam o mérito da democracia eleitoral. Além da questão da eleição, o resultado dos processos eleitorais na Quarta República da Nigéria deixou muito a desejar sobre a essência do contrato social entre o eleitorado e seus

representantes eleitos, que é atendido por meio de eleições rotineiras. A questão então é se sucessivas dispensações eleitorais nesse contexto geraram resultados substantivos que alavancam dividendos democráticos. As subseções a seguir tentam oferecer informações relevantes a esse respeito.

## **Contextos e indicadores de déficits democráticos na Quarta República da Nigéria**

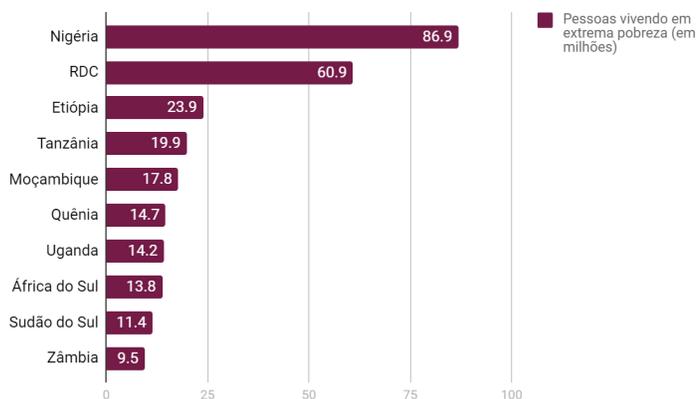
A democracia nigeriana está operando em bases fracas (Adeniyi 2018). Isso ocorre porque as estruturas e a cultura democráticas necessárias para efetivar e consolidar a prática são inexistentes ou ineficientes. Com efeito, portanto, a prática tem sido caracterizada por déficits estruturais e funcionais. Para os propósitos de nosso discurso neste artigo, déficits democráticos podem ser vistos em três dimensões diferentes: perspectivas *normativa*, *empírica* e *funcional* (Ogbonna 2012). Da perspectiva normativa, o déficit democrático ocorre quando os arranjos e instituições políticas deixam de satisfazer a expectativa e as aspirações do público; isso desafia a expectativa de que a participação política popular (principalmente por meio de eleições) faça o governo responder às necessidades e aspirações do povo. Por outro lado, a perspectiva empírica vê um déficit democrático em um governo em termos de capacidade dos cidadãos ou de utilizar sua participação cívica na governança para tornar seu governo receptivo a seus desejos ou interesses. Na perspectiva funcional, um governo é democraticamente deficiente quando é incapaz de gerar legitimidade popular apreciável do povo. Essas três dimensões do déficit democrático geralmente se manifestam na Quarta República da Nigéria.

As elites dominantes e as instituições democráticas falharam em fornecer a infraestrutura civil capacitadora para a democratização sustentável e lucrativa. Em vez disso, os ciclos de governos civis foram caracterizados por falsos começos, transições fracassadas e desafios recorrentes ao regime estável. Os regimes eleitos vacilaram sobre instituições precárias, facciosismo entre elites e corrupção generalizada (Peter, Alemika & Michael 2002; Osa-ghae & Larry 1995). Com referência à Quarta República da Nigéria, os déficits democráticos foram manifestos de várias formas em virtude dos indicadores considerados abaixo.

## ***Alarmante taxa de pobreza***

A trajetória do nível de pobreza da Nigéria desde 1999 manteve um aumento infeliz. Em 2018, o Relatório Mundial da Pobreza classificou a Nigéria em primeiro lugar em termos de países do mundo com a maior concentração de pessoas que vivem sob extrema pobreza, conforme capturado abaixo na Figura 1:

**Figura 1: Nível de pobreza da Nigéria (2018)**



Fonte: Sahara Reporters, 2019. Disponível em: <https://qz-com.cdn.ampproject.org>.

O acima exposto indica que cerca de 46,5% da população do país vive abaixo da linha de pobreza de um dólar por dia (Sahara Reporters 2019). Isso é lamentável quando considerado no contexto das enormes dotações materiais e humanas do país. Explica apenas a incapacidade dos vários governos democráticos do país ao longo dos anos em melhorar as condições gerais de vida por meio da alocação autorizada de valores/recursos com base nas necessidades.

## ***Desastre de segurança***

Burton (2019), tendo estudado empiricamente incidências de ameaças à segurança em todo o mundo, colocou a Nigéria como o quinto país mais ameaçado/perigoso do mundo em termos de índices de segurança. A Tabela 1 é instrutiva a esse respeito.

**Tabela 1: Países mais perigosos do mundo**

Rank	País	Ranking 2018	Rank	País	Ranking 2018
1	República Centro Africana	149	11	Camarões	139
2	R. D. Congo	148	12	Líbia	138
3	Iraque	147	13	Quênia	137
4	Afeganistão	146	14	Burundi	136
5	Nigéria	145	15	Índia	135
6	Sudão	144	16	Ucrânia	134
7	Paquistão	143	17	México	133
8	Colômbia	142	18	Uganda	132
9	Filipinas	141	19	Chade	133
10	Iêmen	140	20	Mali	134

Fonte: Burton (2019).

Este também é um indicador flagrante de déficit democrático na Quarta República da Nigéria. Garantir a segurança do povo é a essência do governo em geral, mas mais fundamentalmente em uma democracia ser o governo do povo. No entanto, as instituições democráticas que controlam os aparatos coercitivos do Estado geralmente não conseguiram garantir ao máximo vidas e recursos humanos e, portanto, a prevalência de insegurança no país. Isso é instanciado pela existência da insurreição do Boko Haram, banditismo armado, militância e uma série de outras ameaças à segurança no país.

### ***Déficits industriais e de infraestrutura***

Os déficits de infra-estrutura incluem o colapso de amenidades básicas e instalações públicas no país. Isso é amplamente exemplificado na quase extinção de ferrovias, bem como na colapso dilapidação de redes de estradas, escolas públicas, instalações sanitárias e de água. A energia pública está em seu ponto mais baixo, com menos de 5.000 MW de capacidade de geração, além de desafios intratáveis de distribuição e transmissão. Aliado ao problema da infraestrutura está o da base industrial pobre.

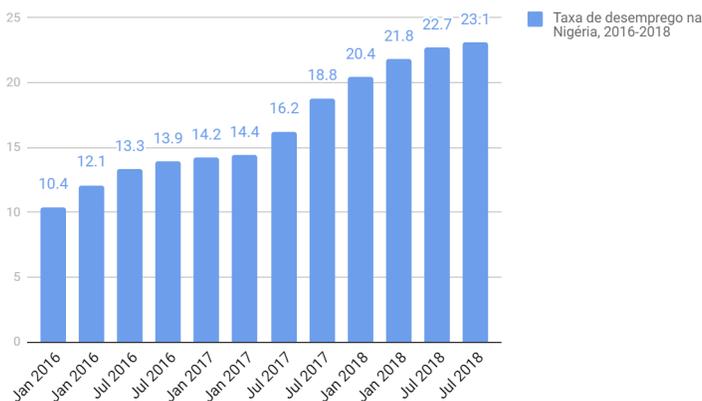
O setor industrial nigeriano está em coma virtual. A indústria têxtil nigeriana, a laminação de aço, a borracha, a madeira, o cimento, os fertili-

zantes, a cerâmica e as indústrias editoriais foram vibrantes e competitivas internacionalmente nas décadas de 1970 e 1980. Atualmente, as capacidades operacionais estão sendo reduzidas pelo alto custo de produção causado pelo fornecimento de energia epiléptico, altas taxas de juros e câmbio, influxo de produtos inferiores e abaixo do padrão, multiplicidade de impostos e taxas, más vendas, em parte como resultado do baixo poder de compra dos consumidores, atraso na liberação de remessas devido à existência de várias agências de inspeção nos portos etc. As refinarias nacionais estão lutando para manter a manutenção nominal, enquanto o mega projeto de ferro e aço de Ajaokuta sofreu uma negligência geracional.

### *Desemprego em ascensão*

Os registros de desemprego na Nigéria são colossais (Fig. 3). A situação possui implicações críticas para a segurança humana no país. Uma faceta integrante do problema do desemprego na Nigéria é a questão do desemprego juvenil e do desemprego em geral. Mais da metade da população desempregada da Nigéria é jovem, a maioria dos quais é educada no nível superior.

**Figura 2: Taxa de desemprego na Nigéria, 2016-2018**



Fonte: Nigerian Bureau of Statistics, 2018.

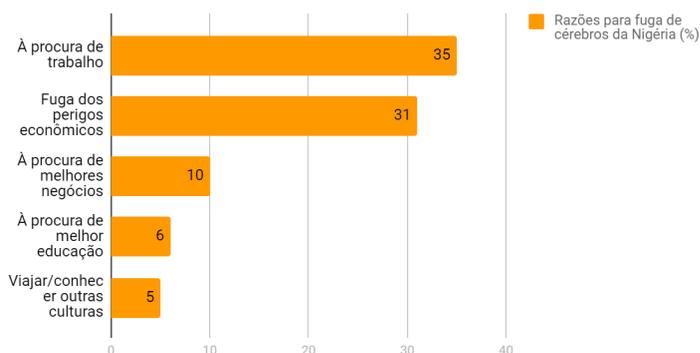
O não envolvimento da magnitude da juventude do país em empregos remunerados levou a terríveis conseqüências colaterais, incluindo protuberância juvenil, inquietação juvenil e vícios e crimes associados. A prevalên-

cia dessas situações existenciais no país fala mal do sucesso da governança democrática na Nigéria.

### *Fuga de cérebros/depreciação de capital humano*

Houve um êxodo persistente dos profissionais nigerianos para melhores oportunidades de subsistência (Fig. 3) fora das margens do país. Essa síndrome de fuga de cérebros afeta criticamente o índice de desenvolvimento de recursos humanos do país, pois profissionais nigerianos em diversos campos, especialmente os setores de saúde e educação, saem diariamente do país para Europa, América e Canadá, entre outros países desenvolvidos, em busca de melhores oportunidades. Atualmente, 5.405 médicos e enfermeiros nigerianos treinados trabalham atualmente com o Serviço Nacional de Saúde Britânico (NHS, sigla original em inglês) no Reino Unido. Isso agravou a proporção médico-paciente da Nigéria de 1:4000 para 1:5000, negando a recomendação da OMS (1:600). A ironia da situação é que a Nigéria ocupa um lugar tão alto em termos de patrocínio ao turismo médico e educacional internacional.

**Figura 3: Razões para fuga de cérebros da Nigéria**



Fonte: <https://www.timeslive.co.za/news/Africa/2018-09-05-a-third-of-nigerians-want-to-emigrate-but-not-to-south-africa/>.

Aliada à questão da fuga de cérebros está a crise do setor educacional. O setor sofreu uma enorme negligência, produzindo, portanto, resultados disfuncionais. Isso levou muitos nigerianos a optarem por estudar no exterior. Sendo assim, o número de nigerianos que estudam em universidades no Ocidente tem sido alarmante (Tabela 2).

**Tabela 2: Número de estudantes nigerianos nos EUA, 2005-2016**

Ano	Graduandos	Graduados	TPO <sup>4</sup>	Outros	Total
2015/16	5,424	3,803	1,231	216	10,674
2014/15	4,770	3,339	1,198	187	9,494
2013/14	4,030	2,771	997	115	7,921
2012/13	3,707	2,551	953	105	7,316
2011/12	3,577	2,522	819	110	7,028
2010/11	3,772	2,454	799	123	7,148
2009/10	3,490	2,327	646	97	6,566
2008/09	3,513	2,153	516	74	6,256
2007/08	3,745	1,968	438	71	6,222
2006/07	3,569	1,820	483	71	5,943
2005/06	4,102	1,819	N/A	271	6,192

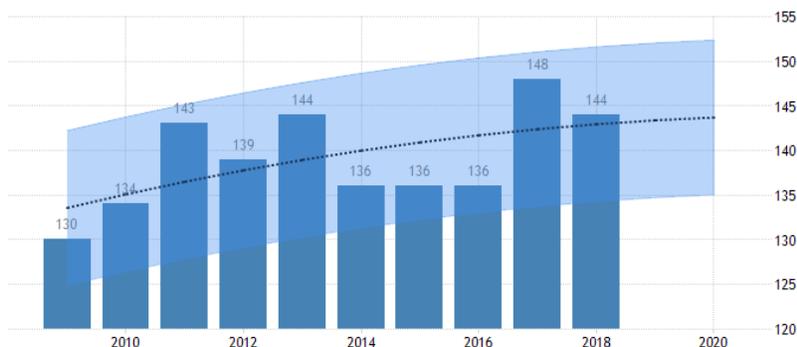
Fonte: wenr.wes.org.google.com.

### ***Incidência e prevalência da corrupção***

A corrupção continua sendo uma questão importante na questão nacional da Nigéria. Vários rankings colocaram o país entre os primeiros em termos de incidência global de corrupção, especialmente na Quarta República. A *Transparency International* (Fig. 4) indica como a corrupção ameaçou persistentemente ameaçar o destino coletivo da nação de 2010 a 2018.

<sup>4</sup> Treinamento Prático Opcional.

**Figura 4: Nível de corrupção da Nigéria, 2010-2018**



Fonte: Transparency International, 2018.

Pelo exposto, é evidente que anos de prática democrática na Quarta República da Nigéria não se traduziram em muita perspectiva de boa governança. Os dividendos concretos da democracia parecem não ter sido realizados de maneira sustentável. Deve-se ressaltar que toda a essência da democracia é determinar e implementar a vontade dos cidadãos no governo. O governo é escolhido mediante eleições para desempenhar as funções de alocação autorizada de recursos na instância do povo. O cumprimento deste mandato exige que o governo não apenas aproveite, mas gere recursos para proporcionar a maior felicidade para o maior número de cidadãos. Quando isso não é possível, pode-se dizer que a democracia é inexistente ou, na melhor das hipóteses, deficiente.

## **Déficits democráticos na Quarta República da Nigéria: implicações diversas**

A democracia é um sistema de controle popular sobre políticas e decisões governamentais. Para que isso aconteça, um governo precisa ser responsivo e responsável perante o controle popular (Dahl 1989). No entanto, há casos em que as instituições democráticas não conseguem cumprir os princípios de capacidade de resposta e responsabilidade em suas práticas ou operações. Essa falta de resposta às preferências populares e à supervisão democrática é conhecida como déficit democrático (Dahl 1989). O déficit democrático é uma grande lacuna onde deveria estar o envolvimento público com os processos políticos. Para reiterar, um déficit democrático

ocorre quando organizações ou instituições ostensivamente democráticas (particularmente governos) não cumprem os princípios da democracia em suas práticas ou operações (Rohrschneider 2002).

O retorno à governança democrática em 29 de maio de 1999 para a maioria dos nigerianos proporcionou a oportunidade de reverter os problemas políticos e de desenvolvimento generalizados associados ao prolongamento do regime militar e, ao mesmo tempo, uma esperança de grandes expectativas de melhoria da qualidade do bem-estar e governança. No entanto, muitos anos após o retorno ao regime democrático, as enormes expectativas de muitos nigerianos foram largamente prejudicadas pela má governança, com seus desafios socioeconômicos e políticos. Por exemplo, a economia nigeriana é atualmente caracterizada pelos problemas de pobreza, aumento da desigualdade de renda entre ricos e pobres, desinvestimento, inflação, desindustrialização, desemprego em massa e crise da dívida. A *Transparency International*, em sua classificação anual, fez da Nigéria a terceira, quarta e quinta nação mais corrupta do mundo em 2003, 2004 e 2005, respectivamente. Assim, a corrupção penetrou profundamente no tecido da nação, sacudiu-o até os alicerces e tende a transformar os esforços de consolidação democrática em mera miragem. Sempre houve o uso de violência ou a ameaça de violência no contexto da política partidária (Jega 2014). O prêmio final é a captura e retenção do poder político a todo custo.

Mais preocupante é a trajetória da política partidária que tem sido associada a síndromes como o fenômeno do clientelismo. Hoje em dia o clientelismo é um dos maiores perigos para a democracia e paradoxalmente sobrevive apenas com o apoio do governo (Gambo 2006). Chegou a assumir uma dimensão perigosa como consequência do entrenchamento sistemático da política monetária no país. Produz uma liderança que não responde e tende a negar todos os princípios do processo democrático, obstruindo a seleção de candidatos e até a seleção de executivos quando o governo é instalado. As atividades do clientelismo tendem a reduzir a legitimidade do governo e anular o valor eleitoral dos cidadãos (Edet 2016; Odigbo 2015). Além disso, a cultura desordenada de desregramento decorrente do baixo nível de prestação de contas que caracteriza os processos governamentais, levando a desempenhos econômicos abismais e culminando em sérios infortúnios no desenvolvimento. As instituições rodoviárias, ferroviárias, de eletricidade, de infraestrutura hídrica, de saúde e de educação do país estão em estado de decadência e colapso total.

Outros significantes dos déficits democráticos na Quarta República da Nigéria incluem a politização da governança e insegurança, securitização e

militarização da liderança eleitoral, má conduta eleitoral, impunidade política que beira ao desrespeito à constituição e ao Estado de Direito, violação dos direitos humanos, enfraquecimento da sociedade civil e do judiciário, para citar apenas alguns. Esses indicadores apontam para um futuro sombrio para o país, especialmente no que se refere à sobrevivência e consolidação democráticas.

## **Fechando as lacunas: mitigando os déficits democráticos na Nigéria**

O debate acadêmico contemporâneo sobre democracia e eleição não é, perceptivelmente, mais sobre o estabelecimento da superioridade da democracia em outras formas de governo ou eleição como um meio para alcançar uma liderança democrática representativa, mas sobre a melhor forma que uma sociedade encara suas peculiaridades, utilizando-se dos méritos de eleição para alcançar valor democrático. Para esse fim, mitigar o déficit democrático em qualquer política exige fundamentalmente uma abordagem abrangente, que vai da reorientação do caráter individual à reestruturação institucional com base na determinação sincera de ter uma democracia funcional em que o bem maior, do maior número, seja sacrossanto.

No futuro, as eleições deveriam ser livres e justas para que o público pudesse selecionar ou retirar os candidatos de sua escolha na liderança do país. As pessoas devem determinar quem ocupa qual posição e quem não ocupa o poder da cédula, para que, através da mesma, possam responsabilizar os líderes que não desempenham o papel de maneira coerente. Isso ocorre porque a essência da democracia é a participação conjunta dos membros da sociedade na seleção, geralmente por meio de eleições livres, justas e competitivas, daqueles que desejam ter como seus representantes no governo. Nesse sentido, a responsabilidade política e a participação popular são promovidas na medida em que o público tem um sentido de uma política inclusiva, na qual seus pontos de vista e opiniões são respeitados e seus interesses protegidos.

Além disso, deve haver aderência aos princípios democráticos do Estado de Direito e *freios e contrapesos*. Um Estado é democrático se houver devolução de poderes governamentais, de modo que nenhum indivíduo ou instituição tenha a oportunidade de abusar do poder. Portanto, recomenda-se aqui que o Estado de Direito, ao lado da supremacia da constituição, seja sempre mantido, a fim de evitar abuso de poder e todas as formas de impunidade.

Ademais, também é recomendado o fortalecimento de agências anti-corrupção, como a Comissão Independente de Práticas de Corrupção (ICPC, sigla original em inglês) e a Comissão de Crimes Econômicos e Financeiros (EFCC, sigla original em inglês). Isso restringirá as práticas antidemocráticas corruptas do país. Da mesma forma, é necessária uma reorientação pública sobre os males da corrupção, a fim de engendrar nos lares nigerianos, um povo fundamentado no patriotismo. Da mesma forma, os braços de liderança e seguidores da sociedade devem receber orientação cívica projetada para inculcar uma cultura política progressista capaz de criar uma entidade democrática viável e consolidada.

## Conclusão

A eleição continua sendo a pedra angular da democracia devido à sua importância estratégica como uma estrutura para a transição democrática, bem como um indicador crítico da representação e consolidação democráticas. No entanto, parece que a Nigéria tem assistido a votações sem poder, de fato, escolher, porque o processo de eleger nossos líderes políticos é terrivelmente imperfeito. As manifestações de déficits democráticos são evidentes na má governança, liderança turva resultante de incongruências e assalto a políticas. Instabilidade política e econômica, processo eleitoral imperfeito, desrespeito desenfreado ao Estado de Direito e desobediência a decisões judiciais, bem como sistema judicial hipotecado entre outras falhas colossais de ideais democráticos parecem ter feito da democracia eleitoral uma mera caricatura na Quarta República da Nigéria. Os déficits democráticos são a consequência das ineficiências estruturais inerentes à estrutura democrática devido ao mau projeto e ao mau funcionamento das instituições, resultando em uma crise da democracia.

A pobreza persistente e escaldante, o desemprego, a má gestão econômica, a corrupção generalizada, os déficits de infraestrutura, a baixa confiança dos investidores, o excesso de dívidas, as instituições públicas ineficientes e a falta de confiança social e de confiança no governo são alguns dos indicadores de déficits democráticos na Quarta República da Nigéria. De fato, isso levou ao colapso generalizado dos valores e da infraestrutura sociais, bem como à prevalência de analfabetismo, insegurança de vidas e propriedades, corrupção política, autoritarismo, má prática eleitoral, violência política e falhas de governança geral. Para consolidar, sustentar e consolidar a democracia, é necessária uma reforma estratégica dos principais quadros institucionais da democracia. Em outras palavras, o INEC, a legislatura, o judiciário, a polícia,

a constituição e a sociedade civil devem ser reconfigurados de acordo com as melhores práticas democráticas globais para garantir eleições de credibilidade, bem como representação e consolidação democráticas eficazes.

## REFERÊNCIAS

- Adeniyi, S. 2018. "Democracy deficit and the deepening crisis of corruption in post-authoritarian Nigeria navigating the nexus." *Taiwan Journal of Democracy*, 14 (2)
- Ademola, A. & Adenuga, I. 2015. "Elite theory and elite consolidation in Nigerian politics." *International journal of banking, finance, management & development studies*. 3 (1).
- Adejumobi, S. 2011. "Election in Africa, A fading shadow of democracy." *International Journal of Social Sciences*, 3 (3), 5-18.
- Alemika, E. 2007. "Quality of elections, satisfaction within democracy and political trust in African". *Afrobarometer working paper No. 84*.
- Akinsanya, A. 2006. Oil and the Niger Delta crisis. *The Guardian*, Thursday, September 9th P.16.
- Appadorai, A. 2004. *The substance of politics*. Delhi: Oxford University Press.
- Asiwaju, A. I. 2000. "Sharing best practice experiences in democracy building in non-French speaking African States." A Draft Paper Presented at the 4th International Conference of New and Emerging Democracies, Cotonou, 4 – 6 de dez.
- Awojobi, O. 2014. "Political corruption & underdevelopment in Nigeria's 4th Republic." *International Journal of Innovation and Scientific Research*. 11 (1).
- Ayoade, J. 2006. "Godfather politics in Nigeria" IN: IFES, money, politics and corruption in Nigeria, IFES.
- Bardhan, P. 2002. "Decentralization of Governance and Development." *Journal of Economic Perspectives*, 16(4), 185–205. <http://dx.doi.org/10.1257/089533002320951037>
- Bardhan, P., & Mookherjee, D. 2006a. *The Rise of Local Governments: An Overview*. In \_\_\_\_\_ . 2006b. *Decentralization and Local Governance in Developing Countries: A Comparative Perspective*. The MIT Press

- \_\_\_\_\_. 2000. "Capture and Governance at Local and National Levels." *The American Economic Review*, 90 (2): 135-39.
- Berouk M. 2008. "Democracy, elections & political parties a conceptual overview with special emphasis on Africa." ISS Paper 166.
- Bolaji, K. 2014. "Toward Institutionalizing Credible Elections in Nigeria: A Review of Reform Measures by the Independent National Electoral Commission." In: Cordenillo, Raul (ed). *Improving Electoral Practices: Case Studies and Practical Approaches*. Stockholm: International IDEA.
- Burton, J. 2019. *Most Dangerous Countries in the World*. Retrieved from <https://www.worldatlas.com/articles/most-dangerous-countries-in-the-world.html>
- Carothers, T. 2007. "How democracies emerge: The sequencing fallacy." *Journal of Democracy*, 18 (1).
- Dahl, R. 1989. *Democracy and its Critics*. New Haven: Yale University Press.
- David, N. Manu, Y. & Musa, A. 2014. "Elections, electoral process and the challenges of democratization in Nigeria's Fourth Republic." *Research on Humanities and Social Sciences*. 4 (17)
- David, S. 2015. *Classical elites theory and libertarianism*. Disponível em: <https://www.lebertarianism.org/columns/classical-elite-theory-libertarianism>.
- Dasgupta, A. e V. Beard. 2007. "Community Driven Development, Collective Action and Elite Capture in Indonesia." *Development and Change*, 38 (2): 229-49.
- Diamond, L. 1999. *Developing democracy: Toward consolidation*. Baltimore: The Johns.
- Dudley B. 1982. *Instability and Crisis in Nigeria –Politics and Crisis in Nigeria*. Ibadan: Ibadan University Press.
- D'Exelle, B. e A. Ridle. 2008. "Elite Capture, Political Voice and Exclusion from Aid: An Experimental Study." IZA Discussion Paper, No. 3673.
- Edet, L. I. 2016. *Election Administration and Democratization Process in Nigeria: An Appraisal of 2007-2015*, ACTA Universitatis Danubius, Vol. 8, no. 2
- Egbegbulem, J. 2011. "Credible Elections and Democratic Consolidation in Nigeria: The Moral Imperative." *Journal of Emerging Trends in Educational Research and Policy Studies*, 2 (4) 246-250.

- Fadakinte, M. 2013. "The nature and character of the Nigerian state: Explaining election crisis in a peripheral state." *British Journal of Arts and Social Sciences*, 12(11): 275-287.
- Fawole, W. 2005. Voting without choosing: Interrogating the crisis of electoral democracy in Nigeria. In Lumumba-Kasongo, T. (ed.), *Liberal democracy and its critics in Africa: Political dysfunction and the struggle for social progress*. Londres : Zed Books.
- Fairlie, J. 1940. "The nature of political representation." *The American political science review*. 34 (2).
- Frempong, A. 2006. Innovations in electoral politics in Ghana's Fourth Republic: An analysis. Democratic innovations in the South. Berlin: Friedrich Ebert Foundation.
- Gambo, A. 2006. Godfatherism and electoral politics in Nigeria" in IFES, money, politics and corruption in Nigeria. IFES.
- Higley, J. e M. Burton 2006. *Elite Foundations of Liberal Democracy*. Lanham: Rowman and Littlefield.
- Ibeanu, O. 2007. "Elections and the future of democracy in Nigeria. In. Jega, A. & Ibeanu, O.(eds), *Elections and the future of democracy in Nigeria*. NPSA Conference Proceedings.
- Igbokwe-Ibeto, C., Osakede, K., Nkomah, B., Kinge, R. 2016. "Election and democratic consolidation in Nigeria: an analysis of the 2015 general elections." *Arabian Journal of Business and Management Review (OMAN Chapter)* 5 (10).
- Igbuzor. O. 2005. "Constitutions, Electoral Process and the Future of Democratic Governance in Africa." A paper presented at the African Conference on Elections, Democracy and Governance organized by the Independent Electoral Commission of South Africa (IEC), the African Union (AU) and the African Association of Electoral Administrators (AAEA). Pretoria, África do Sul, 7-10 abr.
- Jega, A. M. 2014. Values, "Electoral Systems and the Importance of Successful elections in Nigeria's Foreign Policy," being a lecture delivered at the Nigerian Institute of International Affair (NIIA), Lagos, 23 de out.
- \_\_\_\_\_. 2007. *Democracy, good governance and development in Nigeria*. Ibadan: Spectrum
- Lasswel, H.D. 1936. *Politics, who gets what, when and how*. Nova York: Whitelesey House.

- Linz, J. & Stepan, A. 1996. "Towards consolidated democracies." *Journal of Democracy*, 1 (4), 34-56
- Manufacturers Association of Nigeria (MAN) – Retrieved from <http://www.manufacturersnigeria.org/membership.htm>
- Masaki, K. 2007. *Power, Participation and Policy. The Emancipatory Evolution of the Elite-controlled Policy Process*. Plymouth: Lexington Books.
- Mottiar, S. 2002. *Democratic consolidation in South Africa*, <http://www.mottiar-Democratic consolidation- southafrica.pdf>
- National Bureau of Statistics (NBS). 2018. *Unemployment and Underemployment Report (Q4, 2017-Q3, 2018)*
- Nnadozie, O. 2005. "History of elections in Nigeria". In Onuh, G. & Momoh, A. (eds), *Elections and democratic consolidation in Nigeria. proceedings of 23rd Annual conference of Nigerian Political Science Association*. Lagos: A-Triad Associates.
- Nwanegbo, C. J. 2015. *Electoral process and micro level rigging in 2015 general elections in Anambra West and Awka North Local Government Areas of Anambra State*. Paper submitted for the two – day National conference on –The 2015 general elections in Nigeria: The real issues scheduled for June 17 - 18, 2015 by The Electoral Institute (TEI), of the Independent National Electoral Commission (INEC).
- Norris, P. 2011. *Democratic Deficit. Critical Citizens Revisited*. Oxford: Oxford University Press.
- Ogbonna, E. 2012. "Democratic deficit and political economy of critical citizenry: Nigeria in perspective." *Journal of Humanities and Social Science (IOSRJHSS)* 1 (3).
- Omotola, J.S. 2014. "Elections and democratic transitions in Nigeria under the Fourth Republic." *African Affairs*, 109 (4), 535-553
- Osabiya, B. 2014. "Nigeria and democratic elections." *Journal of Good Governance and Sustainable Development in Africa (JGGSDA)*. 2 (3).
- Osaghae, C., & Larry, D. 1995. "Nigeria: The Uncivic Society and the Descent into Praetorianism", In Larry, D., Linz, J. & Lipset, S. (ed) *Politics in Developing Countries: Comparing Experiences with Democracy*. Boulder Colo.: Lynne Rienner.
- Peter, L., Alemika, E., & Michael, B., 2002. *Down to Earth: Changes in attitudes toward democracy and markets in Nigeria*. Michigan State University.

- Platteau, J. P. 2004. Monitoring Elite Capture in Community-Driven Development. *Development and Change*, 35(2),223–246.<http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-7660.2004.00350.x>
- Przeworski, A. 1997. *Democracy and the market: Political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rohrschneider, R. 2002. “The Democracy Deficit and Mass Support for an EU-wide Government”, *American Political Science Review*, Vol. 46, No. 2: 463-475
- Roller, E. 2005. *The Performance of Democracies. Political Institutions and Public Policy*. Oxford: Oxford University Press.
- Russell, D.(2004. *Democratic Challenges, Democratic Choices: The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies*. Nova York: Oxford University Press.
- Sahara Reporters. 2019. Retrieved from [saharareporters.com/2019/06/05/918-million-Nigerians-are-extremely-poor-says-world-poverty-clock](http://saharareporters.com/2019/06/05/918-million-Nigerians-are-extremely-poor-says-world-poverty-clock)
- Sha, D. 2005. “Too much politics, too little democracy: Understanding the correlation between the elections and the democratic Transition” In Onuh, G. & Momoh,A. (eds) *Elections and democratic consolidation in Nigeria: Proceedings of 23rd annual conference of Nigerian Political Science Association*. Lagos: A-Triad Associates
- Schumpeter, J. A. 1942. *Capitalism, Socialism and Democracy*. Nova York: Harper Brothers.
- Transparency International 2018. Level of corruption in Nigeria. [www.transparency.org/google.com](http://www.transparency.org/google.com)
- World Poverty Clock. 2018. Retrieved from <https://qz-com.cdn.ampproject.org>
- Yagbojaju, D. A. 2007. “Nigeria and the challenge of democratic consolidation: The Fourth Republic experience.” *African Journal of International Affairs and Development*, 12 (2) 34 -54.
- \_\_\_\_\_. 2008. “Nigeria and the Challenge of Democratic Consolidation: The Fourth Republic Experience.” *African Journal of International Affairs and Development*. 12.1&2: 44.
- Zakaria, F. 1997. “The rise of illiberal democracy.” *Foreign affairs*; 76:6

## RESUMO

Este artigo é um comentário que interroga o fenômeno de déficits democráticos na Quarta República da Nigéria, com base em uma análise exploratória de fontes secundárias. A essência do governo é a realização do bem público. O governo democrático é aclamado como o mais adequado para determinar e implementar tal mandato. Aliás, essa não foi uma experiência geral nas democracias do mundo. As sucessivas administrações democráticas na Quarta República da Nigéria deixaram muito a desejar em relação ao cumprimento de seu mandato democrático por meio de representação adequada e boa governança. Séries de eleições produziram diferentes culturas de supostos representantes das pessoas. No entanto, as condições existenciais do povo não foram tocadas de maneira a justificar que esses representantes governem na instância do povo, e muito menos representem seus interesses e aspirações. Os grandes déficits de democracia a esse respeito justificaram a submissão deste artigo ao efeito de que a democracia eleitoral na Quarta República da Nigéria não produziu os dividendos democráticos necessários em termos de governança eficiente e representação efetiva.

## PALAVRAS-CHAVE

Democracia; Déficit Democráticos; Representação Democrática; Eleições; Quarta República da Nigéria.

*Recebido em 2 de fevereiro de 2020*

*Aceito em 4 de abril de 2020*

*Traduzido por Igor Estima Sardo*

# UNIÃO AFRICANA: A POLÍTICA DA ÁFRICA DO SUL DE MBEKI PARA A ÁFRICA<sup>1</sup>

Luiza Bizzo Affonso<sup>2</sup>  
Vitor Ferreira Lengruber<sup>3</sup>

## Introdução

Marcado por tragédias que reforçam estereótipos sobre si, especialmente os que o retratam como dependente dos países desenvolvidos e incapaz de solucionar seus próprios dilemas, o continente africano ainda se apresenta no século XXI com desafios relacionados à fome e às calamidades humanitárias, mais recorrentes em algumas regiões do que em outras. Como resposta, surgem, logo no começo do segundo milênio, iniciativas para lidar com essas questões, principalmente por parte da África do Sul. Nesse sentido, é possível realizar o seguinte questionamento: quais medidas políticas e econômicas foram adotadas pelo continente africano, a fim de combater esses problemas?

Fundamentado na revisão bibliográfica de fontes secundárias qualitativas pertinentes ao tema e na análise de fontes primárias, como discursos e documentos oficiais da Organização da Unidade Africana, a proposta do presente artigo é demonstrar as alterações da dinâmica política e econômica, materializada nos diferentes princípios incorporados pela Organização da Unidade Africana (1963) e pela União Africana (2001), as duas principais organizações de cooperação política, econômica e social em nível continen-

---

<sup>1</sup> Este trabalho possui contribuições feitas por debatedores após a apresentação da pesquisa em dois eventos: *África e Educação: avanços, desafios e realidades*, organizado pela Universidade Católica de Petrópolis, e *III Encontro Regional Sudeste da Associação Brasileira de Estudos da Defesa*, ocorrido na Universidade Federal Fluminense em outubro de 2019.

<sup>2</sup> Faculdade de Relações Internacionais, Universidade Católica de Petrópolis. Petrópolis, Brasil. E-mail: luiza.affonso@ucp.br

<sup>3</sup> Faculdade de Relações Internacionais, Universidade Católica de Petrópolis. Petrópolis, Brasil. E-mail: vitor.lengruber@gmail.com

tal, ocorrida na África no início do século XXI. Especificamente, o objetivo é apresentar a mudança das diretrizes, em termos políticos e econômicos, adotada pela União Africana no momento de passagem para o novo milênio e o protagonismo da África do Sul, durante a administração de Thabo Mbeki (1999-2008) ao longo desse processo. O recorte histórico, portanto, é datado de meados da década de 1990 ao fim do mandato presidencial de Mbeki, em setembro de 2008.

Para isso, o estudo assume a seguinte hipótese: para além das questões conjunturais, que, em certa medida, demandam soluções para os novos desafios postos à África no período, as alterações na orientação política e econômica africana, observadas durante a transição da Organização da Unidade Africana para a União Africana, no princípio dos anos 2000, possuem notável influência da África do Sul.

Para a melhor compreensão dos argumentos tratados no decorrer das páginas, o artigo será dividido em quatro seções. Enquanto a primeira fará a contextualização histórica do continente africano na chegada para o século XXI, a segunda apresentará a popularização do termo “Renascença Africana” por meio do então presidente sul-africano, Thabo Mbeki. Por fim, exemplos materiais das transformações institucionais serão expostos na última parte, seguida por reflexões finais.

## **África no século XX: do pan-africanismo ao afro-pessimismo**

A dominação europeia na África, datada da Conferência de Berlim, em 1885, até meados da década de 1960, totalizou cerca de 75 anos. Por quase todo esse período, o continente esteve sob controle das potências industriais europeias, chegando ao fim da Segunda Guerra Mundial com apenas quatro Estados – nominalmente, pelo menos – independentes: Egito, Etiópia, Libéria e União da África do Sul (Meredith 2017; Pereira, Ribeiro e Visentini 2014). Entretanto, o extenso histórico de interferência europeia no continente não se inicia em 1885, uma vez que essa remonta à escravização de pessoas e seu tráfico no Oceano Atlântico, ainda no século XVI (Fonseca 2015; Macedo 2018).

O enfraquecimento dos antigos impérios coloniais, especialmente o francês e o inglês, e sua conseqüente incapacidade de se manterem fortalecidos, em função da destruição física, política e econômica causada pela Segunda Grande Guerra (1939-1945), surtiram impactos profundos no continente africano (Otávio 2013). Assim, grande parte da África entrou na segunda

metade do século XX “sob controle de quatro potências coloniais europeias – Inglaterra, França, Bélgica e Portugal –, todas presumindo que as trajetórias que haviam escolhido para suas colônias africanas iriam durar” (Meredith 2017, 543).

Soma-se a isso, desenvolve Martin Meredith (2017), a participação dos exércitos coloniais em relevantes teatros de guerra do conflito e sua colaboração econômica nos crescentes centros urbanos coloniais. Se a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa, no início do século, já anunciavam o princípio do declínio do empreendimento colonial europeu e influenciavam movimentos políticos em defesa da emancipação dos povos colonizados, os impactos e resultados da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial impulsionaram ainda mais esse processo (Pereira, Ribeiro e Visentini 2014).

Faz-se necessário, antes de explorar as lutas de libertação nacional que eclodiram na África a partir da década de 1950, o estudo do pan-africanismo, principal elemento catalisador dos processos de independência no continente (Otávio 2013). Ainda que sua origem seja mais definida, o consenso em torno de um entendimento único de pan-africanismo ainda é algo almejado (Iroulo 2017). Surgido nas Américas entre os séculos XVIII e XIX, o pan-africanismo teve como finalidade central lutar contra a escravidão e a dominação branca. Na África, o pan-africanismo, já como movimento político-filosófico mais denso, pode ser datado a partir da “invasão da Etiópia pela Itália fascista, em 1935, assim como e, sobretudo, ao quinto Congresso Pan-africano reunido em Manchester, em outubro de 1945”, onde, pela primeira vez, o número de representantes africanos era majoritário (Chanaiwa e Kodjo 2010, 897; Mazrui 1967 *apud* Ahluwalia 2002).

O pan-africanismo, como força integrativa que busca a cooperação cultural, política e econômica no continente, pode ser entendido por meio de três estágios distintos: o estágio colonial, entre 1935 e 1957; o estágio da independência, com caráter de libertação; e um terceiro estágio, iniciado na década de 1970, no qual o pan-africanismo “foi sobremaneira reforçado pelas espetaculares mudanças ocorridas na economia mundial e pelas pesadas repercussões destas mudanças nas economias africanas”, tendo como principal propósito encontrar soluções para o desenvolvimento africano (Chanaiwa e Asante 2010, 873). Desse modo, pode-se compreender o pan-africanismo ao observar seu núcleo comum: a libertação econômica, política e social do continente, tal qual sua união para alcançar esta meta (Iroulo 2017).

O quinto Congresso Pan-africano (Manchester, 1945), supracitado, é considerado o marco da primeira fase. O evento contou com a participação de figuras importantes, tais como Peter Milliard (Guiana), R. T. Makonnen

(Antilhas), Kwame N’Krumah (Gana), George Padmore (Trinidad e Tobago), Peter Abrahams (África do Sul), Jomo Kenyatta (Quênia) e o estadunidense W. E. B. Du Bois (Chanaiwa e Kodjo 2010). As deliberações e declarações feitas no Congresso, direcionadas às administrações coloniais, reivindicavam os seguintes pontos: a emancipação e independência total dos africanos, e outros grupos raciais; o fim imediato de leis discriminatórias e raciais, assim como o trabalho forçado; a liberdade de associação e de expressão; igualdade salarial para cargos equivalentes; e direitos políticos e sociais, como assistência médica e educação<sup>4</sup>.

A passagem das sociedades africanas para a fase de lutas de libertação nacional tem como fundamento a independência de Gana que, no passado, havia se tornado a “colônia modelo”, *status* almejado por outras colônias na África. Sob a orientação de Kwame N’Krumah, e seu partido, *Convention People’s Party*, a população da Costa do Ouro adquiriu sua independência em março de 1957, adotando o nome de um antigo império africano (Meredith 2017).

No entanto, para N’Krumah, a independência de seu povo em relação à Inglaterra não representaria seu potencial emancipatório caso permanecesse como um evento isolado no continente. “Segundo ele, como declarou na noite da conquista da soberania pelo seu país, a independência de Gana não tinha sentido senão na perspectiva de uma libertação completa do continente africano” (Chanaiwa e Kodjo 2010, 900).

Três anos após a conquista da autonomia ganense, no chamado *Ano Africano*, outros povos também vivenciaram a mesma experiência. Em 1960, inúmeras colônias<sup>5</sup> promoviam seus respectivos processos de independência em relação às metrópoles europeias. Entre 1961 e 1966, Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Ruanda, Burundi, Quênia, Gâmbia, Botsuana e Lesoto também entravam no grupo de recém-libertos (Macedo 2018).

Assim, o próximo passo da luta contra a dominação colonial era debatido: a adoção de uma estratégia de emancipação organizada em escala continental (Iroulo 2017; N’Krumah 1969). Mesmo após o desenvolvimento das lutas de libertação nacional, ingerências coloniais ainda eram evidentes

---

4 Na África do Sul, por exemplo, o *Native Urban Act* e o *Native Affairs Act* foram leis aprovadas em 1923. A primeira limitava a “possibilidade de os negros se instalarem em cidades consideradas redutos brancos”, enquanto a segunda “coroou o complexo estabelecimento de uma legislação segregacionista, regulando o sistema de exploração do trabalho negro” (Pereira 2012, 57).

5 Camarões, Congo-Brazzaville, Gabão, Chade, República Centro-Africana, Togo, Costa do Marfim, Daomé (atual Benim), Nigéria, Níger, Alto Volta (atual Burkina Faso), Senegal, Mali, Madagascar, Somália, Mauritània e Congo Belga.

no continente. Exemplo disso, como apresenta N’Krumah em *Neocolonialismo: último estágio do imperialismo* (1967), pode ser observado na tentativa europeia de fragmentar a África após o início da descolonização. O objetivo, segundo o autor, era garantir interesses corporativos e acesso ao grande mercado africano.

Em nível global, tais estruturas podem ser observadas em algumas instituições internacionais, como os Mandatos da Liga das Nações, autorizações que permitiam a continuação da administração colonial sobre os territórios por período de tempo indefinido (Pereira, Ribeiro e Visentini 2014), e o Conselho de Tutela das Nações Unidas, cuja finalidade era supervisionar a administração de territórios sob tutela da comunidade internacional (ONU 2019). Isso demonstra a continuidade do pensamento Orientalista, exposto por Edward Said (2007), traduzido de maneira clássica por Marx como “eles não são capazes de representar a si mesmos, necessitando, portanto, ser representados” (Marx 2011, 143). Para mais, conforme o diplomata brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães (2001), a expansão das agências internacionais, como a ONU, FMI e Banco Mundial, é uma das estratégias adotadas por *estruturas hegemônicas de poder*, conceito proposto pelo autor para se referir ao cenário e à dinâmica internacional assimétrica em que atuam os Estados, para perpetuar a relação centro-periferia na política internacional. Segundo Guimarães, tais organizações, concebidas como neutras e universais, se empenhariam em normatizar e sancionar o comportamento no campo internacional de acordo com os interesses das grandes potências que as lideram.

Dessa forma, surgiram dois grupos com a meta comum de romper com as estruturas de dominação herdadas do imperialismo: o Grupo de Casablanca (Guiné, Egito, Mali, Marrocos, Líbia, governo exilado da Argélia e Gana) e o Grupo de Monróvia ou Brazzaville (Serra Leoa, Etiópia, Nigéria e Libéria). Enquanto o primeiro buscava a criação dos Estados Unidos da África, com a planificação e centralização do desenvolvimento econômico, além de formar um sistema de segurança continental, o Grupo de Monróvia/Brazzaville defendia uma estratégia de caráter mais moderado e de respeito à soberania e integridade territorial dos Estados independentes (Otávio 2013; Pereira, Ribeiro e Visentini 2014).

A influência do Grupo de Monróvia pode ser observada no “respeito pela soberania e integridade territorial de cada Estado e seu direito inalienável de existência independente”<sup>6</sup> (OUA 1963, 4), um dos princípios fundadores da Organização da Unidade Africana (OUA). Criada em 1963, em

---

6 “Respect for the sovereignty and territorial integrity of each state and for its inalienable right to independent existence”.

Addis Abeba, capital da Etiópia, a organização tinha o objetivo de coordenar esforços para melhorar a qualidade de vida dos povos africanos; erradicar toda a forma de colonialismo do continente; defender o direito à soberania, integridade territorial e independência e promover a união e solidariedades entre Estados africanos.

A atuação da OUA como mediadora se mostrou eficiente em questões de estabelecimento de fronteiras entre seus Estados-membros, mas, em outras situações, divergências e hesitações acabaram revelando sua fragilidade e, conseqüentemente, causando seu enfraquecimento. É justamente a possibilidade de os Estados agirem dentro de um sistema realista, onde não há, em função da anarquia internacional, mecanismos legítimos de constrangimento às ações estatais, que contribuiu para situações de calamidade humanitária no continente após 1963 (Farmer 2012; Macedo 2018; Paterson 2012 *apud* Rabelo e Guimarães 2014). Com o propósito de combater tais ocorrências, já em 1992, por exemplo, Salim Ahmed Salim, Secretário-Geral da instituição no período, submeteu uma proposta ao Conselho de Ministros da OUA, *Mechanism for Conflict Prevention, Management and Resolution*. O Mecanismo, cujo principal objetivo era a antecipação e prevenção de conflitos, mediante o engajamento em missões de *peace-making* e *peace-building*, foi um dos pontos incorporados à jurisdição da OUA em junho de 1993, na Declaração do Cairo, que também comemorava o 30º aniversário da organização (OUA 1993).

Além da ausência de um dispositivo institucional para lidar com as questões supracitadas, a Guerra Fria, devido à importância estratégica de Estados aliados na dinâmica bipolar de competição por zonas de influência, também contribuiu para a permanência de governos autoritários no continente. EUA e URSS admitiam, quando não incentivaram, regimes como os instalados na Arábia Saudita, Kuwait, Chade e Guiné Equatorial (Hobsbawm 1995; Pereira 2012; Pereira, Ribeiro e Visentini 2014). Para mais, a disputa estadunidense e soviética pelo apoio de governos africanos aliados ofertou ao continente uma série de programas de assistência, de diversas matrizes, e contribuiu para o reforço das fronteiras, artificialmente estabelecidas pela Europa no século XIX, dos Estados africanos. Por influência de Washington e Moscou, tais demarcações foram mantidas após o reconhecimento das independências pela comunidade internacional (Guimarães 2001). Decorrente disso, o cenário da África a partir dos anos 1970, em grande medida, é caracterizado pela ascensão e consolidação de regimes autoritários, exemplo de Togo, Daomé (Benin), Alto Volta (Burkina Faso) e República Centro-Africana (Meredith 2017).

Na esfera da economia internacional, o período também é marcado pelas crises do petróleo, em 1973 e 1979, e o desmoronamento do Estado de

Bem-Estar Social, acontecimentos que, dada a pauta exportadora restrita dos Estados africanos e a contração do consumo europeu, puseram em xeque a continuidade do desenvolvimento econômico africano (Fonseca 2015). O índice de crescimento econômico da África subsaariana entre 1973 e 1983, por exemplo, caiu de 4.38% para o negativo de -2.49%, somente voltando a taxas estáveis de crescimento em 1996 (World Bank 2019).

Outro elemento que representa o teatro africano no último quarto do século XX, como aponta o relatório *Trade liberalization and economic reform in developing countries: structural change or de-industrialization?*, publicado pela *United Nations Conference on Trade and Development* (2005), é a incorporação dos programas de reforma econômica desenvolvidos pelas instituições financeiras internacionais, como o FMI e Banco Mundial, e baseados no neoliberalismo do Consenso de Washington. Além de chamar atenção para a absorção de programas liberalizantes de forma acrítica, não levando em consideração a disparidade entre os níveis de desenvolvimento dos países, o documento destaca tendências à desindustrialização dessas economias.

O Genocídio de Ruanda (1994), retratado em *Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias*, de Philip Gourevitch (2006), parece exemplificar as últimas duas décadas do século XX na África. O período, que também presencia a Segunda Guerra do Congo (1998-2003), conhecida como a Guerra Mundial Africana, demonstra o processo de conversão de um notável otimismo, experimentado durante a descolonização, para um crescente pessimismo em relação ao futuro da região (Castellano da Silva 2012; Döpcke 2002).

A crescente onda de otimismo e autoconfiança notada no continente africano a partir da década de 1960, após o início dos processos de conquista das independências em relação às antigas metrópoles europeias, encontra na ascensão de regimes autoritários e no desenvolvimento de uma crise econômica um empecilho para sua continuação. Dessa forma, nesse momento, a palavra recorrente na comunidade internacional para designar o futuro do continente, após uma reviravolta de expectativas que se desenrolou por pouco mais de três décadas, é clara por si só: afro-pessimismo.

## **O protagonismo sul-africano durante a administração Mbeki**

Um importante marco para o continente africano na década de 1990 é a transição democrática da África do Sul. O rompimento do regime de

*apartheid* é simbolizado pela histórica eleição de 1994, em que, pela primeira vez na história do país, negros puderam votar (Pereira 2012). A escolha de Nelson Mandela como primeiro presidente de uma África do Sul democrática tornou-se símbolo da integração do país à comunidade africana e da vitória negra sobre regimes segregacionistas, além de manter vivo resquícios de otimismo para o combate ao afro-pessimismo (Vale e Maseko 1998).

Ainda como vice-presidente do governo Mandela, Thabo Mbeki, presidente da África do Sul entre 1999 e 2008, articula uma estratégia para “construir um contrapeso à imagem amplamente divulgada da África como um continente incapaz de combater suas mazelas e passivo ao surgimento de governos ditatoriais” (Otávio 2013, 94). Sua proposta, a chamada “Renasceça Africana”, ganha nome e forma durante um discurso feito na Universidade das Nações Unidas, em 1998, intitulado *The African Renaissance, South Africa and the World*. Nota-se que o termo possui antecedentes na história, em autores como Nnamdi Azikiwe, Cheikh Anta Diop e Pixley Seme, mas é popularizado por Mbeki a partir dos anos 1990 (Adebajo 2016).

Segundo Mbeki (1998), a autoestima africana para alterar sua imagem perante a comunidade internacional adviria de uma relação umbilical entre o passado e o futuro. Isso é observado em Landsberg e Hlophe (1999), que apresentam duas dimensões do projeto e seu caráter histórico e multifacetado. A primeira dimensão deriva de uma visão conservadora que advoga o retorno às raízes e valores da África pré-colonial, pois havia o entendimento de que isso reorientaria o continente a um futuro próspero. A segunda, coloca no âmbito do renascimento a democratização e o desenvolvimento econômico, necessários para criar um ambiente estável para a paz e atividade econômica sustentável. Segundo Iroulo (2017), a Renasceça Africana representa não só o desejo em modificar o retrato do continente, combatendo a estagnação democrática e econômica característica do afro-pessimismo, mas também a busca por independência política e econômica, integração regional e aumento da qualidade de vida.

O anseio por essa libertação genuína, aspiração que norteia os africanos contemporâneos, demanda dois elementos cruciais para seu sucesso. O primeiro é a consolidação e manutenção de sistemas de boa governança, baseado em democracias multipartidárias e eleições periódicas, e a adoção da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. A intenção era simples: prevenir a ocorrência de casos como o de Ruanda, Libéria e Somália, que marcaram a transição africana para o século XXI (Mbeki 1998).

O segundo elemento indispensável para a restauração da dignidade africana é a erradicação da fome, conquista fundamental para reagir às expres-

sões que representam a África como local exclusivamente dependente de caridade externa. De acordo com Mbeki (1998), essa vitória viria por meio da modernização econômica, com políticas que garantissem investimentos externos e encorajassem o setor privado, reduzindo a participação estatal na economia.

Ainda no discurso, Mbeki condiciona o sucesso da Renascença Africana à sua elaboração pelos próprios africanos, realçando o fracasso da importação inflexível de modelos externos, “como as reformas estruturais conduzidas pela genialidade liberal, os planos de reestruturação conduzidos pelos economistas do Ocidente ou mesmo a cópia em papel carbono do socialismo real e do modelo do partido único de matriz stalinista” (Saraiva 2008, 92).

Nesse sentido, encontra-se a divergência entre o pan-africanismo e a Renascença Africana, pois, ainda que ambos preguem a importância da integração da África para o enfrentamento de seus desafios, principalmente o de desenvolvimento econômico, a Renascença Africana “incentiva os países africanos a aceitarem o mundo globalizado e seus condicionantes, a relacionarem democracia com desenvolvimento econômico e a forjarem parcerias com os países industrializados” (Otávio 2013, 94).

Dessa forma, é possível interpretar a Renascença Africana de três maneiras (Evans 1999 *apud* Ahluwalia 2002). A primeira versão coloca a Renascença Africana como mero instrumento político para consolidar a posição de Thabo Mbeki na África do Sul. Desejando demonstrar que o país não cairia em desgraça após a saída de Mandela da presidência, Mbeki recorre a imagens romantizadas de uma África anterior à colonização para sair das sombras de Mandela e endossar seu lugar (Adebajo 2016).

A segunda interpretação retrata Mbeki como um radical africanista que almeja reconstruir a identidade do continente com a meta de colocar a África em seu lugar de direito no campo internacional. Essa análise argumenta que Mbeki estaria seguindo o trabalho de Kwame N’Krumah, sendo a Renascença Africana a conclusão do movimento pan-africanista. Adekeye Adebajo (2016), por exemplo, lista, dentre outras semelhanças, a tentativa de construção de Estados modernos, como instrumento para a restauração da glória ancestral africana, como ponto comum entre os dois líderes.

Por fim, a última leitura enxerga Mbeki como o modernizador que tornaria o continente africano competitivo internacionalmente e poria fim a sua marginalização durante o aprofundamento da globalização. É justamente nesse contexto que a África do Sul, com seu capital e infraestrutura, se colocaria como líder nata do continente, visão que é festejada pela comunidade empresarial sul-africana e recebida com cautela pelos vizinhos africanos (Vale

e Masejo 1998; Murthy, Soares e Vernoeven 2014). A suposta representação da África por Pretória pode ser exemplificada na associação do país ao grupo dos BRICS, que, em 2011, acrescenta a letra “S” oficialmente<sup>7</sup>. Superficialmente, os principais esforços do grupo, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, são voltados para a democratização da ordem mundial consolidada com o fim da Guerra Fria (Stuenkel 2017).

Neste sentido, Wolfgang Döpcke (2002) enfatiza que a Renascença Africana não deve, de maneira alguma, ser entendida como mero humanitarismo da África do Sul em apreciar as sociedades africanas usufruindo as vantagens da modernização política e econômica. Seja para garantir interesses econômicos deste país ou apresentar uma África “palatável aos gostos ocidentais”, a Renascença Africana deve ser entendida como parte da estratégia política da África do Sul para a África. Ainda, segundo o autor, este argumento explicaria o empenho de Pretória em ser o maior protagonista na criação de um projeto modernizador, supostamente progressista e neutro, em nível continental.

Combinado ao cenário de afro-pessimismo com a orientação de política externa sul-africana, o contexto descrito permitiu a influente atuação da África do Sul como arquiteta da União Africana e de seus projetos, especialmente a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (Adebajo 2016; Landsberg 2007). Desse modo, enfatiza-se a hipótese central deste trabalho, de que as alterações observadas no momento de transição da OUA para a UA possuem grande influência sul-africana.

## **União Africana e a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África**

A adoção do princípio de inviolabilidade da soberania nacional por parte da OUA possibilitou a ocorrência de crises humanitárias e golpes de Estado por todo o continente (Meredith 2017). Nota-se que a dinâmica bipolar da Guerra Fria também contribuiu para a ascensão desses regimes, apoiados tanto pelo bloco capitalista, liderado pelos EUA, quanto pelo comunista, sob liderança da URSS (Macedo 2018).

Em consonância com o projeto de orientação política da África do Sul no período, o conturbado cenário africano no início século XXI motiva a criação de uma instituição capaz, efetivamente, de solucionar os desafios apresentados (Adebajo 2016; Landsberg 2007). Assim, com o objetivo de com-

7 A letra S é incluída devido ao nome do país em inglês, *South Africa*.

bater a marginalização econômica no processo de globalização, problemas relacionados à boa governança e o endividamento internacional, além de promover a paz através dos princípios democráticos, é criada, em 2002, como aprofundamento da OUA, a União Africana (OUA 2000; Akokpari 2016).

Justamente por conta de seu caráter de intervencionismo humanitário, aliado ao princípio de “não indiferença”, predecessor do *Responsibility to Protect*<sup>8</sup>, uma vasta literatura acadêmica coloca a União Africana como a materialização dos ideais da Renascença Africana (Adams 2014; Murthy, Soares e Vernoeven 2014). Mesmo prevendo a defesa da soberania e o respeito pela integridade territorial dos Estados-membros, a UA enxerga, no artigo 4º do Ato Constitutivo da União Africana, como um importante mecanismo, para a manutenção da estabilidade, paz e segurança no continente africano, o direito da organização “intervir num Estado Membro em conformidade com uma decisão da Conferência em situações graves nomeadamente, crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade”. Além disso, a instituição também garante, no artigo 3º do mesmo documento, a suspensão de “governos que ascendam ao poder por meio de meios inconstitucionais” (OUA 2000, 8, 19)<sup>9</sup>.

A diluição e a relativização da soberania nacional em prol dos indivíduos e da segurança, simultaneamente com a incorporação de princípios democráticos e respeito pelos direitos humanos, previstos na Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, também encontra materialização na estruturação da Arquitetura Africana de Paz e Segurança (Döpcke 2002; Haffner e Viana 2013). Seu principal órgão, o Conselho de Paz e Segurança da UA (CPS), opera de forma semelhante ao Conselho de Segurança da ONU, autorizando operações necessárias para evitar crimes contra a humanidade e violações de direitos humanos (Murthy, Soares e Vernoeven 2014). O instrumento, criado para implementar as decisões do CPS, é chamado de

8 Cunhado em 2001 pela Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal (ICISS, em inglês), o conceito, Responsabilidade de Proteger, em português, foi adotado por unanimidade pelos chefes de Estado e governo na Cúpula Mundial da ONU, em 2005. Naquela ocasião, os líderes de Estado demonstraram disposição em prestar ações rápidas e coletivas para proteger uma população contra crimes de guerra, limpeza étnica e ameaças de genocídio quando for evidente a ineficácia de meios pacíficos para a resolução de tais problemas ou o fracasso das autoridades nacionais em salvaguardar a vida da própria população. Assim, ficava-se estabelecido que seria responsabilidade da comunidade internacional garantir a segurança humana, mesmo se, para isso, fosse necessário romper a soberania nacional de Estados incapazes, senão violadores, de proteger sua população (Stuenkel 2017).

9 O Sudão, por exemplo, foi suspenso da União Africana, em junho de 2019, após a escalada das tensões entre militares e civis, intensificadas com a queda do antigo ditador sudanês, Omar al-Bashir (Burke 2019).

*African Standby Force* (ASF), uma força multinacional africana, cujo quartel-general se localizaria em Addis Abeba, Etiópia, composta por cinco brigadas regionais. A ASF, que também encontra nas operações de *peacekeeping* e *peacebuilding* uma fração de seu escopo de atuação, deveria entrar em ação até 2010 (Geldenhuis 2010).

Aplicando esses preceitos à realidade, foram expedidos, desde a criação da UA, quatro missões da organização e autorizados nove mandatos para Operações de Apoio à Paz (African Union 2019). Destaca-se, por exemplo, a Missão Africana no Burundi (AMIB), criada em 2003 com substancial participação de oficiais etíopes, moçambicanos e sul-africanos. Em 2004, a AMIB é substituída pela Operação das Nações Unidas no Burundi (ONUB), como consta na resolução 1545 do Conselho de Segurança da ONU (UNSC 2004). Valem ser apontadas, também, a Missão da União Africana no Sudão (AMIS) e a Missão da União Africana na Somália (AMISOM), aprovadas, respectivamente, em 2004 e 2006. Após receber apoio logístico da ONU por cerca de três anos, o gerenciamento da AMIS é transferido para a Operação Híbrida das Nações Unidas e União Africana em Darfur (UNAMID), cujo mandato, tal qual da AMISOM, foram renovados em 2019 (AMISOM 2019; ISS 2019; UNAMID 2019).

Ao analisar um dos principais projetos da União Africana, a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), percebe-se, de forma mais explícita, o grande protagonismo de Pretória na estruturação da nova dinâmica política e econômica na África. Apoiado por Nigéria, Argélia e Egito, Mbeki institucionaliza os ideais da Renascença Africana em um programa de desenvolvimento socioeconômico continental, o *Millennium Partnership for the African Recovery Program* (MAP), que durante muito tempo concorre com o *Omega Plan*, proposta similar de Abdoulaye Wade, presidente senegalês no período (Döpcke 2002). Em 2001, as duas propostas são compiladas na *New African Initiative* (NAI), rebatizada de NEPAD e ratificada pelos Estados-membros da União Africana, em 2002, como estratégia de desenvolvimento continental para o século XXI (African Union 2019).

Relacionando desenvolvimento sustentável, segurança e democracia (Pereira, Ribeiro e Visentini 2014), o principal objetivo da NEPAD é fornecer um mecanismo comum, chefiado pelos líderes africanos, para erradicar a pobreza; promover o crescimento sustentável do continente; interromper a marginalização da África na globalização; acelerar o empoderamento feminino e integrar o continente à economia global (African Union 2019).

A partir disso, Döpcke (2002) defende que para entender a NEPAD, é necessário interpretá-la em três contextos distintos. O primeiro contexto é o de inserção global da África no século XXI, uma vez que seus inventores

propunham retomar o maior protagonismo internacional a partir da negociação entre chefes de governo africanos e os líderes de Estados desenvolvidos. Portanto, a estratégia da NEPAD aceita, e internaliza à sua proposta, a globalização liberal, tratando-se, na verdade, de uma espécie de “africanização” das propostas ocidentais. Tal “africanização” também é perceptível na inclusão de um “conjunto de valores político-sociais como democracia, direitos humanos e *good governance*” (Döpcke 2002, 149).

O segundo cenário de interpretação é a política externa sul-africana após a queda do *apartheid*. O autor observa na Renascença Africana a incorporação de valores da luta contra o *apartheid* e da nova África do Sul, o que transforma a Renascença Africana em instrumento da política externa sul-africana. Como já comentado, isso explicaria o desejo de Mbeki em ser o ator que transformará e liderará a África no século XXI, sob um projeto de modernização doméstico e continental.

Outra interpretação que pode ser feita nessa análise, é o reflexo da face econômica da África do Sul em sua interação com a África. Uma vez que diversos países africanos recebem seus manufaturados, a adoção da NEPAD por parte desses Estados seria de tamanho benefício para a comunidade empresarial sul-africana. Dessa forma,

a insistência de Mbeki na divulgação do African Renaissance, de que o futuro da África do Sul seja intrinsecamente ligado àquele do continente inteiro não somente reflete uma preocupação com a imagem que o Ocidente tem da África, de uma junção entre África do Sul e continente, mas revela em primeiro lugar os interesses econômicos deste país (Döpcke 2002, 151).

Como destaca Joseph Nye (2002), a criação de um sistema de valores e princípios comuns é um notável instrumento para a manutenção da estabilidade política e crescimento econômico. Portanto, acredita-se que a institucionalização da Renascença Africana fez parte dos cálculos estratégicos sul-africanos, para garantir a segurança política e econômica da África, bem como para alterar a imagem do continente perante o sistema internacional. Desse modo, verifica-se a preponderância sul-africana na construção da nova dinâmica política e econômica africana no início do século XXI, especialmente na ordenação da União Africana e da NEPAD.

## Conclusão

O presente trabalho buscou responder o seguinte questionamento: houve participação de Pretória na incorporação de novos paradigmas políticos e econômicos, materializados na mudança de postura da União Africana em relação à soberania nacional, por exemplo, por parte do continente africano no século XXI? A resposta afirmativa para essa pergunta encontra respaldo em três argumentos.

O primeiro, baseia-se na necessidade de adoção de um novo modelo de orientação política e econômica pela África no final da década de 1990. A consolidação de uma ordem mundial liberal e a marginalização do continente no processo de interdependência econômica, além da atenuação da importância estratégica do continente africano, disputada pelos EUA e pela URSS durante a bipolaridade da Guerra Fria, apresentaram aos Estados africanos novos desafios. Tais problemas encontraram solução na Renascença Africana, popularizada por Mbeki ainda como vice-presidente do governo de Nelson Mandela. Como percebido, sua base de sustentação relacionava a revisitação do passado pré-colonial a partir de democracias multipartidárias e reformas econômicas liberalizantes.

O segundo, em grande parte devido ao cenário de afro-pessimismo e à urgência de participar da globalização de forma ativa, fundamenta-se na institucionalização da Renascença Africana na União Africana. Essa institucionalização pode ser observada tanto em seus projetos socioeconômicos, como a NEPAD, como em sua nova postura em relação a potenciais intervenções em nome da segurança humana e manutenção da paz no continente.

Por fim, também se observou o intenso empenho sul-africano na disseminação das reformas propostas e na estruturação da União Africana. Da mesma forma, no campo bilateral, Mbeki engajou-se como mediador de crises políticas no período em que esteve à frente da presidência sul-africana, como na República Democrática do Congo, Zimbabué e Costa do Marfim.

A teia de argumentos apresentados, além de confirmar a hipótese de notável atuação sul-africana na estruturação da dinâmica política e econômica africanas no século XXI, também permite a conclusão de algo mais: os movimentos de Pretória não eram despercebidos, mas absorvidos com cautela por inúmeros governos africanos que enxergavam tais jogadas como tentativas de consolidação de uma hegemonia regional.

Um dos obstáculos, reconhecido pelo próprio Mbeki, que dificultam o reconhecimento da África do Sul como representante da África em fóruns internacionais, responsabilidade delegada, em grande medida, pela

comunidade internacional durante as negociações pelo fim do *apartheid*, é a assimetria econômica, e suas consequências, entre o país e o continente. Enquanto, desde a década de 1990, a sociedade sul-africana percebe com maus olhos imigrantes provenientes de outros países africanos<sup>10</sup>, especialmente dos vizinhos ao norte e leste, governantes africanos temem a inundação de suas economias por manufaturados sul-africanos<sup>11</sup>. Neste sentido, um último ponto merece destaque.

Em 29 de janeiro de 2018, foi adotado, pela União Africana, em função seu principal programa, *Agenda 2063: The Africa We Want*<sup>12</sup>, o Protocolo *Free Movement of Persons, Right of Residence and Right of Establishment*, projeto iniciado ainda em 1991, com a antiga OUA. Semelhante ao Acordo de Schengen da União Europeia, o protocolo assinado na Etiópia estabelece, no artigo 6° (1), o direito de cidadãos de um determinado Estado-membro da UA entrar, ficar, se mover e sair do território de outro Estado-membro, no qual estaria vedado aos Estados receptores, de acordo com o artigo 3° (2a) do tratado, qualquer tipo de discriminação em relação a essas pessoas. Além disso, também deve-se observar o desenvolvimento da *African Continental Free Trade Area* (AfCFTA), bloco continental de livre comércio que entrou em vigor em maio de 2019, quatorze meses após sua assinatura por 54 dos 55 membros da UA em março de 2018. Em um artigo publicado pelo Fundo Monetário Internacional no mesmo mês de implementação da AfCFTA, por exemplo, destaca-se que, entre 2000 e 2017, o comércio intra-africano teve como principal objeto de troca produtos manufaturados, provenientes, principalmente, da África do Sul, seguida de Quênia e Costa do Marfim. Estas questões exemplificam um dos desafios enfrentados há anos por Pretória: o *trade-off* imigração-economia.

---

10 Sugestão de leitura: Neocosmos, Michael. 2010. *From 'Foreign Natives' to 'Native Foreigners': explaining Xenophobia in Post-Apartheid South Africa*.

11 Sugestão de leitura: Geldenhuys, Deon. South Africa: the idea-driven foreign policy of a regional power. In: Flemes, Daniel (Coord.). *Regional leadership in the global system: ideas, interests and strategies of regional powers*. Farnham Surrey: Ashgate Publishing Limited, 2010, p. 151-168.

12 Sugestão de leitura: African Union. *Agenda 2063: The Africa We Want*. 2019. <https://au.int/en/agenda2063/overview>.

## REFERÊNCIAS

- Abrego, Lisandro et al. 2019. “The African Continental Free Trade Agreement: welfare gains estimates from a general equilibrium model”. International Monetary Fund.
- Adams, Simon. 2014. Speech by Dr. Simon Adams at the International Conference on Genocide Prevention. From Non-Intervention to Non-Indifference: The Responsibility to Protect, the United Nations and the Prevention of Genocide.. <http://www.globalr2p.org/media/files/belgiumr2pspeech.pdf>.
- Adebajo, Adekeye. 2016. Thabo Mbeki. Athens: Ohio University Press.
- African Union. 2000. Acto Constitutivo da União Africana. [https://au.int/sites/default/files/treaties/7758-treaty-0021\\_-\\_constitutive\\_act\\_of\\_the\\_african\\_union\\_p.pdf](https://au.int/sites/default/files/treaties/7758-treaty-0021_-_constitutive_act_of_the_african_union_p.pdf).
- \_\_\_\_\_. 2019. Agenda 2063: The Africa We Want. <https://au.int/en/agenda2063/overview>
- \_\_\_\_\_. 1993. Declarations and Resolutions adopted by the twenty-ninth ordinary session of the Assembly of Heads of State and Government. [https://au.int/sites/default/files/decisions/9538-1993\\_ahg\\_res\\_218-227\\_xxix\\_e.pdf](https://au.int/sites/default/files/decisions/9538-1993_ahg_res_218-227_xxix_e.pdf)
- \_\_\_\_\_. 2019. New Partnership for Africa’s Development (NEPAD). <https://au.int/en/organs/napad>.
- \_\_\_\_\_. 1963. OUA Charter.. [https://au.int/sites/default/files/treaties/7759-file-oau\\_charter\\_1963.pdf](https://au.int/sites/default/files/treaties/7759-file-oau_charter_1963.pdf).
- \_\_\_\_\_. 2018. Protocol to the treaty establishing the African Economic Community relating to Free Movement of Persons, Right of Residence and Right of Establishment. [https://au.int/sites/default/files/treaties/36403-treaty-protocol\\_on\\_free\\_movement\\_of\\_persons\\_in\\_africa\\_e.pdf](https://au.int/sites/default/files/treaties/36403-treaty-protocol_on_free_movement_of_persons_in_africa_e.pdf).
- \_\_\_\_\_. 2019. The Peace & Security Council. <https://au.int/en/psc>.
- \_\_\_\_\_. 2019. Trade and Industry. <https://au.int/en/ti>.
- Ahluwalia, Pal. 2002. “The struggle for African identity: Thabo Mbeki’s African Renaissance”. *African and Asian Studies*, Leiden, n.4, p.265-277.
- Akokpari, John. 2016. “África do Sul e a arquitetura de paz e segurança da União Africana: velhas responsabilidades e novos desafios”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Rio Grande do Sul, n.2, v.1, p.30-50.

- AMISOM. 2019. AMISON Mandate. <http://amisom-au.org/amisom-mandate/>.
- Burke, Jason. 2019. "African Union suspends Sudan over violence against protesters". The Guardian. <<https://www.theguardian.com/world/2019/jun/06/sudan-african-union-suspension-military-rulers>>. Acesso em: 26 de outubro de 2019.
- Castellano da Silva, Igor. 2012. Congo, a guerra mundial africana: conflitos armados, construção do Estado e alternativas para a paz. Porto Alegre: Leitura XXI/CEBRAFRICA/UFRGS.
- Chanaiwa, David; Asante, S.K.B. 2010. "O pan-africanismo e a integração regional." In: Mazrui, Ali. História geral da África – VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, p.873-896.
- Chanaiwa, David; Kodjo, Edem. 2010 "Pan-africanismo e libertação." In: Mazrui Ali. História geral da África – VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, p.897-924.
- Döpcke, Wolfgang. 2002. "Há salvação para a África? Thabo Mbeki e seu New Partnership for African Development". Revista Brasileira de Política Internacional, n.45, p.146-155.
- Farmer, Leila. 2012. "Sovereignty and the Africa Union". The Journal of Pan African Studies, Long Beach, n.10, v.4, p.93-105.
- Fonseca, Danilo. 2015. "A África entre a desesperança neoliberal e o "Renascimento Africano": dívida externa, pobreza e desenvolvimento". Revista África e Africanidades, n.20.
- Geldenhuis, Deon. 2010. "South Africa: the idea-driven foreign policy of a regional power." In: Flandes, Daniel (Coord.). Regional leadership in the global system: ideas, interests and strategies of regional powers. Farnham Surrey: Ashgate Publishing Limited, p.151-168.
- Gourevitch, Philip. 2006. Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias: histórias de Ruanda. São Paulo: Companhia das Letras.
- Guimarães, Samuel Pinheiro. 2001. Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/Contraponto.
- Haffener, Jacqueline; Viana, Genivone. 2013. "União Africana (UA): desafios e oportunidades da integração". Revista Conjuntura Austral, v.4, n.20, p.69-94.

- Hlophe, Dumisani; Landsberg, Chris. 1999. The African Renaissance as a modern South African Foreign Policy Strategy. [www.cerisciencespo.com/archive/octo99/artcle.pdf](http://www.cerisciencespo.com/archive/octo99/artcle.pdf).
- Hobsbawm, Eric J. 1995. Era dos Extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras.
- Institute for Security Studies. 2019. ISS PSC Report: ‘Reviewing AU Peace Support Operations: what to do when there’s no peace to keep?’. <https://issafrica.org/pscreport/psc-insights/reviewing-au-peace-support-operations-what-to-do-when-theres-no-peace-to-keep>.
- Iroulo, Lynda. 2017. Pan-africanism and the African Renaissance through the APRM. South African Institute of International Affairs, Johannesburg, n.162, p.1-4.
- Landsberg, Chris. 2007. The AU, Nepad and Mbeki’s ‘progressive African agenda’. Mail & Guardian. <https://mg.co.za/article/2007-06-18-the-au-nepad-and-mbekis-progressive-african-agenda>.
- Macedo, José. 2018. História da África. São Paulo: Contexto.
- Marx, Karl. 2011. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo.
- Mbeki, Thabo. 1998. Speech by Deputy President Thabo Mbeki at the United Nations University. “The African Renaissance, South Africa and the World”. <http://archive.unu.edu/unupress/mbeki.html>
- Meredith, Martin. 2017. O destino da África: cinco mil anos de riquezas, ganância e desafios. Rio de Janeiro: Zahar.
- Murthy, C.S.R.; Soares, Ricardo; Vernoeven, Harry. 2014. “Our identity is our currency’: South Africa, the responsibility to protect and the logic of African intervention”. Conflict, Security & Development, n.4, v.14, p.509-534.
- N’Krumah, Kwame. 1969. Handbook of the revolutionary warfare. Nova York: International Publishers.
- \_\_\_\_\_. 1967. Neocolonialismo: último estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Nações Unidas Brasil. 2019. “Como funciona”. <https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/>.
- Neocosmos, Michael. 2010. “From ‘Foreign Natives’ to ‘Native Foreigners’: explaining Xenophobia in Post-Apartheid South Africa.” CODESRIA (Council for the Development of Social Science Research in Africa), Dakar.

- Nye, Joseph S. 2002. O paradoxo do poder americano. Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo: Editora UNESP.
- Otávio, Anselmo. 2013. “Entre o pan-africanismo e o African Renaissance: a busca pelo desenvolvimento em um mundo em transformação”. *Conjuntura Internacional*, Belo Horizonte, n.3, p.84-97.
- Pereira, Analúcia; Ribeiro, Luiz Dario; Visentini, Paulo. 2014. História da África e dos africanos. 3. ed. Petrópolis: Vozes.
- Pereira, Analúcia. 2012. A revolução sul-africana. São Paulo: Editora Unesp.
- Rabelo, Caio; Guimarães, Natália. 2014. “Uma Renascença? Protagonismos na União Africana”. *Cadernos de Relações Internacionais*, Rio de Janeiro, n.2, p.39-50.
- Said, Edward. 2007. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das letras.
- Saraiva, José Flávio Sombra. 2008. “A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.51, p.87-104.
- Stuenkel, Oliver. 2017. *BRICS e o futuro da ordem global*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.
- UNAMID. 2019. Timeline. <https://unamid.unmissions.org/timeline>.
- UNCTD. 2005. Trade liberalization and economic reform in developing countries: structural change or de-industrialization. [https://unctad.org/en/Docs/osgdp20053\\_en.pdf](https://unctad.org/en/Docs/osgdp20053_en.pdf).
- Vale, Peter; Maseko, Siphosiso. 1998. “South Africa and the African Renaissance”. *International Affairs*, v.74, n.2, p.271-287.
- World Bank. 2019. GDP growth. <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=1995&locations=ZG&start=1970>.

## RESUMO

Marcada por calamidades que enfatizam visões estereotipadas sobre si, a África se apresenta ao século XXI com uma crescente expectativa pessimista em relação a seu futuro e potencial no campo internacional. Como resposta a este desafio, dentre outros, Thabo Mbeki, presidente da África do Sul no período, populariza o conceito de Renascença Africana, cuja proposta oferece soluções, na esfera política e econômica, para enfrentar as adversidades. Para além da orientação política e econômica, a Renascença Africana, entendida como parte da estratégia de Pretória para a África, também possui notável atuação na estruturação da União Africana, criada em 2002 como aprofundamento da Organização da Unidade Africana. Dessa forma, o presente trabalho busca analisar o papel sul-africano na alteração da dinâmica política e econômica observada na África no início do século XXI.

## PALAVRAS-CHAVE

África do Sul; Thabo Mbeki; África; Dinâmicas Política e Econômica.

*Recebido em 5 de novembro de 2019*

*Aceito em 19 de janeiro de 2020*

# SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E ÉTNICO-RACIAL EM MEGACIDADES, GRANDES CIDADES E CIDADES GLOBAIS AFRICANAS

Fabio Macedo Velame<sup>1</sup>

Thiago Augusto Ferreira da Costa<sup>2</sup>

## Introdução

A população mundial estimada para 2030 é de 8,6 bilhões de pessoas, um bilhão a mais do que os atuais 7,6 bilhões (ONU 2017). O mesmo estudo aponta que nove países responderão por mais da metade desse crescimento populacional, dentre esses, cinco africanos (Nigéria, República Democrática do Congo, Etiópia, Tanzânia e Egito), além de três asiáticos (Índia, Paquistão e Indonésia) e um americano (Estados Unidos). Apresentamos neste trabalho um panorama das megacidades, grandes cidades e cidades globais de sete países da África Subsaariana, que segundo a ONU, é a região do continente que mais cresce em população. Países esses, com as cidades que mais despontam no cenário internacional, segundo os autores analisados.

Ainda em 2030, dois terços da população mundial viverão em cidades, e essas produzirão 80% do PIB do planeta, com megacidades surgindo novamente na Ásia, América Latina e África (ONU 2017). O aumento do custo de vida nesses superaglomerados é certo, bem como em metrópoles de pequeno e médio porte. No entanto é nas cidades globais e milionárias onde ocorre a urbanização de ponta, embora não sejam as que mais crescem em população, segundo a ONU (2017). Por isso, trazemos aqui exemplos dessas cidades que se tornam cada vez mais segregadas.

---

<sup>1</sup> Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, Brasil. E-mail: velame.fabio@gmail.com

<sup>2</sup> Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, Brasil. E-mail: thiago.aug.fer@hotmail.com

Os centros urbanos que mais crescerão na África serão as pequenas e médias cidades, aquelas com menos de um milhão de habitantes, ou seja, as que concentram 62% da população urbana do continente africano (ONU 2017). Mais uma vez será necessário ter planejamento urbano, verde e sustentável, para que essas cidades não se tornem novos superaglomerados sem infraestrutura, como veremos ao longo de nossos exemplos.

Segundo a ONU (2017), o conceito de “megacidades” refere-se àquelas muito grandes em termos populacionais, não considerando outros aspectos desses centros urbanos. O termo “cidade global” é usado quando fazemos uma análise qualitativa da cidade, referindo-nos ao seu grau de influência sobre outros centros urbanos, em diferentes partes do mundo (Decicino 2014).

Assim apresentamos um texto que inicia explicando as origens do que conhecemos hoje, de forma geral, por sociedades africanas, depois citando os países analisados, com suas respectivas trajetórias históricas e exemplos de seus aglomerados urbanos mais importantes. Desta forma questionamos: como passado e presente se relacionam no processo de urbanização das cidades africanas (grandes, mega e globais), ampliando as desigualdades socioespaciais e étnico-raciais?

## Resgate das origens

As sociedades africanas dos séculos XVI ao XVIII eram hierarquizadas, centralizadas, baseadas na cobrança de impostos sobre os povos vencidos e comandadas por elites familiares militarizadas (Macedo 2008, 95). A posterior pobreza estrutural do continente pode ser explicada pelo tráfico de pessoas escravizadas, com início do tráfico a partir do século XVI, que gerou a maior imigração forçada da humanidade e a dispersão sociocultural africana pelo mundo, conhecida como Diáspora. Começara então uma interferência europeia que marcou para sempre os rumos da África, chegando até mesmo à estagnação de sua população no século XVIII (Macedo 2008, 96).

A abolição da escravatura veio a partir de uma mudança do discurso cristão inglês que, agregado de ideias iluministas, de outras revolucionárias francesas e até mesmo de pós-independência norte-americana, expandiram o humanitarismo para os povos africanos. Via-se também a vantagem de uma população consumidora permanente na África e que pudesse beneficiar a matéria-prima antes da venda aos mercados europeu e norte-americano.

Segundo Macedo (2008, 97), o colonialismo e imperialismo na África sustentaram a segunda revolução industrial europeia do século XIX, dividindo a África entre as nações invasoras, no mapa, sem levar em conta qualquer territorialidade étnica secularmente estabelecida. Duas grandes guerras mundiais (1914-1945) também exploraram forças de africanos, que lutavam nas frentes de batalha em prol de suas metrópoles. No pós-guerra, o surgimento de outra disputa, a Guerra Fria, alinhava interesses de capitalistas e socialistas sobre territórios ainda dominados no continente, de 1945 a 1960, quando começaram os movimentos de independência dos países colonizados.

A base ideológico-científica dessa dominação ocorreu sempre a partir do racismo, no qual a pessoa africana era desumanizada no período da escravidão e depois foi inferiorizada enquanto humana, mesmo após a abolição. Séculos de exploração e racismo resultaram em Estados africanos frágeis, com sucessivos regimes de exceção e dependentes do comércio internacional com suas ex-metrópoles, exceto na África do Sul (Macedo 2008, 173). No entanto, desde o século XIX ocorre, enquanto construção identitária do continente, a insurgência de uma filosofia africana e do pan-africanismo — ideologia que buscava a união dos povos da África como forma de potencializar a narrativa do continente no contexto internacional.

A seguir, apresentamos exemplos de cidades em sete países africanos, de forma a contextualizá-los com a história das sociedades africanas apresentada acima, passando pela colonização europeia e por seus movimentos de independência e pós-independência. Esse processo histórico é essencial para que possamos entender como evoluiu o fenômeno da segregação socioespacial e étnico-racial nessas cidades.

## **Megacidades, grandes cidades e cidades globais africanas**

### ***Nigéria, o “Gigante da África”***

Lagos, na Nigéria, é uma megacidade de 21 milhões de habitantes (WPR 2019), ultrapassando Cairo e Kinshasa como maior cidade do continente. O seu nome é devido aos colonizadores portugueses que, no século XV, saíram de Lagos (Portugal) e passaram por essa região ao circundar a África durante suas navegações. Mais tarde, no século XIX, o colonialismo europeu colocou a Nigéria sob jugo do domínio inglês e de seu governo indireto, a partir de chefes locais e com profunda segregação étnico-racial (Khapoya 2008, 143).

O país tornou-se independente em 1960, mas mergulhou em uma guerra civil. Desde então, alternaram-se no comando da nação governos civis democraticamente eleitos e ditaduras militares, sendo que apenas as eleições presidenciais de 2011 foram consideradas livres e justas (Nossiter 2011). Atualmente o governo nigeriano conta com grandes investimentos internacionais para o financiamento de grandes empreendimentos, sobretudo com capitais inglês e norte-americano.

Lekki é uma cidade em construção, desde 2008, vizinha sudeste à Lagos e situada sobre uma península de 80 km por 10 km, entre a grande lagoa e o Oceano Atlântico. Até 2015, somente a primeira fase do projeto estava concluída, com a segunda fase em acabamento. Lekki abriga vários residenciais fechados, terras agrícolas, Zona de Livre Comércio, aeroporto e um porto marítimo, esses dois últimos em construção. Sob o título de “cidade ambiental azul e verde”, essa cidade global espera acomodar mais de 3,4 milhões de pessoas, das classes média e alta, e uma população flutuante de pelo menos 1,9 milhões de pessoas, ou seja, de trabalhadores que habitam fora de Lekki (Baldwin 2019). A primeira fase do projeto foi implantada sobre a região que era anteriormente conhecida como Maroko, um bairro popular destruído em 1990 pelo governo militar do estado de Lagos.

Outra cidade global nigeriana, em construção desde 2007, na borda da capital, é a chamada *Eko Atlantic*, onde o nome *Èkó*, em iorubá, refere-se à própria cidade de Lagos. No entanto, assim como Lekki, *Eko Atlantic* não está sendo construída para a maioria da população lacobrigense. Foram toneladas e toneladas de areia para criar um aterro na foz do canal que liga a grande lagoa ao oceano, sob o discurso de minimizar os efeitos da maré sobre o porto de Lagos e de erguer a futurista “Dubai da África Ocidental”. Novamente, mais um reduto de classes média e alta está sendo construído, em arquitetura *hightech* e *slogan* de cidade mais tecnológica do continente.

A apenas 12 minutos de carro de *Eko Atlantic* está Makoko (o que restou de Maroko), uma ocupação sobre a grande lagoa, povoada por 100 mil pessoas (Agwu 2015, 12), conhecida como “Veneza da África”. Remanescente de Maroko, engolida por Lekki, a resistente Makoko ainda persiste na sua segregação forçada, mesmo estando no centro financeiro de Lagos. Ela se separa de maneira espacial, por ser um enclave de poucos acessos, e de maneira social, por abrigar pessoas de menor renda atraídas pela oportunidade econômica do grande centro. No entanto, assim como em outras tantas ocupações de Lagos, Makoko também é uma estratificação étnico-racial, porque serviu de alternativa à fuga da etnia Ogum do interior do país e do

vizinho Benin, seja por conflitos da guerra civil que assolou a Nigéria, seja pela pobreza resultante do pós-colonialismo (Macedo 2008).

Abuja é a capital da Nigéria, desde 1991, planejada para ocupar a região central nigeriana. Seu custo de vida é elevado e a cidade possui atualmente 400 mil habitantes (Abuja 2019). Em relação a outros centros urbanos do país, Abuja é considerada relativamente segura, pois há um cuidado muito grande das forças de segurança locais com os alertas que vêm das regiões norte e sul do país, incluindo as constantes ameaças de ataques terroristas. Por isso, é no distrito da capital federal que está sendo implantada a *Centenary City*, ou “Cidade Centenária”, um projeto ambicioso do governo para construir uma “cidade inteligente”, assim como Eko Atlantic, contudo bem longe dos “condenados da terra” de Lagos (Fanon 1968, 175).

### **Mapa 1: Lagos, em cujo centro está Makoko, e a Península Lekki, onde na ponta está Eko Atlantic (em vermelho)**



Fonte: <https://phys.org/news/2019-07-nigeria-lagos-atlantic-erosion.html> (2019).

### **República Democrática do Congo (RDC)**

Kinshasa é a megacidade congoleza, com 12 milhões de habitantes, dos quais 8 milhões vivem abaixo da linha da pobreza (Nações Unidas 2018). Uma das causas é porque a RDC, que antes da independência (1960) era chamada de Congo Belga ou Congo-Leopoldville, sofreu o mais violento processo de colonização da África. Em 1878, essa região começou a ser explorada com entrepostos comerciais no rio Congo, sob ordem do rei belga Leopoldo

II. Na Conferência de Berlim, em 1885, conhecida como “Partilha da África”, entre as potências europeias, Leopoldo II recebeu o território congolês como posse pessoal. Ele governou-o aos seus desejos e com extrema brutalidade, inclusive amputando trabalhadores escravizados a fim de que isso obrigasse os espectadores a trabalharem mais (UNESCO 2010, 89-109).

Em 1908, o “Estado Livre do Congo”, assim chamado por Leopoldo II, deixou de ser propriedade da Coroa. A sua inescrupulosa colonização, em modelo de empresa, foi exposta na imprensa ocidental e causou espanto até mesmo entre outros países colonizadores (Khapoya 2008, 144). Assim a região foi transferida ao governo da Bélgica, passando a ser chamada de Congo Belga.

Mesmo após uma superexploração colonial, principalmente de mineração, e posterior independência, a RDC sofreu com a ditadura de Mobutu Banga por 32 anos – período em que o país se chamou Zaire. Apoiado militarmente pelos EUA, esse regime gerou uma guerra civil (a maior do mundo desde a II Guerra) entre as diversas etnias do país, confinadas dentro de um mesmo território outrora idealizado pela Bélgica. A imensa riqueza mineral da RDC é também a sua maldição. Os recursos naturais financiam milícias, além de serem contrabandeados para países vizinhos. Enquanto isso, o povo congolês continua sendo um dos mais pobres do mundo, explorado pelos rebeldes no trabalho pesado das minas e cujo 10% da produção agrícola é confiscado (Carranca 2013).

Apesar disso, um empreendimento para a classe média insurgente está sendo construído, desde 2008, totalmente excluído da Kinshasa dos 75% de ocupação irregular do solo. Ele se chama *La Cité du Fleuve*, ou “Cidade do Rio”, por se encontrar confinado em uma ilha, cercada pelas águas agitadas do imenso Rio Congo. A segregação social e espacial, nesse caso, dribla o grande conflito de terras que marca a expansão urbana da cidade de Kinshasa, pois não seriam necessárias desapropriações, no entanto houvera, nas margens do rio, sem nenhum ressarcimento aos moradores removidos, para que se construíssem os acessos à ilha de *Cité du Fleuve*.

Esses novos padrões de habitação, segundo os empreendedores de capital franco-indiano-chinês, oferecerão aos moradores de *Cité du Fleuve* uma “cidade inteligente”, global, com água de qualidade, gestão moderna de resíduos, segurança e sistemas de transporte, ou seja, raridades para a sociedade congoleza que habita fora dessa “ilha de prosperidade” (Wahba e Ranarifidy 2018). Uma nova imagem de RDC é construída, longe da guerra étnica congoleza, da fome e das doenças, mas perto da via de escoamento

da produção mineralógica que desce pelo Rio Congo, em direção aos países compradores.

Aos olhos de quem enxerga *Cité du Fleuve* a partir de Kinshasa, a inacessibilidade ou imobilidade social àquela realidade é nítida. A arquitetura militarista e eclética dos edifícios da “Cidade do Rio” espanta qualquer possibilidade do fim do colonialismo na RDC.

## Mapa 2: Kinshasa e a ilha de Cité du Fleuve



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Kinshasa> (2019).

## *Tanzânia, na África Oriental*

Tanganica, a parte continental da atual Tanzânia, foi uma colônia alemã de 1880 até 1919, quando foi entregue ao Reino Unido, por consequência da derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Zanzibar, a parte insular, era um sultanato independente, que se tornou um protetorado britânico na mesma época. Tanganica tornou-se independente em 1962 e uniu-se a Zanzibar, em 1964, para criar a República Unida da Tanzânia. O país possui uma equivalência entre cristãos e muçulmanos, mas também com uma minoria de religiões tradicionais. São faladas mais de 100 línguas na Tanzânia, portanto não há um idioma oficial do país, apesar do suaíli ser utilizado no parlamento e o inglês no comércio internacional e no turismo (Faustino 2016).

O primeiro presidente do país governou até 1985 em um regime do chamado “socialismo africano”, uma das soluções encontradas à época para

alguns países africanos recém-criados e descapitalizados por conta de muitos anos de exploração europeia. A primeira eleição multipartidária do país foi em 1995. Atualmente a Tanzânia conta com investimentos estrangeiros para a construção de grandes empreendimentos, sobretudo de capitais chinês, australiano, norte-coreano e norte americano (Namkwahe 2019; Hotham 2013).

Dodoma é a capital atual da Tanzânia, e tem pouco mais de 2 milhões de habitantes (Census 2013). Fundada pelos alemães, em 1907, a cidade deveria ser “a principal aldeia de uma nação de aldeias”, segundo o pensamento dos fundadores, “em escala humana e para ser experimentada a pé” (Friedman 2012). Apesar disso, seguindo o modelo colonial, a cidade foi construída segregada à aldeia nativa existente na região, com razão de ser uma cidade global tanzaniana.

Hoje, Dodoma é uma cidade de micropolos (*clusters*), com vários centros de atração urbana, em maior parte com traçado orgânico, de inspiração inglesa, como são, por exemplo, os atuais parques londrinos mais conhecidos. Seus princípios básicos seguem o modelo de cidade-jardim corbusiana, com cinturões verdes separando zonas especializadas para moradores de média e alta renda, comércio e indústria. No entanto, desde que se tornou capital, em 1974, houve muita resistência do poder público em transferir totalmente o governo nacional. Então, somente a assembleia foi para o interior do país (Britannica 2019).

Segundo Beeckmans (2018), este modelo modernista e segregador de Dodoma foi concebido inspirando-se em Brasília, como um projeto de construção de nação e para cimentar uma identidade de independência recém-colonial. Assim foi também na Nigéria (Abuja), Botsuana (Gaborone), Malauí (Lilongue) e Maurítânia (Nouakchott).

A antiga capital, e ainda a maior cidade da Tanzânia, é Dar Es Salaam, com 4,3 milhões de habitantes (Census 2013). Esse centro urbano tem um plano de desenvolvimento que preza pelo turismo e pela sustentabilidade, isso depois da Tanzânia ter passado por uma fraca integração com os mercados globais, o que, de certa forma, ajudou a isolar o país da recessão de 2008. No entanto, a recuperação vem acontecendo graças aos fortes setores de turismo, telecomunicações e bancário (Lago 2013, 44).

Dar Es Salaam possui um planejamento urbano radial e de centralidades. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - UNDP (Nações Unidas 2015), no entanto, o crescimento recente da economia tanzaniana beneficiou poucos, deixando de fora a maioria da população. A requalificação da orla da cidade, por exemplo, expulsou os assentamentos tradicionais e verticalizou a região, assim como vai ocorrer ao longo do rio

Msimbazi, a pretexto da contenção das enchentes e implantação de um parque linear.

Kigamboni City é uma cidade global tanzaniana, cujo plano de desenvolvimento foi proposto em 2010, situando-se em um distrito ao sul de Dar Es Salaam. As atividades dentro da cidade são bem definidas espacialmente, como indústria, esporte, turismo, residência e educação, na insistência ao modelo modernista atrelado ao automóvel e às grandes distâncias. Na parte residencial, a distinção social acontece de acordo com a tipologia arquitetônica das casas, do médio ao alto padrão. De maneira similar a Eko Atlantic nigeriana e a *Cité du Fleuve* congoleza, Kigamboni City segrega-se espacial e socialmente da maior cidade do país, mesmo a ela sendo adjacente.

O apelo ao safári, atividade bastante lucrativa para a Tanzânia, devido aos seus imensos parques nacionais interioranos de bioma savana, foi trazido para o litoral por meio de Kigamboni City. Espera-se, com isso, a busca pelo mercado internacional de imóveis como viabilidade deste projeto global, pois a maior parte do terreno é constituído pela área residencial, projetada para abrigar até 500 mil pessoas. Como consequência, mais de 90 mil pessoas que viviam de suas atividades no litoral, foram reassentadas para longe do mar, como prática constante na Tanzânia, onde autoridades coloniais repatriavam desempregados e moradores urbanos para o campo. Portanto, a divisão que era mais étnico-racial na colônia (bairros europeus, indianos e asiáticos), atualmente é definida mais pela renda (Moshi, Msuya e Todd 2018, 18).

O que ocorre ainda como divisão étnico-racial em Dar Es Salaam diz respeito aos lugares em que grupos de migrantes se estabelecem quando entram na cidade. A maioria deles tende a residir em casas de parentes e isso cria uma coesão social que, com o passar do tempo, torna-se impacto na divisão de assentamentos. Os bairros passam a se basear na etnia e laços familiares na cidade, como ocorre em Kitunda, ocupada por populações da região de Mara (Wakurya), Kimara, por populações do Kilimanjaro (Chagga) e Mbagala, por populações de Lindi e Mtwara (Moshi, Msuya, and Todd 2018, 3).

Arusha é uma cidade no interior da Tanzânia, conhecida como “a capital turística verde”, por estar localizada próxima às savanas tanzanianas e ao monte Kilimanjaro, o ponto culminante da África. Espera-se um grande investimento no setor turístico dessa região de 1,7 milhões de habitantes (Census 2013), principalmente vindos do Banco Mundial, EUA e China, o que causa grande especulação imobiliária, tanto no centro quanto na periferia (Owens 2014, 2-5).

Essa cidade também é um importante centro diplomático internacional, pois abriga a Comunidade da África Oriental e, até 2015, sediou o Tri-

bunal Penal Internacional para Ruanda. É ainda um centro multicultural, com uma população autóctone, árabe-tanzaniana e indiano-tanzaniana, além de uma pequena parcela europeia e uma minoria americana. As religiões incluem o cristianismo, o islamismo, o sikhismo e o hinduísmo (Tanzania 2020).

Grandes empreendimentos turísticos (incluindo imensos campos de golfe) estão ocupando vastas porções de terra em Arusha, maiores até mesmo que os assentamentos consolidados. Além disso, não há mais espaço para construir na cidade, pois nas bordas estão áreas rurais exploradas por redes comerciais. Com isso, estão havendo diversos conflitos com a população local, que se sente pressionada pelo avanço imobiliário, expulsando-a e encarecendo o valor das terras (Owens 2014, 2-5). Ao invés de haver um planejamento participativo, segundo Owens (2014, 2-5), o próprio governo compete com o privado pelo aproveitamento do potencial turístico.

Não por acaso, é nessa região que se planeja construir a cidade global de *Safari City*, satélite a Arusha, “mais moderna e menos fracassada” do que a capital regional. Destinada à média e à alta renda, esse empreendimento apresenta uma diferenciação social bem definida pelo zoneamento, definindo onde cada renda deve morar. As ruas convergem ao centro, onde a volumetria enquadra o pôr do sol na savana e nos leva a uma espécie portão de Tebas, uma clara referência ao império africano egípcio como denotação de poder. No entanto, com seus 13 km de distância de Arusha, acesso exclusivo automobilístico e basicamente “veraneio de estrangeiros”, *Safari City* se distingue como uma cidade global que exclui os “sem estilo” e sem capital.

### Mapa 3: Tanzânia, parques nacionais e cidades estudadas



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/563090759631498721/?lp=true> (2019).

### *Quênia, na África Oriental*

Quênia é formado por 47 diferentes povos, dos quais Bantus e Masai são predominantes. Foi protetorado britânico desde 1895, com numerosas disputas entre ingleses e os povos tradicionais, até subsequente declaração de independência, em 1963. Apesar disso, Quênia só se tornou multipartidário em 1991.

Nairóbi é a capital, com 4,5 milhões de habitantes (WPR 2019). A cidade foi fundada em 1899 pelos britânicos, no caminho da ferrovia que liga Uganda ao oceano, e hoje é um centro de negócios, cultura e de órgãos internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UN Environment).

Sobretudo a partir de 1948, o plano de desenvolvimento de Nairóbi marginalizara a população de menor renda em prol de um zoneamento funcionalista. Quem foi deixado de lado foi Kibera, por exemplo, um bairro à oeste do centro da cidade e uma das maiores ocupações irregulares da

África. Sua formação começou quando os britânicos autorizaram que soldados retornados da guerra ocupassem as áreas residuais da linha férrea que atravessa Nairóbi. Assim como em outras grandes cidades africanas, os planos de desenvolvimento seguintes foram “estratégicos” e privilegiaram o neoliberalismo para construir uma “metrópole africana”, a favor de um reforço na segregação socioespacial (Njeru 2012).

*Konza Technological City*, ou “Konza Cidade Tecnológica” é uma das cidades globais quenianas, o “Vale do Silício da África”, criada desde 2013 para competir com outras cidades, até mesmo do próprio país, na busca pelo capital estrangeiro com viés tecnológico. Esse fenômeno é comum atualmente, sobretudo na parte subsaariana do continente.

A atração de capitais americanos, europeus e chineses foi rápida para comprar um terreno a 60 km de Nairóbi, a caminho da cidade portuária de Mombaça. No entanto, os investidores não contavam com a disputa étnica pela terra, comum no processo pós-colonial dos países africanos, que acabou atrasando o início das obras.

O projeto acabou frustrado pela competição com outra cidade, a pouco mais de 1.000 km dali, mas de proposta idêntica e que ofereceu melhores condições aos investidores: Kigali, capital de Ruanda. A propósito do projeto, *Konza City* trouxe como propostas o afrofuturismo, a “cidade inteligente”, o pôr do sol na savana, a setorização baseada em um eixo, a arquitetura contemporânea (*hightech* e paramétrica), além de corredores ecológicos para a biodiversidade. Esse projeto também inclui, a cargo de um posicionamento neoliberal, uma zona de bloqueio verde, de 10 km de largura, a fim de coibir a formação de novos assentamentos residenciais atraídos pela oportunidade de emprego e renda (Datta e Shaban 2017).

Tatu City, outra cidade global queniana, fica a 24 km ao norte de Nairóbi. Com capital queniano, neozelandês, britânico e americano, essa cidade está desenvolvendo um projeto urbanístico descentralizado e de uso misto, desde 2013, porém, para atrair apenas a elite local do agronegócio do sul do Quênia. Bairros pequenos e com segurança privada, com reserva ambiental e diversas limitações quanto ao estilo arquitetônico das casas, põem à mostra a fuga da elite por causa dos conflitos étnicos pela terra do Quênia moderno.

#### Mapa 4: Quênia, parques nacionais e cidades principais



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/361132463842747278/?lp=true> (2019).

#### *Maurício, no Oceano Índico*

Entre África e Índia, estão localizadas as ilhas Maurício, um arquipélago formado por Maurício, Rodrigues e outras ilhas menores, além de territórios britânicos e franceses reivindicados na região. Um desses está

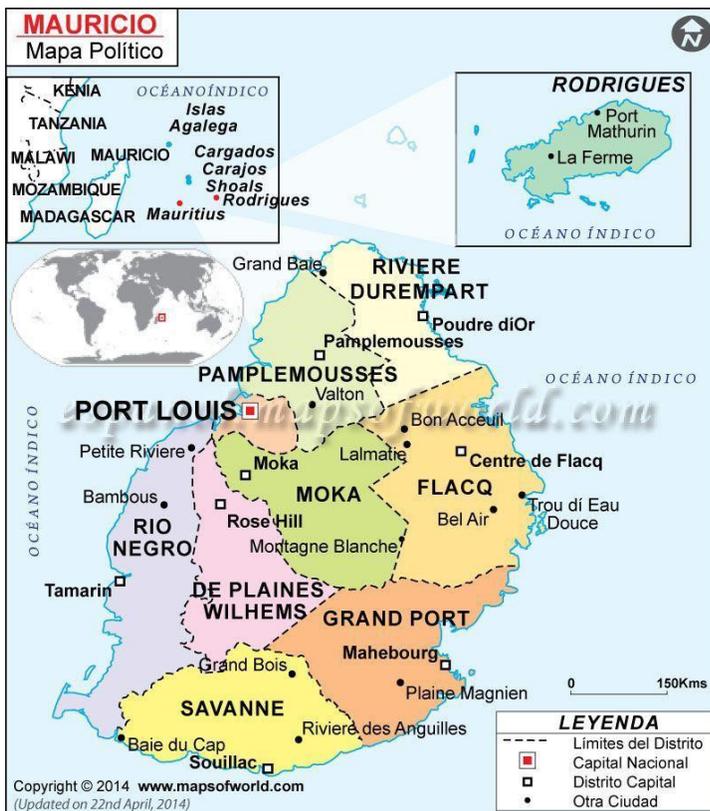
bem no meio do Índico, Diego Garcia, e possui uma base militar estratégica norte-americana. Construída com autorização do Reino Unido, durante a Guerra Fria, essa base obrigou à remoção de cerca de 1.200 habitantes autóctones, que foram mandados para países vizinhos, incluindo Maurício, onde atualmente vivem em ocupações irregulares (Tkach and Amanpour 2013).

Atual rota turística e de navios de carga do mundo inteiro, Maurício foi colonizada por franceses, no século XVIII, e por britânicos, no século XIX, que fazem prevalecer seus idiomas no país, além do crioulo mauriciano, similar ao francês. Port Louis é a capital, com mais de 150 mil habitantes (WRP 2019), muito dos quais são chineses e indianos que trouxeram consigo as religiões hinduísta, budista e islâmica.

Port Louis busca a especulação imobiliária de sua orla mediante uma imagem europeia caricata. Um exemplo é *Le Caudan Waterfront*, ou “Caudan Beira-mar”, onde até mesmo o local que era desembarque de indianos escravizados, no século XIX, virou parque de diversões. O aumento do preço das terras forçou os habitantes da costa da cidade a migrarem rumo ao interior. Muitos desses, veganos hindus ou islâmicos que não se alimentam de suínos, foram obrigados a constituir fazendas de criação de porcos e peixes, estes retroalimentados pelos dejetos suínos, que por isso também não servem ao consumo dos criadores muçulmanos.

*Ebene Cybercity*, ou “Ebene Cidade Tecnológica”, é a cidade global mauricianana a 15 km ao sul da capital. Sua construção começou em 2001 com o intuito de servir de elo internacional ao comércio entre África e Ásia, sobretudo com investimentos indiano e sul-africano na região. Ebene possui uma ocupação estritamente comercial, ou seja, não prevê residências (Schuetze 2016). Para isso, outra cidade está sendo criada bem ao lado, a *Côte d’Or City*, ou “Cidade da Costa do Ouro”, um grande condomínio fechado, que contribui ainda mais para a segregação socioespacial das classes média e alta.

## Mapa 5: Maurício e cidades principais



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/235102043031727341/?lp=true> (2019).

## Gana, “Estrela Negra” na África

Marcus Garvey, ativista político, editor, jornalista, empresário e orador jamaicano, do início do século XX, foi o pan-africanista que idealizou a companhia “Estrela Negra”. Comprometido com o desejo de garantir a independência financeira dos afro-americanos, Garvey lançou vários negócios nos EUA. Eram fábricas, supermercados, restaurantes, e editoras com empregos para pessoas negras, além de uma vinícola de uvas etíopes e da empresa de transporte de passageiros *Black Star Line*, ou “Linha Estrela Negra” (ligação naval entre a América do Norte e a África). Garvey idealizava a volta dos africanos da Diáspora e seu esforço foi homenageado na bandeira de Gana, com uma estrela negra.

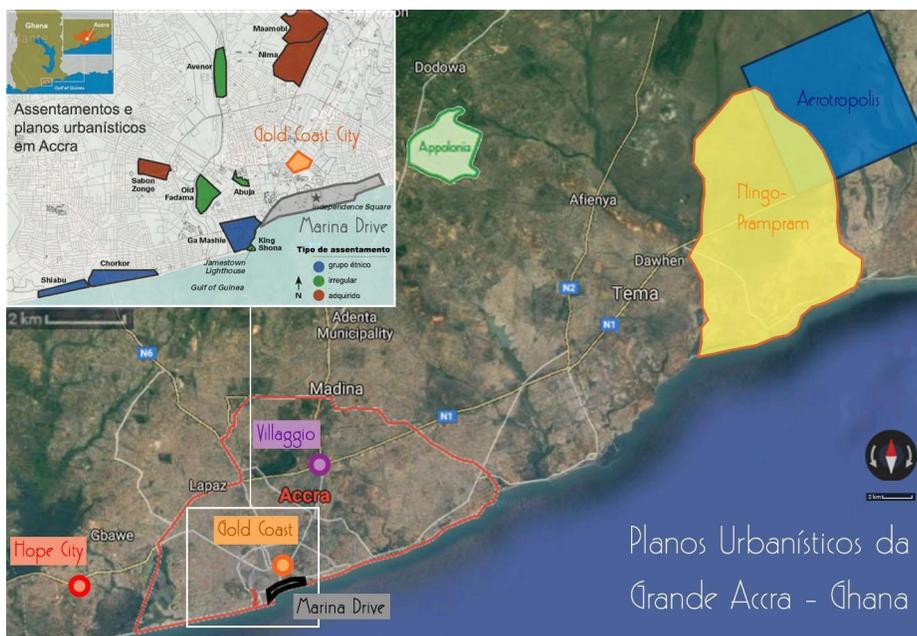
Inspirado no garveísmo, o filho da terra de Gana, N’Krumah foi também um pan-africanista, e não poupou esforços até ver a nação ganesa independente do Império Britânico. Em 1956, ele estabeleceu um governo de inspiração socialista, cujo nome Gana se deu em homenagem ao grande império pré-colonial do oeste africano. Deposto N’Krumah, em 1966, Gana teve governos que alternavam golpes de Estado até 1992, quando ocorreram as primeiras eleições livres. Em 2011, Gana era uma das economias que mais crescia no mundo (14%) (Worldbank 2011).

Acra é a capital, com 2,5 milhões de habitantes (WPR 2019), congestionada, atingida por alagamentos e poluída com toneladas de lixo oriundos ilegalmente de países centrais. No entanto, a cidade possui diversos empreendimentos financiados pelos capitais nacional e estrangeiro, principalmente britânico, que fazem parte do plano de desenvolvimento urbano.

Dentre esses, o *Villaggio Vista* (conjunto de edifícios próximo ao aeroporto), o *Gold Coast City* (edifício de uso misto), *Aerotropolis* (nova cidade-aeroporto multifuncional, na região de Acra), *Ningo-Prampram* (nova cidade, planejada por escritório holandês, na região de Acra) e *Marina Drive* (requalificação do centro de Acra). Para isso, ver o mapa 6. Ainda no mesmo mapa, vê-se que Acra possui 3 assentamentos de grupos étnicos, 3 ocupações irregulares e 3 outros assentamentos que foram adquiridos para regularização. Essa é a realidade oposta aos grandes empreendimentos da cidade.

Essa segregação em Acra gira em torno do interesse das classes média e alta de Gana (30% da população) de se isolarem em novas oportunidades de negócio. Enquanto isso, exclusão e inacessibilidade são destinadas às classes de menor renda, aquela mais vulnerável aos conflitos étnicos que se sucederam à partilha de terras comunais no pós-colonialismo. Sem alternativa, essa parcela da população (70%) se concentrou em assentamentos precários, que por vezes se caracterizam em homogeneidade étnica, como em Ga Mashie, no centro de Acra (enclave étnico do povo Ga-Adangme, os primeiros ocupantes da capital, como pode ser visto no mapa 6).

## Mapa 6: Planos urbanísticos e assentamentos da Grande Accra



Fonte: Adaptado pelo autor, de Google Maps (2019), Awal e Paller (2016).

A desvalorização do tecido urbano de Accra pelas “classes indesejadas”, vendedores informais (ainda que constantemente removidos de um local a outro pelo governo), desabamentos, alagamentos e congestionamentos, criou nas classes média e alta o desejo de fugir da cidade e de seus problemas cotidianos (*fugere urbem*). Por isso, ainda no mapa 6, se pode atestar o surgimento de dois outros empreendimentos ao redor da capital: *Hope City*, ou “Cidade da Esperança”, e *Appolonia*. O primeiro, um centro tecnológico, residencial e comercial, que imita a formação aldear da arquitetura tradicional da África Ocidental, bem como se baseia no mito dos seis guerreiros do antigo Império de Gana, para formar seis luxuosas torres. O segundo, uma cidade global para a classe média, longe do centro urbano de Accra, mas que investe em determinada medida na melhoria da população preexistente, construindo, por exemplo, uma escola e um hospital de pequeno porte. Ambas cidades com grande investimento particular nacional e europeu.

## África do Sul, terra dos “Cinco Grandes”

Conhecida como terra dos “Cinco Grandes”, devido à sua rica fauna de grandes animais como o leão, o búfalo, o elefante, o leopardo e o rinoceronte, a África do Sul é a segunda maior economia do continente, atrás da Nigéria. Ademais, é o país com a melhor infraestrutura da África. Além disso, é um dos poucos países africanos onde não houve golpes de Estado, e atualmente se constitui como um Presidencialismo Parlamentar.

A África do Sul teve um dos piores regimes de segregação racial do mundo, o *apartheid*, que durou de 1948 a 1994. O *apartheid* terminou no momento em que o nobre de seu povo, Nelson Mandela, se tornou o primeiro presidente negro do país, depois de ficar 27 anos preso, devido ao seu engajamento em defesa dos direitos humanos.

O país foi dominado, na época do colonialismo (século XIX), por britânicos e holandeses, estes últimos chamados Bôeres (colonos neerlandeses ou alemães huguenotes). Ao longo desse domínio, 30% da população (branca) ficou com 83% das terras sul-africanas, enquanto 70% (negra) ficou com apenas 13% das terras, os chamados Bantustões. Em 1948, sob uma narrativa racista, começou a vigorar a lei do *apartheid*, quando os espaços públicos, residenciais, comerciais e industriais foram totalmente segregados de acordo com a cor da pele.

Em 1970, na fase mais radical do regime, a cidadania sul-africana foi retirada de todos os habitantes dos Bantustões, ou seja, da população negra, esta subjugada a viver confinada em bairros e terras definidas legalmente, onde lhes eram exigidos passaportes para frequentarem às “áreas brancas”. Privados de buscarem oportunidades em áreas mais industrializadas, a população negra ficou empobrecida.

Faz 25 anos que o *apartheid* acabou, porém, a segregação ainda é bastante evidente. No leste do país, onde fica a Cidade do Cabo (capital Legislativa), predomina a população miscigenada entre brancos e asiáticos (*coloured*), e o idioma africâner (derivado do holandês). O leste e norte da África do Sul, onde ficavam os Bantustões e onde estão as cidades de Pretória (capital Executiva), Joanesburgo e Bloemfontein (capital Judiciária), há predomínio de idiomas tradicionais africanos e da população negra. Nos subúrbios de alta renda das grandes cidades e regiões rurais valorizadas, o predomínio é da população branca e dos idiomas inglês e africâner.

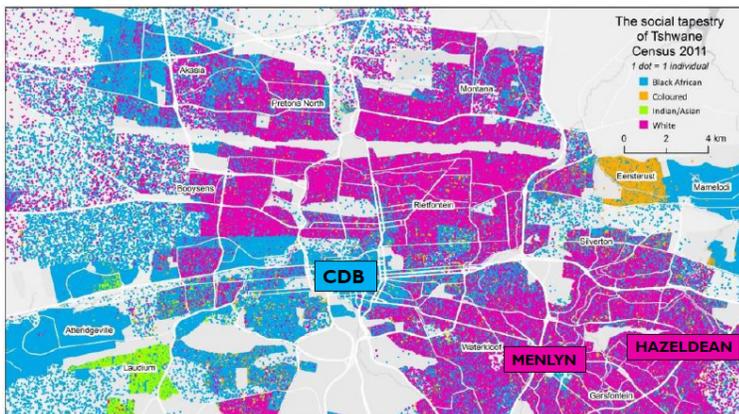
São nesses subúrbios de luxo onde estão sendo construídas as cidades globais sul-africanas. Entre Pretória (2,5 milhões de habitantes) e Joanesburgo (5,7 milhões de habitantes), que formam a megacidade “*Jotoria*” (WPR 2019),

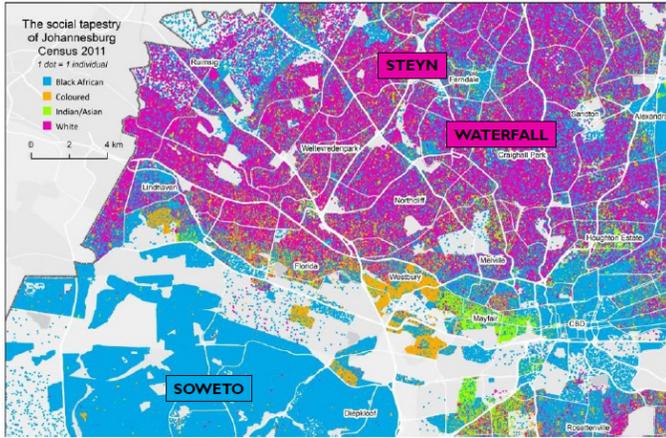
estão tomando corpo *Waterfall State* (Cidade da Cascata), *Steyn City* (Cidade do Steyn), *Hazeldean*, *Menlyn Maine* e *Modderfontein*.

Todos são empreendimentos que acumulam fundos de milionários sul-africanos, com capital no exterior (como em Steyn City e Menlyn Maine), além de europeus, japoneses, norte-americanos e chineses. São obras financiadas para alocações em grandes centros comerciais, hotéis, edifícios, indústrias de tecnologia avançada (principalmente eletrônicas e automobilísticas), além de vastas áreas de condomínios residenciais fechados, de alto padrão.

Em Pretória, apenas um dos grandes planos urbanísticos previstos está sendo executado em uma área da cidade com população de maioria negra. É o CDB (*Central Business District*, ou “Zona Central de Negócios”). Essa intervenção, onde ficam os edifícios oficiais do governo sul-africano, patrimônios históricos e museus, pretende uma regeneração cultural e comercial no centro da cidade, integrando terras públicas (por vezes ociosas) com o centro financeiro de Pretória. Nos mapas 7 e 8, pode-se ver melhor a segregação e os planos urbanísticos da cidade.

### Mapas 7 e 8: Segregação étnico-racial (e socioespacial) em Pretória (acima) e Joanesburgo (abaixo)



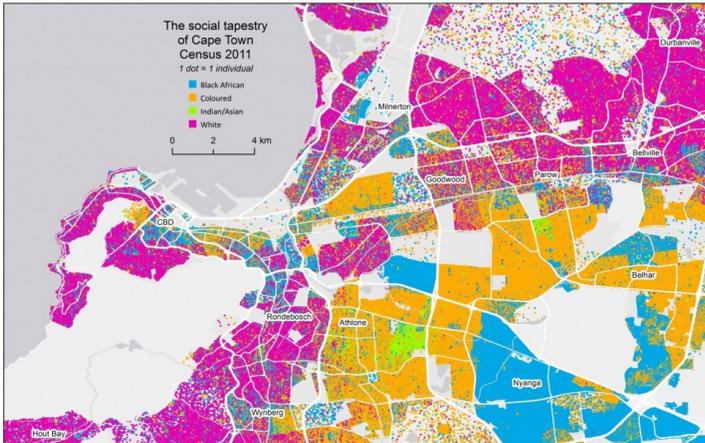


Fonte: Adaptado pelo autor, de *Statistics South Africa (Stats SA)*, Serviço Sul-africano (2011).

Em Joanesburgo, como se pode ver no mapa 8, há o maior resquício da segregação herdada do *apartheid*, o bairro de Soweto. De população homogeneamente negra, essa região concentra metade dos moradores da cidade. No entanto, é desconectada do restante da malha urbana, por um vazio habitacional e por falta de vias de integração nítidas no mapa. Atualmente Soweto é considerada uma região de classe média, apesar de 1% de sua população viver em ocupações irregulares.

A Cidade do Cabo, ao sul do país, possui um Plano de Desenvolvimento com o fim de tentar integrar a cidade segregada por meio do trânsito, transporte público e de comunidades em rede. Possui também um Plano Habitacional, com a finalidade de trazer os moradores com menos renda para áreas infraestruturadas do centro da cidade. No entanto, a herança do *apartheid* é ainda bastante evidente na divisão socioespacial e étnico-racial da cidade (Mapa 9).

## Mapa 9: Segregação étnico-racial (e socioespacial) em Cidade do Cabo



Fonte: Adaptado pelo autor, de *Statistics South Africa (Stats SA)*, Serviço Sul-africano (2011).

Os bairros ao longo da costa do Oceano Atlântico, mais valorizados por conta do turismo, são de maioria branca, bem como o norte da cidade. No “miolo” da malha urbana, ainda está a predominância de bairros *coloured*, das pessoas miscigenadas entre brancos e asiáticos. Nas periferias mais distantes, assim como era estipulado pela lei, durante o *apartheid*, estão os bairros praticamente exclusivos de população negra. Dentre esses, Nyanga (em azul, no mapa), que tem 98% de sua população de origem bantu. Essa segregação somada a falta de estrutura, a alta taxa de desemprego (maior de 50%) e a grande infecção pelo HIV, como causa da desordem social, fizeram de Nyanga um dos bairros mais violentos de toda a África (SA News 2018).

## Conclusão

Como vimos na introdução, nas cidades africanas, o colonialismo deixou profundas modificações. Antigas rotas comerciais e núcleos urbanos foram destruídos pela exploração europeia. A cultura intensamente modificada dos povos africanos, somada à Diáspora que, por séculos, dispersou afrodescendentes pelo mundo. Com isso, principalmente na África Subsaariana, onde o mundo islâmico não foi dominante para fazer persistir a cultura e o urbanismo tradicionais, as cidades do pós-independência tomaram o rumo ditado por suas antigas metrópoles europeias, como nos países analisados.

Logo a superpopulação engrossou os processos urbanos de segregação socioespacial e étnico-racial, implantados ainda no colonialismo, em que a renda e a origem diziam onde a pessoa nascia (ou para onde migrava) e de onde não deveria sair. A partir dos anos 2000, com a maioria das nações africanas ainda dependentes do capital estrangeiro de seus antigos colonizadores, adicionado o capital investido pelos novos antagonistas China e EUA, as cidades começaram a querer despontar no cenário mundial globalizado.

Elas são “inteligentes”, “sustentáveis”, *hightechs* e neofuncionalistas, voltadas às classes média e alta emergentes, mas seguindo a lógica da disputa pelo mercado africano, como cidades-concorrentes e cidades-empresas, como Konza City e Eko Atlantic. Frequentemente esses empreendimentos-cidades nascem com a valorização da savana, das cores do pôr do sol e da retomada das “formas tradicionais” e aldeares, como em Safary City e Modderfontein. Essa é uma tentativa de criação de uma nova identidade africana, desassociada da fome e da pobreza, cujas imagens percorreram o mundo nos anos 1980 e 1990, para atrair os olhares a uma nova África, mais conectada com suas origens, pelo menos na aparência. Portanto, as amarras do novo colonialismo, aquele do capital, envolve as cidades africanas atuais, e mostra que o espaço urbano insurgente não pertence aos “condenados da terra”, como escreveu Frantz Fanon (1968, 175), mas a quem pode pagar por isso.

## REFERÊNCIAS

- Abuja, Administração do Território da Capital Federal. 2019. “Facts”. [https://web.archive.org/web/20120305215612/http://fct.gov.ng/index7732.html?option=com\\_content&view=article&id=45&Itemid=87](https://web.archive.org/web/20120305215612/http://fct.gov.ng/index7732.html?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=87).
- Agwu, Philpatsy. 2015. “Makoko, Lagos, Nigeria: Restoring the Ecosystem Through Symbiotic Floating Structures”. Hampton University. Hampton, Virginia.
- Awal, Mohammed, and Jeffrey Paller. 2016. “Who really governs urban Ghana?” Africa Research Institute. 27 jan. 2016. <https://www.africaresearchinstitute.org/newsite/publications/who-really-governs-urban-ghana/>.
- Baldwin, Eric. 2019. “Masterplan do SOM na Nigéria começa a ser construído”. Archdaily. 15 de fev. 2019. Traduzido por Vinicius Libardoni. <https://www.archdaily.com.br/br/911176/masterplan-do-som-na-nigeria-comeca-a-ser-construido>.

- Beeckmans, Luce. 2018. "A arquitetura de construção de nação na África como um projeto de ajuda ao desenvolvimento: projetando as cidades capitais de Kinshasa (Congo) e Dodoma (Tanzânia) nos anos pós-independência". Pub. maio 2018. Progresso no planejamento. <https://doi.org/10.1016/j.progress.2017.02.001>.
- Britannica, .Dodoma 2019. Britannica.com, USA. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Dodoma>>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- Carranca, Adriana. 2013. "Congo: a maior guerra do mundo". O Estado de São Paulo. 20 out. 2013. <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,congo-a-maior-guerra-do-mundo-imp-,1087710/>.
- Census, Population and Housing. 2013. "Population Distribution by Administrative Areas and March, 2013 Office of Chief Government Statistician President's Office, Finance, Economy and Development Planning Zanzibar National Bureau of Statistics Ministry of Finance Dar es Salaam". [https://web.archive.org/web/20130502230453/http://www.nbs.go.tz/sensa/PDF/Census%20General%20Report%20%2029%20March%202013\\_Combined\\_Final%20for%20Printing.pdf](https://web.archive.org/web/20130502230453/http://www.nbs.go.tz/sensa/PDF/Census%20General%20Report%20%2029%20March%202013_Combined_Final%20for%20Printing.pdf).
- Datta, Ayona; Shaban, Abdul. 2017. "Mega-urbanization in the Global South: fast cities and new urban utopias of the postcolonial state". New York: Routledge, P. 62.
- Decicino, Ronaldo. 2014. "Cidade global e megacidade - Conceitos definem tipos diferentes de centros urbanos". Geografia. UOL. Atual. 03/01/2014, às 16h19. <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/cidade-global-e-megacidade-conceitos-definem-tipos-diferentes-de-centros-urbanos.htm?cmpid>.
- Fanon, Frantz. 1968. "Os Condenados da Terra". Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira.
- Faustino, Oswaldo. 2016. "A Tanzânia e o povo Massai". Revista Raça. Ed. Pestana Arte e Publicações. Disponível em: <<https://revistaraca.com.br/a-tanzania-e-o-povo-massai/>>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- Friedman, Andriew. 2012. "O momento pós-colonial global e a cidade nova americana: Índia, Reston, Dodoma". Pub. em 15 fev. 2012. Artigo de Pesquisa. Tradução livre. <https://doi.org/10.1177/0096144211428765>.
- Hotham, Oliver. 2013. "Tanzania won't deny N. Korea is providing military assistance". NK News. Disponível em: <<https://www.nknews.com>>.

org/2013/08/tanzania-wont-deny-n-korea-is-providing-military-assistance/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

- Khapoya, Vicent B. 2008. "A experiência africana". Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho. 2. ed. Petrópolis: Vozes.
- Lago, Joseph. 2013. "Africa South of the Sahara". Edited by Europa Publications and Lain Frame. 42 Ed. Taylor and Francis Group. Routledge.
- Macedo, José Rivair. 2008. "Desvendando a história da África". Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Moshi, Irene, Ibrahim R. Msuya, Gemma Todd. 2018. "Tanzania: National Urban Policies and City Profiles for Dar es Salaam and Ifakara". Written by Ifakara Health Institute. Centre for Sustainable Health and Learning Cities and Neighbourhoods.
- Nações Unidas, Organização das. 2018. "Banco Mundial: quase metade da população global vive abaixo da linha da pobreza". 17 out. 2018. <https://nacoesunidas.org/banco-mundial-quase-metade-da-populacao-global-vive-abaixo-da-linha-da-pobreza/>.
- \_\_\_\_\_. 2017. "Perspectivas da População Mundial: Revisão de 2017". Departamento dos Assuntos Econômicos e Sociais da ONU. In: ONU diz que população mundial chegará a 8,6 bilhões de pessoas em 2030. Internacional. Agência EFE. Nova York, 21 jun. 2017. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-06/onu-diz-que-populacao-mundial-chegara-86-bilhoes-de-pessoas-em-2030>.
- \_\_\_\_\_. 2015. UNDP. United Nations Development Program. <http://www.tz.undp.org/content/tanzania/en/home/about-us.html>. Acesso em: 08 jul. 2019.
- Namkwahe, John. 2019. "Why China has become leading foreign investor in Tanzania". The Citizen. Disponível em: <<https://www.thecitizen.co.tz/news/Why-China-has-become-leading-foreign-investor-in-Tanzania/1840340-5117574-hp6hykz/index.html>>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- Njeru, Jeremia. 2012. "Donor-driven' neoliberal reform processes and urban environmental change in Kenya: The case of Karura Forest in Nairobi". Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/146499341201300105#articleShareContainer>>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- Nossiter, Adam. 2011. "Nigerians Vote in Presidential Election". The New York Times. 16 abr. 2011. [https://www.nytimes.com/2011/04/17/world/africa/17nigeria.html?pagewanted=1&\\_r=1&hp](https://www.nytimes.com/2011/04/17/world/africa/17nigeria.html?pagewanted=1&_r=1&hp).

- Owens, Kathryn E. 2014. "Negotiating the City: Urban Development in Tanzania". Dissertation for the degree of Doctor of Philosophy (Urban and Regional Planning) in the University of Michiganow.
- SA News, South Africa News. 2018. "Nyanga, Western Cape, is still the murder capital of South Africa". 11 set. 2018. <https://www.thesouthafrican.com/news/most-murders-in-south-africa-nyanga/>.
- Schuetze, Christopher F. 2016. "Story of cities #48: Cybercity, Mauritius – a vision of Africa's 'smart' future?". The Guardian. London. May, 23, 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/cities/2016/may/23/story-cities-48-ebene-cybercity-mauritius-vision-africa-smart-future>>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- Tanzania, Tourist Board. 2020. "Arusha City". Disponível em: <<https://www.tanzaniatourism.go.tz/en/destination/arusha-city>>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- Tkach, Andrew (producer), Amanpour, Christian (correspondent). 2013. "They report on the hushed up eviction of the indigenous people of Diego Garcia to make way for one of America's most strategic air and navy bases". The full story aired on CBS News 60 Minutes. Add. YouTube 28 out. 2013. [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=486&v=lxVaoIHnLis](https://www.youtube.com/watch?time_continue=486&v=lxVaoIHnLis).
- UNESCO. 2010. "História geral da África", vol. VIII: África desde 1935. Ed. por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO.
- Wahba, Sameh; Ranarifidy, Dina. 2018. "Re-awakening Kinshasa's Splendor Through Targeted Urban Interventions". Disponível em: <<https://blogs.worldbank.org/african/re-awakening-kinshasas-splendor-through-targeted-urban-interventions>>. Acesso em: 26 abr. 2019.
- WPR. 2019. World Population Review. <http://worldpopulationreview.com/world-cities/nairobi-population/>.

## RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão a respeito dos fenômenos estruturais que culminaram na segregação socioespacial e étnico-racial, que ocorre atualmente em megacidades, grandes cidades e cidades globais na África. Para isso, será feita, de início, uma apresentação de questões futuristas que permeiam as discussões contemporâneas de urbanização africana. Em seguida, serão abordadas questões históricas e discursos presentes em alguns países africanos, e que ajudam a explicar aspectos étnicos, raciais, sociais e espaciais perpetuados no espaço urbano. Esses aspectos contarão com exemplos de cidades de países africanos subsaarianos, onde a superpopulação e os altos investimentos estrangeiros no mercado imobiliário agravam os efeitos segregacionistas.

## PALAVRAS-CHAVE

Cidades Africanas; Urbanismo; Segregação; Socioespacial; Étnico-racial; África.

*Recebido em 6 de dezembro de 2019*

*Aceito em 7 de fevereiro de 2020*

# REPRESENTAÇÕES DE PODER EM *MAYOMBE*: “OS HOMENS SERÃO PRISIONEIRAS DAS ESTRUTURAS QUE TERÃO CRIADO”<sup>1</sup>

Carolina Bezerra Machado<sup>2</sup>

Eu sofri o colonialismo na carne. O meu pai foi morto pelos tucas. Como posso suportar ver pessoas que não sofreram agora mandarem em nós, até parece que sabem do que precisamos? É contra essa injustiça que temos de lutar: que sejam os verdadeiros filhos do povo, os genuínos, a tomar as coisas em mãos (Pepetela 2013, 47).

## Introdução

A passagem destacada acima, referente ao romance *Mayombe*, na qual o personagem “Milagre” assume a primeira pessoa da narrativa é fundamental para repensarmos o processo de criação do Estado em Angola, a partir das disputas políticas internas que ocorriam ainda durante o período colonial e que se estenderam para o pós-independência. As controvérsias sobre o nacionalismo e a identidade angolana eram tecidas a partir de diferentes interesses entre os grupos que disputavam o poder político, que ao seu modo, a partir da desqualificação dos outros, se autoproclamavam como genuinamente angolanos. A política de favorecimentos, pautada por privilégios aos mais próximos, os casos de corrupção, as diferenças ideológicas e as disputas regionais que caracterizarão o pós-independência em Angola, também já se faziam presentes na luta anticolonial, por mais que ainda

---

<sup>1</sup> O presente artigo faz parte de uma pesquisa maior que resultou na tese de doutorado da autora.

<sup>2</sup> Departamento de História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: lowbezerra@gmail.com

parecesse haver tempo de consertá-las e manter o sonho de uma sociedade mais igualitária e democrática pungente.

Escrito durante a guerrilha, mas publicado somente em 1980, período em que havia um discurso político de mobilização nacional, a partir da defesa da construção de um *Homem Novo*, o livro traz ainda um debate enriquecedor sobre as fissuras étnica e racial que existiam dentro do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), mas, também, na sociedade angolana. À medida que a proposta aqui é abordar as relações de poder e de micropoderes que se construíram entre o Estado e a sociedade angolana no pós-independência por meio da leitura de *Mayombe*, é válido retomarmos estes temas. Nota-se o quanto as tensões de ordem étnica e racial permaneceram no âmbito político após a independência do país e contribuíram, de modo significativo, para a estruturação política de Angola, guiada pelo MPLA, que buscava se desvincular desses debates, diminuindo-os e tratando-os à margem. Afinal, a tensão que cercava esse discurso contribuiu para o acirramento político entre os movimentos nacionalistas e para a mobilização da guerra civil, indissociável do processo de formação do Estado angolano pós-colonial.

Ao compreendermos que, assim como a nação, a construção de um Estado não deve ser vista como algo natural, mas como artificial e passível de disputas políticas, é fundamental nos debruçarmos sobre a formação do Estado angolano após a independência, assim como os principais atores envolvidos nesse processo, os limites desse novo Estado, as permanências coloniais e o papel que o MPLA desempenhou na política do país. O fim do colonialismo em Angola não trouxe a paz desejada, mas uma nova instabilidade política com um cenário de guerra entre os principais movimentos nacionalistas que disputavam o poder. Nesse sentido, é importante destacarmos o quanto as disputas étnicas e raciais, assim como os diferentes componentes sociais e econômicos, ainda criados sobre o jugo colonial permaneceram e contribuíram para as fragilidades do Estado. Para Bittencourt, essa “incapacidade de unificar as forças nacionalistas” tem relação com os “contextos históricos construídos na vivência colonial”, fragmentada e desigual (Bittencourt 2015, 231).

Levando em consideração estas questões, devemos notar as tensões sociais que caracterizaram a formação do Estado após o processo de independência, pois as complexidades provindas das diferenças históricas dos grupos sociais que compunham a sociedade angolana, a partir de suas trajetórias e vivências em diferentes espaços sócio-culturais, contribuíram para a coexistência de diferentes projetos nacionais. Diante disso, as disputas sobre o político também serão permeadas por conflitos que fizeram parte da formação do Estado angolano. Em recente pesquisa, Catarina Antunes (2009) propõe

analisar como o MPLA se consolidou no governo, mesmo em meio a diferentes projetos políticos existentes, tanto internamente quanto pela oposição. Para isso, reflete sobre o caráter autoritário que o movimento passou a representar, à medida que constantes ameaças passaram a estar presentes. Todavia, para refletir sobre as contradições entre as relações políticas de Angola, se vale também de uma análise do Estado colonial para compreender as continuidades existentes no período pós-colonial, em que as diferenças permaneceram e abriram espaço para novos conflitos (Antunes 2009, 67-69).

## Os romances de Pepetela e sua trajetória junto à política de Angola

Assim, a escolha pela análise sobre as relações de poder em Angola após a independência a partir de *Mayombe*, romance produzido durante a guerrilha travada em Cabinda em 1971, portanto escrito ainda durante o período colonial, justifica-se pelo debate sobre o político em Angola que já acompanhava a obra. As reflexões, assim como as disputas travadas entre os guerrilheiros-personagens do livro apontam para a construção de uma realidade política que vai ser fundamental para compreendermos as relações que se estabelecem no pós-independência. Além disso, ainda devemos estar atentos às possíveis escritas e/ou reescritas que podem conter o livro, visto que sua publicação se deu apenas em 1980, um período de grande embate político entre os grupos que rivalizavam o poder no país. Conforme ressalta Fábio Baqueiro (Maria 2011), em *Mayombe* serão trabalhados diversos temas delicados, em que o tom crítico é elevado, por mais que não possamos apontar para uma ruptura, pois a defesa de um projeto de reconstrução ainda pautado pelo MPLA é evidente. Em entrevista ao historiador, Adolfo Maria relembra que foi um dos primeiros leitores do romance:

Obrigatoriamente, fui. Fui porque éramos muito amigos, e eu fiz até a crítica dele, eu li o *Mayombe* escrito a máquina, que escrevia naquele tempo. [...]

E mais que esse *Mayombe*, ele quando foi pra o Leste deixou-me guardado. Quando cheguei a Luanda — [...] estávamos em campos opostos, mas nunca deixamos de ter relações — ele perguntou-me: “tu tens ainda? que o meu...perdi o meu”. E eu dei-o. [...]

E eu gostava de ter esse manuscrito, hoje — para comparar com aquilo que foi publicado. Porque li o *Mayombe*, este *Mayombe*, impresso, tem menos força do que o manuscrito que eu li. Nos conflitos de pessoas etc., nos conflitos d’alma, de espírito, [...] a trama era mais complicada

e, digamos, a crítica do ambiente e do contexto era mais explícita. [...] Fiquei com a sensação, e depois disse: “que pena, se tivesse o manuscrito, podia comparar”. Mas pronto, ele foi lá buscar, e aquilo era dele, e eu dei. “Tu trouxeste? Tu guardaste?” — “Trouxe.” — “Ah!”. Pronto (Maria 2012).

A partir da entrevista surge um questionamento sobre as possíveis interferências externas que poderiam ter levado à uma reescrita ou uma readaptação de alguns momentos-chave do romance. De todo modo, como o escritor já ressaltou, as críticas políticas contidas nele partiam do ponto de vista de um militante que enxergava os problemas internos e apontava os defeitos e contradições existentes que deveriam receber maior atenção. A escolha por abordar alguns temas delicados da política angolana, que antecedem alguns dos conflitos políticos que se estabeleceram no país após a independência, geraram questionamentos, algumas vezes respondidos em entrevistas, as quais o escritor retoma a realidade dos países africanos vizinhos, cujo processo de independência não garantiu a estabilidade política, mas sim novas disputas pelo poder para justificar alguns temas abordados na obra. Em 2016, Pepetela esteve na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) a convite do Setor de Literaturas Africanas do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade. No encontro, após ser questionado sobre a crítica que já aparecia em *Mayombe* sobre a formação do Estado angolano no pós-independência, responde que seria fácil prever a burocratização do país ao levarmos em consideração a experiência dos países africanos de partido único, ainda mais que essa experiência era baseada na tradição dos países socialistas da Europa. Para Pepetela dentro daquele contexto de independências seria inviável uma saída política democrática<sup>3</sup>.

Todavia, não cabe aqui debater se determinado tema foi escrito em 1971 ou em 1980, mas sim compreender o impacto que uma obra como essa tem nas disputas sobre o político, assim como em que medida ela contribui para uma análise das relações de poder em Angola após a independência a partir da sua publicação. Mediante a leitura de *Mayombe* somos envolvidos em uma realidade política de denúncia às aproximações entre o “tribalismo” e às disputas de poder, assim como entre as questões étnicas e a política de favorecimentos já existente nas matas, o que será um dos principais problemas enfrentados posteriormente, daí a importância da análise. Essas questões aparecem como empecilhos à construção da nação, mas também ao fortalecimento do Estado. São críticas a um sistema político que já nasce deturpado,

---

3 Pepetela em palestra na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 21/06/2016.

com conflitos internos que ultrapassarão esse momento e estarão presentes nos anos 1980, alcançando ainda as disputas entre os movimentos.

Por outro lado, também podemos reconhecer o sentido didático da crítica e a defesa pela renovação interna do movimento à medida em que os opositores políticos do MPLA são desqualificados e a defesa da construção de um *Homem Novo* é ressaltada<sup>4</sup>. Mas um dos debates que cabe aqui aprofundar e, para isso retomar o romance, é a preocupação já existente com o autoritarismo de um sistema político que aparece em alguns personagens, embora também seja evidente as reformulações internas propostas por Pepetela ao longo da narrativa, que deve ser pensada em diálogo com o momento da publicação, principalmente ao notarmos momentos reflexivos sobre a estrutura política do movimento a partir de passagens que aparentam uma referência a decisões políticas de caráter autoritário frente às dissidências políticas que no momento da publicação já eram uma realidade, como a Revolta do Leste (1972), a Revolta da Ativa (1974) e o Movimento Nitista (1977).

Em diversos momentos do romance, o político é amplamente debatido. Por algumas páginas somos envolvidos nas relações políticas dos militantes por meio de suas ambiguidades, anseios e contradições. A partir de um desentendimento surgido entre o Comandante Sem Medo, protagonista do livro e o Comissário Político, outro importante personagem e principal interlocutor de Sem Medo, as reflexões sobre o político são elevadas. Tudo inicia quando o Comissário chama a atenção do Comandante na frente dos demais guerrilheiros, provocando um mal-estar por romper os padrões de hierarquia e voltar-se contra a atitude de um superior. O pedido de desculpa do Comissário leva a uma série de debates, em que Sem Medo defende a liberdade para criticar, assim como a democratização do ambiente político: “Os guerrilheiros devem habituar-se a ouvir os responsáveis criticarem-se e verem que isso não vai provocar problemas entre eles” (Pepetela 2013, 113). E o Comissário retruca:

---

4 Nos primeiros anos da Angola independente, o MPLA, movimento que saiu na frente na construção de uma imagem nacional para o recém criado Estado angolano, passou a defender o surgimento do *homem novo*, que não deveria ser apegado a concepções étnicas, tribais e/ou religiosas. O tradicional passava a ser visto como negativo, o desenvolvimentismo da nova nação deveria estar atrelado à ruptura com as etnias, regionalismos, racismo e religiões. Tradição e modernidade apareciam como pólos extremos e um problema a ser superado (Bittencourt 2010).

– Foi um gesto impensado, está errado. As críticas devem ser feitas em reunião do Comando ou em privado. Foi assim que sempre se disse.

– Pois aí é que está o mal – disse Sem Medo. – As coisas passam-se entre os responsáveis. Se há roupa suja a lavar, é preciso que o militante não saiba, ela é levada na capelinha. (...) Como ensinas então os guerrilheiros a criticar e a ser sinceros, e a controlarem os responsáveis, se na prática não lhes dás exemplos? (Pepetela 2013, 113).

A comparação que Pepetela faz de um Partido a uma capela no decorrer do debate aponta para os silenciamentos que cercam as relações internas do MPLA. Nota-se a partir dessa passagem, a restrição às liberdades políticas, negando o direito à diferença, ao pluralismo e à democracia, deixando de respeitar inclusive o indivíduo. Essas práticas contribuíam para o fortalecimento de uma política autoritária e desigual. Essa referência aparecerá em outros momentos do romance, assim como também fará parte do romance *A Geração da Utopia* (1992). Portanto, a “religiosidade” do projeto político propõe, nesse sentido, fazer referência à criação de um Partido ligado a uma verdade que se coloca absoluta e intolerante às diferenças (Mata 1993, 267). Ao ser indagado sobre a constante relação da teoria socialista com a Igreja católica nos seus romances, Pepetela responde:

É muito curioso que a estrutura da Igreja Católica seja tão semelhante, embora com nomes diferentes, da estrutura dos Partidos Comunistas (o sínodo dos cardeais e o comité central, a infalibilidade do líder, os Concílios de um lado, os congressos do outro, etc.) Dá ideia que os partidos sociais-democratas do Século XIX se inspiraram nessa estrutura da Igreja. Claro que sobre a Verdade Única, ou Única Religião Verdadeira e a única teoria verdadeira da sociedade, caindo muitas vezes no totalitarismo e na intransigência mais fundamentalista, também existem similitudes estranhas. Marx tem uma frase (não a tenho presente por isso só posso dar a ideia e não a citação) em que se declarava fascinado pelo religioso que estava contido na política (Pepetela 2017).

Esses apontamentos refletem a falta de consenso acerca da teoria socialista dentre os membros do MPLA. Sempre houve uma tensão, que por vezes repercutiu em rompimentos e afastamentos entre os militantes do Movimento. Lendo os romances de Pepetela podemos acompanhar as diferentes relações que se estabeleceram entre os homens do partido, assim como entre a sociedade e o socialismo, as representações dessas relações remontam a acomodações de interesses que foram ambíguas. Conforme esclarece Nuno

Vidal (2016), podemos identificar dentro do MPLA a existência de uma ala progressista socialista, liderada por homens públicos de grande importância para o Movimento, como Lúcio Lara, Carlos Dilowa, Iko Carreira e Antônio Jacinto, defensores de um socialismo marxista que exaltava uma posição ideológica revolucionária, e um outro grupo, com o qual disputavam espaço, que defendia uma política econômica mais flexível e, incrédulos ao socialismo marxista, defendiam “um sistema de liderança nacionalista” que estivesse em diálogo com a cultura e a tradição do país.

Podemos destacar nessa última ala homens como Agostinho Mendes de Carvalho, Domingos Paiva da Silva e Manuel Pacavira. Essa bipolaridade institucional será muito bem articulada por Agostinho Neto que colocará em funcionamento “um sistema de gestão de equilíbrios do poder baseado na rotação de nomeações para as posições do topo no partido e Estado” (Vidal 2016). Os interesses políticos do sistema ficavam assim assegurados e eram controlados por Neto de modo pragmático, formando um “carrossel patrimonial de posições”. Destaca-se ainda o quanto essa divisão carrega consigo a questão racial. Enquanto o primeiro grupo era formado, sobretudo, por brancos e mestiços e possuíam um grau de instrução educacional relativamente mais elevado, o segundo, era constituído por uma base negra M'bundu (Vidal 2016).

Portanto, é interessante conhecermos esse cenário para compreendermos as disputas políticas que faziam parte da escrita de Pepetela (2017). O escritor se coloca como defensor da liberdade, da igualdade e dos valores dos indivíduos, mas ao mesmo tempo era a favor de uma estrutura política socialista, que como já afirmou algumas vezes, se aproximaria de um socialismo utópico, pois era muito crítico ao modo como o socialismo foi erguido e defendido em outros estados africanos já independentes. Estava em jogo naquele momento as escolhas para o futuro político do país e as críticas à construção autoritária de um partido de modelo único preocupava o escritor, o qual já aparentava inconformismo, inclusive ao reservar um destino final para Sem Medo, o herói de *Mayombe*. Por outro lado, nos chama a atenção o quanto Pepetela (2017), enquanto agente do Estado angolano após a independência também contribuiu para o fortalecimento e legitimação do modelo político que se formou. Se as entrevistas, concedidas após a sua saída do partido, apontam para o descontentamento frente a uma estrutura política autoritária e os seus romances publicados na década de 1980 apontavam para a inevitabilidade dessa realidade, causa estranheza a sua permanência no MPLA até 1982, inclusive, contribuindo diretamente no combate ao Movimento Nitista (1977).

Retomando *Mayombe*, a caracterização de um cenário político em que não há alternativas políticas é reafirmado. Os erros internos do Movimento são apontados, mas dentro de uma reflexão que distingue o MPLA como a única alternativa viável frente aos demais movimentos nacionalistas, presos às questões tribais e raciais. Para o escritor, o processo de narrar a humanização do guerrilheiro e do dirigente, como indivíduos que cometem erros e acertos parece fundamental para ampliar o debate sobre o político, embora apenas no aspecto interno do MPLA. Assim, defende o desenvolvimento de uma estrutura política e social mais democrática em que as diferenças poderiam abrir espaço para a formação de um ambiente político democrático em que as críticas seriam possíveis e ajudariam a construir uma sociedade mais inclusiva. Nesse mesmo debate, *Sem Medo* continua: “Vocês falam tanto das massas populares e querem esconder tudo ao povo” (Pepetela 2013, 109). Ao referir-se sempre a “vocês” no início das suas frases, *Sem Medo* é questionado novamente pelo Comissário, que se incomoda por estar inserido nessa pluralidade. Mas o comandante rebate:

Porque fazes realmente parte dum grupo: os futuros funcionários do Partido, os quadros superiores, que vão lançar a excomunicação sobre os heréticos como eu. “Vocês” representa todos os que não tem humor, que se tomam a sério e ostentam ares graves de ocasião para se darem importância. (Pepetela 2013, 109).

Em seguida, *Sem Medo* faz referência ao fim da guerra e passa a narrar como seria a partir do momento em que o MPLA, como partido vitorioso, entrasse no poder. Enquanto a oposição não fosse permitida, para a consolidação do processo de independência, Angola passaria a viver em uma ditadura, mas não do proletariado e sim de um “pequeno grupo de homens” que ficariam em uma linha tênue entre um poder que representasse o povo e as ambições humanas que poderiam falar mais alto e destruir o projeto político sonhado. A desilusão com esse grupo iria ocorrer “ao constatar que na prática o socialismo não é obra dum dia ou da vontade de mil homens”, e novos desafios surgiriam para o Partido, que cada vez mais se veria obrigado a se fechar e perseguir àqueles que o criticavam:

E como reagirão vocês? O povo está a ser agitado por elementos contrarrevolucionários! O que também será verdade, pois qualquer regime cria os seus elementos de oposição, há que prender os cabecilhas, há que fazer atenção às manobras do imperialismo, há que reforçar a polícia secreta, etc., etc. O dramático é que vocês terão razão. Objetivamente, será necessário apertar-se a vigilância no interior do

Partido, aumentar a disciplina, fazer limpezas. Objetivamente é assim. Mas essas limpezas servirão de pretexto para que homens ambiciosos misturem contrarrevolucionários com aqueles que criticam a sua ambição e os seus erros. Da vigilância necessária no seio do Partido passar-se-á ao ambiente policial dentro do partido e toda a crítica será abafada no seu seio. O centralismo reforça-se, a democracia desaparece. O dramático é que não se pode escapar a isso... (Pepetela 2013, 111).

É interessante nessa passagem notarmos que à medida que o projeto político se consolida, presenciamos o afastamento de Sem Medo do grupo que constituirá os futuros dirigentes do país, conforme anuncia para o Comissário: “A ti vejo-te claramente, como um quadro político. A mim, não me vejo. Talvez noutra país em luta... Quem sabe se na cadeia? Não me vejo em Angola independente” (Pepetela 2013, 115). Para ele, “os quadros políticos do Movimento” (Pepetela 2013, 110) estariam ligados ao marxismo, do qual também se aproximava, mas também se distanciava por não concordar com “uma série de coisas que se dizem ou se impõem, em nome do marxismo”, por isso, considera-se um “anarquista, um sem-Partido, um renegado” (Pepetela 2013, 110), que não terá espaço nos planos políticos do movimento. Essa “série de coisas” logo em seguida vem à tona, enquanto o personagem por alguns momentos se afasta da estrutura política de cariz autoritário que já é delineada durante a guerra e que se estabelecerá no pós-independência. Entre os diálogos que aparecem nesse determinado momento da narrativa, notamos as incertezas políticas quanto a posição socialista do MPLA, as quais para Sem Medo seriam forçadas:

Não chamemos socialismo a isso, porque não é forçosamente. Não chamemos Estado proletário, porque não é. Desmistifiquemos os nomes. Acabemos com o feiticismo dos rótulos. Democracia nada, porque não haverá democracia, haverá necessariamente, fatalmente, uma ditadura sobre o povo (Pepetela 2013, 113).

A partir dessas passagens, podemos notar, durante o momento da escrita de *Mayombe*, a sua desilusão com os rumos autoritários que tomava o MPLA. Isso o fez antecipar-se sobre o cenário político que estava por vir. Todavia, cabe destacarmos novamente a participação de Pepetela na estrutura governamental do MPLA que se instaurou após a independência, fazendo parte, inclusive, de um dos momentos mais repressores do regime. Se ao personagem de Sem Medo seria reservado um final que o manteria para sempre ao lado das ideias revolucionárias, afastando-o do sistema político

que se instaurou, que para o escritor desembocaria em um sistema corrupto e autoritário, Pepetela vai atuar no Estado até 1982.

Ao nos voltarmos novamente para os debates político-ideológicos travados nesse momento, podemos notar as incertezas e ambiguidades já presentes no interior do Movimento, inclusive pelas suas lideranças. O MPLA, pautado por um discurso integracionista e globalizante, era reconhecido antes da independência pela defesa do nacionalismo, em uma narrativa ampla que tinha em comum a luta pela independência e pela construção de uma nação pluricultural. Nesse sentido, negava as diferenças raciais e étnicas que poderiam ser impeditivas para o seu objetivo. Todavia, por mais que o programa do Movimento pudesse ser visto sob a ótica do “nacionalismo revolucionário” como ressalta Mabeko-Tali, ao reconhecermos o desejo de “transformar profundamente as estruturas econômicas e sociais criadas pelo sistema colonial”, não devemos esquecer a grande diversidade de pessoas e ideias que compõem o MPLA, cada qual com uma visão diferente sobre o futuro da sociedade angolana (Mabeko-Tali 2001, 152-160). Portanto, a defesa de uma estrutura política marxista-leninista não era uma unanimidade.

É certo que muitos dos quadros-políticos do MPLA se colocaram ao lado do marxismo, mas dentro de um contexto internacional de Guerra Fria que não deve ser diminuído. No momento da guerrilha, essa relação era ainda mais modesta, construída entre aproximações e distanciamentos de acordo com os interesses políticos em jogo. Além do mais, o programa político do MPLA nunca foi claro, como podemos notar em algumas entrevistas e discursos de Agostinho Neto. Ao ser questionado sobre a opção ideológica do MPLA, Neto responde:

Há descrições esquemáticas, utilizadas para classificar os movimentos como comunistas, socialistas, etc. Mas nós pensamos que, no nosso movimento, essa classificação não é possível na fase actual. Para um simples partido, isso é possível, mas quando um movimento é constituído por povos politicamente e ideologicamente diferentes não é possível, por exemplo dizer que ele é comunista [...]. No que respeita à organização económica, dizemos que o povo angolano deve ser senhor das riquezas do nosso país, que são precisos salários justos para evitar a exploração dos trabalhadores, etc. é o que normalmente se designa por socialista. É o socialismo, porque nós não temos a intenção de permitir que alguém, angolano ou estrangeiro, explore o nosso povo (Neto 2001).

Declarações como essa foram sucessivas até a adoção do marxismo-leninismo pelo Partido em 1977. Até então, tanto Agostinho Neto quanto

outros camaradas seus buscavam se desvincular dos rótulos que lhe eram atribuídos pelos opositores políticos. Assim, quando Pepetela aborda esse debate em seu romance, ele contribui para refletirmos sobre as complexidades das culturas políticas que vigoravam naquele momento. Observando diferentes personagens aparecem as contradições e ambiguidades que formariam a estrutura política do MPLA no pós-independência. Sem Medo quer evitar rótulos enfatizados por outros, inclusive quando não contribuem para o fortalecimento da guerrilha. A partir dele também aparece a crítica sobre a natureza socialista do Movimento, que para o escritor é frágil e “populista”, pois as desigualdades sociais se manteriam enquanto o povo ainda fosse colocado à margem do poder político, e a experiência de outros movimentos revolucionários africanos lhe levavam a crer que o rumo da política em Angola estava indo pelo mesmo caminho. Neste momento, percebemos o quanto a escrita de *Mayombe* já evidenciava um descrédito quanto aos rumos do MPLA, por mais que Pepetela não tenha rompido com o Movimento junto aos que participaram da Revolta do Leste e da Revolta Ativa. Ao ser perguntado quando começou a notar que o projeto de independência no qual acreditava começou a virar utopia, respondeu:

Nunca achei nem foi uma utopia, por isso conquistamos a independência. Mas o projecto de muitos não era só isso, também era o de criar uma sociedade mais justa, e isso ainda não foi alcançado. O meu livro “Mayombe”, escrito em 1970-71 mostra que eu já começava a moderar essa esperança (Pepetela 2017).

Em um dos diálogos entre Sem Medo e o Comissário, o Comandante declara que a ditadura talvez seja necessária, não tem certeza, mas não consegue pensar em outra via, por mais que essa não seja a ideal e em seguida diz: “Sejamos sinceros conosco próprios. Não vamos chegar aos cem por cento, vamos ficar nos cinquenta. Por que então dizer ao povo que vamos até os cem por cento?” Essa posição assumida por Pepetela já demonstra o quanto o sonho de uma sociedade totalmente livre vai ficando pelo caminho, pelos anos de guerrilha.

Nesse sentido, o sistema político angolano nascia sem um debate preciso sobre “democracia” e “poder popular”, uma das principais reivindicações das oposições políticas que surgiram em 1974, “que acusavam de traição os princípios democráticos” ao enfatizarem o autoritarismo e a concentração de poder nas mãos de Neto. E como podemos perceber, esses debates já são ecoados em *Mayombe*, mediante as falas de Sem Medo. Certamente é um momento de intensa reflexão sobre os rumos políticos do movimento e pode-

mos notar, nas páginas do romance, o quanto Pepetela participa e contribui para esse debate, já existente no início da década de 1970 e acirrado nos anos 1980, quando o socialismo não é mais visto como a melhor solução.

Sem Medo é descrito como o grande herói de *Mayombe*, a partir de uma escolha narrativa próxima na qual será utilizada para heroizar o personagem Aníbal em *A Geração da Utopia*, ou seja, a heroização ocorre à medida que são colocados à margem do processo político que se estabelece durante e após a guerra. Quando se autodenomina “herético”, podemos notar as dificuldades que Sem Medo teria em fazer parte do aparelho político e da burocracia estatal, que embora achasse necessário para a afirmação do Movimento, não se reconhecia dentro dessa engrenagem, o que o aproximaria de um personagem utópico, mais desenvolvido por Pepetela por meio de Aníbal. Como afirma Alexandra Santos, presenciamos a “impossibilidade de coexistência do aparelho do poder com o individualismo e o espírito crítico personificados em Sem Medo” (Santos 2011, 84). Possivelmente, se permanesse vivo até a tomada do poder pelo MPLA, seria afastado e romperia com o governo, a partir de algum movimento de oposição ou mesmo tendo o seu destino próximo do personagem Aníbal de *A Geração da Utopia*.

Dentro desse debate, é interessante notarmos o quanto Sem Medo se recusa a ser “dogmático”, no sentido estrito do termo, ao abrir-se para questionamentos e incertezas e negar a verdade absoluta das coisas. Para ele, a definição de dogmatismo está em ser:

Rígido na sua concepção da disciplina, não vê as condições existentes, quer aplicar o esquema tal como o aprendeu. A isso chamo dogmático, penso que é a verdadeira acepção da palavra. A sua verdade é absoluta e toda feita, recusa-se a pô-la em dúvida, mesmo que fosse para discutir e a reforçar em seguida, com os dados da prática. Como os católicos que recusam pôr em dúvida Deus, porque isso poderia perturbá-los (Pepetela 2013, 159).

Ao nos voltarmos para essa passagem, torna-se compreensível a distância que Sem Medo tomará do poder político que para ele se estabelecerá após a independência, visto que não haverá espaço para a oposição, para as críticas e as dúvidas. Viver nesse estado seria inviável para o personagem que se define como um libertário, por vezes se aproximando do anarquismo e em outras flertando com o comunismo. Por isso, vai criando novas concepções políticas que o guiam, que não necessariamente se enquadram nos rótulos já dados. Um dos exemplos é como o escritor define o que é ser comunista, dentro de uma perspectiva de liberdade. Ao caracterizar um amigo seu fran-

cês, de acordo com Sem Medo, um “verdadeiro libertino”, o termo comunista era apropriado, mas não no “sentido clássico, ortodoxo, da palavra, mas no meu sentido” (Pepetela 2013, 192). E Ondina, uma personagem fundamental para a narrativa,<sup>5</sup> lhe pergunta:

No de que as mulheres são coletivas?

Que ideias são essas? Isso é propaganda católica anticomunista. Para ele, toda a mulher devia ser livre de o aceitar ou de o recusar, assim como ele era livre de desejar ou não qualquer mulher. Só isso. E se houvesse consequências, cada um era livre de as aguentar. Era um comunista, não no sentido de que as mulheres são coletivas, mas no de que são tão livres como os homens livres (Pepetela 2013, 192-193).

Podemos notar que mediante esses debates novas percepções sobre a sociedade angolana se abrem. Sem Medo, como personagem, se recusa a fazer parte do projeto de uma sociedade que seja desigual, tanto entre homens e mulheres, quanto entre outras barreiras que delimitariam e enquadrariam o homem, como o fator racial e/ou étnico. Essa posição tenderia a levá-lo ao afastamento do MPLA após a independência, pois a perda de alguns valores iniciais para a permanência no poder seria inevitável e o personagem do início ao fim está ciente desse movimento, conforme esclarece uma passagem já ao final do livro. Em diálogo com Mundo Novo, um dos guerrilheiros, Sem Medo afirma:

Tu és o tipo do aparelho, um dos que vai instalar o Partido único e onnipotente em Angola. Eu sou o tipo cujo papel histórico termina quando ganharmos a guerra. Mas o meu objetivo é o mesmo que o teu. E sei que, para atingir o meu objetivo, é necessária uma fase intermediária. Tipos como tu são os que preencherão essa fase intermediária. Por isso, acho que fiz bem em apoiar o teu nome. Um dia, em Angola, já não haverá necessidade de aparelhos rígidos, é esse o meu objetivo. Mas não chegarei até lá (Pepetela 2013, 227).

Os romances de Pepetela caracterizam-se por manterem esse fio de esperança e otimismo ao final, o que podemos perceber em *Mayombe*, utilizando-se do trecho destacado. Por mais que o escritor aponte os problemas internos que já se apresentam como uma barreira para o ideal de sociedade

---

5 Por meio dessa personagem somos envolvidos por novas temáticas que possibilitam o questionamento do papel da mulher dentro do processo das lutas de libertação, assim como as construções de Pepetela sobre o papel da mulher e seus ideais de liberdade que iriam de encontro aos tabus da sociedade e à moral individual, pautada pela moralidade social que diferencia homens e mulheres em seus prazeres e deveres.

defendida por ele, principalmente à medida que defende o homem em sua individualidade ao reconhecer os guerrilheiros como “um conjunto de seres diferentes, individuais, cada um com as suas razões subjetivas de lutar e que, aliás, se comportam como tal”. Essa posição coloca em evidência as contradições e ambiguidades existentes entre Sem Medo e o MPLA, pois para ele também nasce um homem novo quando “um jovem decide construir-se uma personalidade, mesmo que isso politicamente signifique um individualismo” e na prática vá de encontro com o projeto de uma sociedade socialista. Por essa posição, Sem Medo diz que não pode pertencer a um aparelho de Estado, pois isso o limitaria.

Por outro lado, ao mesmo tempo, Pepetela, por entre a voz narrativa de seus personagens, também defende e exalta o surgimento de um *Homem Novo* nos princípios que destaca o MPLA. Ao narrar uma ação que ocorreu sob o apoio de um grande número de homens, o Comandante Sem Medo afirma:

É por isso que faço confiança nos angolanos. São uns confucionistas, mas todos esquecem as makas e os rancores para salvar um companheiro em perigo. É esse o mérito do Movimento, ter conseguido o milagre de começar a transformar os homens. Mais uma geração e o angolano será um homem novo. O que é preciso é ação (Pepetela 2013, 203).

Esse grau de solidariedade que para o Comandante seria inato aos angolanos é o que colocaria fim às diferenças que seriam um impeditivo para a construção de uma nação e de um Estado angolano após a independência. Portanto, se compreendemos a importância dos fatores étnicos e “tribais” para a construção de um projeto nacionalista, cabe aqui salientarmos o quanto a defesa de um projeto nacional defendido nas páginas de *Mayombe* estava concatenado ao projeto de poder do MPLA. Nesse sentido, como nos chama a atenção Alexandra Santos, o adjetivo “tribal”, utilizado ao longo de toda a obra, para caracterizar a existência de diversos grupos sociais em Angola busca desqualificar e desvalorizar as diferenças existentes ao “sugerir uma forma primitiva e rudimentar de organização social” (Santos 2011, 61). Em diálogo com essa interpretação, Sem Medo, personagem principal e o grande herói do romance, se mantém afastado desses debates étnicos que eram frequentes entre os guerrilheiros.

Ao nos voltarmos para a história narrada do militante André, podemos perceber o grau de distanciamento e aproximação com os debates políticos frequentes do período. André era um dos responsáveis da base militar da guerrilha e de origem kikongo, ao contrário de Ondina, com quem teve um caso,

que era namorada do Comissário político, um quimbundo. Essas características não seriam importantes para Sem Medo, todavia os conflitos que a origem étnica ainda geravam no interior do movimento fazia-o refletir sobre esse caso. André já não era muito benquisto pela grande maioria dos guerrilheiros, pois era o responsável pela comida que andava em falta, e além disso, é por meio dele que também conhecemos os favorecimentos já existentes entre os militantes, pois era de conhecimento que ele dava dinheiro às escondidas a homens próximos seus quando chegavam a Dolosie. Portanto, é justamente por ser um personagem com caráter duvidoso que este se aproxima e se identifica com as questões tribais, com as diferenças de classe e com a permanência do clientelismo na política atual:

A plebe é toda igual, não merece confiança, o responsável para ela só vale enquanto lhe pode trazer benefícios. Por isso o meu pai, que era soba, gastava tanto dinheiro a distribuir pelos seus homens. Ele bem sabia que se não o fizesse perderia a força. O meu erro foi esquecer esses ensinamentos elementares.

No fundo, no fundo, quem se vai tramar é o Sem medo. Eu irei para outro sítio onde subirei na mesma: há tal falta de quadros que quem tem um olho é rei. Ele ficará aqui com todos os problemas, agora agravados. Sem Medo é apenas um lobinho, eu sou um lobo experimentado, sei o que digo (Pepetela 2013, 170-171).

A passagem acima se refere ao momento em que André é pego pelos outros militantes para ser julgado contra o seu crime de traição por ter se deitado com a mulher do Comissário. Percebemos a partir da sua fala que independente do modelo político que se estabeleça em Angola, homens como André sempre terão espaço e privilégios, mantendo-se no poder político. São essas constatações que levarão Sem Medo a se afastar, paulatinamente, colocando-se como um utópico diante da inevitabilidade política, inclusive pelo fato de a corrupção ser narrada como um problema que atinge todos os homens:

Os traidores impediram a luta de crescer. Traidores de todos os lados. É mentira dizer que são os kikongos ou os quimbundos ou os umbundos ou os mulatos que são os traidores. Eu vi-os de todas as línguas e cores. Eu vi os nossos próprios patrícios que tinham roças quererem aproveitar para aumentar as roças. E alguns colaboraram com a Pide (Pepetela 2013, 185).

Além disso, dentro desse quadro político traçado por Pepetela, notamos também o desfavorecimento de outros grupos que estavam envolvi-

dos na guerrilha pela independência, como a UPA (União das Populações de Angola) e a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), ligadas à concepções étnicas e por isso diminuídas na disputa política. O MPLA aparece ao longo do livro como um movimento de todos, enquanto a UPA aparece apenas ligada ao massacre de 1961, como um grupo desorganizado e primitivo. Quando um dos militantes, o chefe das operações, é chamado à narrativa, este apresenta-se como um filho de camponês em comparação a Sem Medo e ao Comissário, intelectuais que lhe trouxeram o “sentido das palavras” sobre os ataques às roças de colonos do quais participou. Mediante o distanciamento e o conhecimento, agora ao lado do MPLA, o Chefe de Operações afirma:

Vim para o Congo e no MPLA aprendi a fazer a guerra, uma guerra com organização. Também aprendi a ler. Aprendi sobretudo que o que fizemos em 1961, cortando cabeças de brancos, mestiços, assimilados e umbundus, era talvez justo nesse momento. Mas hoje não pode servir de orgulho pra ninguém. Era uma necessidade histórica, como diz o Comissário Político. Percebo o sentido das palavras, ele tem razão, nisso ele tem razão (Pepetela 2013, 209).

## Conclusão

Nesse sentido, temos a legitimação do MPLA, exaltado entre as páginas de *Mayombe* como o grande guia para uma Angola independente. Por mais que os problemas existissem, como a política de favorecimentos, as disputas entre os intelectuais, assim como o acirramento entre o homem urbano e o camponês, e alguns deles ainda pudessem persistir no pós-independência, seguir o MPLA é visto como o único caminho possível. A luta contra o colonizador deve ser indissociável desse projeto. Por isso, Alexandra Santos defende que “todo discurso de Sem Medo é atravessado pela incapacidade de imaginar futuros alternativos, como se não houvesse qualquer opção quanto à imposição de um regime autoritário em Angola” (2011, 101).

É interessante ainda notarmos o quanto esse discurso está amparado em um debate mais amplo, no qual aponta para as aproximações complexas entre a sociedade e o Estado no pós-colonial. Ao afirmar que o avanço da independência implicava na “concentração da autoridade e não na dissipação das forças”, renegando uma ideologia democrática, Augusto Nascimento, em análise às relações políticas em São Tomé e Príncipe após a independência do país, chama a atenção para a difusão de ideias desculpabilizantes para justificar as novas formas de dominação que foram impostas pelos partidos dentro

de um sistema monopartidário. Inclusive, a abstenção de alguns intelectuais nesse debate contribuíram para reduzir o político, pois o desenvolvimento e modernização do Estado estariam necessariamente ligados às práticas autoritárias diante de um momento histórico delicado em que o principal inimigo continuava a ser o outro, ora representado pelo colonizador, e ora, representado pelas outras frentes nacionalistas oposicionistas, quando assim fosse conveniente (Nascimento 2010, 160).

Mediante os discursos presentes nas narrativas de Pepetela podemos conhecer um pouco as tensões que cercam os debates políticos do período em que os romances foram escritos. Em *Mayombe*, o intelectual, ainda muito próximo do MPLA, legitima as escolhas políticas do movimento, que seriam para ele restritas, visto as necessidades impostas pelo período histórico. Todavia, se em *O Cão e os Caluandas* já avistamos uma narrativa que denuncia os casos de corrupção e clientelismo que se instalou como modelo político no país, é a partir de *Geração da Utopia* que fica claro o quanto o projeto político sonhado nos tempos de guerrilha não é mais uma via possível dentro de uma estrutura política que já foi arruinada. Contudo, é interessante ainda notarmos o quanto Pepetela recria esse panorama político, mostrando a cobiça de homens predadores, mas também a permanência da utopia em alguns personagens que aparecem cada vez mais distantes do regime político que se estabeleceu no pós-independência.

Cabe ainda sublinhar o quanto o Estado no período de Mayombe é o Estado colonial e como podemos já observar que em meio ao caos da guerrilha já se desenvolvem micropolíticas autônomas ao poder desse Estado. Estas têm a ver com uma lógica interna própria, a partir de fatores que movem o político na sociedade angolana e vão contribuir para as complexidades que cercaram a formação do estado pós-colonial.

## REFERÊNCIAS

- Antunes, Gomes Catarina. De como o poder se produz: Angola e as suas transições. 2009. Coimbra. Tese de Doutoramento em Sociologia. Faculdade de Economia/ Universidade de Coimbra
- Bittencourt, Marcelo. Angola: Tradição, modernidade e Cultura política. 2010 In: Reis, Daniel Aarão; Mattos, Hebe; Oliveira, João Pacheco; Moraeus, Luís Edmundo de Souza Moraes; Ridenti, Marcelo (org). Tradições e modernidades. Rio de Janeiro: Editora FGV

- Bittencourt, Marcelo. Nacionalismo, Estado e Guerra em Angola. 2015 In.: Ferreras, Norberto O. (Org.) A questão nacional e as tradições nacional-estatistas no Brasil, América Latina e África. Rio de Janeiro: FGV
- Mabeko-Tali. Dissidências e poder de Estado. 2001. O MPLA perante si próprio. (1962-1977), V.2. Luanda:Nzila
- Maria, Adolfo, Entrevista concedida a Fabio Baqueiro Figueiredo, Lisboa, 9 fev. 2011.1 In.: Figueiredo, Fábio B. 2012. Entre raças, tribos e nações: Os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos. Tese (doutorado) — Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, 2012.
- Pepetela. Entrevista concedida a Luara Pinto Minuzzi. 2017. Em Navegações. v. 10, n. 1, p. 84-96, jan.-jun
- \_\_\_\_\_. Mayombe. 2013. São Paulo: Leya
- \_\_\_\_\_. Geração da Utopia. 2013a. São Paulo: Leya
- Santos, Alexandra Dias. Nação, Guerra e Utopia em Pepetela (1971-1996). 2011. Tese de doutorado apresentada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- Vidal, Nuno. O MPLA e a governação: entre internacionalismo progressista marxista e pragmatismo liberal-nacionalista. 2016 In.: Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v.42, n. 3, p.815-854, set-dez

## RESUMO

Com a independência de Angola em 1975, se solidificou uma estrutura política em que o Estado/MPLA passou a ser o principal meio para a distribuição de benefícios e privilégios, contribuindo para o fortalecimento de uma política autoritária e patrimonialista. Sendo assim, o presente artigo tem por objetivo partir do romance *Mayombe* (1980), do escritor angolano Pepetela, para analisar o processo político em Angola em sua contemporaneidade. Compreende-se que as estruturas de poder existentes em Angola após a independência, já aparecem desenhadas nesse romance, tecido ainda na guerrilha. Do mesmo modo, aparecem os debates acerca da nação e identidade propaladas em meio ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Parte-se do pressuposto de que as contradições, ambivalências e acomodações de interesses presentes entre a sociedade angolana e o Estado já estavam sendo estruturadas internamente antes mesmo da independência.

## PALAVRAS-CHAVE

Pepetela; Angola; Mayombe.

*Recebido em 11 de fevereiro de 2020*

*Aceito em 15 de março de 2020*



## RESENHA

# “SAIR DA GRANDE NOITE: UM ENSAIO SOBRE A ÁFRICA DESCOLONIZADA”

de Achille Mbembe<sup>1</sup>

Ermelinda Liberato<sup>2</sup>

Extraordinário! Eis como podemos caracterizar o presente trabalho de Achille Mbembe, conhecido e reconhecido filósofo, cientista político, historiador, intelectual, professor e pesquisador africano, neste trabalho que, apesar de ter sido publicado originalmente em língua francesa em 2010, somente em 2014 o mesmo foi traduzido para a língua portuguesa, uma ousadia das Edições Mulemba da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (FCS-UAN, Angola), em colaboração com as Edições Pedagogo (Portugal). Por meio de uma narrativa fluída, assertiva, firme e descritiva, Achille Mbembe propõe-se, assim, fazer um *check up* geral sobre o estado de saúde do continente, tanto em nível físico como afetivo, emocional e psíquico, analisando questões chave e ao mesmo tempo sensíveis, como colonização, descolonização, miscigenação, entre outros. O autor delinea assim, com nitidez, um quadro teórico rigorosamente bem fundamentado e bibliograficamente bem documentado, munido de contradições e ambiguidades, que no fundo constituem as características do próprio continente, o que nos obriga a reflexões mais profundas e cuidadosas.

O objetivo geral da obra, a “interrogação sobre a comunidade descolonizada” (p. 19), nos é apresentado logo na introdução (p. 19-30) onde o autor reforça a posição sobre a necessidade do debate e da crítica em torno do assunto. Para o efeito, começa por caracterizar o conceito de colonização:

---

<sup>1</sup> Mbembe, Achille. *Sair da Grande Noite: um ensaio sobre a África descolonizada*. Luanda; Mangualde: Edições Mulemba; Edições Pedagogo, 2014.

<sup>2</sup> Instituto Superior de Ciências da Comunicação. Luanda, Angola. E-mail: ermelinda.liberato@gmail.com

"imenso abismo" (p. 19), assente numa "rede de dependência e supremacia" (p. 22), com uma "capacidade de proliferação e metamorfose" (p. 19) impressionante, alimentado pela "força do falso" (p. 19), responsável pela implementação e consolidação de um sistema econômico de extração e predação (p. 23), um sistema político assente em manipulações, "à mercê de sátrapas", agrilhando os africanos no geral numa condição de "indignidade, desprezo e humilhação" (p. 23).

Todas essas questões são discutidas e aprofundadas nos capítulos que se seguem. No capítulo I (p. 31-48), *A Partir do Crânio de um Morto. Trajetórias de uma Vida*, Mbembe recorre à memória e traça uma biografia de si próprio na primeira pessoa: "nasci" (p. 32), a sua infância na sua terra natal (Camarões), a adolescência e posteriormente a partida para o mundo (França e Estados Unidos da América), a sua experiência "fui em larga medida, fruto da primeira idade do pós-colonialismo" (p. 35) e posterior retorno ao continente onde se fixou na Universidade de Wits, na África do Sul, na qual se depara com um país fragmentado, ainda agrilhado às amarras do *Apartheid*. Essa circulação pelos três continentes tornou possível o acesso e o contato com os "aspectos da cultura erudita" (p. 41), "o acervo do saber e pensamento humanos" (p. 41), transformando-o orgulhosamente num "sucessor legítimo desse património" (p. 41).

Mbembe mergulha igualmente nas origens do pan-africanismo e da negritude, dois movimentos políticos e culturais que tinham condições para formarem ideologicamente os filhos do continente, de modo a se registrar uma *Abertura ao Mundo e ascensão em humanidade* (p. 49-77), mas que também não lograram os seus propósitos. E para explicar melhor a sua posição, o autor utiliza como exemplos o Haiti, "primogênita da descolonização" (p. 53) e a Libéria, o protótipo da criação de "um estado negro cristão, moderno e civilizado" (p. 55), dois países em dois continentes distintos mas que passaram pelo mesmo processo e, tanto num caso como no outro, o resultado é o mesmo: "duas falhas" (p. 53), que sustentam a ideia de que a "descolonização foi uma mera categoria política, polêmica e cultural" (p. 49) e não uma verdadeira libertação do homem negro em todas as dimensões.

Nos capítulos III e IV, o autor aborda o papel colonizador da França no continente, bem como a sua posição depois das independências das suas colônias, enfatizando a relação entre colonizador e colonizado, dominante e dominado, explorador e explorado, que permitiram o estabelecimento de um sistema de "proximidade sem reciprocidade" (p. 79-99) que permanece no presente. A sua "incapacidade de pensar a pós-colônia" (p. 86) levou a uma forma de neocolonialismo, ou seja, um colonialismo renovado, porém

assente nos pilares do velho colonialismo. Como a França insiste no seu “narcisismo cultural” (p. 87), convencida que ainda é o “centro do mundo” (p. 88), dá-se assim o “declínio de uma nação cristalizada” (p. 81) navegando em contracorrente, mergulhando assim num “longo inverno imperial” (p. 101-139) caracterizado pela “regressão relativa de um pensamento” (p. 103) e desejo de provincialização (p. 122-131) que continuam a alimentar um estado senil de doenças póstumas da memória (p. 131-139).

Esse contínuo estado de negação do Outro leva o autor a qualificar o continente como *a casa sem chaves* (p. 141-163), que se caracteriza sobretudo por uma “nova urbanidade crioula e, em muitos aspectos, cosmopolita” (p. 145). Neste quinto capítulo o autor foca a sua análise na construção das fronteiras no continente, nas suas múltiplas dimensões, tendo como ponto de partida para a sua análise a Conferência de Berlim (1884-85), que sucedeu ao período do tráfico de escravos, até à submissão dos primeiros movimentos de resistência, identificando o petróleo e os restantes recursos naturais como a nova fronteira que inauguraram “novos ciclos de extração e predação” (p. 149). Acontecimentos que definiram a “estruturação colonial dos espaços económicos” (p. 143) desiguais, estabelecidos em função dos interesses de exploração. E as consequências são bem visíveis: informalidade, ajustamento estrutural, “capitalismo atomizado” (p. 146), assimetrias acentuadas entre o espaço rural e o urbano, o militarismo e o lumpen-radicalismo, a institucionalização da violência como modo de vida, entre outras.

Em virtude disso, novos colonialismos foram sendo edificados, com a utilização de um vocabulário mais suave e sob a máscara de *Circulação dos mundos* (p. 165-190). Neste último capítulo, Mbembe analisa conceitos como desenvolvimento, Estado e Nação, as questões de gênero, as rápidas transformações sociais, a sexualidade, o HIV/AIDS, entre outras e, propõe uma nova corrente de pensamento, que denomina de afropolitanismo, que se caracteriza por uma “tomada de posição política e cultural em relação à nação, à raça e à questão da diferença em geral” (p. 187). O que o autor reclama é, sobretudo, o debate e a crítica sobre o pós-colonial na África, pelos africanos, nas academias africanas, descentralizando, ou descolonizando o mesmo em relação ao ocidente, um “pensamento que pensa o seu possível fora de si mesmo, consciente dos limites da sua singularidade” (p. 192).

*Sair da grande noite* retrata acima de tudo a África pós-colonial, os seus projetos, as suas perspectivas, os seus sonhos traídos, as suas desilusões, enfim, a África na sua plenitude enquanto África, livre das amarras do passado, e da sua necessidade de caminhar sozinha à procura da sua própria existência. *Sair da grande Noite* não é mais do que “anterior à vida”, a busca

pelo "sol mais brilhante e de estrelas mais puras" (p. 20), ou seja, a construção de um local melhor para se viver, onde o sol nasça, as estrelas brilhem e a lua ilumine o canto mais recôndito do continente. Urge ao continente e aos africanos encararem essa realidade e olharem "para aquilo que é novo" pois somente assim será possível "descerrar novos tempos, para si mesma e para a humanidade" (p. 194).

*Recebido em 31 de janeiro de 2020*

*Aceito em 7 de abril de 2020*

## RESENHA

# “DECOLONIALIDADE E PENSAMENTO AFRODIASPÓRICO”

de Joaze Bernardino-Costa,  
Nelson Maldonado-Torres  
e Ramón Grosfoguel<sup>1</sup>

Carla Pereira Silva<sup>2</sup>

As críticas ao universalismo abstrato e às generalizações ontológicas e, conseqüentemente, epistemológicas estão cada vez mais ganhando corpo e espaço nas lutas por reexistência e resistência. O corpo, também compreendido como materialidade da geopolítica do conhecimento, o corpo-geopolítico, denuncia a invisibilidade e o silenciamento de povos, saberes e histórias que foram subjugados pelas diversas hierarquias da colonialidade. Nesse contexto, vem ao encontro “Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico”, organizado por Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel.

Publicado em 2018 pela editora Autêntica, dentro da Coleção Cultura Negra e Identidades, o livro possui o selo editorial do Departamento de Sociologia (SOL) da Universidade Federal de Brasília (UnB) e apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal e está em sua segunda edição, por meio da editora Autêntica.

A obra possui trezentos e sessenta e seis páginas, com uma densa introdução e quinze capítulos independentes que podem ser lidos sequencialmente ou não. Contudo, impressiona a ligação entre os textos, tanto pelo uso dos conceitos, quanto pelos propósitos éticos e políticos, claramente expostos no decorrer do livro.

<sup>1</sup> Bernardino-Costa, Joaze; Maldonado-Torres, Nelson; Grosfoguel, Ramón (org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. I. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

<sup>2</sup> Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Montes Claros, Brasil. E-mail: carla.silva@ifnmg.edu.br

Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico contribui para o fortalecimento da discussão sobre os efeitos da colonialidade, trazendo em português textos de autores e autoras de referência como Patrícia Hill Collins, de “Epistemologia feminista negra” e de nomes que atravessam o Atlântico, a exemplo de Oyèrónké Oyewùmí, que apresenta uma perspectiva original para estudar gênero a partir de epistemologias africanas.

Capítulos de diferentes autorias apresentam intensa proximidade intelectual, a exemplo, “Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas” e “Convergências entre intelectuais do Atlântico Negro: Guerreiro Ramos, Frantz Fanon e Du Bois”, escritos por Nelson Maldonado-Torres e Joaze Bernardino-Costa, respectivamente.

Há também complementaridade de ideias entre Nilma Lino Gomes, autora de “O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos” e José Jorge Carvalho, em “Encontro de Saberes e cotas epistêmicas: um movimento de descolonização do mundo acadêmico brasileiro”.

Ao mesclar artigos conceituais e outros que compartilham experiências ou vivências, o livro permite ao leitor identificar definições-chaves e exemplos claros para a compreensão do Projeto Decolonialidade. Conceito definido no primeiro capítulo por Nelson Maldonado-Torres, que se refere à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos. Diferentemente de descolonização, isto é, momentos históricos em que os sujeitos coloniais se insurgiram contra os ex-impérios e reivindicaram a independência.

Como uma forma de ativismo, a valorização da tradição de pensamento negro em contraponto ao racismo constitutivo, organizador e hierarquizante de povos, conhecimentos, culturas, relações econômicas, políticas e sociais, a obra reconhece a existência de epistemologias outras, que objetivam colocar raça, sexo e gênero no centro do debate, questionando narrativas intituladas “universais”, que há muito reforçam a dominação existente no sistema-mundo moderno/colonial.

Dessa forma, o chamado conhecimento universal, abstrato e objetivo é questionado, por ideias com autoria, localidade e identidade definidas, com elevado rigor teórico-conceitual, possibilitando a formulação de novas perguntas em relação à validade do conhecimento.

A partir de um diálogo intrínseco, o livro brinda o leitor com a convergência de pensamentos afrodiáspóricos, justificando assim, seu título e unidade. Nesse sentido, tem como eixo analítico, o deslocamento de saberes subalternizados, especialmente das populações negras, de um lócus de objeto

para sujeito do conhecimento, em busca da descolonização do saber, do poder e do ser, pertencente à um projeto político-acadêmico coletivo.

À interessada e ao interessado em temas relacionados à descolonização das relações internacionais, da história, da teoria social, da literatura, dos processos educativos e mesmo da filosofia, o livro se apresenta como um convite, especialmente, para aprofundamento conceitual, visto que a obra contribui para uma divulgação rigorosa da perspectiva decolonial, favorecendo que novas vozes ecoem e sejam ouvidas para além da diáspora africana.

*Recebido em 10 de janeiro de 2020*

*Aceito em 19 de março de 2020*



## PARCEIROS

### NERINT

O Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) foi o primeiro centro voltado exclusivamente ao estudo e à pesquisa em Relações Internacionais no sul do Brasil. Foi estabelecido em 1999 junto ao ILEA-UFRGS visando ao estudo crítico e inovador das principais transformações do sistema internacional pós-Guerra Fria. Desde 2014, o NERINT esteve localizado na Faculdade de Economia da UFRGS (FCE-UFRGS) e a partir de 2018 no Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), localizado no Instituto Latinoamericano de Estudos Avançados (ILEA-UFRGS). Paralelamente, buscou contribuir para a retomada da discussão de um projeto nacional para o Brasil através da análise das opções estratégicas disponíveis para a consolidação da inserção internacional autônoma do país, a partir da perspectiva do mundo em desenvolvimento. O advento de uma “diplomacia ativa, afirmativa e propositiva” no Brasil no início do século XXI veio a convergir com as análises e projeções feitas nos seminários e publicações do NERINT.

Um dos resultados de sua atividade foi a implantação de um curso de graduação em Relações Internacionais (2004), o melhor do país de acordo com o Ministério da Educação (2012), e de um Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (2010). Duas revistas também foram criadas: a bimestral Conjuntura Austral e a semestral e bilíngue Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. Assim, além da pesquisa avançada, focada prioritariamente nos países emergentes, o NERINT deu origem a programas de graduação e pós-graduação, além de propiciar intensa atividade editorial.

### CEBRAFRICA

O Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) tem suas origens no Centro de Estudos Brasil-África do Sul (CESUL), um programa estabelecido em 2005 através de um convênio entre a Universidade Federal do

Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Suas atividades de pesquisa são desenvolvidas junto ao Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), no CEGOV.

Em março de 2012 o CESUL foi ampliado para abranger o conjunto geográfico do continente africano, transformando-se em CEBRAFRICA, enquanto a Série Sul-Africana, que publicou seis livros, foi transformada em Série Africana, atualmente com onze títulos. O objetivo segue sendo o mesmo: realizar pesquisas, apoiar a elaboração de teses, dissertações e trabalhos de conclusão, congregar grupos de pesquisa em temas africanos, realizar seminários, promover intercâmbio de professores e estudantes e estabelecer redes de pesquisa e projetos conjuntos com instituições africanas e africanistas, publicar obras produzidas no Brasil ou traduzidas e ampliar a biblioteca especializada fornecida pela FUNAG.

As pesquisas têm por objetivo o conhecimento do continente africano e de suas relações com o Brasil, nas seguintes áreas: Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e sua Transformação e Correntes de Pensamento. São parceiros do CEBRAFRICA conceituadas instituições do Brasil, Argentina, Cuba, México, Canadá, Estados Unidos, África do Sul, Angola, Moçambique, Senegal, Cabo Verde, Egito, Nigéria, Marrocos, Portugal, Reino Unido, Holanda, Suécia, Rússia, Índia e China. As pesquisas em andamento versam sobre a “A presença do Brasil, da China e da Índia na África”, “A África na Cooperação Sul-Sul”, “Conflitos africanos”, “Integração e desenvolvimento na África”, “As relações da África com as Grandes Potências”, “As relações interafricanas” e “Agenda de segurança e defesa na África”.

## **CEGOV**

O Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é um centro interdisciplinar vinculado à Reitoria, cujo objetivo é estudar a ação governamental no Brasil e no mundo. Nesse sentido, a missão do CEGOV é articular seus pesquisadores em áreas interdisciplinares prioritárias e realizar projetos de pesquisa aplicada. O CEGOV também desenvolve atividades de extensão e de ensino, e serve como espaço para coordenação e interlocução entre pesquisadores, grupos de pesquisa, cursos de graduação e programas de pós-graduação da UFRGS, voltados para as políticas públicas.

# NORMAS DE SUBMISSÃO

1. A Revista Brasileira de Estudos Africanos publica artigos científicos e resenhas bibliográficas;
2. A revista está dividida em duas seções: Artigos e Resenhas;
3. Os artigos de pesquisa devem limitar-se a 50 mil caracteres (incluindo espaços e notas de rodapé) e as resenhas bibliográficas devem conter cerca de 4,5 mil caracteres (incluindo espaços e notas de rodapé);
4. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto;
5. A bibliografia deve ser citada de acordo com o sistema Chicago (Autor-data ou notabi-bliografia), referenciando a literatura citada ao final do texto;
6. As contribuições devem ser inéditas e podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
7. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação, filiação insti-tucional (com o nome completo da instituição) e e-mail para contato;
8. O completo preenchimento, pelo(s) autor(es), do formulário de submissão do artigo é imprescindível;
9. Admite-se a publicação de estudantes de graduação, desde que em parceria com um professor orientador titulado, que constará como autor principal do trabalho;
10. No caso de resenhas bibliográficas, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
11. As contribuições devem vir acompanhadas de: 3 palavras-chave em português ou es-panhol e 3 palavras-chave em inglês; Título em português ou espanhol e em inglês; Resu-mo em português ou espanhol e Abstract em inglês, ambos com até 50 palavras;
12. As contribuições devem ser feitas através do website da Revista: [www.seer.ufrgs.br/rbea](http://www.seer.ufrgs.br/rbea).

## CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformi-dade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”.
2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (não possuindo tamanho maior do que 2MB).
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço simples; usa fonte Times New Roman de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseri-das no texto, não no final do documento, como anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instru-ções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.



**Editoração e impressão:**

Gráfica da UFRGS  
Rua Ramiro Barcelos, 2500  
Porto Alegre/RS  
(51) 3308-5083  
grafica@ufrgs.br  
[www.ufrgs.br/graficaufrgs](http://www.ufrgs.br/graficaufrgs)